



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – CAMPUS DE
CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

PATRÍCIA HELENA FRAI COLLING

**TRANSFORMAÇÕES DAS PRÁTICAS NOMEADORAS NO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR**

CASCAVEL-PR

2022

PATRÍCIA HELENA FRAI COLLING

**TRANSFORMAÇÕES DAS PRÁTICAS NOMEADORAS NO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR**

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Doutora em Letras junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem: Descrição dos fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide

CASCADEL- PR

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Colling, Patrícia Helena Frai
Transformações das práticas nomeadoras no município de
Marechal Cândido Rondon - PR / Patrícia Helena Frai Colling;
orientadora Márcia Sipavicius Seide. -- Cascavel, 2022.
209 p.

Tese (Doutorado Campus de Cascavel) -- Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Onomástica. 2. Socioantroponímia. 3. Nomes próprios de
pessoas. 4. Antropônimos. I. Seide, Márcia Sipavicius,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu querido esposo, Marcel Augusto Colling, meu companheiro de vida, de trabalho. Obrigada pelas palavras de apoio, pelas discussões acadêmicas e, principalmente, por acreditar em meu trabalho. Sem você ao meu lado, com certeza, essa jornada seria muito mais difícil.

Agradeço à minha família. À minha mãe, por ser a primeira pessoa a estar comigo, independente da situação, por me fazer compreender que a família é em primeiro lugar em todo e qualquer momento. Aos meus irmãos, João Paulo e Pedro Henrique, por me fazerem perguntas que me fizeram refletir sobre esta pesquisa e, especificamente ao Pedro, que, em momentos difíceis, auxiliou-me nas questões tecnológicas. Ao meu pai, Canísio, à Adélia, ao Sebastião, à avó Ivone, ao avô João e à Margarete, por me ouvirem e me levarem nos momentos de cansaço.

Não posso deixar de agradecer à minha orientadora, professora doutora Márcia Sipavicius Seide. Desde 2011, a senhora tem me ensinado com excelente didática, deu-me a máxima atenção para que eu pudesse seguir minha jornada acadêmica.

As amigas também são imprescindíveis neste momento. Obrigada pelo carinho e pela paciência, Gabriela Lauermann, Luciana Bonfim, Fernanda Gehring, Patrícia Lucas, Adriane, Eliane, Jéssica Paula Vescovi e Gabriele Cristine Rech. O processo de escrita foi muito melhor com a presença de vocês ao meu lado.

Meus sinceros agradecimentos a todos vocês.

COLLING, Patrícia Helena Frai. **Transformações das práticas nomeadoras no município de Marechal Cândido Rondon-PR**. 205f. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022.

RESUMO

Ao nomear um filho ou uma filha, o nomeador espera que sua prole seja identificada como pertencente à sociedade em que convive. Por ser fruto de uma escolha dos designadores, os nomes de pessoa (os antropônimos) estão ligados às crenças e aos valores culturais daqueles que os atribuem. No que respeita o prenome como parte do nome civil, pode haver, subjacentes à escolha, diferentes motivações. Nessa direção, o objetivo desta tese é mostrar que o processo de modernização social influenciou a prática nomeadora no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná, tendo em vista a hipótese de que os processos de secularização, individualismo e a globalização podem transformar a norma antroponímica de uma comunidade. A partir do contexto histórico e social da localidade, investigaram-se transformações nas práticas nomeadoras no município, decorrentes do processo de modernização do município e da sociedade em geral. A tese amparou-se nos pressupostos teóricos da Sócio-Onomástica (DICK, 1992; GUÉRIOS, 1981; VAN LANGENDONCK, 2007) e em estudos interdisciplinares da Antropologia, da Sociologia e da História (GIDDENS, 1991; GERHARDS; HACKENBROCH, 2000; ZEPEDA, 2010; PINA CABRAL, 2007; SCARPIM, 2010). No que tange à metodologia de pesquisa empregada, adotou-se pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo mediante a utilização de um banco de nomes composto por informações sobre a escolha de 250 nomes justapostos, gerada a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com designadores e nomeados, que abrange tanto nomes femininos, quanto masculinos (FRAI, 2016). Os entrevistados foram selecionados com base na década de nascimento, assim, os dados gerados dizem respeito a um corte diacrônico que contempla as décadas 1930/1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Os resultados das investigações apontam para uma divergência entre a escolha de nomes femininos e masculinos em diferentes décadas. Nomes religiosos foram amplamente utilizados nas primeiras décadas de análise, principalmente em mulheres, pois demarcava a presença ativa da igreja na comunidade que se consolidava. Para os prenomes masculinos, a motivação homenagem à família teve destaque, pois demarcava fortemente a estrutura social da comunidade germânica e itala. O processo de secularização mostra que essas práticas tradicionais deixam de ser amplamente utilizadas e prenomes, cuja motivação denota individualismo, passam a ser mais utilizados: antropônimos escolhidos por serem únicos e diferentes do ponto de vista dos nomeadores, influência da indústria cultural, que demarca valores distintos daqueles utilizados no período de colonização. As análises apresentadas ao longo desta tese mostram que o processo de modernização influenciou a norma antroponímica rondonense: a motivação familiar e religiosa cai em desuso em detrimento às motivações que contemplam nomes “únicos” para os designadores. Nomes de motivação religiosa foram menos utilizados à medida que surgiram nomes mais “populares”. As homenagens aos avôs e pais – figuras paternas da família – evidenciaram um núcleo familiar centrado no trabalho da figura masculina. Antropônimos com tendência da moda mostram um gosto particular dos pais em tornar os filhos exclusivos da comunidade. Nesse viés, esta pesquisa, contribui com os estudos da Socioantroponomástica, tendo em vista que possibilita uma

compreensão mais aprofundada sobre a relação entre processos de nomeação e mudanças sociais no município de Marechal Cândido Rondon.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica; Socio-Onomástica; modernização; antropônimos.

COLLING, Patrícia Helena Frai. **Transformations of naming practices in the municipality of Marechal Cândido Rondon-PR**. 205f. Doctoral Thesis presented to the Postgraduate Program in Languages of the State University of Western Paraná, 2022.

ABSTRACT

When naming a son or a daughter, the name giver wants their offspring to be identified as belonging to the society in which they live. Being product of name givers' choice, personal names (anthroponyms) are connected to beliefs and cultural values from those who attribute them. In regard to the forename as part of the civil name, there might be different motivations underlying the choice. In that direction, the objective of this dissertation is to show whether the modernization process has influenced the name giving practice in Marechal Candido Rondon city, Parana state, considering the hypothesis which secularization, individualism and globalization processes may transform the anthroponymic norms in a community. In that perspective, from the historic and social context of the place, the following research questions were addressed: would secularization have changed the practice of giving religious names? Would giving names of grandparents and parents highlight a cultural tradition? What is the use dynamics of forenames within the rise of cultural industry? Would individualism, attached to the modernization process, have influenced the way of giving names? In order to answer those questions, the dissertation was grounded on the theoretical assumptions from socio-onomastics (DICK, 1992; GUÉRIOS, 1981; VAN LANGENDONCK, 2007) in interdisciplinary studies from Anthropology, Sociology and History (GIDDENS, 1991; GERHARDS; HACKENBROCH, 2000; ZEPEDA, 2010; PINA CABRAL, 2007; SCARPIM, 2010). Regarding research methodology, qualitative and quantitative research were carried out by using a name bank with information on the choices of 250 juxtaposed names obtained by semi-structured interviews with name givers and name receivers. (FRAI, 2016). The interviewees were selected according to decade of birth, thus, the data correspond to a diachronic cut which encompass the decades 1930/1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 and 2010. The results of the investigations point to a divergence between the choice of feminine and masculine names in different decades. Religious names were widely used in the first decades of the analysis, mainly among women, because it resembled the active presence of the church within the consolidating community. As for masculine forenames, the main motivation was honoring the family, for it strongly resembled the social structure of germanic and italian communities. The secularization process shows that those traditional practices are no longer used, and forenames whose motivation resembles individualism become more frequent: anthroponyms chosen for being unique and different according to the name givers' perspective, an influence of cultural industry resembling values other than those used during the colonization period. The analysis presented along this dissertation shows that the modernization process has influenced the anthroponymic norm in the city: the family and religious motivation falls into disuse at the expense of motivations which contemplate 'unique' names to the name givers. Motivations of religion were less frequent as more 'popular' names have increased. Homage to grandparents and parents - fatherly figures - highlighted a family core established around the the masculine figure. Anthroponyms following trends have revealed a particular preference by parents to making their children exclusive in the community. In this bias, this research contributes to the socio-

onomastics since it enables a deeper understanding on the relation between naming processes and social changes in Marechal Candido Rondon city.

KEYWORDS: Onomastics; Socio-onomastics; Modernization; anthroponyms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Posição dos nomes no sistema nominal	28
Figura 2 – Transmissão de nomes masculinos ao longo de três gerações de homens	174
Figura 3 – Transmissão de nomes masculinos e femininos ao longo de três gerações em uma mesma família	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conhecimento onomástico do falante - CO	30
Quadro 2 – Áreas de afinidades com a Onomástica	34
Quadro 3 – Interdisciplinaridade da Onomástica.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivações para o antropônimo <i>Maria</i>	68
Tabela 2 – Motivações para o antropônimo <i>Paulo</i>	69
Tabela 3 – Análise estilística dos nomes	84
Tabela 4 – Modelo de tabela de controle de variáveis	90
Tabela 5 – Tabela de controle de variáveis completa	90
Tabela 6 – População total, por sexo e estado de origem do município de Marechal Cândido Rondon – PR – 1970.....	120
Tabela 7 – Eleitores Existentes no município de Marechal Cândido Rondon – PR. 1971 – 1981	122
Tabela 8 – Censo IBGE Religião 1960 E 2010 Brasil	134
Tabela 9 – Religiões mencionadas em percentual para cada década.....	135
Tabela 10 – Frequência de uso da motivação religião por década, em n1 e n2 feminino	137
Tabela 11 – Frequência de uso da motivação religião, por década, em n1 e n2 masculino	138
Tabela 12 – Religiões e número de fiéis em Toledo, em 1956	141
Tabela 13 – Frequência de uso da motivação estética por década, em n1 e n2 feminino	149
Tabela 14 – Frequência de uso da motivação estética por década em n1 e n2 masculino	150
Tabela 15 – Frequência de uso da motivação homenagem à família, por década, em n1 e n2 feminino.....	167
Tabela 16 – Frequência de uso da motivação homenagem à família, por década, em n1 e n2 masculino	167
Tabela 17 – Entrevistas cuja menção é a motivação homenagem à família, para os homens	171
Tabela 18 – Entrevistas cuja menção é a motivação homenagem à família, para as mulheres.....	176
Tabela 19 – População urbana e rural de Marechal Cândido Rondon, 1960 – 1980 e 2010	182
Tabela 20 – Relatos com motivação atribuição livre, em nomes masculinos e femininos.....	185

Tabela 21 – Frequência de uso da motivação atribuição livre, por década, em n1 e n2 feminino.....	187
Tabela 22 – Frequência de uso da motivação atribuição livre por década em n1 e n2 masculino	187
Tabela 23 – Frequência de uso da motivação mídia, por década, em n1 e n2 feminino	193
Tabela 24 – Frequência de uso da motivação mídia por década em n1 e n2 masculino	194
Tabela 25 – Entrevistas com a motivação midiática, para mulheres	196
Tabela 26 – Entrevistas com a motivação midiática, para homens	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino das décadas de 1930 e 1940.....	94
Gráfico 2 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1950	95
Gráfico 3 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1960	97
Gráfico 4 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1970	98
Gráfico 5 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1980	99
Gráfico 6 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino de 1990	100
Gráfico 7 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino de 2000	101
Gráfico 8 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino de 2010	102
Gráfico 9 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino das décadas de 1930 e 1940.....	103
Gráfico 10 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 masculino da década de 1950	105
Gráfico 11 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1960.....	106
Gráfico 12 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1970.....	107
Gráfico 13 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1980.....	108
Gráfico 14 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1990.....	110
Gráfico 15 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 2000.....	111
Gráfico 16 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 2010.....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A PESQUISA ANTROPONOMÁSTICA	25
1.2 PERSPECTIVA DE TRABALHO ADOTADA	31
1.4 A SOCIOANTROPONOMÁSTICA INTERNACIONAL	49
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – IDENTIDADE, CULTURA, MODERNIDADE, MOTIVAÇÃO E CATEGORIAS ANTROPONÍMICAS	60
2.1 IDENTIDADE	60
2.2 CULTURA.....	62
2.3 MODERNIDADE	64
2.4 MOTIVAÇÃO DE NOMES E CATEGORIAS ANTROPONÍMICAS	65
2.5 MODELO DE ATRIBUIÇÃO NOMINAL TRADICIONAL	73
2.5.1 Motivação religiosa	73
2.5.2 Homenagem à família	75
2.6 MODELO DE ATRIBUIÇÃO NOMINAL DA MODA	76
2.6.1 Modelo de atribuição nominal da moda	76
2.6.2 Estética	76
2.6.3 Atribuição livre	82
3 METODOLOGIA	86
3.1 BANCO DE DADOS: CONSTRUÇÃO DA AMOSTRA	86
3.2 MÉTODO <i>SNOWBALL</i>	88
3.3 GERAÇÃO DE DADOS	90
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	91
4 ANÁLISE QUANTITATIVA	93
4.1 COMPARAÇÃO ENTRE N1 E N2 FEMININO	94
4.1.1 Década de 1930-1940	94
4.1.2 Década de 1950	95

4.1.3 Década de 1960	97
4.1.4 Década de 1970	98
4.1.5 Década de 1980	99
4.1.6 Década de 1990	100
4.1.7 Década de 2000	101
4.1.8 Década de 2010	102
4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA – COMPARAÇÃO ENTRE N1 E N2 MASCULINO	103
4.2.1 Década de 1930-1940	103
4.2.2 Década de 1950	105
4.2.3 Década de 1960	106
4.2.4 Década de 1970	107
4.2.5 Década de 1980	108
4.2.6 Década de 1990	110
4.2.7 Década de 2000	111
4.2.8 Década de 2010	112
4.3 COMPARAÇÃO ENTRE N1 FEMININO E N1 MASCULINO.....	113
4.4 COMPARAÇÃO ENTRE N2 FEMININO E N2 MASCULINO.....	116
5 CONTEXTO DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	118
5.1 A FRENTE SULISTA MIGRATÓRIA.....	123
5.2 FAMÍLIA, IGREJA E CONTATO CULTURAL	124
5.3 MEMÓRIA HISTÓRICA E O DISCURSO DE <i>GERMANIDADE</i>	125
6 A SECULARIZAÇÃO COMO MOVIMENTO TRANSFORMADOR NA PRÁTICA DE NOMEAÇÃO	130
6.1 A DIMINUIÇÃO DA MOTIVAÇÃO RELIGIOSA: SECULARIZAÇÃO, IDENTIDADE RELIGIOSA E RESSACRALIZAÇÃO	130
6.2 RELIGIOSIDADE E MOTIVAÇÃO RELIGIOSA.....	134

6.3 IDENTIDADE RELIGIOSA E MUDANÇAS EM N1 E N2	144
6.4 MUDANÇAS NA PRÁTICA DE NOMEAÇÃO: A MOTIVAÇÃO ESTÉTICA...	147
7 MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR E INDIVIDUALIZAÇÃO	157
7.1 A PRÁTICA DE TRANSMISSÃO DE NOMES: BREVE REFLEXÃO.....	157
7.2 NOMEAÇÃO RONDONENSE	166
7.3 VÍNCULOS FAMILIARES E TRADIÇÃO NA PRÁTICA DE NOMEAÇÃO	170
7.4 A PRÁTICA DE TRANSMISSÃO DE NOMES MASCULINOS E FEMININOS	171
7.5 DESUSO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS E MUDANÇAS SOCIAIS.....	179
7.6 PRENOMES QUE INDIVIDUALIZAM.....	183
8 GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ANTROPONÍMICA	189
8.1 NOMES MIDIÁTICOS E A INDÚSTRIA CULTURAL.....	195
REFERÊNCIAS.....	203

INTRODUÇÃO

O ato de nomear é um processo que tem origem desde o início da humanidade, decorrente da necessidade de atribuir nomes aos objetos, às ações, aos lugares e às pessoas. Constata-se que muitos desses nomes se originam em uma situação específica, de uma determinada cultura, em tempo e espaço específicos. No caso dos nomes próprios, da cultura ocidental e de culturas ocidentalizadas, os nomes não são dados de antemão, como ocorre para os nomes comuns, que preexistem no sistema linguístico, mas são escolhidos pelo indivíduo designador a quem cabe escolher o nome próprio, tendo em vista a obrigação legal de escolher um nome civil e registrá-lo em cartório.

A partir dessa premissa e, buscando descrever e analisar as características e os usos dos nomes próprios, surge a Onomástica – subárea da Lexicologia – que pode ser subdividida em duas linhas de estudos: a Toponomástica, que estuda os nomes de lugares; e a Antroponomástica, que se fixa nos nomes próprios de pessoas (DICK, 1992).

Considerando o viés da Antroponomástica, observa-se a existência de diferentes pesquisas que se destinam ao estudo dos nomes próprios de pessoas, também denominados como *antropônimos*. Há duas maneiras principais pelas quais os antropônimos podem ser estudados. A primeira foca na análise etimológica dos nomes; como o nome *Joffre*, de origem francesa, é variante de *Geofroi*, na Língua Portuguesa, que equivale a *Godofredo*. Ao analisar a sua composição, há dois elementos, *fried*, que significa “protegido”, e *Gott*, que significa “por Deus” (GUÉRIOS, 1981, p.16). A segunda é centrada no estudo dos nomes no interior de processos de nomeação vistos sob o aspecto social e psicossocial, ou seja, buscando-se analisar as razões pelas quais os nomes são atribuídos, considerando questões culturais, valores e crenças da comunidade que o utiliza. No caso do nome *Joffre*, a investigação tem por objetivo compreender o porquê de esse nome ser mais ou menos usado. Esse antropônimo é usual não só no território francês, pois popularizou-se principalmente em 1914, durante a conflagração mundial, quando o general José Jacques Cesário *Joffre* ficou conhecido entre os aliados (GUÉRIOS, 1981, p.16).

Nessa segunda vertente de estudos, que leva em consideração o contexto sociocultural, surge a Socio-Onomástica, subárea da Onomástica que tem como objetivo compreender o papel que a sociedade desempenha na escolha de nomes, e

a Socioantroponomástica, para os estudos da área relacionados aos nomes próprios de pessoas. A Socionantroponomástica analisa a relação existente entre sociedade e cultura e qual a possível relação com a prática de nomeação de uma comunidade (VAN LANGENDONCK, 2007).

Dick (1992), precursora dos estudos onomásticos no Brasil, defende que uma particularidade linguística dos antropônimos é o fenômeno de *esvaziamento semântico*, ou seja, há uma tendência de o significado de um nome não ser conhecido por aqueles que o escolhem. Assim, pode haver um homem chamado *Pedro* – antropônimo do latim *Petrus*, cujo significado, conforme Guérios (1981, p. 199), é “rocha, pedra. Foi escolhido como o chefe da Cristandade aqui na terra”, cujo nome foi atribuído não em seu sentido etimológico, mas porque é o nome do avô paterno. Esse exemplo mostra a necessidade de analisar as influências sociais e culturais, nota-se que a escolha desse nome pode, na grande maioria das vezes, não ser só pelo seu significado, mas também por outras razões, nesta pesquisa, chamadas de *motivações*. Assim, há diversos fatores que interferem na escolha de um nome, como origem étnica, cultural, social, as influências de meios de comunicação e o espaço onde vivemos.

O antropólogo Pina Cabral (2007), em seu projeto *Nomes e Cores: Pessoa e Complexidade Identitária na Bahia*, analisa a escolha de nomes que as mães, da cidade de Valença, Bahia, utilizam para nomear os filhos. A partir de entrevistas, o autor aponta que, mesmo implicitamente, os nomes *transportam significados* sobre a identidade das pessoas que os usam (PINA CABRAL, 2007, p. 67). Os designadores projetam uma identidade ao filho com o nome que lhe é atribuído: um prenome indígena, para os pais que são patriotas; nomes de celebridades, para aqueles que desejam reconhecimento e fama ao filho. Outro fator apontado é a natureza subjetiva de como o nomeador interpreta o nome. Isso quer dizer que um antropônimo atribuído com a característica de “meigo” ou “delicado” pode não ter a mesma conotação para outro nomeador, um nome considerado “forte”, para uma família, pode ser considerado como um nome ruim ou inadequado, para outra. Pina Cabral (2007, p. 68) afirma, ainda, que, para cada família, a escolha é única, porque tal antropônimo apresenta um gosto particular dos pais.

Discorrendo sobre diferentes atribuições, Jiménez Segura (2014) propôs modelos de atribuição com base na análise documental de certidões de nascimento, lavradas no município de Tlalnepantla de Baz, no México, nas décadas 1930, 1960 e

1990. De acordo com a autora, a partir da análise sincrônica e diacrônica, os modelos de atribuição observados na prática de nomeação são, principalmente, tradicional e da moda (JIMÉNEZ SEGURA, 2014, p. 42). Contemplam o primeiro, nomes de herança familiar, isto é, nomes atribuídos por serem de avós, avôs, pais e nomes religiosos. Nomes da moda são aqueles muito utilizados em uma determinada década e caídos em desuso em outra.

Nesta tese, parte-se da hipótese de que o nome tem um significado, não necessariamente aquele indicado pela etimologia, mas um sentido particular dado pelo nomeador e que a escolha é socialmente motivada. A fim de testá-la, analisa-se, no decorrer desta tese, se o processo de modernização influenciou a norma antroponímica local. Consoante a Dick (1992), os antropônimos são motivados porque o nomeador faz a escolha do nome por um determinado motivo, portanto, evidencia-se a escolha de nomes por uma motivação. Guérios (1981), precursor nos estudos antroponímicos no Brasil, no *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, já evidenciava, ainda que de maneira breve, algumas motivações por ele elencadas, como homenagem aos pais e avós, nomes religiosos e atribuídos devido à sonoridade.

A pesquisa apresentada nesta tese partiu, inicialmente, dos resultados obtidos em uma pesquisa dirigida por Seide (2011), intitulada *Antroponímia, cultura e identidade em Marechal Cândido Rondon, Toledo e Missal* (Projeto nº 35370/2011). Observou-se, nas certidões de nascimento, lavradas nos municípios, a existência de pessoas com nomes justapostos: 1 prenome + 1 prenome, muitos utilizados de maneira não convencional, como *Maria Bruna, Gabriela Cristina, Samara Beatriz*. Por se tratar de uma análise documental, não foi possível analisar o porquê de os pais tenderem a atribuir dois nomes aos filhos, isto é, não foi possível saber os motivos pelos quais determinado nome foi escolhido em detrimento de outros.

Frai (2016), na dissertação intitulada *Motivação para a escolha de um segundo nome na antroponímia rondonense*, analisou quais motivações foram utilizadas na escolha do segundo prenome, na cidade de Marechal Cândido Rondon. Com base na análise em entrevistas com designados e designadores nascidos no período entre 1930/1940 e 2010, a autora analisou de que maneira as pessoas são nomeadas e, sob o viés da Socioantroponomástica, quais fatores sociais poderiam ter influenciado a escolha. Os resultados apontam que nomes religiosos foram mais utilizados para as mulheres, enquanto, para os homens, predominam os nomes do seio familiar, ou seja,

homenagens aos avôs, pais, tios e primos. Além disso, nomes midiáticos foram encontrados tanto na antroponímia masculina quanto na feminina, principalmente, a partir da década de 1980. A partir do recorte diacrônico, foi possível observar a frequência de uso de nomes nas diferentes décadas, como os modismos que ocorreram em determinados períodos.

Considerando a limitação de uma análise documental e estritamente linguística, no projeto de Seide (2011), e a análise parcial dos nomes justapostos de Frai (2016), a presente pesquisa, de cunho interdisciplinar, objetiva analisar em que o processo de modernização social influenciou na prática de nomeação na cidade de Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná, como também compreender, a partir de um corte diacrônico, se as mudanças na norma antroponímica estão associadas às mudanças sociais. De acordo com Gerhards e Hackenbroch (2000), a modernização cultural acarretou transformações específicas: 1) secularização (descentramento do poder da igreja); 2) mudança em tradições familiares (patriarcalismo e as relações de trabalho de família); 3) individualização (nomes cada vez mais “únicos”); 4) globalização (homogeneidade cultural, acesso a outras culturas e crenças). Com base em tais pontos, as perguntas que norteiam esta pesquisa são: A secularização teria modificado a prática de dar nomes religiosos? Atribuir nomes de avós e pais evidenciaria uma tradição cultural? Qual é a dinâmica de uso dos prenomes com o surgimento da indústria cultural? O individualismo, atrelado ao processo de modernização, teria influenciado a forma de nomear?

A pesquisa de Nadalin (2014) sobre a imigração de alemães no Paraná, especificamente, na região metropolitana de Curitiba, a partir de 1850, constata as diferenças na prática de nomeação em diferentes gerações, denominadas pelo autor de *coortes*. A pesquisa considerou fichas de famílias reconstituídas da comunidade religiosa de confissão luterana e evangélica, em Curitiba, desde 1966, e certidões de batismo dos filhos batizados na paróquia, até em 1987, quando houve um censo nacional dos membros da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IECLB).

No *corpus*, foi possível observar a distinção da prática de nomeação em três categorias distintas: a primeira refere-se ao período de 1866 a 1919 – nascimento dos casais pioneiros da região; a segunda categoria é relativa aos casais que batizaram seus filhos entre 1895 e 1939 – que seriam os netos dos pioneiros; e a terceira categoria é relativa aos nascidos após 1940 – equivalente à terceira geração nascida em solo paranaense (NADALIN, 2014, p.4-5).

No primeiro *coorte*, na primeira geração, nascida na sociedade receptora, o estoque de prenomes eram nomes germânicos (*Karl, Johann, Adelheid, Marie*); prenomes flexíveis de um estoque imigrante etnicamente marcado (*Arthur, Louis, Charlotte, Chistine*) e prenomes flexíveis imigrantes, porém, não demarcados etnicamente (*Daniel, Oscar, Alice, Carmem*).

Na categoria dois, cujos nascidos são da segunda geração, houve a distinção de dois tipos de classificações, denominados pelo autor por prenomes do estoque teuto-brasileiro. Foram possíveis observar nomes “aportuguesados”, adaptando nomes ligados a cultura imigrante, no entanto, negociados à sociedade receptora, e, também, um estoque novo de prenomes. São exemplos da primeira: *Ronald, Ivo, Adelaide, Luiza*; da segunda: *Felix, Levi, Carmen, Eva*.

Na terceira categoria, denominada “brasileira” (NADALIN, 2014, p. 4), foram inseridos os nomes não encontrados nas categorias anteriores. Trata-se de prenomes que não só foram aportuguesados, mas também que foram utilizados pelo coletivo, tendo várias recorrências. São exemplos: *Mauro, Cláudio, Adelina, Roseli*.

O autor conclui evidenciando o que esse comportamento revela sobre a comunidade e o uso de prenomes étnicos. Ainda que as crianças sejam batizadas, denotando uma crença religiosa sobre o nascido, a mudança de nomes “tradicionais” para outros utilizados no local, pode ser interpretada como alguém que não faz mais parte da sociedade de chegada, “mas como o fruto de um amor tão particular que merece um prenome original ou, no mínimo, que expresse a moda, o seu tempo” (NADALIN, 2014, p. 14).

A pesquisa de Nadalin (2014) evidencia que as transformações sociais influenciaram a norma antroponímica local. No eixo diacrônico de análise, à medida que os filhos dos imigrantes nasceram na terra de chegada e tiveram contato com outras culturas que ali já estavam estabelecidas, o modo pelo qual os nomes foram atribuídos se diferenciou cada vez mais da maneira que havia a atribuição dos nomes originalmente na comunidade. Essa pesquisa contribui para o campo da Sócio-Onomástica, uma vez que conseguiu evidenciar, a partir dos registros civis, que a prática de dar nomes não é estática numa comunidade, mas sim dinâmica, tendo em vista a influência da sociedade nas práticas de nomeação

Nesta tese, os dados foram analisados sob viés quantitativo e qualitativo. Fazem parte de um banco de dados composto por 250 nomes justapostos distribuídos, igualmente, em nomes feminino e nomes masculino, nas décadas de

1930/1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, gerados por Frai (2016). Os nomes justapostos foram gerados com base em entrevistas semiestruturadas, realizadas com os designadores e nomeados. Nesta tese, primeiramente, foram contabilizadas as ocorrências nas motivações no primeiro prenome; em seguida, em um segundo momento, as relativas ao segundo prenome, tanto da antroponímia feminina quanto masculina, nas décadas de análise. Em seguida, foram analisadas qualitativamente as informações das entrevistas sobre a prática de nomeação. Com base em um estudo interdisciplinar¹, as ocorrências das motivações e entrevistas foram analisadas juntamente com os eventos históricos, sociais e culturais relacionados ao processo de colonização e modernidade da cidade de Marechal Cândido Rondon.

Em relação à organização da tese, a pesquisa está dividida em sete seções. Na primeira seção, são descritas as diferentes vertentes de estudos sobre os nomes próprios de pessoas, sob o viés da Linguística, apresentando um panorama geral da grande área da Onomástica, suas diferentes perspectivas de estudos dos nomes próprios, à luz dos estudos linguísticos e dos estudos acadêmicos da Antroponomástica, no cenário nacional e no âmbito internacional, relacionando pontos de convergência e divergência com esta tese. Também, é explicitado o que se entende por nome próprio e o viés interdisciplinar adotado nesta pesquisa. São explicados, ainda, os métodos de coleta e de geração de dados e as distintas perspectivas de análise no viés onomástico.

Na segunda seção, são descritos os pressupostos teóricos em que esta pesquisa está ancorada e como esses termos são definidos no presente estudo: o conceito de identidade, de cultura e de modernidade, de acordo com a ciência da Sociologia e da Antropologia, bem como o de identidade cultural. Ainda, nesta seção, explana-se sobre o conceito de motivação adotado, descrevem-se duas categorias de escolha antroponímica, a tradicional e a da moda e suas motivações: a religiosa e a familiar, pertencentes à primeira, e moda, estética e atribuição livre, pertencentes à segunda.

Posteriormente, na terceira seção, são elucidados os procedimentos metodológicos adotados para a análise de dados: descrição do método qualitativo *Snowball*, para a geração de dados – entrevistas semiestruturadas. Também, são

¹ O conceito de interdisciplinaridade será abordado na página 31 desta tese.

expostos os métodos de organização de entrevistas e os dados retirados para a análise. Em seguida, na seção quatro, os procedimentos de análise quantitativa são descritos e exemplificados: apresenta-se a comparação em percentual com base em gráficos entre as motivações estudadas nesta pesquisa. Os gráficos estão organizados em ordem cronológica, conforme as décadas de análise. São quantificadas, primeiramente, o n1 feminino e o n1 masculino e, em seguida, o n2 feminino e masculino.

Na sequência, a quinta seção contextualiza historicamente o município de Marechal Cândido Rondon. É elucidado o processo de colonização do Oeste do Paraná, a vinda dos colonizadores, o perfil identitário da frente sulista, que consolidou a sociedade rondonense da época. Ademais, é analisado o discurso de germanidade que circunda o município para se questionar a ideia de que a cidade de Marechal Cândido Rondon é “tipicamente germânica”.

Nas seções seguintes, a frequência de uso das motivações é analisada. A seção cinco tem como objetivo explorar o processo de secularização e a relação com a norma antroponímica local. Para isso, a motivação religiosa e a estética são relacionadas entre si a partir da frequência de uso dessas atribuições dentro do eixo temporal de análise. Explica-se, assim, o porquê do uso e do desuso dessas motivações em determinadas épocas e quais as transformações sociais que influenciaram as mudanças na prática de nomeação.

Na seção sete, a motivação da homenagem à família é relacionada ao reforço de vínculos familiares a partir dos nomes e da atribuição livre ao processo de individualização. Observa-se, aqui, de um lado, o grande vínculo entre nomes perpassados de geração para geração e, de outro lado, como esse vínculo se enfraquece mediante ao desuso dos antropônimos e à preferência por práticas mais individuais de nomeação.

Na seção oito, são exploradas as marcas da globalização e da modernização antroponímica: o uso dos nomes midiáticos oriundos de telenovelas, de celebridades e de atletas. Explicita-se a influência da indústria cultural na cultura da cidade, uma vez que a popularização do rádio e da televisão, na região, explicam o porquê de os pais atribuírem um nome *da moda*, de uma pessoa famosa, ao filho.

Conforme evidenciam as análises apresentadas ao longo desta tese, a prática de atribuir nomes está relacionada às mudanças sociais. No caso de Marechal

Cândido Rondon, trata-se de mudanças oriundas do processo de modernização da sociedade.

De 1930 a 1950, a prática de dar nomes com a motivação religiosa para as mulheres era a mais utilizada. A partir da década seguinte, começou a haver a diminuição no uso dessa motivação, sob influência do fenômeno da secularização da sociedade.

A escolha de nomes em homenagem à família – perpassados de geração para geração – foi amplamente utilizada para os homens nas décadas iniciais. Com o advento da individualização e descentramento das crenças familiares (HALL, 2006), nomes que remetem a nomes de familiares são menos atribuídos e motivações que individualizam o filho na sociedade são mais utilizados.

Na mesma época, tanto na antroponímia masculina quanto na feminina, enquanto práticas tradicionais de atribuição de nomes caem em desuso, nomes midiáticos, que remetem referências a cantores, atores e atrizes, surgem a partir de 1950 e alcançam o auge em 1980 e 1990, como resultado da popularização não só do rádio, mas também da televisão, evidenciando a influência da indústria cultural a partir da segunda metade do século passado. A partir de 1970, cresce a escolha de nomes que não mais remetem à família. Concomitantemente, houve aumento da frequência, evidenciando a categoria de escolha por atribuição livre. Portanto, a tese evidencia que as transformações sociais influenciam a prática de nomeação.

1 A PESQUISA ANTROPONOMÁSTICA

O interesse pelos nomes próprios vai além das conversas do cotidiano. Durante a oficina pedagógica intitulada *Nomes de pessoas e de lugares: uma abordagem interdisciplinar*, ministrada pela autora, durante o *1º Ciclo de Oficinas para a formação continuada*, promovido pelo Colegiado de Letras da Unioeste, do *campus* de Marechal Cândido Rondon, no mês de junho de 2018, os participantes do curso relataram os motivos e as circunstâncias que levaram a ser nomeados de tal forma. Antes mesmo de os antropônimos serem o objeto de estudo daquele momento, ao fazer a pergunta: “Por que você tem este nome?”, as participantes tiveram a necessidade de informar o porquê de seus nomes próprios e, em alguns casos, de expressar os sentimentos que tinham perante os nomes. Algumas com histórias que despertavam a nostalgia, outras porque lembravam um ente querido que havia falecido ou, ainda, outra participante que também relatou a escolha do nome do filho, cujo antropônimo remetia a um momento de sua vida.

O ato de nomear pessoas é algo corriqueiro em todas as sociedades. Utilizam-se os nomes próprios de pessoas para chamar ou fazer referência a alguém, mas não apenas como um código para se referir, ao nomear. Há uma razão para que a criança herde um determinado nome, seja porque é o nome do avô paterno, seja porque é um nome bonito para os pais, ou porque a protagonista da novela é nomeada de tal maneira. De qualquer forma, as pessoas estão atentas aos nomes mais utilizados, os chamados *nomes da moda*, alguns pais querem, justamente, esse nome, outros já pensam em outro prenome que pode individualizar o filho entre os demais.

Nessa perspectiva, surge a Onomástica, área da ciência que se atenta, especificamente, aos estudos dos nomes próprios em diferentes aspectos: gramaticais, etimológicos, históricos, geográficos, entre outros (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 31) e, especificamente, a subárea denominada Antroponomástica, que objetiva o estudo dos antropônimos de pessoas.

O estudo dos antropônimos já é de longa data. Conforme Amaral e Seide (2020), já havia necessidade de explicação do uso de nomes próprios na civilização egípcia, ao utilizar o círculo no hieróglifo nos nomes de pessoas. Na bíblia, diferentes livros explicam a escolha de nomes (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 32) e muitos são os estudos realizados na área. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, precursora dos estudos no Brasil, em sua obra, menciona o trabalho de Stuart Mill (*apud* Dick, 1992,

p. 180), em que o prenome haveria apenas a função *distintiva* e não *significativa*, em outras palavras, o nome apenas nomeia de fato, e não haveria qualquer relação explícita ou implícita em sua atribuição. Certamente, essa definição instiga os estudos onomasiológicos. Dick (1992) rebate tal definição ao elucidar os aspectos semânticos dos nomes. Segundo ela, “o nome com entidade personalizada, individualizada, do nome como terceiro elemento formador do homem” (DICK, 1992, p. 191).

Nessa direção, Eduardo Tadeu Roque Amaral e Márcia Sipavicius Seide elucidam as diferentes abordagens de estudos relativos à Antroponomástica e mostram a existência de diferentes acepções que circundam os nomes próprios de pessoas. De acordo com os autores, a definição linguística de nome próprio e a distinção entre substantivo próprio e substantivo comum ocorrem, primeiramente, nas gramáticas, tanto nas normativas quanto nas descritivas. As gramáticas apontam que os nomes próprios são utilizados para fazer “referência direta a um ser único sem indicar uma característica que seria própria do ser referenciado e, na língua escrita, devem ser grafados com letra inicial maiúscula” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 69).

Os estudos linguísticos relativos a essa área do conhecimento, no Brasil, principalmente aqueles publicados nas últimas décadas, são trabalhos de pesquisadores e pós-graduandos em diferentes universidades como: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Tocantins, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (AMARAL; SEIDE, 2020).

As pesquisas na área da Antroponomástica se baseiam em diferentes perspectivas. Os nomes próprios constituem uma classe de palavras da morfologia – estudada pela Linguística ou, mais especificamente, pela Lexicologia. Amaral e Seide (2020) analisam a dinamicidade da grafia dos antropônimos – no campo morfológico – e, conseqüentemente, a maior diversidade em suas formas, a exemplo de sua flexibilidade enquanto substantivo, gênero e número gramatical. Ainda com relação à grafia, ressaltam que o uso de letra maiúscula distingue a função de substantivo comum e de substantivo próprio, como é o caso da grafia do nome *rosa*, que, grafado com letra inicial minúscula refere-se à flor, mas, quando atribuído a letra inicial maiúscula, *Rosa*, torna-se um nome próprio feminino. Outro ponto analisado com base nos aspectos sintáticos, e, frequentemente, visto na oralidade da língua, é o uso ou a ausência de artigo especificador antes do substantivo próprio, exemplo mencionado é o uso de artigo diante de antropônimos, principalmente no Brasil, a partir do século

XIX (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 127), como nas sentenças “Eu sei que Paulo não veio aqui ontem” e “Eu sei que o Paulo não veio aqui ontem”.

Dentro do campo da Semântica, há correntes de estudos, cujos autores se voltam à Lógica e à Filosofia da Linguagem, inicialmente, e aos estudos da Semântica Lexical de Michel Breal e da Semântica Enunciativa. Como ponto de partida, considerando os nomes como uma *referência singular*, que nomeia basicamente objetos. A questão torna-se, no nível semântico, a de saber se há possibilidade de haver um significado para o nome próprio. Alguns estudiosos, como Russel, apontam que os antropônimos possuem um sentido, sendo este uma descrição definida (AMARAL; SEIDE, 2020).

Outros autores defendem que os nomes próprios não têm sentido, ou seja, apenas referenciam, denotam, seriam apenas um *designador rígido*, como proposto por John Stuart Mill. Outros trabalhos, dentro do campo da Linguística, investigam o nome próprio ao *predicado de denominação*, termo proposto por Kleiber (1981), indo além do fato de ser ou não o antropônimo composto por um significado.

Na Teoria Descritiva (Teoria do sentido), o nome próprio possui sentido e referência, e a descrição, no nome, faz-se possível identificar o referente (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 137). Frege e Russell são alguns dos precursores da teoria; para Frege, os nomes são considerados signos que designam um objeto singular e, para Russell, os nomes são uma descrição definida. Já na Teoria Referencial, conforme postulado Stuart Mill, os nomes, isto é, antropônimos, como *João*, *Londres* ou *Inglaterra*, denotam apenas um sujeito, não atribuindo, necessariamente um significado.

Outros estudos salientados por Amaral e Seide (2020), no que diz respeito as pesquisas inseridas na Semântica, são aquelas independentes das teorias descritivistas, cujas próprias definições e conceitos são distintas daquilo até então proposto (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 166).

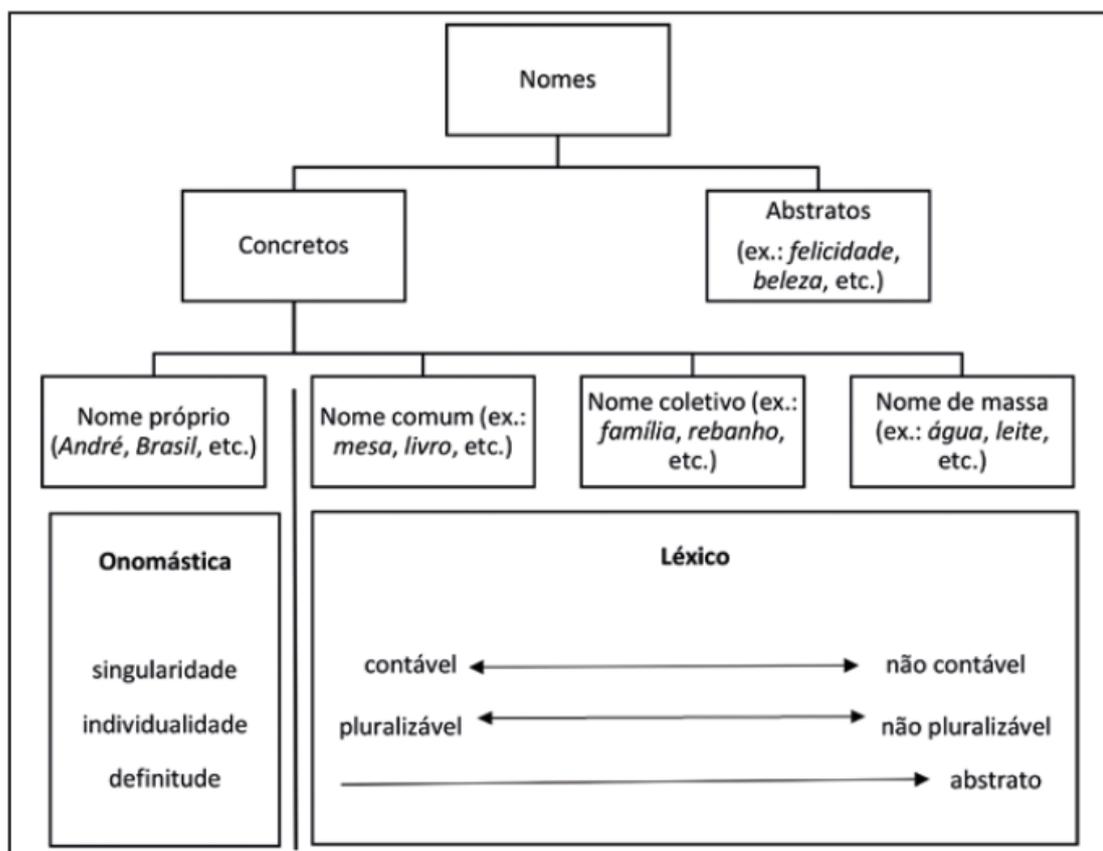
Para Bréal, o nome de pessoa é um signo de segunda potência, pois é possível associar diferentes conotações ao portador, para ele, o nome designa um ser, diferente do nome comum. Para Saussure, o nome próprio é distinto do nome comum, enquanto este pode fazer referência a diferentes seres, os nomes próprios fazem referência a um ser específico (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 166).

Para Lyons, os nomes podem ter significados expressivos, sociais e emotivos. Ullmann defende que as conotações de um nome apenas existem dentro do contexto

que são usadas. Kleiber defende que os nomes não apresentam sentido lexical, mas podem ter sentido descritivo. Gary-Prieur afirma que os nomes também não possuem sentido lexical, mas um caráter discursivo, e afirma a noção de conteúdo no nome próprio como um conjunto de propriedades ao referente, utilizadas em um contexto, uma crença (AMARAL; SEIDE, 2020).

Em geral, os nomes próprios não pertencem ao dicionário da língua, mas, quando transformados em substantivos comuns, é necessário retornar ao significado e à representação do antropônimo em dicionários, a exemplo: *marxismo*, *darwinista* e *machadiano*. Na figura a seguir, os nomes próprios, quando originam nomes comuns, perdem individualidade, singularidade e definitude, obtendo, assim, um caráter comum.

Figura 1 – Posição dos nomes no sistema nominal



Fonte: Amaral e Seide (2020, p. 177)

Até aqui, percebe-se que são diferentes os estudos dos nomes próprios de pessoas, seja pelo viés morfossintático, lexical ou semântico. Outros estudos, com

base nas pesquisas mais recentes, também trazem definições diferentes para os antropônimos e aceção distinta e interdisciplinar para os estudos onomasiológicos.

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Seide (2021) propõe uma redefinição terminológica interdisciplinar para os nomes próprios a fim de que corrobore com “a religação os saberes linguísticos, culturais, sociais e históricos acerca do que são, como são e os motivos pelos quais são os nomes próprios escolhidos e utilizados” (SEIDE, 2021, p. 2). Para tanto, a autora utiliza a Linguística Cognitiva, a Teoria da Relevância, os achados *neurolinguísticos* e o conhecimento do falante.

De acordo com Seide (2021), o nome próprio pode ser substituído por uma paráfrase ou frase, assim, o significado do nome é um conjunto de descrições definidas. Do ponto de vista da Teoria Cognitiva, o sentido do nome próprio vem dos valores cognitivos que o falante exprime através da descrição. Nessa direção, estudos da Onomástica Cognitiva utilizam dessa aceção para ampliar o conceito do nome próprio. Para a Teoria da Relevância, para cada nome há um conceito associado, convergindo com a Teoria Cognitiva.

Já os achados neurolinguísticos evidenciam dois processos: a relação do nome com seu portador e a associação entre descrições. A associação entre as teorias converge para o que a autora classifica como conhecimento onomástico (CO), ou seja, constitui o CO, o conhecimento do falante sobre as características linguísticas do nome próprio e sua utilização epistemológica. O quadro a seguir aponta os conhecimentos onomásticos dos falantes:

Quadro 1 – Conhecimento onomástico do falante - CO

1.significado denominativo procedural na linguagem cotidiana (como os nomes próprios são usados)
2.relação entre nome e referente conhecidos ou mencionadas no cotidiano (que nomes as pessoas e os lugares têm, por exemplo)
3.repertório (conjunto e tipos de nomes próprios conhecidos; pode incluir nomes em outros idiomas)
4.pronúncia dos nomes conhecidos e regras supostas para pronúncia de nomes desconhecidos (como os nomes são pronunciados)
5.grafia segundo as regras ortográficas do idiomas (pode incluir conhecimento sobre a grafia de nomes de outros idiomas).
6.informação gramatical (como gênero e número dos nomes próprios ⁵)
7.constituição (número de nomes de pode haver em um prenome ou em um topônimo por exemplo)
8.significado associativo (forma-se de acordo com as vivências do falante, com os referentes dos nomes)
9.significado emotivo (presente, por exemplo, nos hipocorísticos nos quais há uma conotação afetiva nos nomes)
10.fatores sociolinguísticos (presunção sobre a classe social e o gêneros dos nomes de pessoas, por exemplo)
11.imaginários etnosocioculturais (como presunção sobre qualidades atribuídas aos nomes como a de que nomes de pessoa em língua inglesa teê mais prestígio do que nomes na língua portuguesa)
12.processo de nomeação: quem nomeia e quando (pode incluir os aspectos legais da nomeação oficial)
13.motivação da nomeação (conhecimento sobre a história da escolha do nome, do porquê um determinado nome foi escolhido)
14.usos e valores de prenomes no mundo ficcional (literatura, cinema, mini-séries, telenovelas, <i>games</i> , etc.)
15.significado etimológico e/ou histórico

Fonte: Seide (2021)

Com base nas teorias e no conhecimento onomástico do falante ideal, Seide propõe uma redefinição para o nome próprio:

O nome próprio é um nome singular, um objeto abstrato armazenado num endereço conceitual na mente do falante composto por um componente lógico, um componente lexical e um componente enciclopédico. Enquanto o primeiro responde pelo processamento necessário das informações para se chegar à compreensão de elocuições nas quais os nomes próprios são utilizados, os dois últimos integram o conhecimento linguístico e de mundo relativos ao nome próprio e correspondem ao conhecimento onomástico do falante ideal e pode abranger desde o conhecimento como em determinada língua e cultura os nomes são usados e suas características gramaticais até o conhecimento erudito sobre a etimologia e a origem dos nomes (SEIDE, 2021, p. 17).

Tendo em vista que o uso dessa definição inédita pode auxiliar na maior compreensão dos estudos Onomásticos, esta tese foca nas partes dos componentes que formam o CO:

1. Significado denominativo do nome, a forma como os nomes são usados;

3. Repertório de nomes: conjunto de nomes utilizados na norma antroponímica rondonense;

12. Processo de nomeação: de acordo com os relatos fornecidos pelo nomeado;

13. Motivação do nome: o porquê da escolha do nome.

Cumprе ressaltar que, do ponto de vista adotado nesta pesquisa, o objeto de estudo está inserido no conhecimento onomástico dos falantes, com inclusão do pesquisador e dos participantes das pesquisas. Como será explicitado posteriormente, na seção metodológica, a forma como são atribuídos os nomes e o que leva à atribuição de tais antropônimos, são evidenciados a partir de entrevistas com os portadores dos nomes próprios e designadores.

Nesta seção da tese, procurou percorrer os diferentes estudos sobre os nomes próprios na área da Linguística. Por fim, foi realizada uma explanação das últimas pesquisas no que diz respeito a uma nova definição interdisciplinar sobre o conceito de nome próprio. A seguir, a próxima seção destina-se a explicitação da área da onomástica que analisa os antropônimos sob o viés interdisciplinar, bem como, são consideradas pesquisas que utilizam dessa teoria para análise dos nomes próprios de pessoas.

1.2 PERSPECTIVA DE TRABALHO ADOTADA

Os nomes de pessoas evidenciam a existência de uma relação entre a norma antroponímica e a sociedade. Na Roma antiga, nomes como *Vítor* e *Félix* eram os preferidos quando se tratava de nomear algum menino que viria a se tornar guerreiro (DICK, 1992). Adiante, Santos (2003) analisa a mudança na norma antroponímica no período de mudanças sociais. Inicialmente, na Idade Medieval, as pessoas que ali habitavam tinham apenas um prenome e um patronímico, que identificava a qual família pertenciam. Com o início da Era Moderna e a ascensão da Revolução Industrial, nomear apenas com um prenome e sobrenome tornou-se uma prática ineficiente, uma vez que um grande contingente de pessoas habitava as cidades, desse modo, os nomes próprios não só definiam a família, mas também a profissão e marca de nascença. Assim, Santos (2003) aponta que, durante a Idade Medieval – entre o século X e XII, os antropônimos podiam identificar a profissão e a localidade

em que a família se originara. O estudo de Frai (2016) sobre a antroponímia rondonense no século XXI mostra que o uso de nomes religiosos, na década de 1930, era muito comum para as mulheres e o uso de nomes em homenagem ao pai e avô era comum para os meninos. Tais escolhas evidenciam a forte demarcação da Igreja Católica e uma sociedade patriarcalista (FRAI, 2016). Nos anos de 1990, após o advento da globalização (HALL, 2006), muitos nomes, até então não registrados, passaram a nomear as crianças que então nasciam. Nomes como *Kelly*, *Wesley*, *Jackson*, *Tuisy* passaram a ser fortemente utilizados a partir de então (GRESPLAN, 2014; FRAI, 2016).

Nesse contexto, é possível observar, em um estudo diacrônico, que, de fato, os nomes de pessoas são a evidência da interrelação entre sociedade e linguagem: os nomes de pessoas não são atribuídos aleatoriamente, eles revelam marcas identitárias e culturais que modificam conforme as influências do povo que as utilizam – a norma antroponímica faz parte da identidade cultural da sociedade.

Tendo como campo geral de pesquisa a Onomástica, o estudo dos nomes próprios, sendo a *Toponímia* – nomes de lugares – e a *Antroponímia* – nomes de pessoas (prenome, sobrenome, hipocorísticos, alcunhas) –, a Socioantroponomástica, subárea da Onomástica, objetiva estudar o fenômeno da prática nomeadora em um contexto social (DICK, 1992). Van Langendonck (2007), estudioso precursor da área, afirma que “os nomes próprios são signos linguísticos ancorados socialmente e são grande parte e parcela do inventário linguístico de uma comunidade²” (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 306, tradução nossa). Assim, os antropônimos se originam das práticas culturais e sociais, e é por isso que tais antropônimos refletem comportamentos e tendências da sociedade. Dessa forma, o autor ainda explicita:

Devido à natureza especial dos nomes próprios, eles são particularmente adequados para a investigação das alterações sociais, uma vez que estas mudanças têm um impacto direto e rápido, especialmente na estruturação da atribuição de nomes próprios em uma comunidade. Pelo menos a sociolinguística referente é capaz de produzir resultados interessantes³ (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 320, tradução nossa).

² Proper names are socially anchored linguistic signs and as such part and parcel of the linguistic inventory of a society (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 306).

³ Due to the special nature of proper names, they are particularly well suited for the investigation of social changes, since these changes have a direct and rapid impact on the structuring of specially the

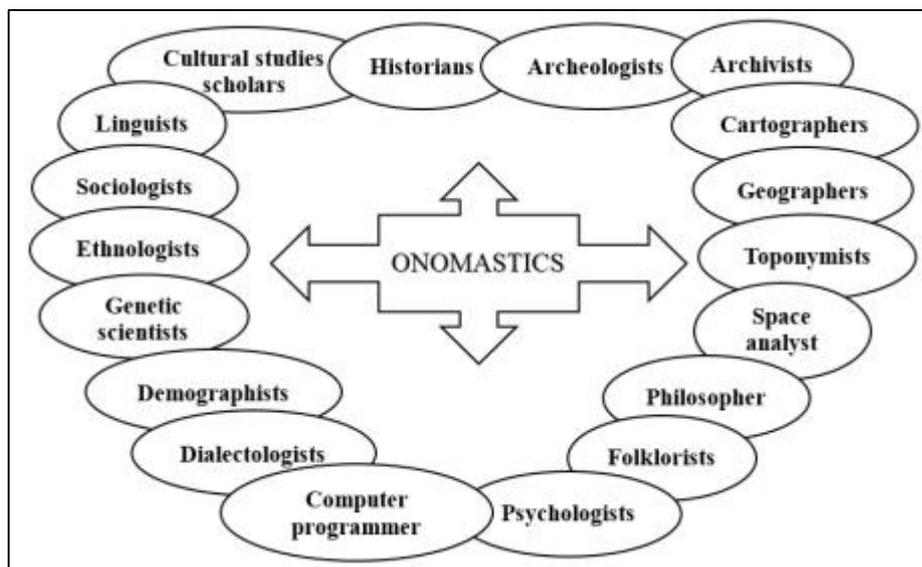
É nesse sentido que os estudos da Onomástica e, mais especificamente, da Socioantroponomástica se fazem pertinentes no âmbito científico. Estudar os antropônimos não se limita apenas a estudos sistemáticos do léxico, uma vez que podem revelar aspectos sociais e culturais, evidenciando uma grande importância, não apenas em nível linguístico, mas também sociocultural. Nessa direção teórica, Bramwell (2011) afirma que, em investigações antroponímicas, é necessário analisar as motivações⁴ no processo de nomeação. Segundo a autora, os antropônimos, além de demarcar grupos sociais, através de escolhas coletivas, são também o resultado de escolhas individuais que demarcam a motivação individual (BRAMWELL, 2011), enquanto a prática de nomeação de um lugar denota o gosto do coletivo, cada prática de nomeação evidencia histórias de vida daqueles que nomeiam.

Na necessidade de compreender a totalidade da prática antroponímica socialmente, a Socioantroponomástica utiliza áreas interdisciplinares, como a História, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, entre outras, para efetivar esse estudo. Conforme aponta Shokhenmayer (2017, p. 49), em seu trabalho sobre as perspectivas dos trabalhos onomasiológicos em diferentes mídias, os trabalhos da Onomástica estão cada vez mais interdisciplinares, justamente porque os antropônimos não são analisados somente pelo viés linguístico e etimológico. Shokhenmayer (2017) esclarece o âmbito das pesquisas onomásticas nos mais diversos países. O autor evidencia como essa ciência tem pesquisadores e leitores ativos. Hoje, com a tecnologia, *sites*, *blogs* e redes sociais têm sido criados a fim de que a ciência dos nomes possa ser divulgada de diferentes maneiras. Shokhenmayer (2017) aponta 22 *sites*, 17 páginas no Twitter, 19 *blogs* e 20 páginas no Facebook que cumprem esse papel. No Academia.Edu, são 12 palavras-chaves mais utilizadas para a busca de pesquisas, dentre elas, o termo *Onomastics*, com 5.641 procuras, *Onomástica*, 249, e *Onomastique*, 166; o termo *Anthroponyms* totalizou 112. Por fim, o autor conclui que as pesquisas onomásticas se tornaram interdisciplinares, e adverte que uma ciência que não se amplia em outras áreas torna-se estanque e limitada. A Figura 2 exemplifica as áreas correlacionadas com a Onomástica:

name-giving of the person in a community. At least referent sociolinguistics is able to yield interesting results (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 320).

⁴ O termo *motivation* é utilizado pela autora para apontar os motivos que os pais relatam para justificar a escolha dos prenomes atribuídos ao filho.

Quadro 2 – Áreas de afinidades com a Onomástica



Fonte: Shokhenmayer (2017)

Considerando a interrelação entre as áreas de conhecimento, há estudos em que os antropônimos são analisados para entender o comportamento de uma cultura, ou seja, como um meio para chegar em um resultado, geralmente pesquisas de outras áreas – e pesquisas na área da Linguística, cujo objetivo é o estudo do nome próprio como fim. Muitas são as pesquisas no Brasil e em outros países que analisam os antropônimos e muitas são as áreas de conhecimento que utilizam os nomes como objeto de estudo.

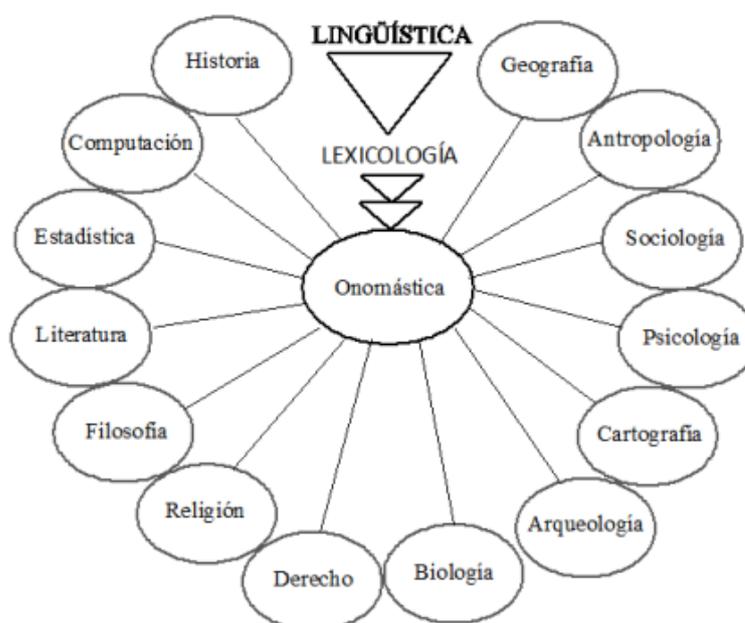
Jiménez Segura (2021) analisa a Onomástica como um ramo interdisciplinar da Linguística histórico comparada do século XIX, ligada aos estudos históricos da língua. A autora tece uma reflexão sobre o que concerne a Sócio-onomástica – ramo da Linguística – e as ciências onomásticas – estudos que utilizam os antropônimos sem, necessariamente, estarem vinculados à língua. O precursor dos estudos da Socio-Onomástica afirma ainda que

Os onomásticos, porém, às vezes se esquecem de que os nomes próprios fazem parte do sistema das línguas naturais. Tanto onomásticos quanto linguistas devem estar cientes do fato de que nomes próprios são palavras que merecem, em primeiro lugar, atenção linguística. Não concordo com o ponto de vista de que a

Onomástica é uma disciplina essencialmente diferente da linguística. (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 5, tradução nossa)⁵.

Isso mostra que, na pesquisa, deve-se ter como ponto de partida que o nome próprio é uma unidade complexa de sentido – um substantivo próprio que nomeia. A Figura 3 exemplifica os estudos interdisciplinares da Socio-Onomástica, que utiliza diferentes áreas do conhecimento, para explicar o fenômeno de uso de uma determinada peça lexical. Conclui-se, assim, que a Onomástica é uma linha de pesquisa pertencente aos estudos Lexicológicos da Linguística.

Quadro 3 – Interdisciplinaridade da Onomástica



Fonte: Jiménez Segura (2021)

Nessa perspectiva, ressalta-se que esta tese parte do viés de análise interdisciplinar, considerando que os nomes próprios de pessoas, além de serem peças léxicas de uma língua, são uma unidade de estudo da sociedade que os utiliza.

⁵ “Onomasticians, however, have sometimes forgotten that proper names are part of the system of natural languages. Both onomasticians and linguists should be aware of the fact that proper names are words which deserve linguistic attention in the first place. I do not agree with the standpoint that onomastics is an essentially different discipline from linguistics.”

1.3 SOCIOANTROPONOMÁSTICA: REVISÃO DE LITERATURA

Nesse estudo, com o intuito de realizar uma revisão de literatura e apresentar o cenário das pesquisas antroponomásticas de modo mais amplo, foram consideradas dissertações e teses referentes ao estudo dos antropônimos que não são da área de Letras. Para isso, foram utilizadas palavras-chave como: *modos de referência*, *sobrenome*, *nome de família*, *nomes personativos*, bem como terminologias mais específicas da Onomástica como *prenomes*, *hipocorísticos*, *antropônimos*, entre outros.

Muitos trabalhos foram listados de diversas áreas: Filosofia, Sociologia, História, Direito e Economia. Aqui, exemplificam-se algumas pesquisas que ilustram tal cenário de estudos dos nomes próprios na perspectiva de outras áreas científicas.

Pesquisas associadas aos programas de pós-graduação de Filosofia demonstraram interesse aos nomes. Leite (2014), em sua dissertação, analisa o papel dos nomes próprios dentro da filosofia contemporânea. Objetivou, assim, mostrar a importância dessa discussão para os estudos da filosofia da linguagem. Para isso, a autora utilizou a metodologia internalista, estritamente teórica. No decorrer do texto, aponta para duas correntes para a teoria da nomeação: o *descritivismo* e a *teoria da causalidade*. Para ela, o que motiva o estudo é verificar que a filosofia da linguagem aborda o “mundo, pensamento e linguagem” (LEITE, 2014, p. 88). Por fim, Leite (2014) aponta que nomes necessitam estar atrelados a alguém para ter significado.

Na mesma direção teórica, Assis (2013), na dissertação intitulada *Descrição e causalidade na fixação da referência de nomes*, também na área da Filosofia, converge com os estudos de Leite (2014). O autor objetivou problematizar a referência de nomes próprios dentro da perspectiva Causalista e Descritivista. Inicialmente, ele se propõe a evidenciar que nomes têm sentido e referência. Outro filósofo mencionado é Kripke, que afirma que nomes próprios são designadores rígidos. Assis (2013), no decorrer do trabalho, contrapõe os estudos dos filósofos em relação aos nomes próprios. No entanto, o que se observa aqui é que tais trabalhos não mencionam a área da Onomástica.

Outra dissertação apresentada é de Camilo (2016), situada no programa de pós-graduação na área de História. Ele pesquisa as práticas de nomeação de prenomes, segundo nome e sobrenomes da população livre e forra na freguesia de

Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, atual cidade de Porto Alegre (RS), entre os anos de 1772 e 1835. Diferente das outras pesquisas, Camilo (2016) inicia sua pesquisa utilizando o aporte teórico adotado pela Onomástica. O autor aborda o conceito de nome, significado e função explicitada pelos estudiosos Leite de Vasconcelos, precursor da Onomástica no Brasil, e Rosário Farani Mânsur Guérios. A pesquisa utiliza a análise documental, certidões de batismo, casamento e óbito; metodologia semelhante a muitos trabalhos onomasiológicos, além do método quantitativo e qualitativo. Tal trabalho objetiva estudar como determinado grupo social nomeava os filhos e, dentro de um corte diacrônico, verificar de que forma esses nomes evidenciavam o espaço social.

Camilo (2016) aponta ainda a importância do estudo onomástico para a historiografia: estudar os nomes próprios em um percurso histórico revela muito da sociedade, o nome não significa por si só, pois ele necessita estar atrelado a um portador do nome e a uma sociedade (CAMILO, 2016, p. 166). Na pesquisa, percebe-se que nomes podem fazer manutenção da cultura familiar, muitas vezes, tais prenomes podem ser reinventados. A premissa do autor converge aos estudos da Socioantroponomástica, uma vez que a preocupação do autor não se limitou apenas ao percurso histórico do nome, mas como a nomenclatura muda e reinventa no espaço que é utilizada. Entretanto, na revisão de literatura, não houve outras menções aos estudos dos antropônimos.

Outra dissertação de mestrado, defendida na Universidade de São Paulo, é a de Scottini (2011), intitulada *O que o nome nos ensina? Padrões sociais e raciais de nomes e sobrenomes e performance escolar em São Paulo*. O autor tem como objetivo analisar padrões sociais e raciais nos nomes de alunos de uma escola pública na cidade de São Paulo e assim analisar como o status socioeconômico do nome pode influenciar o rendimento escolar de alunos. Para tanto, foram utilizados os dados de inscrição e notas do SARESP (Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). O autor afirma, de início, a criação de um índice que verifica o quão rico ou pobre e quão branco ou afro um nome pode ser. Interessante, aqui, foi perceber que há estudos na área da Economia que associam nome ao *status* econômico. Scottini (2011, p. 03) afirma que há dois fenômenos apontados pela área: o primeiro é que “nomes possuem padrão social e racial”, e podem perpassar de uma diferença social e racial e transcender para diferenças culturais. O segundo fenômeno é que “além de serem indicadores de origem social e de raça, nomes e sobrenomes

parecem influenciar resultados socioeconômicos dos indivíduos” (SCOTTINI, 2011, p. 03).

A pesquisa evidencia que nomes de maior *status* social são considerados mais tradicionais, simples e condizentes com as normas da língua portuguesa, como por exemplo: *Sofia, Clara, Bernardo e Pedro*; ou nomes de alto *status* de origem não portuguesa como: *Martina, Pietra, Otto e Kenzo*. Já os nomes considerados de baixo *status* “por sua vez tendem a ter inspiração na língua inglesa (revelando possivelmente a influência da cultura de massa norte-americana)” (SCOTTINI, 2011, p. 09), são grafados diferentemente da língua portuguesa, possuem fusão de nomes de pai e mãe, a exemplo: *Daiane, Jéssica Aparecida e Josimar e Michael Douglas*.

O autor conclui que as influências socioculturais dos pais interferem na prática de dar nomes. Pais com baixa escolaridade e mais propensos à cultura de massa (filme, televisão) costumam dar nomes estrangeiros aos filhos; enquanto pais mais escolarizados e com acesso à linguagem escrita nomeiam seus filhos com nomes considerados simples. Essa diferença é também observada no desempenho escolar. De acordo com os dados coletados da prova do SARESP, alunos com o nome Heitor, por exemplo, possuem nota superior a de um estudante com o nome Jackson.

A pesquisa de Scottini (2011) não faz menção à Onomástica, muito menos a questões sociais e culturais estudadas pela Socioantroponomástica. No entanto, aborda uma questão importante para esta pesquisa: a variável social como fator influenciador na prática de nomeação. O autor relaciona o rendimento escolar com o nome que o estudante possui, problematizando com a questão socioeconômica. Em sua revisão literária, ele se detém a explicitar como fatores econômicos, principalmente, contribuem na nomeação. Mesmo que de forma breve, na dissertação, são mencionados fatores que influenciam na prática de nomeação, ou seja, influências que os pais estavam sujeitos no contexto social.

No âmbito das pesquisas na área de Letras, há dissertações e teses que utilizam um vasto aporte teórico e diferentes metodologias, escolhidas de acordo com o propósito da pesquisa; evidenciando, assim, a maleabilidade desses estudos. Considerando pesquisas realizadas no Portal de Periódicos Capes, Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, pode-se notar que pesquisas no campo da Onomástica e, mais especificamente, da Antroponomástica e da Socioantroponomástica são datadas a partir de 2010.

Utilizando a palavra-chave *Onomástica*, no Portal de Periódicos da Capes, termo mais abrangente na área, encontram-se 19 resultados (entre dissertações e teses), no entanto, apenas 7 puderam ser acessadas⁶ entre o mês de maio e novembro de 2019. Tais trabalhos envolvem pesquisas tanto na área da Antroponomástica quanto da Toponomástica.

Nas pesquisas feitas na plataforma Google Acadêmico, ao utilizar a palavra-chave *Antroponímia*, encontram-se 138.000 trabalhos, incluindo teses, dissertações, artigos de divulgação científica e Trabalhos de conclusão de curso, ou seja, esse número é equivalente a trabalhos de qualquer área que têm o termo *Antroponímia* nele inserido. Os resultados apontam para diferentes trabalhos; muitos deles que não se inserem na área da Onomástica em si, tendo menção a textos de análise literária, Sociologia, trabalhos nas áreas de Educação, Direito, entre outros.

A fim de refinar a pesquisa, consultou-se a palavra-chave *Antroponímia* para a área de atuação Letras, no Catálogo de Teses e dissertações, no Brasil. Encontram-se apenas 18 resultados: entre eles, há 13 dissertações e 5 teses. Das dissertações, 8 não podem ser acessadas via *internet*. Além disso, salienta-se que, entre uma e outra plataforma de pesquisa, as teses, dissertações e trabalhos se repetem. Assim, fez-se uma revisão de literatura apontando os respectivos trabalhos realizados na área, no Brasil, que possuem, principalmente, semelhanças com esta pesquisa.

Os trabalhos aqui elencados são diversificados no que se refere ao objeto de estudo e às metodologias adotadas, o que se evidencia nas pesquisas onomásticas, resultado que confirma o apontado por Seide (2016), em sua revisão de literatura: estudar nomes próprios de pessoas é algo amplo e dinâmico.

Algumas das pesquisas encontradas no Banco de Dissertações e Teses mostram semelhanças no que diz respeito à metodologia. A tese intitulada *Formas de Referência a pessoas: uma abordagem variacionista* (MOTA, 2013) aponta para um estudo da Socioantroponomástica, pautado nas diferentes formas de referência para uma pessoa no português brasileiro falado. A autora demonstra que o nome considerado oficial – de batismo – não é a única forma de se referenciar a alguém; nessa perspectiva, o objetivo do trabalho é descobrir quais são as motivações linguísticas e extralinguísticas que contribuem para a atribuição dessas novas práticas, como também analisar o porquê dessas formas de referência

⁶ Alguns trabalhos não puderam ser acessados, pois não havia disponibilidade de acesso via *internet*. Apenas menção ao trabalho na Plataforma Sucupira.

mudarem de acordo com a profissão, o local de nascimento ou as características físicas. A geração de dados se constituiu por entrevistas com moradores do Norte de Minas Gerais, mais precisamente, nos municípios de Aparecida do Norte e Belo Horizonte; no total, foram 24 entrevistas com faixa etária e escolaridade distintas. Nota-se que a pesquisa, além de seguir parâmetros da Socioantropomástica, também aborda a Antropomástica Comparada, uma vez que um dos objetivos é comparar a forma de referenciação entre os dois lugares: uma situação no interior do estado; outro, a capital administrativa.

Para a análise dos dados, foi utilizada a teoria Variacionista de Labov, evidenciando, assim, o caráter sicionomástico da pesquisa. Os resultados apontam para a divergência nas formas de referenciação. Em Aparecida do Mundo Novo, houve maior atribuição de nomes morfologicamente modificados enquanto em Belo Horizonte não. Ademais, fatores como sexo, escolaridade e faixa etária se mostraram relevantes no resultado em Aparecida do Mundo Novo. Também se percebeu que a referenciação para as pessoas é realizada, predominantemente, por relação de parentesco, enquanto, em Belo Horizonte, as pessoas referenciam às outras com o nome oficial mais o sobrenome.

A tese da autora destaca, evidentemente, o olhar da pesquisa Sociolinguística. Ao utilizar a teoria Variacionista, bem como entrevistas, Mota (2013) explicita a existência de uma relação intrínseca entre a referenciação de pessoas e a região em que vivem. Ainda, é possível observar que variáveis sociológicas, como escolaridade e faixa etária, são importantes no estudo dos nomes próprios e influenciam na referenciação de pessoas.

Sob esse mesmo viés de pesquisa – o da Sociontropomástica e da teoria Variacionista –, encontra-se a dissertação de Amaral (2003), intitulada *A ausência/presença de artigo definido diante dos antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. O trabalho tem como objetivo descrever e analisar a variação regional no uso ou não do artigo definido antecedendo o nome próprio em três localidades diferentes: Campanha, Minas Novas e Paracatu, e testar a hipótese de que fenômenos sintáticos podem ser utilizados para a delimitação linguística entre regiões do estado. Para isso, o autor utiliza de entrevistas da fala do cotidiano, feitas com pessoas de faixa etária e grau de escolaridade distintos. Como pressuposto metodológico, foi utilizada a teoria da Dialetologia e da Sociolinguística Variacionista. A teoria utilizada por ele perpassa os estudos de

definição dos nomes próprios, as formas de referência e as funções distintas do antropônimo.

O resultado do trabalho mostrou que há divergência no uso do artigo definido *o* e *a* nas localidades estudadas. O fator faixa etária mostrou-se relevante em Minas Novas e Paracatu; os mais novos os utilizam, enquanto os mais velhos não. Em Paracatu, o fator escolaridade foi mais demarcado, uma vez que informantes com maior grau de escolaridade utilizam os artigos antes dos nomes próprios. Outro fator relatado pelo autor que apareceu em destaque foi a intimidade entre informantes; em Campanha e Minas Novas, o uso das variantes permite mostrar a marca de identificação do tipo de contato que o informante tem com aquele que ele se refere.

Desse modo, Amaral identificou que variáveis sociológicas podem interferir na Onomástica local. A variável escolarização mostrou-se relevante aos estudos; em algumas localidades, a escolaridade evidencia o uso do artigo definido. Por se tratar de uma pesquisa da Socioantroponomástica, foi possível observar que não há uma regra em relação a essa variável, pois, em outros locais, a escolaridade não se mostrou influenciar. Outra variável que obteve comportamento diferenciado, de acordo com o local, é a idade, enquanto jovens podem demarcar mudanças linguísticas e retratar a ausência de artigo definido antes de antropônimos, também há de se observar que idosos tendem a conservar traços da língua e, portanto, podem apresentar esse comportamento.

Outra tese encontrada, inserida no âmbito da Socioantroponomástica, que mostra pesquisa de cunho interdisciplinar, é a tese intitulada *As crianças da Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, entre 1875 e 2005: os nomes de batismo e a leitura que eles suscitam sobre a comunidade*. Sartori (2016) analisa os nomes das crianças batizadas na paróquia Santa Teresa, e, posteriormente, analisa-os com a histórica e a cultural do local. Para isso, a autora coleta os dados, a partir da análise documental de registros de batismos, 53.168 antropônimos, dentro de um recorte temporal de 1875 até 2005. Em sua análise, a autora observou que o comportamento na atribuição de nomes está interligado a fatores religiosos. A pesquisa demonstrou que muitos nomes religiosos foram atribuídos aos recém-nascidos devido à forte influência da Igreja Católica e à devoção pela religião (SARTORI, 2016). Ademais, ao longo do tempo, foi possível observar a mudança na prática de nomeação; a autora menciona, ainda, que um dos fatores para essa mudança é a globalização hoje.

Diferente da tese de Mota (2013), cuja pesquisa assemelha-se a esta devido à metodologia e às variáveis sociológicas, Sartori (2016) explicita o fator religião fortemente imbricado com a prática de nomeação. Além disso, evidencia que as motivações dos nomes mudaram no tempo, o que aponta para mudanças na norma antroponímica; fenômeno que a autora justifica devido à globalização.

A tese de Sartori assemelha-se com a dissertação de Frai (2016), que evidenciou a influência da Igreja Católica, principalmente, no período de 1930 a 1950, no município de Marechal Cândido Rondon - PR, durante o período de colonização do local. Durante a Marcha para o Oeste, a Igreja Católica era um local de encontro e referência aos colonizadores e famílias que ali viviam. A crença em atribuir nomes religiosos se dava, principalmente, pela intenção de dar um nome de santo ao filho, a fim de que recebesse proteção divina.

A dissertação de Frai (2016), intitulada *Motivações para a escolha de um segundo nome na Antroponímia rondonense*, teve como objetivo principal investigar os modelos atributivos mais utilizados na escolha de um segundo nome na cidade de Marechal Cândido Rondon, Paraná, sendo uma pesquisa pautada nos estudos da Socioantroponomástica. Nessa direção, houve verificação de quais modelos atributivos são mais mencionados na escolha do nome de um filho; se há fatores históricos, sociais e culturais que contribuem na escolha de um nome; se os nomes escolhidos são diferentes a partir dos anos e se o gênero do filho pode ou não influenciar na motivação da escolha do nome. Para responder tais impasses, a autora utiliza como aporte teórico tanto os conceitos linguísticos da Lexicologia e Onomástica quanto os pressupostos relacionados à história da região Oeste do Paraná. Também foram considerados estudos antropológicos que utilizam dos nomes próprios pesquisas referentes à globalização.

Para a geração de dados, a metodologia adotada foi a entrevista semiestruturada, ou seja, os próprios pais ou portadores dos nomes duplos relataram a escolha dos nomes. Ademais, para a análise dos dados, foram selecionados nomes femininos e masculinos, em um recorte temporal, que data da década de 1940 até 2016; a entrevista foi embasada à luz da Sociolinguística Variacionista. A autora observou que a prática de dar nomes aos filhos, tanto para homens quanto mulheres, está ligada ao processo de colonização do município de Marechal Cândido Rondon. Para as mulheres, houve predominância de motivações religiosas, uma vez que, a partir dos estudos sociológicos, cabia à mãe o ensino religioso ao filho; nomes de

santas foram os mais mencionados. Já para os homens, destacam-se os nomes por homenagens aos avôs, permanecendo o nome do patriarca. Ao decorrer das décadas, tais motivações sofreram transformações, ao impasse que fatores como a mídia e globalização também surgiram. Desse modo, nos nomes a partir da década de 1980, começaram a surgir modismos e menções a nomes de cantores, atrizes e celebridades em geral, para ambos os sexos. Por fim, nas últimas décadas de análise, foi possível perceber que alguns nomes que foram mencionados nas primeiras décadas voltam a ser atribuídos aos meninos, evidenciando, assim, um comportamento de moda aos antropônimos e outros evidentemente tradicionais.

As pesquisas de Sartori (2016) e Frai (2016) apontam duas semelhanças importantes: a evidência que as crenças culturais interferem na prática de nomeação. A religião é uma variável sociológica e, a partir dela, é possível observar o papel da crença em nomear um filho. Frai aponta que dar um nome de santo a um filho, por exemplo, remete não só ao signo linguístico, mas também a toda carga semântica que dele vem: a intenção do nome ser um fator de proteção e benção ao filho, e uma vida próspera ao recém-nascido. Também, as duas pesquisas salientam a mudança na sociedade: a globalização é um fator de mudanças sociais, culturais e antroponímicas. Atribuir um nome diferente do usual, por exemplo, com grafia “ll”, “y”, “ck”, em *Samella*, *Kelly*, *Jackson*, mostra a intenção dos pais de que filho seja diferente dos demais; uma pessoa de destaque na comunidade em que vive. A metodologia utilizada pela segunda autora – entrevistas semiestruturadas – semelhante ao método de Amaral, pôde comprovar que crenças são fatores de mudança na norma antroponímica e são efetivamente verificadas a partir do contato direto com as pessoas que nomearam ou portadoras do nome.

Em convergência, o estudo de Grespan (2014) evidenciou uma prática de nomeação diferenciada nos anos atuais. A pesquisa, intitulada *Antroponímia de Toledo – Paraná - 1954-2004: aspectos inovadores* (GRESPLAN, 2014), objetivou compreender como os moradores da cidade de Toledo nomeiam seus filhos e analisar aspectos inovadores nos nomes. Nessa direção, a autora utiliza de pressupostos teóricos específicos da Antroponomástica, considerando, além da etimologia do nome como análise e o viés estruturalista, visto o nome como signo linguístico, também fatores culturais para explicar os fenômenos linguísticos encontrados. A metodologia adotada foi a análise documental de certidões de nascimento, foram coletados os 100 primeiros nomes registrados no período de 1954 até 2004, totalizando 600. A autora

salienta que a análise etimológica foi utilizada apenas na quantificação dos dados e, posteriormente, foi utilizado outro método de análise para a fase qualitativa.

A pesquisadora concluiu que, na cidade do Oeste do Paraná, há maior preferência a nomes duplos, bem como a utilização de elementos modificadores dos nomes, como por exemplo, *ll*, *th*, *nn*, identificados como modismos na norma antroponímica. Outro fator apontado é o uso de nomes de origem ítala e germânica, uma vez que a cidade comporta uma heterogeneidade de culturas.

Vescovi (2014), na pesquisa intitulada *Prenomes e sobrenomes em Palotina-PR e em Maripá-PR: um estudo comparativo*, destaca o uso da Socioantroponomástica para o estudo efetivo dos nomes próprios. O objetivo da dissertação foi investigar a norma antroponímica de dois lugares distintos: Palotina e Maripá, relacionando mudanças da prática de nomeação ao contexto histórico e cultural do local. Para tanto, a autora pautou-se na possibilidade de haver ascendência ou não nos nomes próprios a partir da colonização das cidades, identificou se há mudanças entre as normas antroponímicas e, posteriormente, comparou os dados entre municípios. Salienta-se, aqui, que mesmo a pesquisa sendo pautada nos estudos interdisciplinares, há de se considerar também a comparação entre dois lugares distintos, o que pode configurar uma característica da Antroponomástica Comparada.

Nessa direção, o aporte teórico utilizado partiu de estudos históricos e sociais de tais comunidades, pressupostos teóricos referentes à Linguística e, especificamente, à Onomástica.

O levantamento de dados foi realizado a partir da análise documental: os nomes para pesquisa foram coletados a partir de certidões de nascimento. Foram selecionados os 100 primeiros registros de cada década: 1957, 1967, 1977, 1987, 1997 e 2007, contemplando 60 anos de história, em 600 nomes coletados. A pesquisa de Vescovi (2014) aponta que os nomes próprios estão intimamente interligados aos fatores históricos e culturais dos municípios. Houve presença significativa de sobrenomes de outras etimologias que não a ítala e a teuta no período da Era da Hortelã, momento histórico de ascensão econômica de Palotina. Novos moradores, que vieram para trabalhar no cultivo, trouxeram consigo outros antropônimos até então não encontrados. Outro fator mencionado é que, entre homens e mulheres, o primeiro possui maior estabilidade no uso dos nomes. Entre Palotina e Maripá, há convergência na norma antroponímica, ao considerar que foram encontrados

antropônimos semelhantes. Assim como apontado na pesquisa de Grespan (2014), o uso de nomes duplos foi presente nas duas cidades. Divergências encontradas relacionam o sobrenome, em Maripá, encontram-se mais sobrenomes de origem Teuta, já sobre estabilidade de nomes, os femininos encontram-se mais instáveis em Palotina enquanto, em Maripá, encontram-se mais instáveis os prenomes masculinos.

Outra tese é *A questão onomástica no encontro entre jesuítas e índios no Brasil do século XVI: tradução, perspectivismo e metalinguagem* (CARDOZO, 2016). A pesquisa teve como objetivo analisar a problemática da significação onomástica concernente ao encontro “sócio-político-linguístico-cultural” entre ameríndios brasis e jesuítas, no Brasil do século XVI. A metodologia adotada foi a análise documental a partir de cartas do padre José de Anchieta, também foram considerados trabalhos históricos, antropológicos e linguísticos acerca das missões, catequese e outras particularidades que podem denotar a dimensão onomástica. O objetivo central da pesquisa pauta-se no ato de nomeação e tradução do nome. De acordo com análises realizadas, Cardozo observou que a norma antroponímica dos índios brasis e jesuítas são diferentes: enquanto os primeiros atribuem nomes a partir de guerras; os outros atribuem nomes religiosos, atrelados às divindades da Igreja Católica. Por fim, o autor aponta que o comportamento na prática de dar nomes pode ser diferente do que se espera. Com o fator histórico, a dominação política do povo branco perante os indígenas poderia supor uma mudança antroponímia (CARDOZO, 2016), porém, houve o que o autor denomina como aculturação mútua: os índios iniciaram a atribuição de nomes cristãos; e os jesuítas nomes de origem tupi.

Os trabalhos de Vescovi (2014) e de Cardozo (2016) evidenciam o papel da história no percurso antroponímico. As duas pesquisas evidenciam o caráter multidisciplinar da Onomástica e mostram que fatos históricos, como a Era da Hortelã e as Missões Jesuíticas, influenciam de tal forma a cultura e a sociedade que ali convive, influenciando também a norma antroponímica de uma localidade.

Outra dissertação é a de Rocha (2010), intitulada *Motivação Lexical: aspectos históricos e socioculturais na antroponímia e na antonomásia da cidade de São José do Jacuri – MG*⁷, que tem como objetivo central analisar a possível relação existente entre a onomástica pré-nominal com fatores históricos, sociais e culturais no município de São José do Jacuri, Minas Gerais. A autora, inicialmente, define que o objeto de

⁷ O termo motivação não é definido pela autora. Em seu trabalho, o termo motivo e motivação são sinônimos e correspondem ao porquê da escolha de um prenome.

estudo a partir das formas nos nomes próprios de pessoas, que podem ser mudados fonologicamente, morfologicamente no registro oral e que ainda podem variar semanticamente. Como aporte teórico, são utilizadas como fontes o estudo da Lexicologia, da Semântica, da Descrição gramatical e também da Variação e Mudança Linguística e da Memória e Sociedade. Sobre a metodologia adotada, foram coletados nomes de pessoas em fichas de inscrição partidária, na prefeitura local, registros em comitês políticos e foram realizadas visitas em casas de moradores de Jacuri.

O resultado da pesquisa pode mostrar que, por mais que haja “um esvaziamento da carga referencial externa” (ROCHA, 2010, p. 116), o contexto histórico, político, econômico e sociocultural perpassa na escolha de um nome. No caso dos apelidos, a autora constatou que os apelidos atribuídos como forma de referência são motivados, na sua grande maioria, por características físicas, psicológicas, intelectuais ou morais; os apelidos são atribuídos na maioria para homens. Já para mulheres, apareceu o primeiro nome sucedido pelo apelido do marido. A conclusão é que os apelidos, de forma geral, apontam maiores motivações do que os nomes de batismo.

Além disso, outros trabalhos podem ser explicitados por possuírem semelhanças teóricas ou metodológicas com a presente pesquisa. Diferentemente de dissertações e teses, que são poucas encontradas; artigos em periódicos mostraram que há diferentes pesquisas na área da Onomástica. Entre os artigos mencionados ora pesquisados, observam-se os estudos de Seide (2013) sobre as motivações⁸ contemporâneas para a escolha do nome que se relacionam com a presente pesquisa. Nesse estudo, a autora utiliza de relatos gerados a partir de questionários que graduandos do curso de Letras responderam sobre a motivação de seus nomes. O resultado aponta que há motivações não usuais para a prática de nomeação, como univocidade, causalidade e idiosincrasias. Além do mais, Seide (2016b), no artigo intitulado *A identidade religiosa na antroponímia de Marechal Cândido Rondon*, já aponta, dentro do âmbito da variável sociológica religião, a questão do nome por motivação religiosa. Os dados foram gerados a partir de questionários e o fator que se destaca em seu trabalho é a averiguação de diferentes motivações que levam à atribuição de um antropônimo religioso. Isso denota um ponto a ser investigado: há de se observar que um nome religioso, por exemplo, pode não ser atribuído devido à

⁸ Nesta tese, o termo motivação é sinônimo de razão pela qual um nome é escolhido, de acordo com a narrativa apresentada pelos portadores ou designadores do nome.

carga semântica ou origem etimológica, e sim por outros fatores que sobressaíram a esses. Outro artigo de Seide e Grespan (2013) aborda a preferência por nomes duplos e a grande menção de nomes com grafias estrangeiras, na norma antroponímica do município de Toledo – PR, mostrando, assim, um modismo em relação às práticas de nomeação.

Há de se observar que a questão de modismos e “novos” nomes têm sido alvo de diferentes pesquisas Onomásticas. Assim como já mencionado em algumas teses e dissertações, tais artigos também apontam para esse fenômeno. A conclusão que se tem até então é que a globalização e a influência de outras culturas interferem na norma antroponímica.

Nessa perspectiva de estudo, Freitas (2007) objetivou verificar o uso de nomes estrangeiros em cinco municípios diferentes: Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti, Belford Roxo e Nilópolis. Os dados foram gerados a partir de questionários com estudantes da educação básica e EJA, e comerciantes. A pesquisa esclarece a existência de muitos nomes estrangeiros nas comunidades de estudo e conclui que o contato com outras culturas interfere na norma antroponímica.

Massini-Cagliari (2010) verificou a variação fonológica do uso de antropônimos da língua inglesa implementados na língua portuguesa. A autora aponta que há diferenças na adaptação fonológica de nomes comuns e nomes próprios da língua inglesa para a portuguesa; as utilizações de nomes estrangeiros podem acarretar como um nome “diferente” ao portador do nome. Por fim, a pesquisadora apresenta um pressuposto importante: nomes estrangeiros podem ser mais utilizados em classes sociais menos privilegiadas. Tal afirmação leva a análise das variáveis sociológicas como classe social.

As pesquisas até aqui mencionadas são semelhantes em diferentes aspectos: em metodologias – ao considerar a Sociolinguística para a geração de dados – ou em teoria: ao analisar os nomes próprios de pessoas sob a perspectiva da Socioantroponomástica. No entanto, há de se considerar também os fatores distintos, ou aquelas pesquisas que, mesmo se tratando do mesmo objeto de estudo, encontram-se com escolhas teóricas ou metodológicas diferenciadas. Essas diferenças são pertinentes para justificar o objetivo desta revisão de literatura.

Nessa direção, é necessário salientar as pesquisas de Sartori (2016), Grespan (2014), Vescovi (2014) e Rocha (2010), que apontam uma pesquisa cuja metodologia parte de análise documental. No entanto, tal método pode ser considerado limitado

em uma pesquisa cujo objetivo é analisar a influência social e cultural na norma antroponímica.

Outras pesquisas que distinguem dos propósitos desta é a tese de Amaral (2008), intitulada *Nomes Próprios: análise de antropônimos do espanhol escrito*, que tem como objetivo mostrar os diferentes usos de antropônimos – nomes de pessoas – em textos do espanhol escrito contemporâneo. Para isso, o autor utiliza um amplo aporte teórico, iniciando com a explanação das teorias clássicas da linguística sobre referenciação, entre elas encontram-se: a teoria descritiva, a teoria do sentido e referencial direta. Ademais, incluem-se análises gramaticais, tendo enfoque em predicação e denominação de substantivos próprios modificados. O objeto de estudo foi o recorte de textos jornalísticos retirados em um jornal *online*, intitulado *La Nación*. Na pesquisa, o autor apresentou uma nova classificação no uso dos modificadores dos nomes próprios, provou a inviabilidade da denominação de modificação do nome próprio, bem como analisou o uso típico e ordinário de um antropônimo. A pesquisa se apresenta unidisciplinar, focando, estritamente, na análise linguística dos antropônimos.

As demais pesquisas de Amaral também apontam para enfoques metodológicos e teóricos distintos. No artigo *Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro*, o autor objetivou apresentar proposta tipológica para a área de estudo dos nomes próprios, desse modo, o *corpus* foi coletado em textos do jornal Folha de São Paulo durante o ano de 2009. Foi possível identificar dois grupos de nomes: ortônimos e alônimos. No primeiro, refere-se ao prenome e ao sobrenome. O segundo refere-se aos nomes não oficiais, como hipocorísticos, alcunha, pseudônimo, entre outros.

Ademais, a tese de Filgueiras (2016), intitulada *Italianos em Belo Horizonte: estudo léxico-social e proposta de dicionário*, é resultado de uma investigação que parte de 7 fontes de informações distintas, a saber: o primeiro volume do Livro de Registros de Sepultamento do Cemitério do Bonfim, e um manuscrito que averba escrituras sobre os inumados da capital de Minas Gerais, no período entre 1898 a 1912. Na pesquisa, é utilizado o aporte teórico da Lexicologia e, posteriormente, aponta a proposta de um dicionário biográfico a partir dos nomes próprios de pessoas coletados no *corpus*. Os resultados encontrados pela pesquisadora apontam a vasta quantidade de sobrenomes italianos na região estudada. A fim de analisar tal fenômeno, a autora explica, com a história da colonização de Belo Horizonte, o motivo

pelo qual há existência de sobrenomes italianos. Juntamente a essa análise, Filgueiras propõe um dicionário biográfico, por meio da rede de remissivas, as famílias e seus respectivos parentescos. A pesquisa mencionada encontra-se parte na Antroponomástica Histórica, e, assim, é multidisciplinar.

No que diz respeito ao estudo dos antropônimos, o que se pôde compreender é que tal objeto de estudo não se restringe à área de Letras; outras áreas também se interessam pela investigação, justamente pelo fato dos nomes próprios serem dinâmicos e de revelarem muito mais sobre os que utilizam do que propriamente o significado. Ademais, a partir da revisão de literatura feita até aqui, observa-se que, na área da própria Onomástica, os estudos são muito diversificados no que diz respeito à teoria e à metodologia adotadas.

Na próxima seção, são exploradas as pesquisas da Socioantroponomástica realizadas em outros países.

1.4 A SOCIOANTROPONOMÁSTICA INTERNACIONAL

As pesquisas internacionais evidenciam um parâmetro amplo de estudo dos antropônimos. A literatura estrangeira se expande em um número de universidades que atente não só com problemas estritamente linguísticos dos antropônimos, mas também na divulgação desses estudos e, principalmente, na interdisciplinaridade da área.

As primeiras publicações internacionais de maior visibilidade referentes à Onomástica datam de 1913, no periódico *Swedish Namn och bygd*, na Suécia (FARKAS, 2019). A partir de então, muitas outras universidades investigam os nomes próprios e, em 1938, na cidade de Paris, surge a primeira Conferência Internacional de estudo da Ciência da Onomástica – ICOS⁹. Desde então, o congresso é ícone na área, atualizando, assim, o cenário dos estudos gerais da Onomástica e, ainda, mostra a relevância de tal tema nos estudos linguísticos. Diferentemente de muitos periódicos, que publicam apenas na língua materna, dificultando o acesso de muitos estudiosos aos trabalhos, o ICOS tem a preocupação em tornar as pesquisas da área reconhecidas e acessíveis *online* para todos os continentes, portanto, os trabalhos

⁹ *International Congresses of Onomastic Sciences.*

são publicados em línguas diferentes. É por isso que se faz importante apresentar aqui um parâmetro dos trabalhos realizados e apresentados nesses congressos.

Os congressos realizados em 2014, 2016 e 2017 apontam para os diferentes métodos e teorias concernentes aos estudos dos nomes próprios. Pesquisas tanto da toponímia quanto da antroponímia são desenvolvidos em diferentes países. Especificamente, na antroponímia, são encontrados trabalhos referentes às diferentes perspectivas dos antropônimos, relacionados à literatura, à linguística, à história, à geografia, à cultura e à sociedade.

Os trabalhos aqui reportados são diversificados, assim como ocorre com os trabalhos realizados no Brasil. A escolha da vertente teórica e do método de coleta de dados depende dos objetivos pretendidos, pelas questões que envolvem o objeto de estudo e o pesquisador. No que diz respeito às pesquisas realizadas fora do âmbito nacional, o que se observa é que há um reconhecimento maior da área da Onomástica, uma vez que há congressos a respeito da temática e uma diversidade de estudos que abarcam perspectivas socioculturais.

O ICOS 2014, sediado em Barcelona, teve como grande objetivo apresentar, discutir e debater em escala internacional a interdisciplinaridade e as questões teóricas e práticas da Onomástica. No total, somaram-se 11 seções diferentes, a saber: Terminologia, Teoria da Onomástica, Onomástica e Linguística, Nomes da Sociedade, Antroponomástica, Toponomástica, Onomástica e história, Onomástica e geografia, Onomástica e cultura, Cartografia e toponímia, Onomástica e processos de standardização e Onomástica catalã. Dentre as diferentes seções, buscou-se a revisão de literatura de alguns trabalhos cujo interesse se familiarizasse com esta pesquisa.

Inicialmente, Bloothoof e Schraagen (2014) expõem as primeiras observações a respeito da utilização de determinados nomes na Holanda. Em uma análise a priori quantitativa, os autores analisaram o uso do prenome *Femke* e de demais prenomes utilizados do país, considerados populares. A coleta de dados foi realizada a partir do Instituto de registro civil holandês, totalizando 16 milhões de prenomes de pessoas vivas e 6 milhões falecidas (certidão de óbito). As especulações feitas pelos autores mostram que nomes são atribuídos de acordo com a popularidade de tal item lexical. Mesmo com análises primeiras, o que se pôde observar é que nomes populares são utilizados em uma geração e outra não; podendo aparecer novamente em outras décadas. Porém, alguns nomes possuem um comportamento distinto dos demais,

como por exemplo, *Femke*, que atingiu maior popularidade na década de 1980 e depois em 2000. Tal comportamento, ainda que em hipótese, aponta para grupos sociais diferentes de pais. Ainda, a pesquisa aborda que nomes considerados tradicionais eram mais comuns na década de 1940, enquanto nomes pré-modernos holandeses surgiram por volta da década de 1960, e nomes com influência de outras culturas em 1980. Por mais que sejam análises exploratórias, o que se pode analisar é que tais discussões acerca do nome reflexo da sociedade se evidencia.

Outra pesquisa é de Bergien (2014), em uma perspectiva de estudo mais distinta, é abordado a utilização de *nomes metafóricos* e sua relação com o contexto sociocultural. Conforme a autora, os nomes são de característica definidas, no entanto, ao utilizá-los de maneira metafórica, eles revelam um conhecimento partilhado tanto do locutor quanto do interlocutor sobre a pessoa a quem os nomes nominam. A exemplo, o sobrenome do cineasta *Tarantino*, que não só o nomina, mas também o identifica, e aborda uma carga semântica que somente a ele é atribuída.

Aldrin (2014) divulgou seu importante trabalho intitulado *Choosing a Name = Choosing Identity? Towards a Theoretical Framework*¹⁰. A autora investigou em que medida a escolha dos nomes das pessoas determina identidade, quais fatores culturais podem influenciar o processo de nomeação dos filhos, e de que forma as variáveis sociológicas tradicionais, como idade, sexo e educação, podem contribuir para o fenômeno da nomeação. Para isso, a autora utilizou o método quantitativo e qualitativo, considerando a teoria da Sociolinguística Interacionista. O *corpus* é constituído tanto por entrevistas quanto por questionários, aqueles foram realizados com 23 participantes, em grupos de discussões, e este com 621 participantes que tiveram filhos em 2007, na cidade de Gotemburgo. No questionário e nas entrevistas, os sujeitos eram indagados sobre suas escolhas, preferências e motivações para a escolha dos prenomes.

A autora aponta diversas motivações escolhidas pelos pais, entre elas: a cultura nórdica, a ortografia, nomes cujo significado é relevante aos pais, ou ainda nomes oriundos de celebridades. Ainda, no que tange aos objetivos pretendidos, a autora destaca que a escolha dos nomes dos filhos revela não só uma intenção para com o filho, mas também as expectativas e a realidade vivenciadas pelos próprios pais. A pesquisa mostra que, dentro das variáveis sociológicas, aquelas que mais se

¹⁰ Escolhendo um nome = escolhendo identidade? Para um marco teórico.

distinguem são a idade e a educação dos pais. Como exemplo, pais que optaram por nomes tipicamente tradicionais tiveram como semelhança mães com idade mais elevada. Pais mais novos estiveram mais preocupados com a estética e a ortografia dos nomes. Em relação à escolaridade, pais com alta escolaridade tendem a escolher nomes mais comuns a sociedade Sueca ou que tenham alguma importância de ser um nome “adequado” àquele contexto; enquanto pais de baixa escolaridade apontaram os nomes considerados comuns como “feios” e “irrelevantes” e, portanto, os nomes mais adequados a seus filhos seriam aqueles, preferencialmente, da cultura anglo-americana. Dessa forma, o que se evidencia é que escolher um nome ao filho aponta um posicionamento social dos pais.

Ainda, Felecan (2014) se detém ao estudo dos antropônimos no grupo étnico de ciganos na parte Noroeste da Romênia. O autor parte da premissa de que os fatores psicológicos influenciam no ato de nomear, e fatores como contexto histórico, geográfico, posição socioeducacional e credo também. Salienta-se que os povos ciganos que residem na parte Leste da Europa, mesmo não tendo um estado cigano independente, ainda assim, conseguem demarcar, através da língua, cultura e suas tradições. Felecan afirma como indissociável o uso da Sociolinguística nos estudos, uma vez que o contexto linguístico do grupo refletirá nas práticas de nomeação.

Em seu trabalho, o que se analisa é que a cultura cigana está revelada nos antropônimos. Muitos ciganos utilizam nomes tradicionais para a manutenção cultural, tendo um antropônimo *expressivo* e *extravagante*. No entanto, é pertinente examinar que, ao mesmo tempo que há um movimento de preservação da cultura através da língua, há também algumas famílias que utilizam nomes vindos dos meios midiáticos, não só por achá-los bonitos, mas também para que a criança cigana, a partir do nome, não seja discriminada devido à identidade cultural.

Os resultados do estudo de Bloothoof e Schraagen (2015) assemelham-se com a pesquisa de Frai (2016), ao analisar que alguns antropônimos são usados por modismo, ou seja, são especialmente frequentes em décadas específicas, o que mostra que tal fenômeno não é raro, nem menos limitado a uma determinada comunidade. Em relação às pesquisas de Aldrin (2014) e Felecan (2014), que demonstram que nomes evidenciam a identidade; a autora analisa que as variáveis sociológicas, como idade, sexo e escolaridade, são imprescindíveis em uma pesquisa Socioantroponomástica, pois cada grupo tem seu interesse e tem algo a comunicar para a sociedade. Nessa direção, Felecan exemplifica o fenômeno com a comunidade

cigana na Romênia; são povos que demarcam a cultura através de fatores linguísticos, mas também são cautelosos na escolha de antropônimos, pois também conhecem os preconceitos existentes a respeito da cultura cigana.

No congresso posterior, em 2016, o evento *International Congresso of Onomastic Sciences* (ICOS) publicou trabalhos referentes à Teoria, à Metodologia e à Sócio-Onomástica¹¹. Foram, no total, 45 artigos publicados relacionados à temática em questão; destes, 20 estão na categoria da Socio-Onomástica. As pesquisas são todas diversificadas, mas aquelas que se detêm à Sócio-Onomástica demonstram de que forma o antropônimo atrela-se ao meio em que se insere, quais mudanças podem ocorrer com determinadas influências locais e, ainda, o que os nomes próprios de pessoas evidenciam sobre a comunidade que os utilizam.

É interessante observar que as publicações são de pesquisas realizadas, majoritariamente, do continente europeu: União Europeia, Alemanha, Polônia, Romênia, Ucrânia, França, Suíça, República Tcheca e Espanha. Havia apenas duas dos Estados Unidos e uma Canadá e, por fim, uma representando a África do Sul. A América do Sul não teve representação.

Walkowiak (2016) analisou a mudança da nomeação de uma comunidade minoritária polaca na Lituânia, ou seja, a *Lithuanisation* dos nomes pessoais de polacas moradoras na Lituânia, durante o processo de queda da União Soviética e a nova independência do país, em 1990. Para isso, foi utilizado registro de documentos oficiais. Para a análise das divergências de regras, a autora aponta a dificuldade de os nomes polacos serem escritos na Lituânia. A tradição e as regras da língua são inventários culturais de ambas as nacionalidades, no entanto, o registro de um antropônimo que não faz parte de uma norma antroponímica pode acarretar problemas no que diz respeito à adaptação de tais nomes. Walkowiak (2016) aponta que é uma questão ideológica e as tradições linguísticas são contraditórias.

Aleksiejuk (2016) pesquisou o uso dos antropônimos virtuais em salas de bate-papo, em *sites* internacionais. O objetivo é analisar como a identidade se constrói no nome a partir da imagem que o sujeito portador do antropônimo pretende. De acordo a autora, o conceito de identidade não é estudado a fim de explicar comportamentos, e sim é um produto, uma identidade que é socialmente construída de acordo com determinados objetivos.

¹¹ 'Name and their Environment' – Volume 4: Theory and methodology. Socio-onomastic. University of Glasgow. Glasgow, 2016.

A autora aponta que salas de bate-papo cujos objetivos são relacionamentos, os antropônimos utilizados pelos usuários são ligados, primeiramente, ao gênero, seguidos de alguma característica estereotipada a fim de obter a imagem de um corpo atraente. Ao contrário dos ambientes de conversa cuja temática são os desvios alimentares, muitas vezes, são nomes atrelados ao gênero feminino e adjetivos atrelados ao pequeno, fraco e infantilidade. Já os fóruns de conversas não temáticas não apresentavam nomes temáticos, o que dificultava a construção de uma identidade imediata. Por fim, a explicação de Aleksiejuk (2016) é que os antropônimos podem definir uma identidade de autoapresentação, há um risco na interpretação que se faz desses antropônimos, uma vez que o leitor constrói a imagem a partir do nome e de seu contexto social.

Na pesquisa de Sofinska (2016), inicialmente, a pesquisadora afirma que os nomes de pessoas constituem um patrimônio cultural e histórico da sociedade e, nesse sentido, a autora objetivou estudar se os nomes utilizados na Ucrânia evidenciam uma busca pela conservação linguística do país, ou se revelam marcas de globalização. Tal estudo foi motivado a partir das legislações que regulamentam os nomes utilizados e que podem ser atribuídos às crianças nascidas na Ucrânia. Segundo Sofinska (2016), a prática de dar nome é um ato tanto público quanto privado; primeiro porque é uma identificação externa o antropônimo escolhido e segundo porque há uma questão de identidade. A autora utiliza do aparato histórico e político do país e mostra que, após o fim da dominação soviética, houve leis que regulamentavam o uso da língua ucraniana em todos os níveis: escolar, universitário, profissional, inclusive na norma de nomeação. Antropônimos dados aos filhos deveriam ser escolhidos de acordo com a cultura ucraniana. No entanto, a estudiosa aponta os movimentos migratórios e explicita a dificuldade de pais de outras nacionalidades, que moram na Ucrânia, atribuírem nomes não ucranianos em crianças nascidas. Por fim, ela aponta como imprescindível manter nomes tradicionais ucranianos, mas também reconhecer as correntes migratórias como marco importante da globalização.

Dentre essas pesquisas, e de outros artigos publicados na edição do evento, o que se destaca, a exemplo das pesquisas de Walkowiak (2016) e de Sofinska (2016), é que a manutenção da cultura a partir dos aspectos linguísticos, no caso os antropônimos, implica em questões políticas. Isso mostra que dar um nome ao filho não é mera escolha, é reflexo da história e da política do local, lugares muitas vezes

marcados por guerras e ditaduras. A pesquisa de Sofinska cria outras indagações sobre a prática de nomeação: até que ponto a cultura e a identidade se estende aos antropônimos? Os movimentos migratórios, que são consequências da globalização, estão presentes nas escolhas dos nomes? Tais indagações se perpetuam em outras pesquisas realizadas no congresso posterior.

O ICOS de 2017, sediado na Hungria, contou com 19 trabalhos apresentados na área da Socioantroponomástica, totalizaram 14 volumes, cada um com uma temática distinta no que concerne os nomes próprios.

Štěpán (2017) também demonstra preocupação no que diz respeito à legislação que regulamenta a prática de nomeação para antropônimos quanto topônimos na República Tcheca. O autor destaca o processo legislativo da prática de dar nomes, bem como problematiza a regulamentação. Observa-se que dar nomes não é uma prática igual em todos os países. Na República Tcheca, antropônimos devem ser aprovados pelo *Czech Language Institute*, de acordo com a aceitabilidade linguística sobre ser ou não tcheco. De acordo com o instituto, não são permitidos antropônimos: a) advindos de crenças, como a numerologia; b) criação de um nome a partir de outros já existentes, como *Kamlou*, nome de um menino, criado a partir da união dos pais *Kamila* e *Louis*; c) nomes oriundos de adjetivos são considerados impróprios; d) topônimos transformados em antropônimos, segundo a legislação, não são confiáveis; e) antropônimos usados para ambos os sexos não são autorizados; f) não são autorizadas mudanças na ortografia que fogem a língua tcheca, como por exemplo *Nicollas* em vez de *Nicolas*; g) derivação de nomes também não é permitida – *Vilmína*, criado a partir do antropônimo existente *Vilma*; h) a utilização de um nome feminino atribuído a um homem e vice-versa.

Diante desse cenário, observa-se um paradigma de afirmar que os nomes são reflexos de uma sociedade. A preocupação com a manutenção da língua parece não incluir aspectos de mudança, inovação e globalização. A pesquisa de Štěpán (2017), publicada no último ICOS, reflete questões atuais sobre políticas que interferem no cenário linguístico do país.

Cumpramos ressaltar que, nos congressos promovidos pelo ICOS, associação mais relevante na área da Onomástica, sempre há uma seção específica da Socioantroponomástica. Isso mostra que pesquisadores reconhecem esta subcategoria de estudos, enquanto no Brasil essa área não é conhecida. Há também preocupação com a visibilidade dos estudos, publicando trabalhos em diferentes

línguas. É também possível perceber que os estudos feitos pelos pesquisadores provenientes de diferentes países apontam para as inquietudes destes com relação aos eventos históricos e sociais.

Outros estudos também colaboram para o cenário da Socioantroponomástica e com a perspectiva desta pesquisa. A dissertação de Jiménez Segura (2014) aborda o estudo dos nomes próprios sob o viés Socioantroponímico. O objetivo do estudo foi analisar quais os modelos de atribuição de nomes vigentes em cada época e compreender as mudanças da norma antroponímica a partir do eixo cronológico. De acordo com Jiménez Segura (2014), os modelos de atribuição devem ser estudados tanto no aspecto linguístico quanto no aspecto social. A partir dos antropônimos elencados, foram descritos dois grandes modelos de atribuição nominal: o de atribuição tradicional e o de atribuição da moda.

O primeiro se refere aos nomes atribuídos à criança no batismo, a partir de uma referência religiosa (nome de santo, nome litúrgico), ou nome familiar (pai ou mãe), um antropônimo que já foi utilizado dentro do âmbito familiar (JIMÉNEZ SEGURA, 2014, p. 44).

Nessa categoria, a autora explicita as subcategorizações concernentes a este modelo, são elas: a) modelo tradicional, a partir do nome de um santo (devoção dos pais por alguma figura cristã determinada); b) modelo tradicional a partir da herança familiar: nomes atribuídos ao nascido que são homenagem aos avós, pais, tios; c) eleição livre.

O segundo refere-se aos modelos de atribuição a partir da moda. Para a autora, a influência da moda depende de uma percepção social dos nomes, ademais, nomes da moda são utilizados em um ciclo, sendo usados em determinadas décadas e outras não. Portanto, o nome faz parte de um gosto coletivo da comunidade que o utiliza, assim, questões sociais e culturais determinam se um nome é de moda ou não. Há também os nomes cuja escolha dá-se por “eleição livre” (2014, p. 45). Esse grupo de nomes é formado por aqueles que não se encaixavam nem nos modelos tradicionais, quanto da moda. A autora justifica que são nomes vigentes em um determinado momento, nomes que constituem o imaginário do coletivo, que podem “soar bonito” ao pai. Da mesma forma que houve antropônimos que não foram incluídos em nenhuma motivação e, por isso, são categorizados como “eleição livre”, também houve aqueles que apresentaram mais de uma motivação, isto é, nomes religiosos, mas que também faziam referência a algum parentesco.

Na pesquisa, a autora reuniu 1.453 certidões de nascimento do cartório local, da cidade de Tlalnepantla de Baz, México. Os dados foram coletados a partir de um corte sincrônico das datas de 1930, 1960 e 1990. Os dados foram analisados tanto quantitativa quanto qualitativamente e a história do município foi fundamental para a análise dos dados.

Os resultados obtidos por Jiménez Segura (2014) evidenciaram que os nomes atribuídos mudam, são mais ou menos utilizados dependendo da época analisada. Nesse sentido, para os meninos, na década de 1930, 75.97%, tendo decréscimo em 1960 (65.73%) e em 1990 (53.19%). Os modelos de atribuição da moda apareceram somente em 1990, com 41.94%. O modelo de “atribuição livre” teve um acréscimo de 1930 (24%), para 34%, em 1960, e 47%, em 1990.

Para as meninas, em 1930, 71.77% dos antropônimos foram religiosos. Em 1960 e 1990, os números decaíram para 63.69% e 41.94%, respectivamente. Nomes atribuídos a partir da moda, ao contrário dos meninos, modelo que surgiu apenas em 1990; para as meninas, em 1960, apareceu com 4.11% e, em 1990, com 44.98%. O modelo de “atribuição livre” iniciou, em 1930, com 30% dos antropônimos, seguido de 56%, em 1960, e 51%, em 1990.

Os dados analisados demonstram que os modelos de atribuição mudam de acordo com a época de análise. Tanto para meninos quanto para meninas, os modelos tradicionais predominam na década de 1930, enquanto, em 1990, os modelos da moda e “eleição livre” têm destaque.

Por fim, a pesquisadora aponta para as questões sociais que circundaram o local de análise. Nesse sentido, é possível compreender que, na década de 1930, a motivação religiosa era muito mais demarcada, uma vez que a religiosidade estava fortemente atrelada à colonização do local. Já para a década de 1990, os efeitos da globalização estão presentes. Muitos nomes foram atribuídos, fazendo menção a nomes de celebridades. Também, nomes com grafia habitualmente distinta das normas da língua local.

Outro estudo fundamentado no mesmo *corpus* é o trabalho de López Franco (2014), cujo objetivo foi comparar as práticas de atribuição e aspectos lexicológicos ao longo do século XX, em dois municípios distintos: Tlalnepantla de Baz, no México, e Montpellier, na França. Os dados da pesquisa foram a partir de análise documental em ambos os lugares. É nessa direção que o capítulo intitulado *Os nomes de batismo na década de 1980 em Montpellier, França e em Tlalnepantla de Baz, México, sob um*

enfoque Socioantroponímico, autoria de Yolanda Guillermina López Franco, publicado no livro *Ciências do Léxico*, aborda as tendências de uso dos prenomes em duas localidades distintas: França e México.

O objetivo do estudo é comparar semelhanças e diferenças entre dois locais que possuem, majoritariamente, o uso de língua românica, bem como a utilização de línguas de substrato, de línguas estrangeiras, os nomes que são mais frequentes e os casos de mudança de categoria nominal. Além do mais, analisam-se aspectos lexicológicos dos antropônimos, a categoria nominal, a estrutura morfológica, os campos derivativos em que se agrupam os nomes de batismo e a quantidade de peças lexicais que os constituem. O *corpus* foi coletado a partir de dados de certidões de nascimento nas duas cidades: Montpellier, França, e Tlalnepantla de Baz, México. Para o primeiro, foram coletados 5.588 prenomes, selecionados em cortes sincrônicos a cada 5 anos, desde 1900 até 1993; para o segundo, foram coletados 6.203 prenomes, no período entre 1901 e 2000, selecionados em cortes diacrônicos a cada 5 anos.

No que concerne à análise dos dados, a autora foca a pesquisa em uma perspectiva importante: o recorte sincrônico e diacrônico da pesquisa evidencia o estudo de uma subdisciplina da Onomástica denominada Socioantroponímia (BRANWELL, 2011 *apud* LÓPEZ FRANCO, 2014), que objetiva estudar o uso dos nomes dentro de uma comunidade, seus usos e como o antropônimo se conecta com aspectos socioculturais do lugar.

Nessa perspectiva, López Franco (2014) utiliza desse viés para a análise dos dados no que diz respeito aos modelos de categorização nominal. A autora explicita dois tipos de modelos, o primeiro modelo é o tradicional: nomes atribuídos por motivação religiosa – a partir de padrinhos e madrinhas, ou nomes de santos atribuídos à criança, a fim de que esta tenha proteção ou um modelo de vida (2014, p. 02). O segundo é a moda, nomes que são interessantes aos pais. Para ela, a moda, na categorização de prenomes, é um fenômeno social, o antropônimo é um objeto pertinente de estudo.

O método de coleta dos dados (corte diacrônico) possibilita observar que os prenomes podem ter comportamentos diferentes no decorrer do tempo, ou seja, um nome considerado tradicional pode, em outro momento, ser um antropônimo da moda, ou seja, a “moda pode ser definida, então, como a ‘transformação, com tendência cíclica, do gosto coletivo’” (BESNARD; DESPLANQUES, 2003, p.10 *apud* LÓPEZ

FRANCO, 2014, p. 03). Ou então, no caso da variação diatópica, diferentes comunidades podem ter um repertório de nomes distintos. Os nomes da moda são, segundo a autora, fenômenos sociais que evidenciam os gostos de uma determinada comunidade. Nesse enfoque, os pais atribuem um nome ao filho, pois tal prenome encontra-se em voga nos meios midiáticos, ou nome mais atribuído em classes sociais mais altas.

As análises dos dados mostraram que há convergência no uso de nomes estrangeiros, feito este justificado por López Franco como consequência do advento da globalização. Em Tlanepanta de Baz, a utilização de três nomes no batismo é uma exceção, como também o repertório lexical é maior e, em relação ao modelo de atribuição, a autora observou que os prenomes mexicanos são mais inovadores. Já entre os nomes de Montpellier, é norma obter mais de duas peças lexicais, porém, o repertório lexical é menor e ainda a permanência de nomes tradicionais é o modelo mais desejado pela comunidade francesa.

Nessa direção, a presente pesquisa tem interesses semelhantes às pesquisas internacionais; a análise dos nomes a partir de um viés social e interdisciplinar que almeja a compreensão das mudanças das práticas nomeadoras no eixo cronológico, num espaço específico: o município de Marechal Cândido Rondon.

A próxima seção é destinada a esclarecer os conceitos de identidade, cultura e modernidade, que são utilizados para a análise social dos nomes próprios de pessoas. Também faz-se a explicação das categorias antroponímicas encontradas no banco de dados em estudo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – IDENTIDADE, CULTURA, MODERNIDADE, MOTIVAÇÃO E CATEGORIAS ANTROPONÍMICAS

A presente seção tem como objetivo explicitar os pressupostos teóricos que subjazem esta pesquisa. Inicialmente, há explanação sobre os conceitos de cultura, identidade e modernidade. Em seguida, é abordada a escolha do uso do termo motivação antroponímica e a categorização antroponímica, considerando de que forma esse aporte teórico é usado na análise.

2.1 IDENTIDADE

Os antropônimos não são apenas signos linguísticos que nomeiam, distinguem e referenciam as pessoas, pois, para além da entrada lexical, há a entrada enciclopédica e o conhecimento onomástico que se pode ter a respeito do nome próprio. Quando se adota essa definição interdisciplinar de nome próprio, percebe-se mais claramente que os nomes próprios são marcas culturais. Nesta pesquisa, os nomes próprios de pessoas são considerados marcas identitárias, além de nomear alguém, são também um meio que revela a identidade cultural, evidenciando, assim, uma função muito mais complexa do que se pensa (VAN LANGENDONCK, 2007).

O termo identidade passa por constantes redefinições, em diferentes áreas do conhecimento. Na Sociologia, o termo assume diferentes concepções, partindo de diferentes perspectivas de distintos sociólogos.

As grandes mudanças do capitalismo na sociedade, em meados de 1970, suscitaram estudos que visavam explicar os fenômenos que ocorriam na contemporaneidade: transformações no modo de trabalho e estrutura produtiva, o surgimento da representação sindical e uma nova política. Além de explicar os fatos que ocorriam na sociedade, a Sociologia volta sua preocupação ao estudar aqueles que estão *dentro* do processo de mudanças sociais (MEDEIROS, 2002, p. 79). Nessa direção, surgem novos conceitos e categorias que visam explicar os novos fenômenos. Assim, surge o conceito de *identidade*, de modo geral, para a Sociologia, remete ao papel do indivíduo no grupo, coletivo, na socialização e suas complicações.

Algumas abordagens clássicas explicam a construção de identidades sociais. Para Durkheim, há distinção entre identidade individual e identidade coletiva: ser

social é um produto da educação (MEDEIROS, 2002, p. 81). Para ele, o indivíduo se constitui pela coletividade, através “da transmissão de crenças religiosas, práticas morais, tradições nacionais, tradições profissionais, opiniões coletivas que se transmite de uma geração para outra”.

Para Bourdieu, a educação de Durkeim surge como noção da *habitus* – é o princípio de práticas individuais, comportamentos, é “um produto de interiorização de condições objetivas e condicionadores de práticas individuais” (MEDEIROS, 2002, p. 83). Em outras palavras, a identidade individual é constituída a partir da interiorização das condições externas e a expressão do indivíduo na sociedade.

Goffman, em uma abordagem mais moderna do que as anteriores, analisa a identidade individual e coletiva como um processo de *complementaridade*. A identidade está intimamente relacionada aos agentes externos e à interação com o indivíduo. De acordo com o autor, o *eu* está em constante transformação, conforme as interações, os indivíduos constroem novas identidades (MEDEIROS, 2002, p. 84). De qualquer maneira, considerando diferentes abordagens sociológicas, “a identidade é qualquer coisa de simbólico que vem de fora da consciência dos indivíduos. É uma representação simbólica da pessoa que é elaborada por um grupo social, que pode ser a família, a escola, a sociedade, o grupo de pertencimento” (MEDEIROS, 2002, p. 84).

Nessa direção, a partir do século XX, estudiosos da teoria moderna e pós-moderna afirmam a ideia de que o indivíduo está em constante *(re)construção* de suas múltiplas identidades. Stuart Hall (2006), na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, elucida a complexidade que envolve o termo identidade. Primeiramente, o autor se pauta na distinção entre três concepções de identidade: 1. Sujeito do Iluminismo 2. Sujeito sociológico 3. Sujeito pós-moderno. O primeiro baseia-se na concepção de pessoa dotada de total capacidade de reflexão e ação, um ser centrado em sua razão. O segundo trata de um sujeito que necessita da interação com o outro para se constituir, necessita do mundo externo para a constituição do interno, ou seja, um mundo pessoal e um mundo público. Essa última relação Hall (2006, p. 12) define como *identidades culturais*. Como consequência dessa interação, há a constituição do sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade permanente, e sim, modifica-se conforme as relações exteriores de outros mundos, outras culturas. Isto é, para a constituição de uma identidade, há a necessidade de o indivíduo estar estabelecido em uma cultura.

Na obra, o autor elucida que as sociedades, hoje, pós-modernas, são atravessadas por diferentes divisões sociais, o que torna as identidades distintas. Exemplificando seu ponto de vista, observa-se como as crenças religiosas, muitas vezes, identificam um sujeito em uma determinada comunidade, a partir de suas simbologias, como a escolha de um nome de santo.

A permanência e as retomadas de crenças e valores ditos tradicionais utilizados em uma comunidade gravitam naquilo que Hall (2006, p. 87) classifica como *tradução*. Para o autor, o contraste entre *tradicional* e *moderno* é por ele denominado como *tradução cultural* – um processo em constante transição, marcado pela *indefinição*.

Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. (...) Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas (HALL, 2006, p.88).

Nessa direção, considera-se, nesta pesquisa, que a identidade não é homogênea, e sim que passa por constantes transformações. É o resultado do processo de socialização entre o indivíduo e o coletivo, a identidade é o resultado das transformações sociais e o modo como ele vê aquilo que está a sua volta, a forma como são interpretadas as questões objetivas do cotidiano e questões subjetivas do pensamento.

2.2 CULTURA

Assim como a complexidade em estabelecer uma definição própria ao termo *identidade*, a cultura também tem diferentes perspectivas de estudo. Para Edward Tylor, um dos pioneiros da Antropologia, o termo trata-se do conjunto de crenças, arte, moral, leis, costumes e demais hábitos adquiridos pelo homem em uma sociedade (TYLOR *apud* ALVES, 2014, s.p). Dessa maneira, a cultura seria algo adquirido. Já para Franz Boas e Bronislaw Malinowski, a cultura é a manifestação de hábitos sociais, ou seja, a reação dos seres humanos em um conjunto social.

De acordo com Woodward (2009), a identidade tem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos de representação, por meio da cultura. Do mesmo modo, para Cavalcanti e Maher (2009), o conceito de identidade e cultura é baseado em uma construção discursiva: “é sobretudo através do modo como a linguagem é utilizada que as identidades são elaboradas, são construídas de forma mais contundente” (CAVALCANTI; MAHER, 2009, p. 18). Portanto, com base nessas definições, a constituição de identidade cultural não é fixa ou estanque, as identidades são dependentes entre si e se reformulam, ampliam-se em diferentes contextos. São conceitos que partem da relação de alteridade, de contexto e comunicação dentro de um grupo social.

Em relação à cultura, Petruccione (2015, p. 27) afirma que há uma variedade de definições em relação ao termo. No conjunto de teorias, convergem as “noções como costumes e tradições, valores e crenças, objetos ambientais e geográficos, literatura e folclore, aspectos sociais e religiosos”¹². Além disso, características intelectuais, materiais e emocionais estão incluídas na definição de cultura, o que corresponde ao modo como as pessoas lidam com o mundo e se organizam.

Câmara Jr (1955) aborda, no estudo intitulado *Língua e Cultura*, a relação entre ambos os conceitos. Segundo ele, de modo geral, a cultura é o conjunto do mundo físico e do mundo biológico do ser humano. A linguagem é um fato da cultura, é a partir da linguagem que o ser humano se expressa (CÂMARA JR, 1955, p. 52), dessa maneira, a língua depende da cultura, pois o indivíduo necessita dela para se comunicar.

No campo da Onomástica, Bramwell (2011), na análise da prática de nomeação de imigrantes paquistaneses no Reino Unido, afirma que a cultura está relacionada ao comportamento e às atitudes de um determinado grupo de pessoas, ou seja, a cultura está associada a um modo de vida e à visão de mundo de uma comunidade, que são expressos a partir da linguagem (RILEY *apud* BRAMWELL, 2011). Nessa direção, pesquisadores sobre o léxico afirmam que, a partir da investigação da língua, os contextos socioculturais podem ser compreendidos, na medida em que explicam e justificam fatos que apenas linguisticamente seriam difíceis ou até impossíveis de serem determinados (DAL CORNO; BAPTISTA, 2014).

¹² include such notions as customs and traditions, values and beliefs, environmental and geographical objects, national literature and folklore, social and religious aspects.

Portanto, considera-se, nesta tese, que a identidade e a cultura estão relacionadas, sendo a cultura uma manifestação de crenças, valores e tradições de uma determinada comunidade.

2.3 MODERNIDADE

Se a identidade cultural constantemente se modifica devido aos processos sociais, e há o processo de tradução cultural, é fato que o advento da modernidade deve construir e reconstruir novas identidades. Muitas são as acepções do termo *modernidade*, *modernização* e *moderno*. A teoria social e as ciências humanas da segunda metade do século XX definem a modernidade, basicamente, por meio de um contraste: um passado arcaico e estável e uma ruptura, aceleração e revolução do tempo (LATOURET, 1994). Para o autor, o termo moderno designa dois conjuntos de ações distintas, a primeira, trata-se da tradução (termo explicado por Hall): seres heterogêneos que se misturam na natureza e na cultura (LATOURET, 1994) e a segunda, os seres que tendem a purificação, por assim dizer, ao tradicional

Para Giddens (1991), a modernidade, em termos gerais, refere-se a um novo estilo de vida, uma organização social a partir do século XVII. Para ele, a descontinuidade da modernidade é marcada por mudanças ocasionadas socialmente que separam o *antigo* e o *novo* – conforme Latour (1994), ou, nos termos de Giddens (1991), o *moderno* e o *tradicional*. Este aponta três características que diferenciam instituições modernas das tradicionais: o ritmo da mudança, o escopo da mudança e a natureza intrínseca das instituições modernas. A primeira se refere ao movimento acelerado que os sistemas pós-modernos provocam, no que diz respeito ao uso de tecnologias. A segunda refere-se à interconexão virtual das sociedades, e a terceira diz respeito às formas sociais modernas que não se encontram no passado, são fruto do movimento moderno, como o sistema político estado-nação e a organização de cidades.

Outro ponto apontado por Giddens que contribui para a compreensão de uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna, termos usados nesta pesquisa, diz respeito à reflexividade da modernidade. De acordo com Giddens (1991, p. 38), “a reflexividade é característica definidora de toda ação humana”. Isso quer dizer que o indivíduo, constantemente, monitora e ressignifica suas ações e movimentos sociais.

No processo de modernização, entre o tradicional e o moderno, a reflexividade é algo constantemente feito pelos indivíduos que residem em um determinado local e em um determinado tempo. A tradição é reinventada em cada geração conforme torna-se uma herança cultural, então, a reflexividade relaciona o passado com o presente.

Hall (2006) também faz reflexões sobre as sociedades modernas, cuja mudança é constante e sempre reflexiva. Desse modo, desarticulam as identidades do passado e possibilitam que novas identidades sejam criadas ou ressignificadas. O autor aponta que tal mudança resulta na intensificação do *individualismo*, “no centro da qual erigiu-se uma nova concepção do sujeito individual e sua identidade” (HALL, 2006, p. 24). A modernidade “liberta” o indivíduo do que é tradicional, o que acarreta uma série de fatores e comportamentos.

Nesta pesquisa, parte-se da aceção de modernidade cuja sociedade está em constante transformação, e que os adventos da globalização fazem a identidade dos indivíduos constantemente ser transformada.

2.4 MOTIVAÇÃO DE NOMES E CATEGORIAS ANTROPONÍMICAS

Há diferentes perspectivas de estudos antroponômicos porque há diferentes formas de estudar os nomes próprios de pessoas. Um dos pioneiros da área, datado do século XIX, Stuart Mill (apud DICK, 1992, p.181), afirmava que os antropônimos têm característica apenas *distintiva* e não *significativa*, ou seja, os nomes próprios teriam como função apenas distinguir um indivíduo de outro em uma comunidade. Segundo o autor, antropônimos também eram denominados como não *conotativos*: designam os indivíduos por eles chamados, entretanto, não haveria alguma relação entre nome e tal indivíduo. De acordo com Dick (1992, p. 181, grifos da autora), essa perspectiva de estudo traria aos nomes próprios o *status* de “simple r rótulo” ou “marcas de identificação individual”. Hoje, a partir de diferentes estudos já realizados, desconsiderar a natureza sociolinguística dos nomes próprios torna-se um equívoco.

Essa afirmativa torna-se evidente quando analisados os primeiros sistemas antroponômicos de sociedades mais complexas, como a do Império Romano. Nessa época, o nome era um revelador de qual família o indivíduo pertencia, bem como sua origem e até mesmo a possível influência política que se tinha na sociedade. Nesse contexto histórico, todos possuíam um primeiro nome individual, também denominado

como *praenomen*, como *Marcus* e *Publus*; em seguida, um *nomen* – designativo da *gens* – como *Marcus Tullius*. À medida que a comunidade crescia, acrescentava-se o *cognomen*, que seria o sobrenome, ou nome que caracterizava a qual família pertencia: *Marcus Tullius Cicero*. Ainda, o nome poderia identificar alguma marca individual, uma singularidade física ou moral, então teria: *Publius Cornelius Scipio Africanus* (GUÉRIOS, 1981, p. 39).

O antropônimo, no Império Romano, identificava que o indivíduo poderia ser ou não ser um bom guerreiro, pois tal escolha conotava uma atribuição valorativa. Tornar-se-iam guerreiros aqueles cujo antropônimo seria auspicioso, como por exemplo *Félix* e *Vítor* (DICK, 1992, p. 192). Observa-se que os nomes atribuídos aos filhos homens não tinham apenas uma função distintiva, mas sim que havia crenças em relação a eles, que poderiam trazer um valor maior do que o dos outros: os nomes significavam a vitória militar (no caso de Vítor), poderiam evidenciar o *status*, mais nobre ou menos nobre; mais forte e menos forte e, assim, o antropônimo não apenas diferenciava o indivíduo dos demais (não somente), mas também traria uma carga valorativa muito mais significativa. A ausência de um nome poderia conotar uma inferioridade, como os escravos que, no período romano, eram vetados do uso de um designativo familiar, sendo apenas identificados como pertencentes “à casa de” (DICK, 1992, p. 192).

É importante compreender que a etimologia, era de suma importância para atribuir um nome ao indivíduo. Parecia que o significado do antropônimo transcendia ao indivíduo, é como se o prenome atribuísse características ao portador do nome. Sociedades diacronicamente separadas e antigas evidenciam essa questão. Não só o sistema antroponímico romano tinha essa visão do nome, mas também as sociedades indígenas. Para os Guarani, há uma relação entre alma e nome. Após dias do nascimento da criança, os pajés se reúnem para descobrir “qual alma veio com a criança”, segundo Gonçalves (1992, p. 54), o “nome que um Guarani recebe tem para este uma significação muito profunda. Não é uma simples designação. Pelo contrário, o nome é parte do possuidor, um ‘pedaço’, idêntico a ele, inseparável da pessoa” (GONÇALVES, 1992, p. 54, grifos do autor). Comunidades africanas também mostram a preocupação na questão do étimo do nome. Na comunidade Bakossi, por exemplo, localizada na República dos Camarões, o nome atribuído ao filho precisa denotar um significado que perpasse ao ser nomeado (NGADE, 2011), são atribuídos aos filhos nomes como: *Ebanmig* (observador, calmo), *Edinge* (amoroso) e *Nkumbe* (guerreiro).

Nessa direção, faz-se pertinente o uso dos nomes próprios sob o enfoque da Socioantroponomástica. Guérios (1981, p. 16) já afirmava que os estudos dos antropônimos podem ser realizados por dois aspectos: o primeiro sob o aspecto linguístico e, segundo, a partir do social – considerando as escolhas pelas quais os pais atribuem um nome ao filho. É importante, para esta pesquisa, destacar que o viés linguístico traz uma grande implicação: o esvaziamento semântico.

Dick (1992, p.181) aponta um dos principais paradigmas do estudo na Antroponomástica: a *opacidade dos nomes próprios*. Quando o uso se ancora à questão linguística, usualmente, os antropônimos são estudados a partir de sua etimologia, isto é, o étimo, origem étnica no nome, não sendo possível analisar o porquê da escolha de tais nomes. O fenômeno do esvaziamento semântico ocorre, pois, devido aos fatores sociais atuais, como a globalização, muitos nomes não são atribuídos estritamente devido ao significado. Diferentemente dos sistemas antroponímicos descritos anteriormente, hoje, com a influência dos adventos midiáticos, principalmente, muitos são os motivos que podem levar os pais a darem um nome ao filho, não sendo necessariamente pelo seu significado. Dessa maneira, observa-se, por exemplo, a existência de um *André* – antropônimo de origem grega, cujo significado, conforme Guérios (1981, p. 57): “varonil, viril, robusto, másculo”, pode ser atribuído por ser um nome simples, de fácil pronúncia, ou seja, atribuído devido à questão estética do nome.

Considerando o conhecimento onomástico (CO) postulado por Seide (2021), observa-se, com base nas entrevistas, que o esvaziamento da carga semântica original do nome e a atribuição de outros motivos para o nome são fenômenos que se percebem pela análise das narrativas que fazem parte do banco de dados analisado nesta pesquisa. Isso não quer dizer que o nome próprio é destituído de qualquer motivo, mas sim que não é utilizado a partir de seu significado primário.

Esse fenômeno pode ser verificado tomando como exemplo o antropônimo *Maria*, com base no Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes (GUÉRIOS, 1981, p. 171): “de uma língua semítica: ‘senhora’. São muitos os étimos propostos [...] excelsa, sublime, ‘predileta de Javé’”. Em algumas narrativas, encontram-se as seguintes motivações:

Tabela 1 – Motivações para o antropônimo *Maria*

Década	Nome	Entrevista
1930/1940	Rosa Maria	<i>Eu tenho nome de santo por causa da minha mãe, ela era Maria e colocou pra mim também.</i>
1930/1940	Maria Alácia	<i>Os pais quiseram colocar dois nomes, na verdade era pra ser Alácia Maria [...] e minha mãe tinha uma moça lá que tinha o nome de Alácia aí ela colocou, porque tinha poucas Alácia naquela época, era uma amiga da minha mãe. O Maria eu não sei.</i>
1950	Edi Maria	<i>Eles (os pais) colocaram Edi e a mãe colocou Maria porque Nossa Senhora é Maria.</i>
1970	Maria Aparecida	<i>Meu pai colocou esse nome por causa da irmã dele, Maria Aparecida é o nome da irmã dele.</i>
1980	Fernanda Maria	<i>Me chamo Fernanda Maria em homenagem aos meus avós maternos, Ferdinando e Maria.</i>
1980	Sandra Maria	<i>Sandra é porque eu quis, eu achava bonito e coloquei, Maria porque eu sou Maria então todas as filhas ficaram Maria.</i>
2000	Maria Eduarda	<i>Eu amo o nome Maria, sempre gostei.</i>

Fonte: Elaboração da autora (2021)

O antropônimo feminino *Maria* é atribuído em todas as décadas (exceto em 1990), sendo usado tanto como primeiro prenome (n1) quanto segundo prenome (n2), algumas vezes mais atribuído, outras menos. Nas décadas de 1930/1940 e 1980, a motivação do prenome foi uma homenagem à própria figura materna. Em 1950, o nome é atribuído por conotar o sentido mais geral religioso. Nas décadas de 1970 e 1980, foi utilizado como homenagem a parentes: a tia paterna (irmã do pai) e homenagem à avó materna, respectivamente. Destaca-se, também, uma entrevista de 1930/1940, em que o informante também desconhece o motivo pelo qual recebeu tal nomeação. Nos exemplos apresentados, o antropônimo *Maria* foi utilizado com diferentes motivos, o mesmo ocorre no exemplo de um antropônimo masculino, exemplo de *Paulo*: “origem religiosa, de S. Vicente de Paul”.

Tabela 2 – Motivações para o antropônimo *Paulo*

Década	Nome	Entrevista
1930/1940	Paulo Felipe	<i>Ele (referindo-se ao pai) me deu o nome de Paulo Felipe [...] o Paulo era o nome do irmão do meu pai que morreu precocemente.</i>
1950	Paulo Honório	<i>Eu gostei porque Paulo [...] eu gostei dele, Paulo é um nome santo.</i>
1970	Paulo Alexandre	<i>Eu quis esse nome porque eu era professora e tinha um aluno com o nome Paulo que era muito querido, eles eram um amor de criança, mas eu pensei “eu vou dar esse nome para meu filho”.</i>
1980	Renan Paolo	<i>Paolo por ser Paulo em italiano, aí a gente optou em colocar italiano porque meu marido é de origem italiano.</i>
1990	Paulo Henrique	<i>Eu acho o nome Paulo um nome forte, sempre gostei, na bíblia por exemplo, Paulo foi um apóstolo que fez muita diferença. A gente costuma falar que é apóstolo dos gentis, que levou o cristianismo a outras partes [...] me encantei por toda história, quem ele foi.</i>

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Para os antropônimos masculinos, ocorre caso semelhante como o prenome *Paulo*. Nas décadas de 1950 e 1990, há menção da escolha por ser um nome santo – nome do apóstolo *Paulo*. Ainda, deve-se ressaltar que, na nomeação de *Paulo Henrique*, o entrevistado comenta ser um nome forte, o que poderia denotar que o filho haveria de ter a mesma adjetivação. Semelhante atribuição tem o prenome na década de 1970, quando a mãe menciona que *Paulo* foi atribuído porque conhecera uma criança que era querida, por sua vez, seu filho poderia ser querido. Na década de 1930/1940, o prenome é uma homenagem ao irmão do pai (tio paterno), que morrera em um acidente ainda quando novo e, em 1980, o prenome *Paulo* é grafado *Paolo* devido à origem étnica dos pais. Portanto, há diferentes motivações que levam à atribuição de um nome, sendo possível a mesma peça lexical obter diferentes motivações.

As entrevistas mostram, portanto, que os antropônimos *Maria* e *Paulo*, por exemplo, não caíram em desuso no decorrer das décadas de análise. No entanto, não são utilizados pela mesma motivação ou do significado primário estudado por Guérios (1981). Tal questão não é restrita aos nomes aqui exemplificados, mas em todos o repertório onomástico aqui analisado.

Esse parâmetro de estudos dos antropônimos tem, portanto, a função semântica, sendo relevante e de primeira grandeza, assim como Guérios apontava. Isso torna a teoria da Onomástica e, especificamente, da Socioantroponomástica complexa.

O estudo das motivações é necessário quando os nomes são analisados diante das entrevistas. Considerando os entraves da análise etimológica dos nomes, a questão do esvaziamento semântico e a perspectiva de estudo dos antropônimos sob o aspecto social e cultural são pertinentes. Assim, as motivações são acopladas dentro de categorias antroponímicas, isto é, as razões pelas quais os pais atribuem um nome ao filho. A pesquisa parte do pressuposto de que os nomes próprios de pessoas possuem uma motivação além do significado habitual enquanto estrutura lexical. Conforme Dick (1992), os antropônimos são motivados porque são escolhidos de forma consciente pelo designador, ou seja, há algum motivo para que a escolha seja realizada. Portanto, nesta pesquisa, parte-se do conceito de que *motivação* é o processo subjetivo relacionado ao desejo do designador do nome. Nessa direção, o termo *motivo* é a razão pela qual os pais escolhem um prenome.

No que se diz respeito às motivações, já foram categorizadas desde os primeiros estudos no Brasil. O *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, autoria de Guérios (1981), publicado pela primeira vez em 1947, já mencionava, ainda que de forma mais breve e despretensiosa, algumas motivações observadas a partir de pesquisas em obras históricas e lusitanas. Tais motivações estão ancoradas a exemplos diversos, retirados de bibliografias que datam desde 1805 e analisam diferentes comunidades do estado do Paraná; são denominados os motivos e/ou circunstâncias: religiosa, circunstância e lugar de nascimento, nomes alusivos às qualidades morais, aspectos gerais e particularidades físicas, alusivos às profissões e aos nomes históricos.

No entanto, ao se observar que os nomes próprios são diversos e mudam de acordo com tempo e a cultura que se estuda, pressuposto da Socioantroponomástica, é fato que tais motivações elencadas por Guérios não poderiam ser imutáveis. No prefácio da terceira edição, publicado em 1981, são abordados as peculiaridades e os fenômenos que surgiram devido às mudanças ocorridas na escolha dos nomes; foram acrescentados aqueles considerados estranhos e não usuais, bem como aqueles registrados com erros ortográficos, ortoépicas e, ainda, aqueles que apresentam uma versão aportuguesada de nomes estrangeiros. Desse modo, a terceira edição

acrescenta outras mudanças que ocorreram na categorização antroponímica brasileira, bem como as motivações que surgiram e antropônimos criados a partir das mudanças sociais. Em outras palavras, as motivações para a escolha de um nome são distintas e particulares a uma comunidade em um determinado tempo.

A motivação para a escolha antroponímica também foi estudada por Dick (1992), que já fazia referência a duas classes de prenomes, a primeira é relacionada aos nomes atribuídos aos modismos, muito influenciados pelas novelas e pelos meios de comunicação; nomes que foram mais utilizados em um determinado período devido, provavelmente, a uma questão de gosto, exemplos citados são os antropônimos *Marcelo, Rodrigo e Alexandre*. A segunda classe refere-se àqueles que são percebidos como bíblicos, tradicionais, utilizados pelo coletivo em diferentes períodos temporais, são eles *Pedro, João, Antonio, José, Paulo, Francisco e Manuel* (DICK, 1992, p. 201).

López Franco (2014) utiliza uma classificação semelhante em seu estudo no México. A primeira refere-se aos nomes de santos que são atribuídos àqueles que tenham nascido no dia de um determinado santo do calendário litúrgico, ou então em homenagem aos familiares, atribuindo nome do avô paterno ao recém nascido, por exemplo. A segunda refere-se à atribuição cíclica de um antropônimo: o uso amplo de um nome em determinado momento e caindo em desuso em outro. A autora também aponta que uma determinada unidade linguística – os antropônimos – também pertence à moda pelo fato dos pais acreditarem ser a escolha do nome um resultado de gosto pessoal, mas que, muitas vezes, é associada aos nomes midiáticos, ou de um grupo de prestígio (LÓPEZ FRANCO, 2014).

Adotando ponto de vista semelhante, Seide (2018) caracteriza essas acepções partindo do significado de tradicional e moda do dicionário *Houaiss*. A tradição corresponde ao conjunto de valores morais; hábito, costume de uma comunidade, enquanto a prática de nomeação, quando constante, é algo tradicional (SEIDE, 2018, p. 164), moda, segundo a autora, é o conjunto de gostos e opiniões coletivas; também pode ser considerada como rotina. Assim, considera-se modismo nomes atribuídos em um determinado momento e não em outro, ou seja, o oposto do tradicional. Os nomes da moda, para a autora, remetem ao significado do dicionário como aquilo que é o inverso de “rotina”, ou seja,

considera-se que um modismo na prática nomeadora de uma comunidade é a escolha de um nome que se destaca por ser diferente do tradicional e por seu uso ser passageiro, fugaz, apresentando, necessariamente, um começo súbito, um auge de utilização e um decréscimo também acentuado (SEIDE, 2018, p. 164-165).

Os modismos, então, considerados nomes da moda, são utilizados em um determinado recorte temporal, com frequência atestada em períodos pontuais, ao contrário dos tradicionais, que são usados em maior ou menor frequência, mas sempre utilizados, ou seja, um fenômeno constante. Tal classificação não é estanque, nomes que são considerados tradicionais em uma comunidade podem não o ser em outra; nomes atribuídos por modismos podem não ser em outra comunidade. Além disso, outra definição abordada é que o conceito de moda está atrelado ao conjunto de gostos do coletivo (SEIDE, 2018, p. 164), ou seja, o modismo seria um nome em voga num determinado momento, sendo interesse de um coletivo utilizá-lo.

Nesta pesquisa, portanto, adota-se a definição de que a tradição que se caracteriza por:

1. Evidenciar crenças e valores de uma comunidade;
2. Um fenômeno constante em uma prática nomeadora.

Os modismos, ou nomes atribuídos a partir da moda, são considerados:

1. Nome cuja motivação é amplamente mencionada em um determinado período e não utilizado em outro, ou seja, a frequência de uso.
2. Antropônimos atribuídos devido a influências dos meios de comunicação de massa.

Nesse enfoque, o modelo de atribuição tradicional se constitui pelas seguintes motivações:

a) religiosa – ponderando que esta é atribuída devido ao fato de os pais terem uma identidade religiosa e essa ser repassada ao filho, ou seja, o valor religioso é passado de uma geração para outra, bem como a ideia de que nomes religiosos são frequentes na antroponímia.

b) homenagem a um familiar – nomes atribuídos ao filho que façam homenagem aos pais, avós, tios, primos, entre outros, são tradicionais por terem como objetivo transmitir um nome de família entre gerações.

Os nomes da moda, portanto, nesta pesquisa, são aqueles atribuídos devido à:

a) influência midiática – nomes utilizados em novelas, filmes, nomes de cantores ou celebridades que são, em um determinado tempo, muito referenciados.

Essa temporalidade pode estar ligada ao período de transmissão de uma telenovela, um cantor que tenha se tornado famoso em um ano, alguma celebridade que tenha destaque em um filme etc.

b) estética – nomes atribuídos por serem bonitos (assim definidos nas entrevistas), devido à sonoridade, ortografia ou rima do nome com demais parentes. Tais escolhas estão associadas, por exemplo, ao estrangeirismo de nomes (atrelado à globalização), usados com grafia diferente ou porque usar um nome considerado bonito em um coletivo seja a intenção dos pais.

O terceiro modelo de atribuição utilizado aqui refere-se aos nomes que não são atribuídos nem devido aos valores familiares, como a religiosidade e nomes de família, nem por ser um modismo. Jiménez Segura (2014, p. 43) denomina tal categoria como “eleição livre”, são nomes, por exemplo, atribuídos por motivações diversas: circunstância de nascimento, nomes à disposição, considerados originais ou únicos aos pais, crenças individuais da família, entre outros. Além disso, como apontado pela autora, a categoria “eleição livre” não está ligada, necessariamente, a um período temporal, assim como os nomes tradicionais e da moda. Antropônimos cuja motivação é “livre” podem ocorrer em décadas consecutivas, e não haver menção em um determinado período. Nesta pesquisa, a denominação adotada não será aquela usada por Jiménez Segura (2014), e sim “atribuição livre”, pois se considera não um ato de eleição de um nome, mas de escolha e atribuição ao indivíduo que será assim chamado.

Para melhor evidenciar essas categorizações, elas serão ilustradas a seguir mediante à seleção de entrevistas escolhidas para evidenciar cada uma das motivações citadas, após o nome, há a década de nascimento da pessoa cuja narrativa é objeto de análise.

2.5 MODELO DE ATRIBUIÇÃO NOMINAL TRADICIONAL

2.5.1 Motivação religiosa

a) Devoção a um santo: os pais atribuem um nome ao filho porque são devotos a algum santo específico, são religiosos ou porque querem a proteção de um santo a um filho.

Maria Aparecida (1950): por eles serem religiosos, né. Todos os filhos geralmente tinham Maria por causa de Nossa Senhora e Aparecida de Nossa Senhora Aparecida, a Virgem Maria.

Maria Aparecida (1970): é porque lá no Norte tem esse negócio de parteira né, eu sofri muito pra ter ela, aí tinha a parteira e ela que escolheu esse nome porque nós somos católicos muito devotos.

b) Nome bíblico: nomes encontrados na bíblia e atribuídos ao filho, podem ser personagens bíblicos, como inclusão dos nomes de anjos.

Talita Hilda (1950): Talita é bíblico, significa menina, é aquela menina que estava morta e Deus disse: "Talita, levanta-te".¹³

Gerson Luiz (1950): Como ele é pastor, Gerson é um nome bíblico¹⁴, então ele usou um nome da bíblia pra dar meu primeiro nome.

c) Nome atribuído pelo calendário litúrgico: nomes escolhidos devido ao dia de nascimento da criança, dia correspondente a um santo.

Maria Adelinda (1930): minha irmã mais velha se chama Maria, ela nasceu um ano antes que eu, no dia de Maria Madalena.

Eudes José (1960): primeiro é nome de calendário né¹⁵.

d) Nome de padrinhos ou atribuído por padrinhos: considerando que os padrinhos são figuras representativas da educação religiosa, nomes atribuídos à criança que sejam dos padrinhos ou que os pais decidem que os padrinhos devem escolher o nome do filho são considerados nesta motivação.

Áurea Maria (1950): foi minha madrinha, então, ela queria pôr o nome de Prondirne, aí minha mãe achou horrível, e daí o pai também falou que isso não é nome pra por numa criança, aí ela (a madrinha) disse 'então põe o nome de Áurea [...] então foi minha madrinha que escolheu.

João Paulo (1980): (...) Paulo em homenagem ao tio paterno, que também é o padrinho.

¹³ O nome Talita se originou a partir do aramaico e tornou-se popular em decorrência da frase "Talita cumi", que significa "menina, levanta-te". Essa frase foi proferida por Jesus ao ressuscitar a filha de Jairo, que era doente. A história se encontra no Novo Testamento.

¹⁴ Gérson é um dos filhos de Moisés, Gérson e Eliézer. Em algumas traduções, o prenome também é escrito Gershom.

¹⁵ João Eudes foi um presbítero francês venerado como santo Católico. De acordo com o calendário litúrgico, seu dia é 19 de agosto.

2.5.2 Homenagem à família

a) Homenagem aos pais: nomes transmitidos de pai/mãe para o filho.

Luiz Felipe (1990): na realidade, foi a mãe dele que escolheu, não foi uma vontade minha ou iniciativa minha pelo Luiz, mas a mãe dele quis fazer uma homenagem a mim, então ela colocou Luiz.

Luís Carlos (1970): O nome do pai é Luiz Valdemar né, como ele queria dar o nome pro filho dele, daí ele deu Luís Carlos pra não ser igual ao do pai né [...] É, ele queria fazer uma homenagem colocando o nome dele para o filho.

b) Homenagem aos avós: nomes atribuídos em homenagem ao avô e à avó paternos ou maternos.

Ângela Maria (1950): porque o nome da minha vó é Ângela Maria, daí minha mãe colocou os nomes mesmos da mãe dela.

Julio Fernando (1990): *e meu marido Julio porque o avô dele é Julio, aí colocamos Julio Fernando.*

c) Homenagem aos tios:

Paulo Felipe (1930): o Paulo era o nome do irmão do meu pai que morreu precocemente.

Eduardo Henrique (1980): (...) e Henrique porque eu tinha um tio que se chamava Henrique.

Maria Aparecida (1970): Meu pai colocou esse nome por causa da irmã dele, Maria Aparecida é o nome da irmã dele.

d) Homenagem aos primos:

Deuclides Maria (1930/1940): esse nome foi influenciado por causa de um primo nosso que é afilhado do meu pai e ele era muito querido, dedicado, vinha muito nos visitar, então meu pai escolheu o nome do filho por causa dele.

Blondine Lili (1930/1940): Blondine, minha mãe tinha uma prima que ela gostava e que se chamava Lili, aí ela colocou esse nome.

2.6 MODELO DE ATRIBUIÇÃO NOMINAL DA MODA

2.6.1 Modelo de atribuição nominal da moda

a) Mídia: nomes de celebridades, atores, atrizes e cantores.

Bruna Graciela (2000): Era para ser Juliana, mas aí eu assisti um filme que tinha uma menininha com o nome de Bruna e era muito fofinha muito lindinha, pequenininha e chamavam Bruninha, aí eu pensei, quero chamar a minha de Bruninha também.

Emerson José (1990): Existia o corredor automobilístico que ele adorava, Emerson Fittipaldi na época¹⁶.

Aline Taís (1990): Aline por causa de uma música e Taís por uma novela da época, aí juntaram os dois¹⁷.

Lucas Daniel (2010): Meu marido queria Lucas, ele gosta de um jogador chamado Lucas.

2.6.2 Estética

a) Nome avaliado como “*bonito*”:

Leila Noeli (n1) (1960): A minha mãe adorava o nome de Leila.

Aluísyo Nelson (n2) (1940): Eles achavam um nome muito bonito.

Maria Eduarda (n1) (2000): Eu amo o nome Maria.

Considerar um nome bonito é a primeira definição que indicia que o nome foi atribuído por motivação estética. Nas entrevistas, o adjetivo *bonito*, os verbos *adorar*, *gostar* e *amar* e o uso do advérbio intensificador *muito*, antecedido do adjetivo, denotam que o antropônimo foi escolhido devido ao gosto particular do nomeador, os relatos sugerem a preferência, sem mencionar, especificamente, o que torna o prenome *bonito*.

¹⁶ Emerson Wojciechowska Fittipaldi é ex-automobilista e empresário brasileiro. Foi campeão da Fórmula Indy, em 1989, e bicampeão das 500 milhas de Indianápolis, em 1989 e 1993.

¹⁷ A música Aline, na sua versão original, foi gravada por Christophe – cantor francês. No Brasil, a música ficou conhecida na versão de João Mineiro e Marciano, lançada no álbum João Mineiro e Marciano – volume 12, em 1988. O Nome Taís pode ser referência à protagonista Taís da telenovela *Que Rei Sou Eu?*, exibida em 1989, pela Rede Globo.

b) Pronúncia *fácil*:

Alice Mitiko (n1) (1960): o Alice foi escolhido porque é um nome fácil para os japoneses pronunciarem.

Marli Maria (n1) (1960): Eu tinha uma cunhada que não podia falar direito, mas o nome de Marli ela conseguia falar, então eu coloquei Marli porque era um nome fácil que ela poderia falar.

A pronúncia caracteriza a escolha do nome quando os entrevistados utilizam o adjetivo *fácil*, associado a algo simples, para explicar a escolha do antropônimo. Esse aspecto denota uma facilidade de pronúncia, que pode ser observada em um nome com poucas sílabas: *Alice* e *Marli*. Nos exemplos anteriormente mencionados, no caso de *Alice Mitiko* e *Marli Maria*, as entrevistadas revelam uma preocupação dos familiares não conseguirem pronunciar devidamente o antropônimo escolhido, no caso da primeira, os familiares de origem étnica japonesa e, a segunda, da cunhada.

c) Grafia *fácil/simples* de escrever:

No que se refere à categoria grafia, foram selecionadas as entrevistas que mencionaram a ortografia, a forma de escrita, a escolha de letras (vogais e consoantes), o número de sílabas, bem como a combinação de letras, sílabas e uso de letras estrangeiras na nomeação como fator determinante. As submotivações encontradas foram: simplicidade na escrita, ortografia distinta da língua portuguesa, combinação de letras iniciais do nome atribuído com a dos pais, combinação da inicial de um nome com a inicial do nome dos filhos já nascidos e a escolha de um nome estrangeiro devido à etnicidade de um dos pais.

César Alexandre (n1) (1980): O César foi um nome curtinho e fácil de pronunciar.

Tiago Luiz (n1) (1990): Tiago sem h, o mais simples possível.

Laura Iasmin (n2) (2000): Com I, para não ter problema de quando fala a pessoa escrever errado [...] eu procurei nomes de pronúncia fala e da forma como se fala se escreve.

Gustavo Henrique (n1) (2000): Procuramos um nome simples, brasileiro, não queríamos nomes complicados para ele.

João Vitor (n1) (2000): A gente queria um nome fácil de falar, fácil de escrever e que fosse comum no lugar que a gente mora, um nome que fosse curto também, aí chegamos no nome João, um nome comum.

Os antropônimos escolhidos devido à grafia fácil estão associados ao item b: ter uma grafia fácil de escrever implica também em ser fácil de pronunciar. Nota-se que o adjetivo *fácil* é mencionado em quase todas as entrevistas. Outras acepções similares são mencionadas: “o mais simples possível”, em relação à referência de *Tiago*, sem o uso da letra h; “nome simples”, “não complicado para ele”. Aqui, observa-se a intenção dos pais de que o filho tenha facilidade em ler e pronunciar o nome, o que pressupõe um nome prático e fácil de aprender a escrever e que não precisa ser soletrado. Tal ponto também é observado na narração do nome *Laura lasmin*: “com l, para não ter problema de quando fala a pessoa escrever errado”, mostrando que a escolha da letra inicial l foi devido à pronúncia, como se fala é como se escreve, é uma preocupação em que outras pessoas podem errar a escrita do nome da filha, algo não desejável.

Para os n1 *César* e *João*, nota-se que as entrevistas utilizam as explicações: “foi um nome curtinho” e “um nome que fosse curto também”, tendo apenas duas sílabas cada. As entrevistas aqui sugerem que a grafia na escolha do nome não é um fator de individualidade, transformar o nome em algo único, original, mas que seja algo fácil para o nomeado, pais e toda a comunidade.

d) Nome com grafia distinta da Língua Portuguesa – utilização de *w,y,k,l/*:

John Álvaro (n1) (1970): John porque é João em outra língua, né, então foi colocado Jonh, estava começando uma fase de colocar nomes estrangeiros, né.

Jhenifer Tuisy (n2) (1990): A Twiggy, a primeira modelo magra dos Estados Unidos, aí eu não podia escrever Twiggy, eu tive que adequar aí escrevi Tuisy, eu coloquei y igual.

Caroline Michely (n2) (1990): Michely é, como tinha colocado dois nomes para os outros, coloquei para ela também, com y para ser diferente.

Diferentemente do item anterior, os pais mostraram uma preocupação estética, na escolha do antropônimo, em acrescentar letras diferentes do alfabeto usual brasileiro. Inicialmente, observa-se a influência de culturas distintas até então não

mencionadas. Na entrevista do nome *John Álvaro*, a mãe menciona a escolha do nome *João*, mas a preferência pela língua inglesa. Duas observações podem ser realizadas: o nome ter sido atribuído porque era moda naquele momento atribuir nomes estrangeiros, segundo o informante, “estava começando uma fase de colocar nomes estrangeiros”, como também a preferência do nome na língua inglesa.

Na atribuição do n2 *Tuisy*, a mãe explica a referência midiática da modelo *Twiggy*, denotando uma tendência da moda, conforme López Franco (2014), uma característica de moda. A mãe complementa que, na época, não podia colocar nomes estrangeiros nos filhos, mas sua preocupação foi utilizar ao menos a letra *y* no nome da filha, fazendo referência à cultura americana da modelo. Na entrevista do nome *Michely* (n2), o uso do *y* também reforça a ideia de tornar o nome diferente. É claro que aqui se observa que os designadores também pretenderam utilizar tal recurso gráfico para tornar o antropônimo original, diferente daquilo que é habitual.

e) Combinação da letra inicial do pai e/ou da mãe com o nomeado:

Márcia Aparecida (n1) (1960): O primeiro nome sempre começa com ‘m’ por causa do nome do pai, que é Mário.

Itacir José (n1) (1960): Os meninos começam tudo com I, igual o meu.

Viviane Delcy (n1) (n2) (1970): Meu pai se chama Voltaire e ele queria que os filhos comessem com V, por isso Viviane, e minha mãe se chama Dirce, aí eles combinaram que o segundo nome seria com a mesma letra do nome da minha mãe.

Marlei Fátima (n1) (1970): Marlei, M por causa do pai.

Elcio Adelir (n1) (n2) (1970): Porque eu achava bonito, combinava com o nome do pai dele, que é Élio Antônio, Elcio por causa do nome do pai, Adelir por causa do A de Antônio do pai dele.

Mayara Leilane (n2) (1990): É que eu juntei os nomes da minha mãe e da minha irmã, Lecarde e Leane.

Joelson Michael (n1) (1990): Joelson, porque eu quis, por ser parecido com o nome do pai, Joaquim.

Outra forma de atribuição estética está ligada à escolha de nomes cuja letra inicial está associada aos nomes dos pais. As entrevistas dos nomes *Márcia Aparecida* (n1), *Itacir José* (n1) e *Marlei Fátima* (n1) denotam a escolha a partir da primeira letra ser igual a da figura paterna. Já na entrevista de *Viviane Delcy* (n1) (n2),

é evidenciada a escolha do primeiro prenome com a letra inicial do pai e o segundo prenome com a inicial da mãe. Diferentemente, ocorre na entrevista do nome *Elcio Adelir* (n1) (n2), cuja escolha dos dois nomes foi a partir da inicial do primeiro prenome do pai e do segundo prenome da figura paterna. Na entrevista do nome *Joelson Michael* (n1), não é mencionado de forma evidente o uso apenas da letra inicial do pai, mas o fato de ser parecido *Joelson* com *Joaquim*.

A escolha que mais se distingue das demais é a entrevista sobre o nome *Mayara Leilane* (n2), atribuído a partir da junção do nome da mãe com o nome da irmã mais velha. É interessante mencionar que, nas entrevistas que compõem o objeto de estudo, grande parte da motivação atribuída a partir do uso da inicial dos pais, é, na verdade, uma referência à figura paterna.

f) Combinação da primeira letra do nome do primeiro filho:

Verno Luiz (n1) (n2) (1950): A finada era Vera Lúcia, a segunda é Vanir Luiza, Verno Luiz, e mais nova é Vandí Luz, todos com V e L, primeiro nasceu a Vera Lúcia e depois pra continuar o V e L foram colocando.

Silvana Regina (n1) (1960): E a Silvana também porque era com S né, o primeiro filho, aí o nome do segundo também foi com S.

Kevellyn Eduarda (n2) (2000): Eduarda para combinar com o do meu piá, ele é Eduardo e ela Eduarda.

Diferente da grafia do nome a partir da inicial dos pais, faz-se referência às iniciais do filho mais velho. Nas entrevistas dos nomes *Verno Luiz* (n1) (n2) e *Silvana Regina* (n1), os pais atribuíram determinados nomes a partir das iniciais do/dos filhos já nascidos, combinando os prenomes dos irmãos. A escolha do nome *Kevellyn Eduarda* (n2) denota a combinação de um nome com outro, aqui, apenas houve a mudança do gênero do antropônimo *Eduardo* para *Eduarda*.

g) Grafia no nome em uma língua estrangeira – escolha a partir da origem étnica familiar:

Paul Robert (n1) (n2) (1950): Seria Paulo Roberto, mas como meus pais são alemão ficou Paul Robert.

Diuvani Luiz (n1) (1970): Ele (o marido) escolheu esse nome porque quando eu estava grávida dele, ele queria dar o nome de Diuvane, aí

eu falei 'então coloca Giovanni' e ele colocou Diuvani mesmo, porque é Giovane em italiano né.

Renan Paolo (n2) (1980): Paolo por ser Paulo em italiano, aí a gente optou em colocar italiano porque meu marido é de origem italiana.

A motivação estética na escolha de nomes estrangeiros refere-se à origem étnica das famílias dos designados. Na entrevista do nome *Paul Robert* (n1) (n2), há referência do antropônimo na escrita da Língua Portuguesa: *Paulo Roberto*, mas a escolha se deu pela grafia *Paul Robert*, por ser de origem alemã a família. É importante salientar que os prenomes *Paul* e *Robert* são oriundos da língua inglesa, no entanto, por tratar-se de entrevistas e sobre o que o informante compreende do porquê de seu nome, o que importa é a crença de que o nome é alemão.

O mesmo ocorre com o segundo prenome de *Renan Paolo* (n2), escolhido por ser de origem italiana. Já a entrevista do nome *Diuvani Luiz* (n1) mostra uma preferência estética em atribuir um nome de origem italiana (*Geovanne*) ao filho, porém, com a preocupação do uso da grafia em Língua Portuguesa.

h) Combinação do primeiro prenome com o segundo prenome¹⁸:

Norma Madalena (n1) (1940): Norma iria combinar com Madalena.

Roberto Luís (n2) (1960): aí combinou Roberto Luís.

Gustavo Henrique (n2) (2000): Henrique porque dá uma junção legal, né.

A estética aqui é observada pelo uso mútuo dos entrevistados em atribuir o primeiro prenome ou segundo prenome a partir de uma combinação entre eles. A entrevista sobre o nome *Gustavo Henrique* (n2) mostra que a escolha do n2 ocorreu após a de n1, e foi escolhido "porque dá uma junção legal". Ao contrário da entrevista de *Norma Madalena* (n1), que denota a escolha de n1 após n2 e aquele escolhido porque combinou com o segundo prenome, no entanto, os entrevistados não esclareceram de que forma essa combinação se materializa no prenome.

i) Um nome *bom*, agradável de ser ouvido:

¹⁸ Na motivação "combinação", ressalta-se que é uma combinação a partir daquilo que os pais consideram ser harmonioso.

Breno Suan (n2) (2000): O Suan eu escutava uma vizinha que chamava uma criança, era o segundo nome de uma criança, aí eu achei esse segundo nome interessante.

Marino Luís (n1) (1960): A gente gostou né, a gente tinha um vizinho distante lá, que ficou padre e a gente conhecia bem, aí deu o nome de Marino, e Marino Luís porque é bom né.

A estética também se caracteriza pela subjetividade da apreciação individual do designador. Por tratarem-se de entrevistas semiestruturadas, o entrevistado fica à vontade para esclarecer o porquê da escolha do nome. Nesse tópico, é possível observar a utilização de adjetivos como *interessante* e *bom* para justificar a escolha de determinado antropônimo. Essa categorização se dá a partir da análise do conjunto de informações. Na entrevista do nome *Breno Suan* (n2), a escolha de n2 ocorreu ao momento de ouvir o nome, e *Marino Luís*: “porque é bom né”, denotando que os dois nomes juntos tornam-se agradáveis, adequados.

As acepções para a categorização estética, portanto, indicam a preocupação do designador na construção gráfica, sonora dos nomes. Fica claro que, ainda que se trate de uma categorização a partir de uma questão estilística, a escolha de nomes por motivação estética evidencia um gosto particular dos pais daquilo que eles consideram *bonito*, *agradável*, que *combina* ou que seja *bom*.

2.6.3 Atribuição livre

a) Homenagem a conhecidos: homenagem a amigos, vizinhos e conhecidos da família.

Gabriel Felipe (2000): O Gabriel porque eu cuidei de um menino que se chamava Gabriel e eu gostava muito dele.

b) Influências históricas ou políticas: nomes de reis, imperadores ou pessoas ícones na história, bem como na política.

Ademar Antônio (1950): na época, havia o governador do Rio Grande do Sul que era Ademar de Barros.

c) Circunstâncias de tempo e lugar do nascimento do indivíduo.

Neila Natalina (1970): Eles gostaram [do nome] e o Natalina porque ela nasceu no dia de natal.

d) Originalidade: nomes considerados originais pelos pais, pouco utilizados na comunidade.

David Eduardo (2000): Olha, eu sempre gostei de nomes um pouco mais raros, diferentes, aí a princípio o nome dele era para ser Kauê só que aí na hora pensando em nomes eu achei David.

e) Crenças individuais: nomes atribuídos devido às crenças individuais dos pais em relação ao nome próprio.

Pedro Henrique (1980): Pedro Henrique, foi feito a numerologia, foi escolhido cinco nomes antes de ele nascer e destes cinco nomes a numeróloga, fez, a achou melhor esse daí.

É possível observar uma subjetividade maior no que diz respeito às crenças individuais dos pais. Estas são relativas à numerologia, conforme a nomeação de *Pedro Henrique*. Mas, também, é possível observar outras crenças com base nas narrativas a seguir:

Belisa Renata (1990): queria um nome forte (...) então, Belisa.

Jaqueline Aline (2010): Jaqueline é um nome calmo, (...) me lembra calma, paciência e Aline me lembra mar, praia, água. Aí ficou Jaqueline Aline.

Paulo César (1990): É um nome forte, valente, que trabalha, tem presença e o César é uma continuação.

João Vitor (2000): Queria um nome forte que tivesse personalidade, aí eu achei Vitor.

Nas entrevistas sobre os nomes *Belisa Renata* e *Jaqueline Aline*, é possível observar que os nomeadores tinham um sentido subjetivo estabelecido sobre os nomes, não no sentido etimológico, mas uma percepção particular de cada nomeador. No caso de *Belisa*, a mãe acredita ser um nome *forte*, denotando, provavelmente, a crença de sua filha assumir essa característica. No primeiro prenome *Jaqueline* e o segundo *Aline*, percebe-se que o nomeador utilizou a percepção de serem nomes que

remetem a ideia de calma. É provável que tal nomeador pode ter entrado em contato com tais prenomes em um momento bom, cujo nome remete a esse momento.

O mesmo ocorre para antropônimos masculinos, no caso, n1 em *Paulo César* e n2 em *João Vitor*, que são considerados fortes para os nomeadores, subentendendo assim, que os filhos também terão essa característica.

Nessa direção, Mattoso Câmara considera a Estilística uma disciplina complementar da Gramática, pois enquanto ela estuda a língua como meio de representação, a Estilística estuda a língua como meio de exprimir estados psíquicos (expressão) (MARTINS, 1997). O modo como o locutor profere as palavras da língua pode também denunciar estados de espírito ou traços da sua personalidade (MARTINS, 1997, p. 26). Isso pode ser observado no fato de os pais acharem os nomes fortes, por exemplo. A Tabela 3 analisa a formação dos antropônimos:

Tabela 3 – Análise estilística dos nomes

Belisa Renata	[R] atrito, abalo → forte.
Jaqueline Aline	Sonoridade [a] representa ideia de clareza, brancura, amplidão; Insistência em sons de valor expressivo (assonância em sílaba tônica).
Paulo César	[p] [t] impressão mais forte, violenta, oclusiva bilabial diferente do [b] Breno.
João Vitor	Vitória, vitória militar (GUÉRIOS, 1981).

Fonte: Elaboração da autora (2022)

A estética também se caracteriza pela subjetividade da apreciação individual do designador. Ainda que se trate de uma categorização a partir de uma questão estilística, a escolha de um nome demonstra determinados anseios em que a escolha indevida de um antropônimo pode acarretar os designados.

f) Causalidade: nomes atribuídos por uma situação pontual na hora do nascimento da criança.

Jackson Wander (1970): era pra ser Charles Domingos, mas no dia que ele nasceu, entrou uma ferpa no olho do pai, e na hora começou as contrações e fui pro Hospital, lá tinha um garotinho de 9 meses que se chamava Jackson e ele estava tão feliz, veio engatinhando pro meu lado, aí eu pensei que também tinha que colocar o nome de Jackson.

g) Significado do nome: nomes atribuídos a partir do significado etimológico.

Clara Mesia (1960): ele disse que tinha toda aquela informação de clareza, de iluminada, é pelo significado do nome.

h) Nome à disposição: nomes que foram ouvidos pelos pais em alguma circunstância:

Paul Robert comenta a escolha do nome da filha Inajaia Kauana (1980): foi nome que tinha, escolhi por escolher, aleatório.

i) Influência literária.

Cassiano Ricardo (1980): Cassiano Ricardo é por causa de um escritor¹⁹.

j) Homenagem à cientista.

Edson Belém (1960): Edson é por causa do inventor da lâmpada, Thomas Edison.

As categorias aqui elencadas não são estanques, há casos em que para um mesmo prenome foram citadas mais de uma motivação na narrativa do entrevistado. Outras categorizações podem ser verificadas também em outros contextos, dependendo da comunidade que os nomeia.

Dessa maneira, as categorias antroponímicas são estabelecidas de acordo com as informações fornecidas pelo entrevistado. Objetivou-se, nesta seção, esclarecer os pressupostos teóricos utilizados para a análise dos antropônimos. Na próxima seção, há a explanação dos procedimentos metodológicos para a geração e a análise dos dados.

¹⁹ Cassiano Ricardo foi jornalista, poeta e ensaísta brasileiro. Fez parte do período literário do modernismo com tendências ao movimento ufanista.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem o objetivo de elucidar os procedimentos metodológicos adotados na tese. Inicialmente, abordar-se-á o banco de dados utilizado na pesquisa e se informará como foi feita a geração de dados na dissertação de Frai (2016). Em seguida, será descrito o procedimento metodológico na análise do banco de dados nesta tese e como o viés interdisciplinar contribui para a construção da amostra e da metodologia adotada para a pesquisa.

3.1 BANCO DE DADOS: CONSTRUÇÃO DA AMOSTRA

Na área da Antroponomástica, muitas pesquisas utilizam de diferentes metodologias para a análise efetiva dos nomes próprios de pessoas. Grande parte delas utiliza coleta de dados para a análise documental, como certidões de nascimento ou batismo de pessoas nascidas em uma determinada localidade. Sartori (2016), por exemplo, analisou 53.168 antropônimos retirados de registros de batismo, na Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, de crianças batizadas entre 1875 e 2005. Outra pesquisa, cuja metodologia parte da análise documental, é a de Cardozo (2016), que, a partir de cartas do Padre José de Anchieta, analisou de que forma ocorreu a nomeação de indígenas e Jesuítas em tempos de colonização brasileira. Ademais, a pesquisa de Rocha (2010), cujo objetivo foi compreender a possível relação entre a escolha do nome e as referências sociais, políticas e culturais no município de São José do Jacuri, Minas Gerais. Para determinados fins, a autora coletou nomes de pessoas em fichas de inscrição partidária na prefeitura local e em comitês dos partidos.

A análise documental pode ser uma grande fonte para a coleta de nomes próprios de pessoas quando se pretende estudar os antropônimos, conforme mostram os trabalhos de Sartori (2016), Cardozo (2016) e Rocha (2010). No entanto, é necessário considerar que a análise documental pode apresentar limitações quando o objetivo vai além dos aspectos etimológicos, como apontado no dicionário de Guérios (1981), e, sobretudo, quando se deseja compreender o porquê da atribuição de nomes.

Para além da coleta, há a geração de dados que pode ser feita mediante aplicação a de questionários. A pesquisa de Seide (2016) utilizou questionários respondidos pelos acadêmicos do Curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com o objetivo de analisar a relação entre a nomeação e a religião local.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996, p. 88), esse é um instrumento de coleta de dados que se constitui através de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador. Esse método pode ser interessante para pesquisas cujo tempo é limitado. Em um mesmo período, diferentes informantes podem responder o questionário via e-mail, por exemplo, ou mesmo em uma sala de aula. Todavia, esse método pode ser limitante, justamente por se tratar de perguntas fechadas, cuja resposta do entrevistado se limitada estritamente àquilo que foi perguntado.

Considerando os diferentes vieses metodológicos, o banco de dados utilizado para a análise qualitativa desta pesquisa foi gerado a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas por Frai (2016), em sua dissertação. Diferentemente do questionário, a entrevista face a face inclui diretamente o pesquisador no campo de observação (FRAI, 2016, p. 52), as perguntas podem ser mediadas, retomadas e ampliadas conforme as informações dadas na entrevista. Dessa maneira, o entrevistado não é apenas um informante. Conforme Poupert (1997),

O entrevistado é visto como um informante-chave, capaz precisamente de “informar” não só sobre as suas próprias práticas e as suas próprias maneiras de pensar, mas também na medida em que ele é considerado como “representativo” do seu grupo ou de uma fração dele (POUPART, 1997, p. 222).

Além disso, a entrevista semiestrutura possibilita que a entrevista seja direcionada na forma de uma conversa informal, em que o informante pode conversar mais livremente e, sobretudo, tecer comentários, ideias além daquilo esperado pelo próprio entrevistado. Nessa direção, Poupert (1997, p. 225) aponta outra vantagem sobre esse método: o enriquecimento do material de dados, uma vez que a flexibilização contribui para que o entrevistado seja livre para abordar o tema de diferentes formas e, em um diálogo mais informal, relatar fatos que podem ampliar a análise sobre o material.

Portanto, o banco de dados de Frai (2016) foi utilizado como fonte para esta pesquisa, justamente porque são as motivações dos pais, suas impressões e

percepções sobre o nome que são o objeto de estudo aqui. Salienta-se, que as análises realizadas partem diretamente dos relatos que os designadores e designados deram sobre os motivos da escolha dos nomes justapostos. É nessa direção, também, que se verifica a natureza subjetiva sobre a prática de atribuição: um mesmo antropônimo, como *Maria*, pode ser atribuído por diferentes razões em diferentes contextos. As percepções sobre o que é um nome *fácil* de pronunciar, *bonito* ou *diferente* é singular para cada informante.

O banco de dados é constituído por um total de 125 entrevistas semiestruturadas, que contemplam um total de 250 nomes justapostos. Frai (2016) organizou o montante distribuído em 17 nomes justapostos do sexo feminino e 17 masculinos, distribuídos dentro do recorte temporal entre 1930/1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Apenas na década de 2010 foram contabilizados 6 antropônimos de cada sexo, pois, no ano da geração de dados, a década ainda não estava concluída.

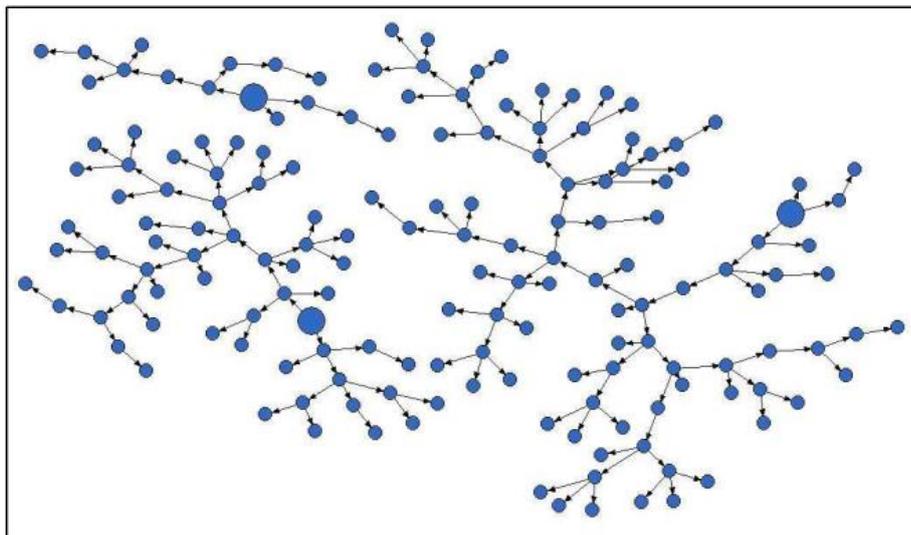
3.2 MÉTODO *SNOWBALL*

Para que fosse possível chegar aos informantes (designadores que nomearam, e designadores que foram nomeados), Frai (2016) utilizou o método denominado *Snowball* ou, também, conhecido como cadeia de referência. De acordo com Goodman (*apud* ALBUQUERQUE, 2009), essa técnica permite coletar informações em dois níveis: informações sobre os participantes da amostra e, em segundo, sobre as possíveis relações entre esses indivíduos.

No método *bola de neve*²⁰, um grupo de pessoas é selecionado e entrevistado, (esse grupo é denominado como *sementes*). Na sequência, é perguntado às pessoas se elas conhecem outras pessoas dentro do perfil para que também façam parte da pesquisa (as pessoas que foram referenciadas e que, por sua vez, também referenciarão, são chamadas de *filhos*). Dessa maneira, o procedimento é repetido várias vezes até que o tamanho da amostra seja alcançado ou até que a população fique saturada. Na Figura 4, os maiores círculos representam *sementes*, enquanto as demais representam os *filhos*.

²⁰ *Snowball* em tradução livre.

Figura 4 – Representação hipotética de uma cadeia de referência



Fonte: Albuquerque (2009, p. 21)

Devido à estratégia de recrutamento, o método *Snowball* é considerado não probabilístico, pois não é possível determinar a probabilidade de seleção dos colaboradores que participarão da amostra.

Nessa direção, Frai (2016) iniciou a pesquisa de informantes (*sementes*) com base em três pontos principais: 1. Nas fichas do Pronto Atendimento de Saúde do município de Marechal Cândido Rondon – As pessoas que tinham em seu cadastro nomes justapostos e que se enquadravam nas décadas foram contatadas via telefone; 2. Na *Barbearia do João*, cujo estabelecimento foi um dos primeiros na consolidação do município – Os fregueses do barbeiro eram contatados no estabelecimento para serem entrevistados; 3. Na Creche Municipal de Educação Infantil (CMEI) – Com o consentimento dos pais, as listas de nomes de crianças foram utilizadas e os pais entrevistados.

Com base nessas sementes, havia informantes mais velhos, como os clientes da *Barbearia do João*, informantes com filhos mais novos, como as crianças que frequentavam a creche local, e informantes de todas as décadas possíveis, com base nos registros do Pronto Atendimento de Saúde. Esses informantes, por sua vez, apresentaram outras pessoas conhecidas e assim sucessivamente, até que o total de nomes pudesse ser completado. Cumpre informar que o total de nomes (250) não condiz com o total de entrevistas (125), pois houve informantes que puderam esclarecer sobre mais de um nome, como uma mãe que tem três filhos de nomes

justapostos. Para que fosse cumprida a etapa de entrevistas pelo método Bola de neve, foram seis meses de contato com a rede de referência.

3.3 GERAÇÃO DE DADOS

As entrevistas foram gravadas mediante o consentimento dos participantes²¹. Em seguida, a transcrição dos dados foi catalogada em tabelas de controle, em que as informações pertinentes para a perguntas foram separadas.

Tabela 4 – Modelo de tabela de controle de variáveis

Número de gravação	
Nome do entrevistado	
Nome do portador de nome justaposto	
Idade do portador de nome justaposto	
Profissão	
Religião	
Local de origem	
Transcrição	
Motivação citada	

Fonte: Frai (2016)

A seguir, apresenta-se um exemplo de uma tabela preenchida com dados de um entrevistado, ilustrando o procedimento realizado com todas as entrevistas:

Tabela 5 – Tabela de controle de variáveis completa

Número de gravação	014
Nome do entrevistador	Regina Adelaide
Nome do portador de nome justaposto	Sandro Arthur (filho de Regina Adelaide)
Idade do portador de nome justaposto	50
Profissão	Cantineira aposentada
Religião	Católica
Local de origem	RS
Transcrição	<i>“pro nome do Sandro, tinha uma vez uma novela... aquelas novela em revista sabe, aí tinha com um Sandro e eu achava esse Sandro maravilhoso aí coloquei o nome do meu filho</i>

²¹ Os procedimentos metodológicos adotados para a realização das entrevistas adotados passaram pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos, com parecer favorável.

	<i>assim, o segundo nome dele é Arthur porque era o vô... meu pai”.</i>
Motivação citada	1º prenome: mídia 2º prenome: homenagem ao avô

Fonte: Frai (2016)

No caso das entrevistas que havia informações extras e relatos além das entrevistas, foi adicionado um campo para essas informações.

Com base na construção do banco de dados de Frai (2016), a presente pesquisa analisou de forma quantitativa e qualitativa os dados. Quantitativa no que diz respeito em quantificar o percentual de uso das motivações em cada década de análise e em gerar os dados com base em entrevistas semiestruturadas. Qualitativa no que se refere à interpretação do uso de determinadas motivações (SOUZA, KERBAUY, 2017, p. 34).

Inicialmente, foi quantificado o número de menções de cada motivação para o primeiro prenome feminino (n1) e n1 masculino de todas as décadas.

Em seguida, o procedimento também foi realizado para n2 feminino e masculino. Tais números foram ilustrados em percentual por meio de tabelas comparativas entre os sexos, década a década (apêndice A). As principais divergências e convergências entre o percentual de ocorrências das motivações entre nomes femininos e masculinos, como também entre n1 e n2, foram descritas posteriormente com o objetivo de ressaltar alguns números apontados pela comparação dos dados.

Tais percentuais foram comparados e analisados sob o viés qualitativo a fim de que pudesse, de fato, responder às perguntas de pesquisa: o porquê da escolha do nome das pessoas.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a etapa de contabilização da percentagem das motivações em cada década e em cada sexo, tanto em n1 quanto n2, foram selecionadas as entrevistas respectivas à menção das motivações e, por conseguinte, tais narrações foram analisadas qualitativamente.

Para a análise qualitativa, é indispensável evidenciar a importância da interdisciplinaridade. De acordo com Shokhenmayer (2017, p. 49), a Onomástica usa conhecimento de outras disciplinas para sustentar as hipóteses e conclusões acadêmicas. Apesar de ser uma disciplina autônoma, sobrepõe-se ao assunto de outras matérias, tornando-a parte de outros estudos, pois os nomes próprios de pessoas não são estritamente estudados pelo viés linguístico.

Com base no objetivo geral proposto nesta tese, inicialmente, partiu-se da pesquisa de Gerhards e Hackenbroch (2000), que observou como o processo de secularização, as mudanças na tradição familiar, as tendências ao individualismo e as marcas da globalização influenciaram na prática de nomeação de uma determinada sociedade.

De modo a averiguar a hipótese de que essas mudanças podem ocorrer no município de Marechal Cândido Rondon, foram analisados os percentuais de uso das motivações dentro do eixo diacrônico, que se estende da década de 1930/1940 até 2010. O uso e desuso das motivações foram analisadas interpretando os possíveis fatos e mudanças ocorridos em cada década, observando os índices de uso de cada uma das categorias antroponímicas.

Para investigar se a secularização é um processo de transformação antroponímica rondonense, foram analisados os percentuais de uso da motivação religiosa e estética, enquanto, para as mudanças na tradição familiar e a tendência não ao núcleo familiar, e sim ao individualismo, comparou-se o uso das motivações homenagem à família e atribuição livre. Por fim, para compreender as mudanças devido à globalização, analisou-se a motivação midiática.

Os gráficos de comparação entre todas as motivações, tanto femininas quanto masculinas, nas décadas de análise, estão disponíveis no apêndice da tese.

4 ANÁLISE QUANTITATIVA

O presente capítulo descreve a frequência de uso das motivações nos prenomes femininos e masculinos. Primeiramente, far-se-á a descrição comparativa em percentual dos primeiros prenomes (n1) e segundos prenomes (n2) femininos com base no corte diacrônico realizado e explicitado na metodologia da pesquisa, a saber: 1930/1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Em seguida, descrição similar é feita com a frequência das motivações de n1 e n2 masculinos para cada década. Os dados estão organizados por meio de gráficos com valores em percentual. Para que os dados fossem melhor apresentados, os gráficos ilustram da seguinte maneira as motivações: religião, homenagem à família, estética, mídia, atribuição livre e não informado.

Após a descrição dos dados em gráficos, far-se-á comparação quantitativa entre n1 feminino e masculino, como também n2 de cada sexo. As análises qualitativas referentes às diferenças em percentuais e divergências e convergências que os dados implicam, serão analisadas em capítulos posteriores.

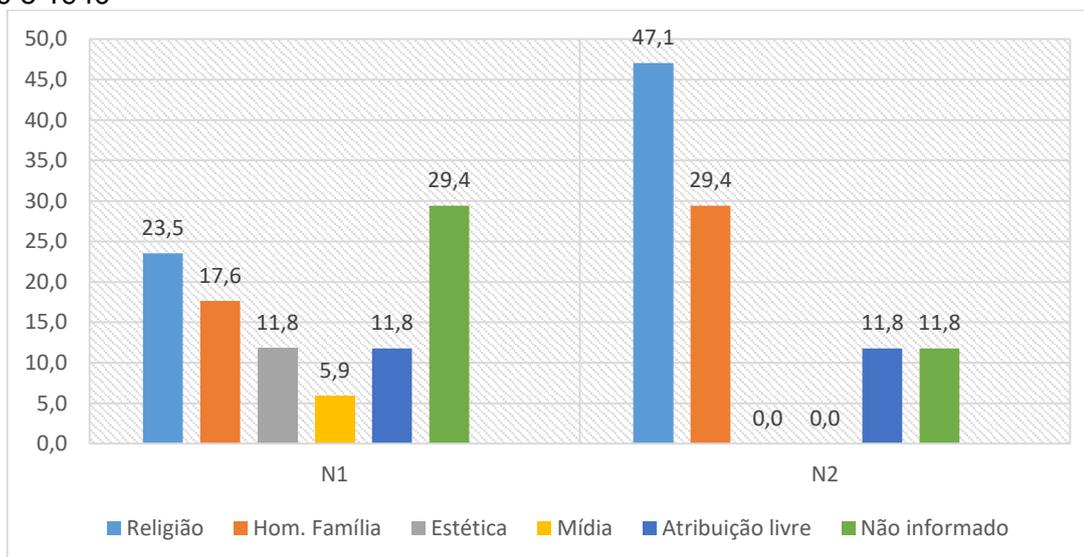
Cumprir informar que, em relação ao n2, os dados gerados já haviam sido descritos e analisados na dissertação de Frai (2016). Na pesquisa, a autora relaciona as motivações utilizadas na atribuição do segundo prenome com as práticas socioculturais do município de Marechal Cândido Rondon. Nesta pesquisa, as frequências de uso de n2 são comparadas com n1, além disso, os dados de n1 são analisados qualitativamente em capítulos posteriores.

É importante ressaltar também que as motivações aqui contabilizadas são reflexo de uma análise quantitativa de narrativas dos portadores de nomes justapostos ou dos pais que atribuíram tais antropônimos aos filhos. Isso quer dizer que a frequência de uso é com base em narrações, ou seja, na memória que os informantes têm sobre a escolha de seus nomes. O número total de menções por década é de 17 para cada sexo, se bem haja alguns antropônimos que possuem mais de uma motivação, portanto, algumas décadas o montante total pode ser igual ou maior a esse número.

4.1 COMPARAÇÃO ENTRE N1 E N2 FEMININO

4.1.1 Década de 1930-1940

Gráfico 1 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino das décadas de 1930 e 1940



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Na década de 1930/1940, há diferenças de percentual das motivações mencionadas em n1 e n2. Em n1 feminino, o modelo de atribuição tradicional religião obteve 23,5%, com ocorrências na motivação devoção e calendário litúrgico. O modelo de atribuição nominal tradicional homenagem à família teve 17,6% do total, essa porcentagem é relativa à homenagem aos avós e a um parente (assim informado pelo entrevistado); a atribuição livre somou 11,8% e obteve 2 ocorrências, sendo uma para homenagem a conhecido e outra para nome à disposição.

O modelo da moda obteve total de 17,7% (11,8% para estética e 5,9% para mídia), esses valores correspondem às três ocorrências, apenas em n1, duas motivações foram mencionadas para a estética – combinação e beleza do antropônimo –, e uma para a mídia. Não informado totalizou 29,4% nos segundos prenomes femininos.

Em comparação com n2, o modelo tradicional religião obteve o dobro de ocorrências em relação ao n1 (de 47,1% para 23,5%); o que também ocorre com o modelo tradicional homenagem à família, enquanto, em n1, houve o total de 17,6%, em n2, somaram-se 29,4%. Tais números mostram que antropônimos classificados como tradicionais são a maioria para n2, ou seja, no segundo prenome. Nas primeiras

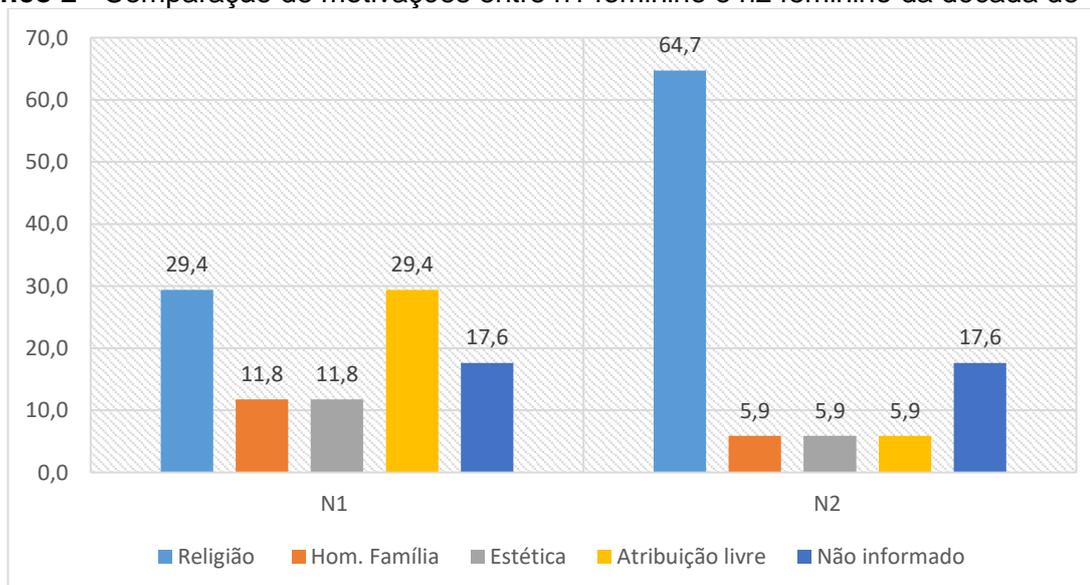
décadas de análise, o uso de nomes tradicionais que remetem à religiosidade e à preocupação em homenagear antecedentes é alto em n2.

Ao contrário do que se observa no modelo de atribuição da moda. Enquanto tal modelo tem 17% de ocorrências, em n1, não há nenhuma menção em n2. Atribuição livre, antropônimos cuja motivação não se encaixa nem em modelos tradicionais nem na moda, mas são motivações que podem ocorrer indiferentemente da época, sem fazer menção às crenças religiosas, nem aos antecedentes, somaram-se 11,8% nos dois grupos de nomes.

Nomes não informados somaram 29,4%, em n1, enquanto, para n2, apenas 11,8% não souberam responder o porquê de seus nomes. Esse dado evidencia uma disparidade ao que se poderia afirmar sobre conhecer ou não a motivação do próprio nome; os dados apontam, portanto, que ter conhecimento sobre os motivos pelos quais os pais atribuíram o nome ao filho não era algo usual na época em questão. Além disso, nota-se que aqueles que foram entrevistados conhecem mais sobre o segundo nome do que propriamente a motivação do prenome. Ainda que predomine o número de não informados, observa-se que, nas décadas de 1930-1940, tanto para n1 quanto para n2, os modelos tradicionais predominam; totalizando, para n1, 41,1% e, para n2, 76,5%.

4.1.2 Década de 1950

Gráfico 2 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1950



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Em n1 feminino, na década de 1950, nota-se o modelo de atribuição tradicional religião: devoção, nome bíblico e referência ao nome de padrinhos, somaram 29,4% do *corpus*. Em relação à homenagem à família, obteve-se 11,8%, isto é, são mencionadas homenagens ao pai e uma para um primo, um número relativamente menor comparando com a outra motivação tradicional.

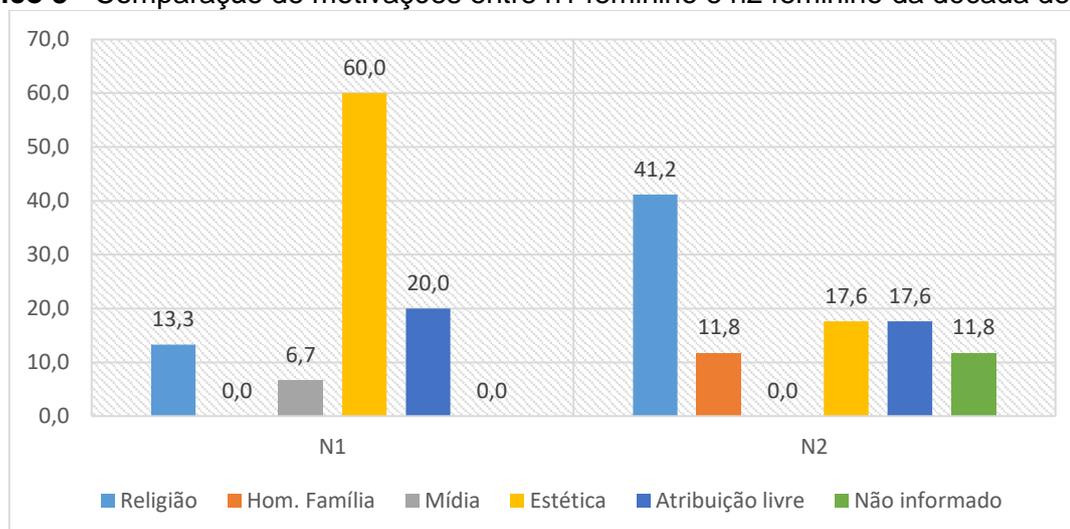
O modelo de atribuição da moda, em n1 feminino, totalizou 11,8% das ocorrências, sendo elas estéticas, propriamente ditas, a mesma porcentagem para a motivação homenagem à família. Para a atribuição livre, foram mencionadas as motivações causalidade, homenagem a conhecidos e nome à disposição, somando-se 29,4%, igualmente, a motivação religião. Por fim, 17,6% dos entrevistados não souberam justificar a motivação de seus nomes.

Em comparação com n2, a motivação religiosa é predominante para o segundo nome, foram mencionadas, no total, 64,7%, isto é, o dobro do que em n1 (29,4%). Para esse modelo atributivo, todas as menções foram a devoção, exceto uma para padrinhos. Nesse ponto, converge a informação que tanto para n1 quanto para n2, a menção para padrinhos fora mencionada. Mais importante ainda, é evidenciar que os dados de 1950 convergem com 1930-1940. Nessas décadas, a motivação religiosa predomina em n2. No entanto, tal fenômeno não continua no que diz respeito ao modelo tradicional homenagem à família. Na década em questão, houve uma motivação a mais do que para n2. O modelo de atribuição da moda, em n2, teve a metade das ocorrências em relação à década anterior (2 para 1, em n2).

Tem, também, destaque o modelo atribuição livre, em que n1 obteve 29,4% das ocorrências, sendo mencionada homenagem a um conhecido. N2 obteve apenas 5,9%. Em comparação à década anterior, a motivação também foi mais mencionada em n1 (29,4%). Por fim, no que se refere aos antropônimos não informados, 29,4% não souberam responder para n1 e, em n2, 11,8%. Tais dados convergem com as conclusões tiradas em 1930/1940; o número de informantes que não sabem informar sobre seu nome está em n1.

4.1.3 Década de 1960

Gráfico 3 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1960



Fonte: Elaboração da autora (2019)

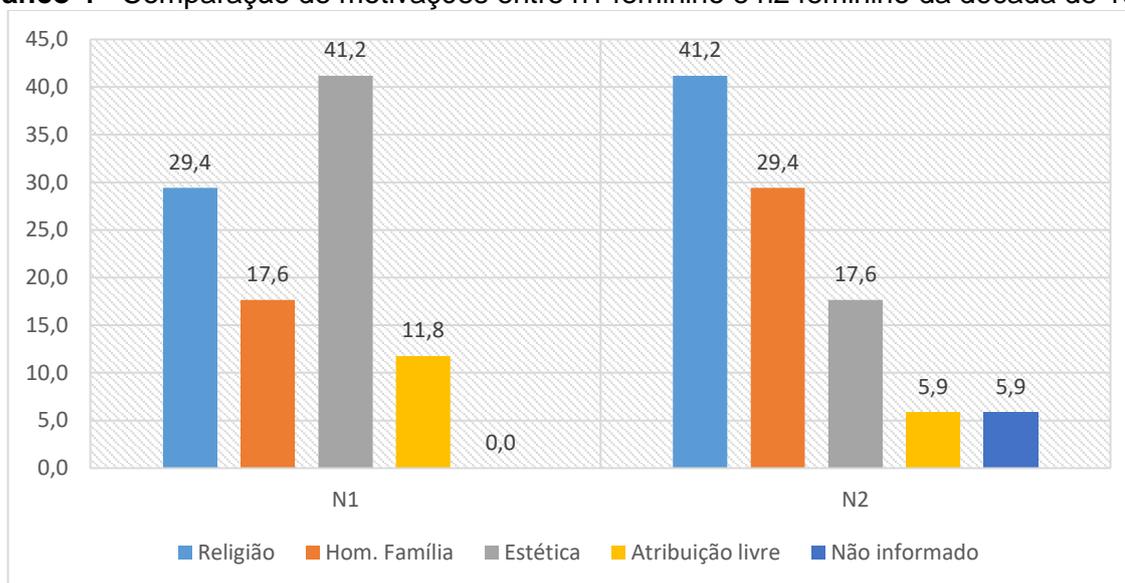
Na década de 1960, para n1, o modelo de atribuição tradicional religião obteve o total de 13,3% das ocorrências, sendo a motivação devoção apontada pelos informantes. Já o outro modelo tradicional, denominado homenagem à família, não foi mencionado nenhuma vez, evidenciando, assim, um decréscimo a zero, entre 1930 à 1960, o que também denota um decréscimo em relação às décadas anteriores. Mídia obteve apenas 6,7%, enquanto estética obteve o maior número de ocorrências na década, totalizando 60%, sendo elas: estética, propriamente dita; pronúncia; ortografia e rima.

Atribuição livre obteve menção para etimologia, originalidade e homenagem a conhecido, somando 20%; em comparação com a década anterior, houve decréscimo de 50% para esta década. Em relação aos não informados, observa-se que todos os souberam explicar o porquê de seu nome. Dessa forma, a presente década evidencia a primeira vez que não há “não informados”.

Em relação à n2, a religião permanece em destaque no segundo nome, 41,2% das ocorrências, cuja submotivação mencionada foi a devoção. Homenagem aos familiares permaneceu recorrente, em n2 (11,8%); em 1930-1940, somou 29,4%; em 1950, 5,9% das ocorrências. Nota-se que o comportamento da motivação, ainda que tenha tido pouco expressivo, mantém-se recorrente, reforçando o caráter tradicional da motivação.

4.1.4 Década de 1970

Gráfico 4 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1970



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Os dados do gráfico apontam para o crescente número de ocorrências no modelo tradicional religião, em relação às duas últimas décadas anteriores, na década anterior era 13,3%, para esta, 29,4%. Os 29,4% de motivação religiosa são de cinco ocorrências; duas por devoção e três relacionadas aos padrinhos de batismo. Destaca-se, aqui, que tal motivação pode ser ilustrada a partir dos pais, que atribuíram ao filho um nome escolhido pela madrinha, no caso de antropônimos femininos, como também nomes cujos padrinhos tenham escolhido devido a algum motivo, ou seja, é do gosto dos pais que as figuras do padrinho e da madrinha atribuem um nome ao filho.

Homenagem à família somou 17,6%, com três ocorrências; na década anterior, não houve menção, enquanto aqui voltou a ser mencionado. No entanto, as motivações mencionadas, ao contrário de 1950 e 1960, por exemplo, não são, na maioria, homenagem à vó, mas sim menção à tia e sobrinha.

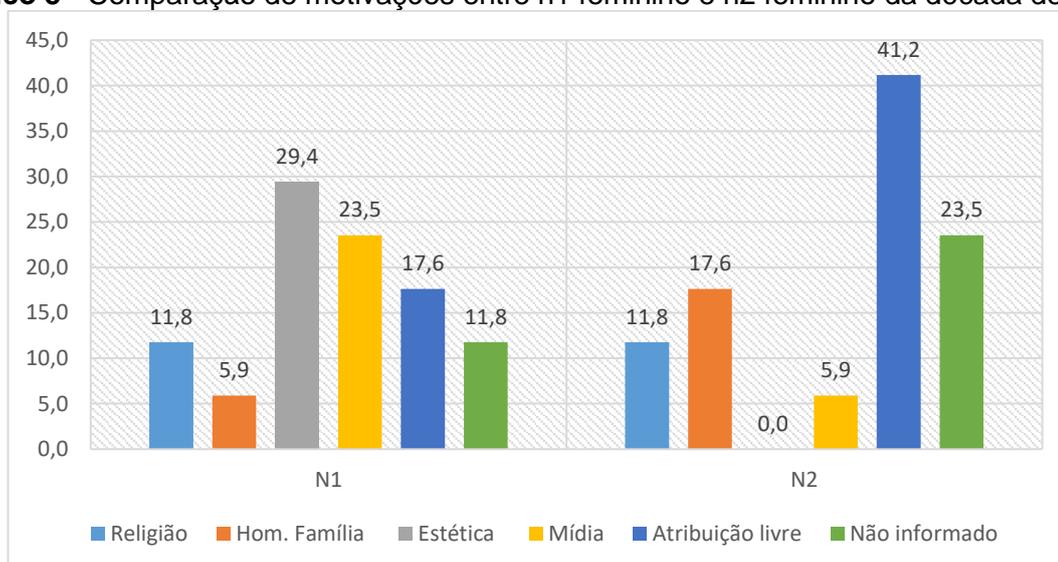
O modelo de atribuição da moda estética mantém-se em alta para n1 feminino, obtendo 41,2% das ocorrências, ou seja, quase metade do *corpus* da década de 1970, isso é, sete motivações, são elas: quatro para a ortografia do nome e três para a “beleza” do nome. Em relação à atribuição livre, foram contabilizadas duas

ocorrências, somando 11,8% das ocorrências. Para n1, todos os entrevistados souberam informar o porquê de seu nome.

Observando n2, nota-se que o modelo tradicional religião permanece constante em relação à década anterior. Entretanto, é 11,8% maior que n1, sendo o modelo de nomeação mais utilizado para n2 feminino na década de 1970. Homenagem à família também predomina em n2; enquanto, em n1, somam-se 17,6%, em n2, há 29,4%. Dessa maneira, nomes tradicionais predominam em n2, somando os dois modelos de atribuição da tradição, 70,6%, enquanto, em n1, são 47%. Em contrapartida, entre os nomes considerados da moda a partir da estética, soma-se em maior quantidade, em n1, com 41,2%; enquanto, em n2, há 17,6%. Os dados denotam tendências diferentes: nomes da moda são preferidos, em n1; e nomes tradicionais, em n2. Em relação aos nomes não informados, apenas uma pessoa não soube informar.

4.1.5 Década de 1980

Gráfico 5 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino da década de 1980



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Na década de 1980, n1 feminino possui prevalência da estética, com 29,4% das motivações, menções por achar o antropônimo bonito, bem como a ortografia e a rima, com o nome dos pais, foram as motivações mencionadas. A mídia também tem destaque, sendo que 23,5% são nomes relativos ao fenômeno televisivo. É interessante evidenciar que, enquanto, em n1, os dois modelos de atribuição da moda somam mais da metade do *corpus* de n1 feminino – 52,9%; em n2, tais modelos não

são predominantes, somam-se apenas com 5,9%. Portanto, na década de 1980, o comportamento da norma antroponímica de n1 é discrepante de n2.

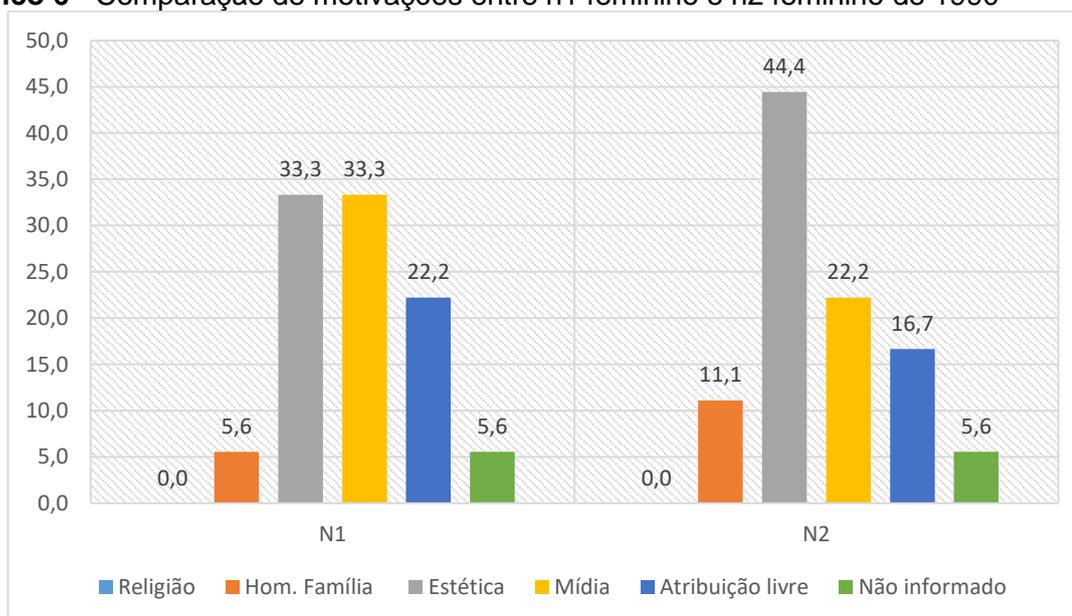
Após o modelo de atribuição da moda, a atribuição livre é a terceira mais mencionada, em n1, 17,6% ilustram nomes atribuídos devido ao nome estar disponível, originalidade e influência política (uma menção para cada). O mesmo modelo se evidencia, em n2, totalizando 41,2%.

O modelo de atribuição tradicional religião, tanto para n1 quanto n2, obteve o mesmo número de ocorrências: 11,8%. Em relação à década anterior, observa-se uma diminuição significativa no número de ocorrências. Enquanto, na década anterior, tal modelo era predominante, em 1980, houve um decréscimo de 17,6%, em n1, e 29,4%, em n2. Homenagem à família também decaiu de 1970 para 1980: n1 totalizou naquela 17,6% e nesta apenas 5,9%; em n2, havia menção em 29,4% e agora 17,6%.

Pessoas que não souberam responder o porquê de seus nomes voltaram a ser contabilizadas aqui, em n1, somaram 11,8%, com dois não informados, e, em n2, 23,5%, praticamente o dobro.

4.1.6 Década de 1990

Gráfico 6 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino de 1990



Fonte: Elaboração da autora (2019)

A década de 1990 é marcada pela predominância dos modelos de nomeação da moda: estética e mídia e a drástica diminuição dos modelos tradicionais: a religião

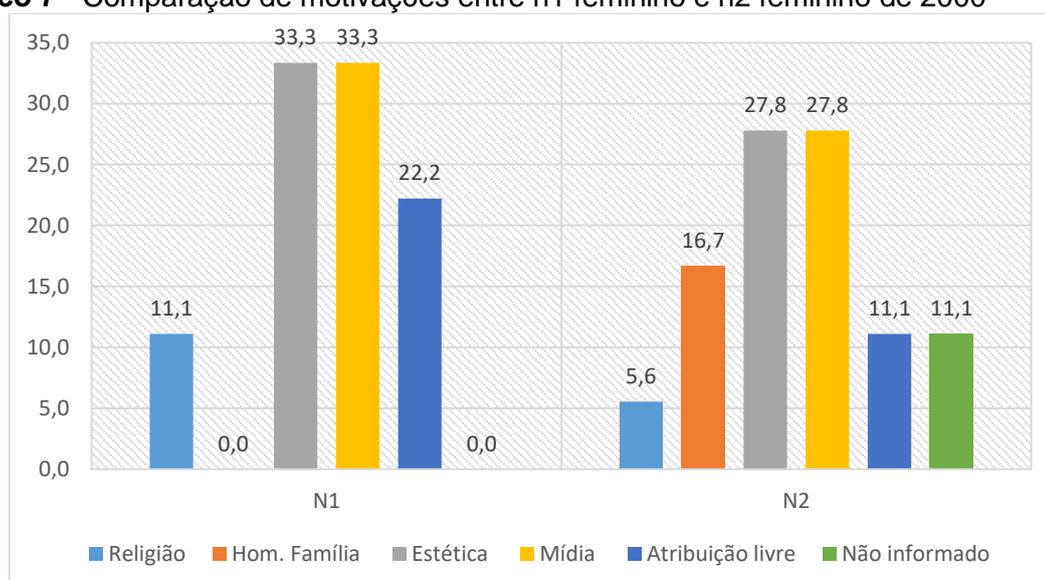
e a homenagem aos familiares. Os modelos da moda somaram, em n1, 66,6%; em n2, somaram da mesma maneira: 66,6%. A diferença é que, em n1, tanto a estética quanto a mídia foram igualmente mencionadas, foram, no total, seis menções para cada; já em n2, a estética predominou com 44,4% e a mídia 22,2. Portanto, o que se pode perceber é que, na década em questão, há uma continuidade do fenômeno visto em 1980: há a ascendência de nomes oriundos de meios midiáticos e efeitos da globalização, enquanto as motivações tradicionais, que obtiveram ênfase nas décadas iniciais, foram pouco ou nenhuma vez mencionadas.

Nessa direção, observa-se que a religião não obteve nenhuma menção, tanto em n1 quanto n2, ao passo que homenagem à família obteve apenas 5,6%, em n1, e 11,1%, em n2. Isso demonstra que, de fato, a norma antroponímica de uma determinada localidade pode mudar diante de um recorte temporal. Em Marechal Cândido Rondon, uma pesquisa diacrônica pode evidenciar tais mudanças.

Atribuição livre também sofreu um decréscimo em relação à década anterior, nesta, n1 somou apenas 5,6%, enquanto, na década anterior, era de 17,6%. Em n2, em 1980, era de 41,2% e, aqui, é de 16,7%. Não informado totalizou 5,6, tanto para n1 quanto n2, também um decréscimo em relação à década anterior.

4.1.7 Década de 2000

Gráfico 7 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino de 2000



Fonte: Elaboração da autora (2019)

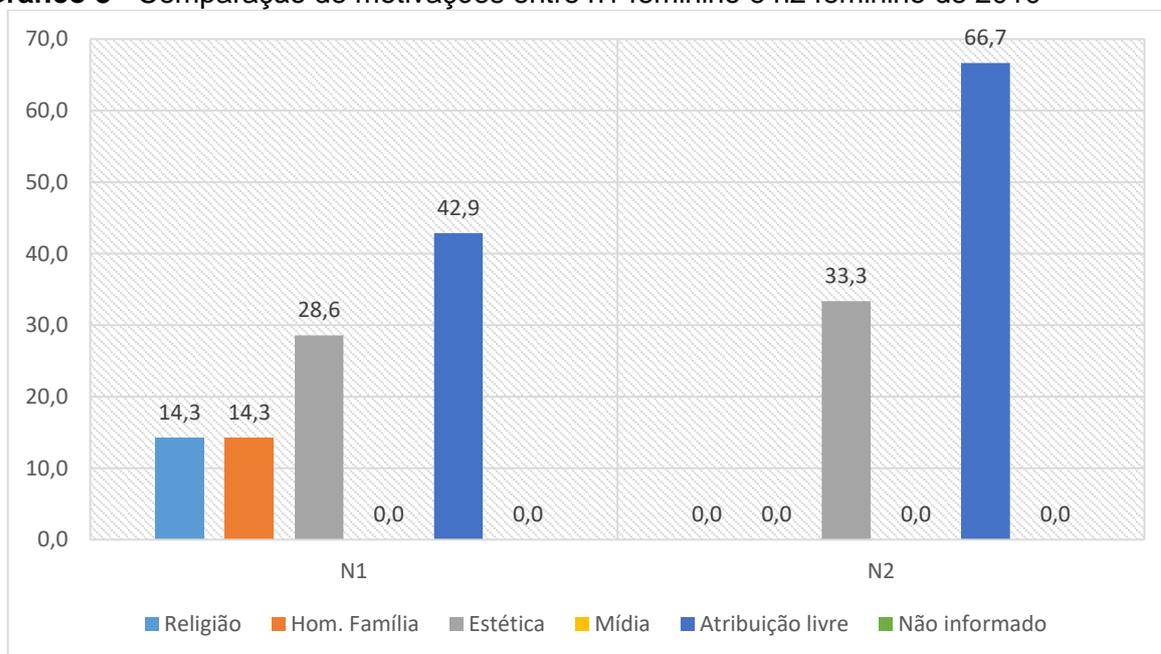
Na década de 2000, os modelos de atribuição da moda, estética e mídia, permanecem em evidência. Em n1, as duas motivações obtiveram seis menções cada, totalizando 12. Em n2, os números são ainda mais elevados, 27,8% das ocorrências cada. Somando as duas motivações, os números são ainda maiores se relacionados com os demais modelos. A moda prevalece, em n1, com 66,6%; e, em n2, com 55,6%. Os dados mostram que as duas últimas décadas consolidam uma mudança na norma antroponímica.

A religião, não mencionada na década anterior, volta a ser mencionada, em 2000, em 11,1%, em n1; e 5,6%, em n2. Homenagem à família não houve nenhuma menção, em n1, e, em n2, 16,7%; ainda, ao comparar com 1990, n2 obteve um aumento de 5,6%.

As ocorrências para atribuição livre foram constantes de 1990 para 2000. Os dados mostram que o número de menções não teve significativa mudança, em n1, permaneceu com 22,2% e, em n2, apenas 11,1%. Os que não souberam informar somaram apenas, em n2, totalizando também 11,1%.

4.1.8 Década de 2010

Gráfico 8 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 feminino de 2010



Fonte: Elaboração da autora (2019)

O *corpus* de 2010 tem menos antropônimos, como mencionado anteriormente, pelo fato de as entrevistas terem sido realizadas na metade da década. Em n1 feminino, é possível notar a volta de 14,3% da motivação religiosa e homenagem à família, somando o modelo de nomeação tradicional em 28,6%, enquanto, em n2, não houve nenhuma menção para tais motivações.

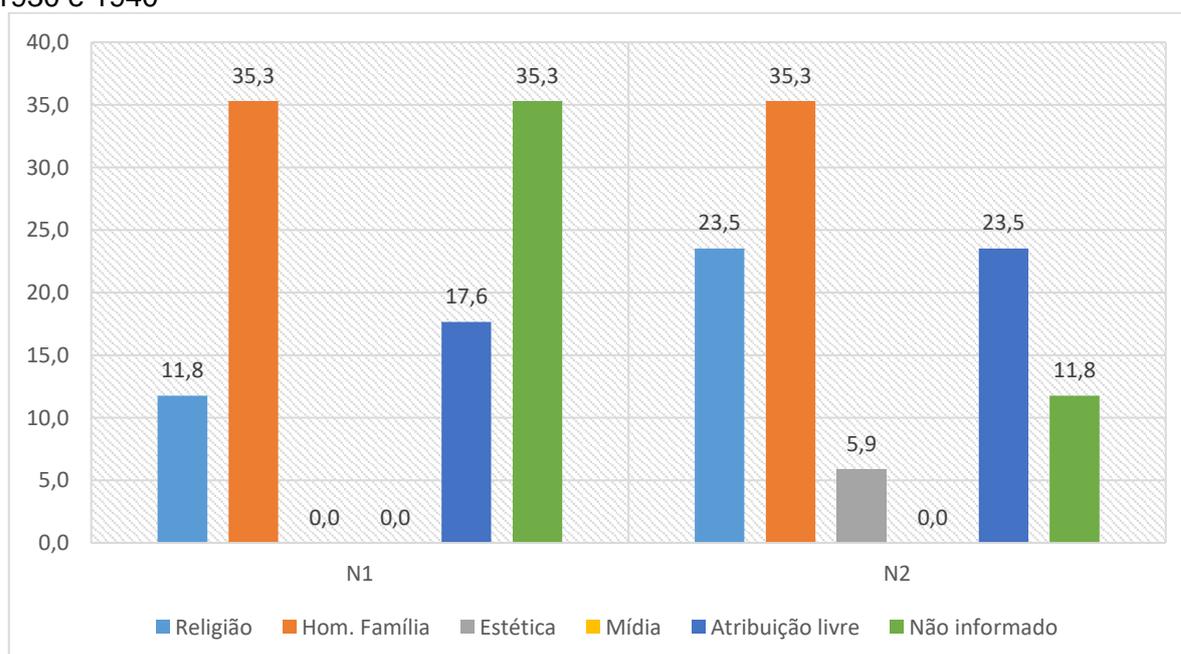
O modelo da moda estética é também mencionado, tanto em n1 (28,6%) quanto em n2 (33,3%), mas o maior número de ocorrências está em atribuição livre: n1 com 42,9% e n2 com 66,7%, aqui, destacam-se as motivações nomes à disposição, crenças individuais, etimologia e influência política.

Desse modo, em 2010, ainda que com um número inferior de antropônimos, nota-se, novamente, uma mudança na norma antroponímica. Do início da pesquisa, nas décadas de 1930/1940 até 1970, houve a predominância dos modelos tradicionais; em 1980, iniciou-se um processo de mudança, nomes a partir da atribuição livre foram relevantes; em 1990 e em 2000, os modelos considerados da moda prevaleceram em duas décadas.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA – COMPARAÇÃO ENTRE N1 E N2 MASCULINO

4.2.1 Década de 1930-1940

Gráfico 9 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino das décadas de 1930 e 1940



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Para os antropônimos da década em questão, o que se observa é que o modelo de nomeação tradicional homenagem à família é mais relevante, tanto em n1 quanto em n2. O número de ocorrências corresponde a 35,3%, isto é, 6 menções em cada. Para n1, destaca-se homenagem ao avô, que obteve 3 menções; homenagem ao tio, com duas; e homenagem ao primo, com uma menção.

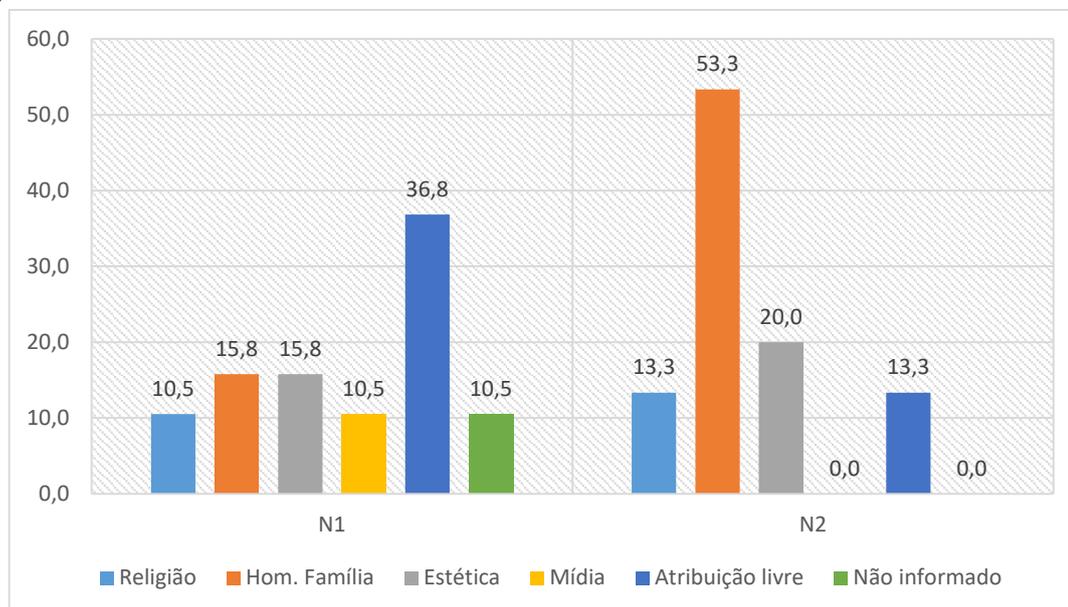
O segundo modelo tradicional de nomeação, a religião, ao contrário do que se observou nos antropônimos femininos, só é relevante em n2. Em n1, foram mencionadas a motivação nome bíblico e devoção, somando, assim, 11,8% do *corpus*; em n2, houve o dobro de menções, somando 23,5%. Nota-se, desse modo, que as tendências para n1 e n2 são diferentes no início das primeiras décadas. Considerando que os dois modelos de atribuição de nomes mencionados constituem nomes tradicionais, vê-se que a ideia de algo tradicional perpassa para n2 e não para n1. Enquanto nomes tradicionais correspondem a 58,8% do *corpus* de n2, em 1930-1940, tais antropônimos são 47,4%, em n1.

A variedade de motivações também é maior em n2, se bem que, em relação aos antropônimos femininos, há menos motivações mencionadas em masculino. Em n1, houve 3 menções para atribuição livre, são elas: homenagem a político, homenagem a um conhecido e referência ao topônimo de nascimento do portador do nome. Esse modelo corresponde a 17,6%. Não foram mencionadas outras motivações. Não informados somam 6 menções, ou seja, 35,6%. É interessante analisar que, na década, os entrevistados souberam dizer mais sobre o n2 do que n1, visto que n1 é o nome que de fato as pessoas são chamadas em uma comunidade. Em n2, os não informados são apenas duas menções (11,8%).

O que difere de n1, é que em n2 já tem menção do modelo da moda estética, ainda sendo pouco mencionada, mas achar o nome bonito é verificado em uma entrevista, somando 5,9%.

4.2.2 Década de 1950

Gráfico 10 - Comparação de motivações entre n1 feminino e n2 masculino da década de 1950



Fonte: Elaboração da autora (2019)

A década de 1950 é marcada por grandes diferenças na escolha dos nomes. Em n1, é notável a utilização de motivações distintas: o uso dos modelos tradicionais religião e homenagem à família, modelo da moda representado pela estética e mídia, atribuição livre também obteve grande destaque e até não informados constituem o *corpus*. Ao contrário de n2, que obteve número mais significativo no modelo de nomeação tradicional homenagem à família. Portanto, em n1, há mais variações e tendências do que em n2.

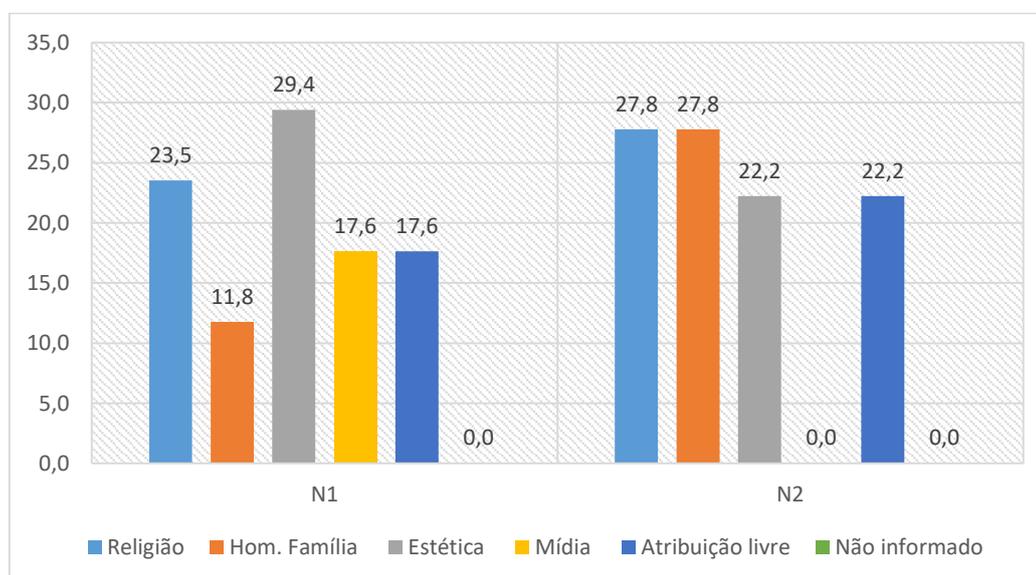
No que se refere aos nomes considerados tradicionais, em n1, religião obteve duas menções (10,5%), ambas para nomes bíblicos; homenagem à família somou 15,3%, obtendo 3 menções, duas para os avôs e uma para um tio. No total, o modelo de nomeação tradicional somou 26,3% do *corpus*. Já em relação à n2, o modelo tradicional constitui mais da metade dos nomes mencionados, 66,6%, o que corresponde ao total de 10 menções. Em n2, a religião obteve 13,3%, um valor semelhante a n1; homenagem à família totalizou 53,3%, isso é, 8 menções relativas aos avôs, tios e pais. A diferença dessa motivação é de 37,5% entre n1 e n2.

Atribuição livre é mais mencionado em n1, 36,8%, que corresponde a 7 menções, sendo elas: nomes à disposição, homenagem a políticos e homenagem a conhecidos. Em n2, houve apenas 13,3% do *corpus*.

No que se refere aos modelos da moda, estética e mídia, são mais bem observados em n1. Estética obteve 15,8% e mídia 10,5%, isso corresponde a 26,3% do total. Em n2, apenas estética foi mencionada (20%) e mídia não obteve nenhuma menção.

4.2.3 Década de 1960

Gráfico 11 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1960



Fonte: Elaboração da autora (2019)

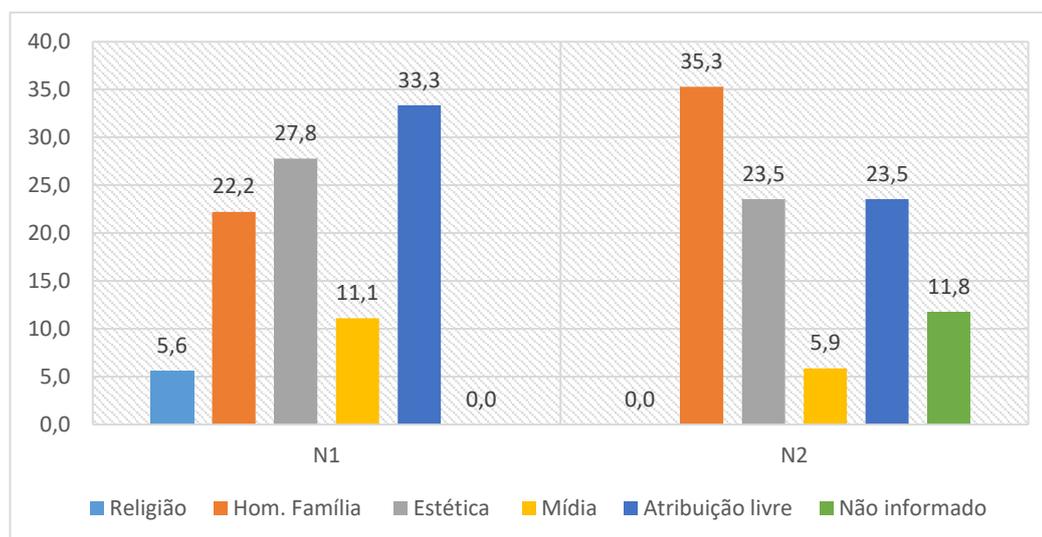
Em n1 masculino, os modelos de atribuição nominal tradição obtiveram 35,5% do total da década de 1960. A motivação religiosa somou 23,5%, sendo mencionados nomes bíblicos e devoção como motivos para as atribuições. Nomes relativos à homenagem à família obtiveram 11,8%. O modelo tradicional, em n2, teve um comportamento diferente. Os nomes considerados tradicionais foram altamente mencionados, somando 55,6% do total de n2. A religião e a homenagem a familiares somaram 27,8% cada. Desse modo, a tradição está mais para n2 do que n1, o que também foi observado na década anterior, em que nomes familiares foram mais predominantes (53,3%).

Enquanto nomes tradicionais são tendências em n2, nomes da moda são predominantes em n1, a estética e mídia somaram quase metade das menções referentes a n1: 47%, sendo 29,4% em estética; e 17,6% em mídia. Salienta-se que a mídia já havia sido mencionada na década anterior.

Atribuição livre obteve, em n1, 17,6% com motivações mencionadas: homenagem a conhecidos, referência a políticos e cientistas. Sobre os não informados, todos os entrevistados souberam dizer o porquê de seus, nomes tanto em n1 quanto em n2. A década de 1960 é a primeira em que tal fato ocorre.

4.2.4 Década de 1970

Gráfico 12 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1970



Fonte: Elaboração da autora (2019)

A década de 1970 é marcada pelas diferenças no uso dos modelos atributivos de nomes. Em n1, o uso dos nomes da moda continua a prevalecer. A motivação estética obteve 27,8% das ocorrências, sendo mencionadas duas ocorrências para antropônimo estritamente bonito, duas para ortografia e uma para rima. Mídia totalizou 11,1%, houve duas menções referentes a essa motivação. Em n2, moda não é o modelo mais mencionado, isso demonstra uma similaridade com a década anterior, cujo fenômeno também foi observado. Na década em questão, estética obteve 23,5% das ocorrências, percentual semelhante comparando com n1, mídia obteve 5,9%, metade das ocorrências.

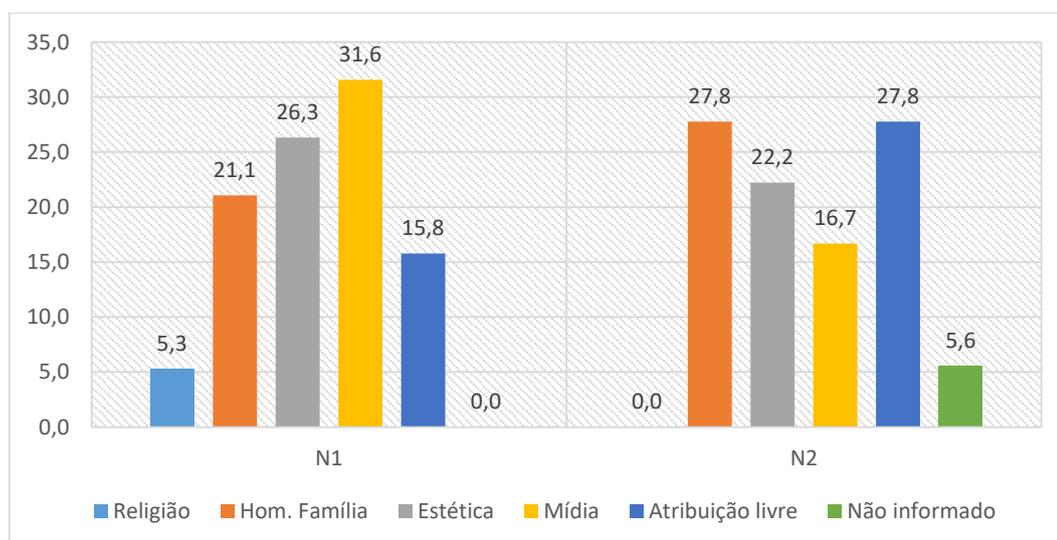
O modelo de atribuição tradicional prevaleceu, em n2, na década de 1970, assim como também ocorreu em 1960. A religião não teve nenhuma menção em n2, isso mostra uma queda de 27% em relação à década anterior, entretanto, as homenagens a familiares somaram 35,3%, um acréscimo de quase 5% comparando com a década de 1960. Em n1, a religião obteve apenas 5,6%, sendo a escolha do nome feita por uma madrinha. Homenagem aos avôs obteve 22,2%, foram 4 menções: duas para os pais, uma para avô e tio. Totalizando, nomes tradicionais somam 27,8% das ocorrências.

Atribuição livre cresceu, em n1, 15,7% em relação à década de 1960, o que mostra estar em segundo lugar em modelo atributivo mais mencionado (33,3), foram mencionadas as motivações: homenagem a conhecidos, nome à disposição, causalidade e influência literária. Em n2, 23,5% ilustram atribuição livre, obtendo terceiro lugar no número de ocorrências.

Em relação aos não informados, apenas em n2 houve 11,8% das ocorrências, e nenhuma em n1.

4.2.5 Década de 1980

Gráfico 13 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1980



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Na década de 1980, há permanência de tendências, vistas nas décadas de 1960 e 1970, para n1. A moda prevalece com mais da metade das menções

mencionadas: 58%; está dividida em 26,3% para estética, cujas motivações foram principalmente a ortografia (3 menções), uma para pronúncia e uma para estritamente bonito. Sobre a mídia foram 6 menções, somando 31,6%. Em relação à década anterior, houve um aumento de 20% no modelo da moda.

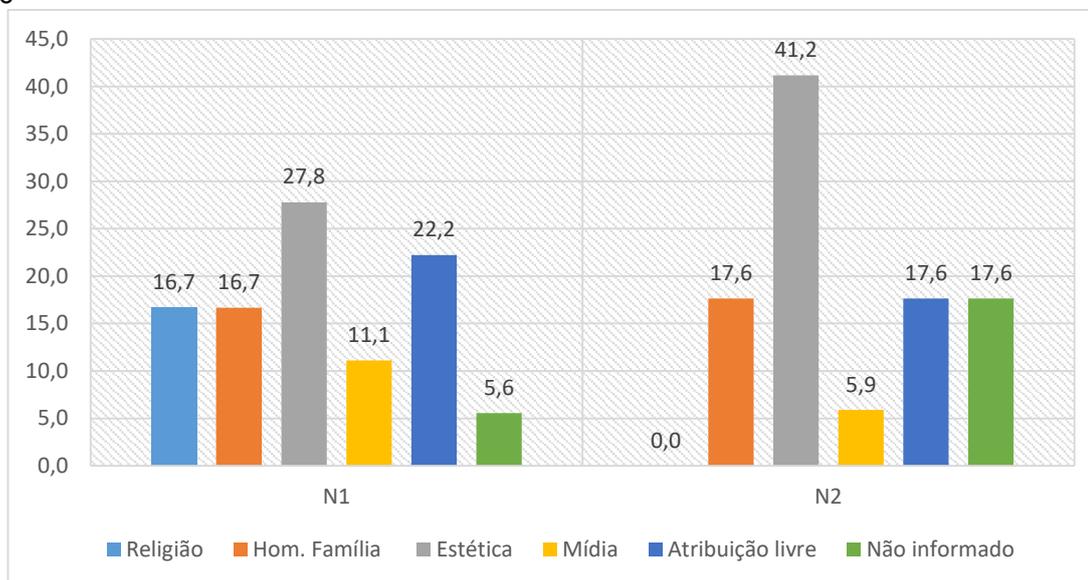
Em n2, o modelo obteve o total de 38,9%, a estética obteve 4 ocorrências, enquanto a mídia 3. Nessa década, há a primeira vez que a moda prevalece à tradição. Em relação a n1, moda, em n2, tem 19% a menos de ocorrências, entretanto, em relação à década de 1970, houve aumento de quase 10%. Portanto, em 1980, observa-se, nos antropônimos masculinos, que a estética e a moda prevaleceram, tanto em n1 quanto n2.

O modelo de atribuição de nomes tradicionais obteve um total de 26,4% das ocorrências, em n1, sendo 5,3% a religião e 21,1% homenagem à família. Os números permanecem constantes ao comparar-se com 1970. Em n2, não há nenhuma menção religiosa – assim como na década anterior –, nomes familiares somaram 27,8% e, por isso, são também o total do modelo tradicional. Em relação à década anterior, tal motivação diminuiu 7,5%.

A atribuição livre obteve 15,8% das ocorrências, em n1, sendo as motivações influência literária, nome moderno e crenças individuais mencionadas. Em n2, o número de menções é mais elevado: 27,8%. Na década anterior, a atribuição livre havia sido mais mencionada, em n1, já em 1980, prevalece em n2. Não informados só tiveram em n2.

4.2.6 Década de 1990

Gráfico 14 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 1990



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Na década de 1990, prevalece a tendência da moda, em n1 e n2. O modelo da moda obteve a estética com 27,8%, sendo as motivações mencionadas a ortografia, a estética propriamente dita e rima. A mídia obteve 11,1%, somando duas ocorrências, dessa maneira, a moda totalizou 38,9% das ocorrências. Em n2, a moda obteve 47,1% das ocorrências, a estética somou 7 ocorrências e obteve 41,2% e mídia 5,9% com uma ocorrência apenas. Em relação à década de 1980, a moda, em n1, decresceu 19%, mas ainda permaneceu com maior evidência. Já em n2, houve um acréscimo de 8,2%.

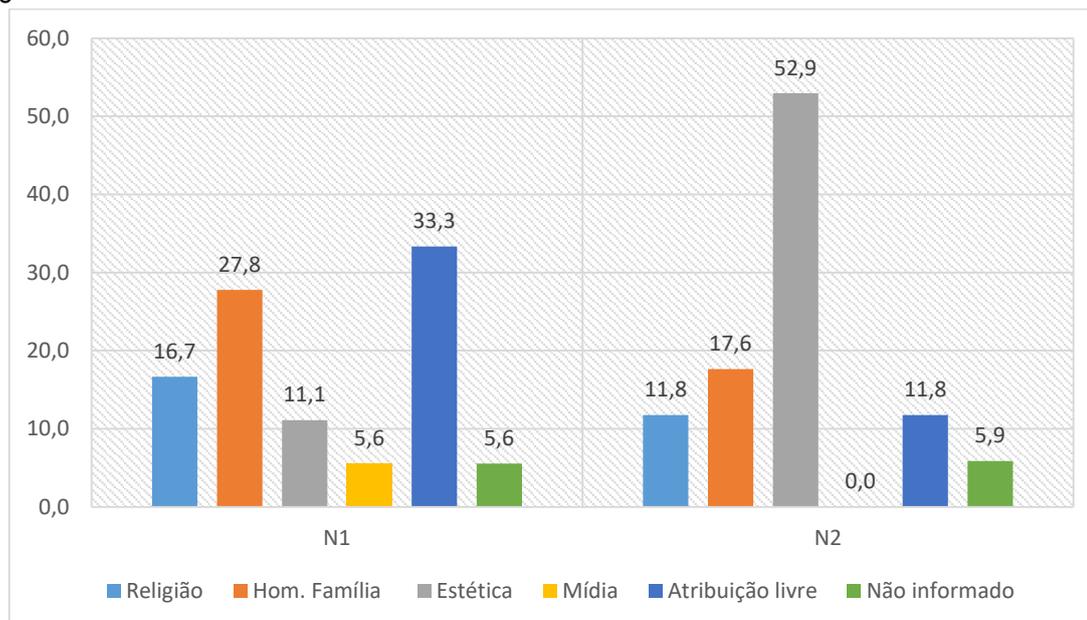
A motivação religião, em n1, obteve 16,7% sendo duas ocorrências para nome bíblico e uma para devoção. Homenagem aos familiares também obteve o mesmo número de ocorrências (16,7%), foram mencionadas duas ocorrências para homenagem ao avô e uma para o pai. Totalizando, o modelo tradicional obteve 33,4% das ocorrências. Em n2, a religião continua a não ser mencionada; é a terceira década que a religião não tem ocorrência em n2. Homenagem à família tem 17,6%, o que constitui o total para o modelo tradicional de nomeação.

Atribuição livre obteve maior número em n1, 22,2%, do que em n2, 17,6%. As motivações mencionadas para n1 foram crenças individuais, originalidade,

homenagem a um político, nome à disposição. Não informado obteve 5,6%, em n1, e 17,6% em n2.

4.2.7 Década de 2000

Gráfico 15 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 2000



Fonte: Elaboração da autora (2019)

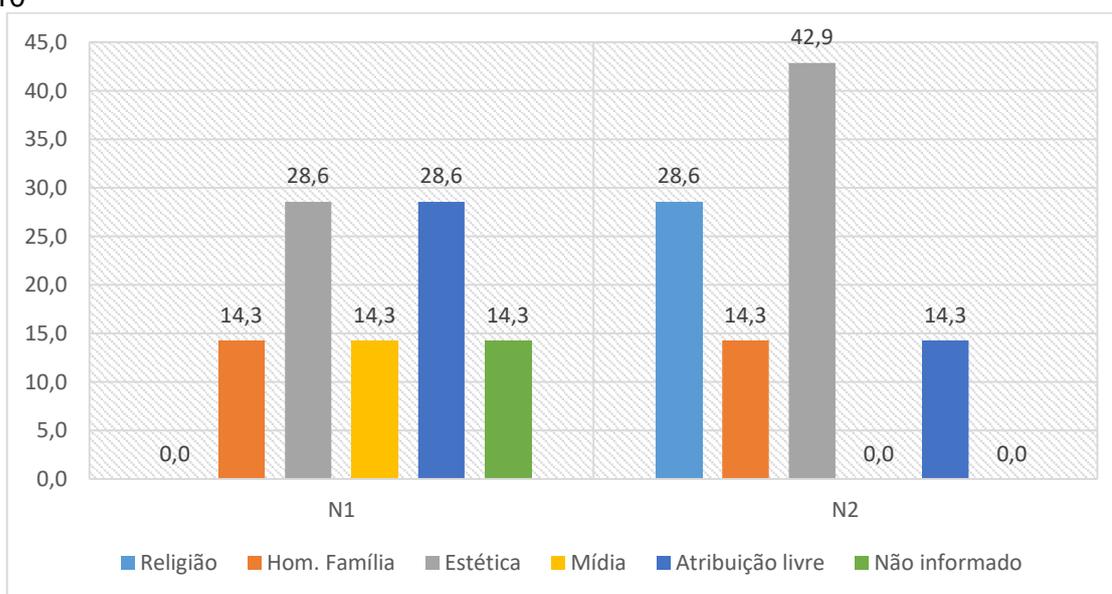
Na década de 2000, n1 obteve um aumento no modelo atributivo de 11,1%. A religião permaneceu com 16,7%, sendo duas menções para nome bíblico e uma para devoção. Homenagem aos familiares obteve 27,8% tendo 3 menções aos avôs e duas para pais. Totalizando, nomes tradicionais somam 44,5%. Em n2, após três décadas sem nomes religiosos, nesta, há 2 menções e soma 11,8%. Homenagem à família tem 17,6%, percentual que se manteve constante em relação à década anterior.

O modelo da moda não prevalece, em n1, estética decresceu 16,7%, obtendo, na década em questão, 11,1%, as motivações mencionadas foram a ortografia. Mídia, ainda que pouco mencionada, em 1990, diminuiu ainda e teve apenas 5,6%. Em n2, a mídia não obteve nenhuma menção, entretanto, a estética obteve 9 ocorrências, somando 52,9% das ocorrências. Nessa maneira, comparando os dados referentes às décadas anteriores, a mídia foi mencionada no intervalo entre 1970 e 1990.

Atribuição livre obteve o maior número de ocorrências, em n1, 33,3%; foram mencionadas significado do nome, homenagem a conhecido, nome à disposição e originalidade. Não informado totalizou 5,6%, em n1; e 5,9%, em n2.

4.2.8 Década de 2010

Gráfico 16 - Comparação de motivações entre n1 masculino e n2 masculino da década de 2010



Fonte: Elaboração da autora (2019)

Para n1 masculino, o modelo de atribuição nominal da moda predomina em 42,9% das ocorrências. A estética somou 28,6% com as motivações do nome estritamente bonito e ortografia, a mídia obteve 14,3%. Em comparação com n2, a estética obteve 42,9% das ocorrências, no entanto, não houve menção à mídia.

Em segundo lugar, está a atribuição livre, que teve a mesma quantidade de ocorrências que a estética, em n1, para aquela, as motivações mencionadas foram originalidade e homenagem a um político. Em n2, atribuição livre obteve um percentual de 14,3%.

O modelo de atribuição tradicional obteve apenas 14,3% das ocorrências, em n1. É interessante observar que não houve menções para a motivação religiosa, mas n2 obteve 28,6%. Motivação pela homenagem aos familiares obteve idêntico percentual, tanto para n1 quanto para n2, 14,3%. Não informados foram registrados apenas em n1, com 14,3%.

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE N1 FEMININO E N1 MASCULINO

Após a comparação de n1 com n2 de cada sexo, faz-se necessário observar divergências e possíveis convergências entre os sexos, feminino e masculino. Por isso, a comparação entre tais variáveis é importante para a posterior análise qualitativa. N1 é o primeiro prenome na formação de antropônimos justapostos. Resulta, aqui, a comparação na escolha de nomes de n1 feminino e n1 masculino e, posteriormente, n2 feminino e masculino.

Nas primeiras décadas, 1930/1940, o modelo de atribuição tradicional religiosa é mais utilizado em n1 feminino (23,5%) do que em n1 masculino (11,8%). Homenagem à família foi predominante em 18% para os nomes masculinos em relação aos nomes femininos, enquanto este totalizou 17,6% das ocorrências, para aquele foram 35,6%. Observa-se aqui que, em relação ao modelo de atribuição antroponímica tradicional os nomes religiosos predominam para o sexo feminino, enquanto a homenagem à família é predominante para o sexo masculino.

Sobre o modelo de atribuição da moda, há destaque no sexo feminino; estética obteve 11,8% e a mídia, única menção na década de 1930/1940, obteve 5,9%, totalizando, portanto, 17,7%. Esse modelo de atribuição não teve nenhuma representação no sexo masculino (nenhuma ocorrência). A atribuição livre foi mais mencionado em n1 masculino: 17,6%, enquanto, para antropônimos femininos, somou 11,8. Não souberam informar, em nomes masculinos, 35,3%, sendo maior do que para os femininos, 29,4%.

Na década de 1950, os antropônimos cuja motivação concerne ao modelo tradicional – religião e homenagem à família – são predominantes ao sexo feminino. Esse modelo corresponde a 41,2% do total das motivações na década em questão; ao contrário, no sexo masculino, que totaliza 26,3% do total, isto é, 14,9% a menos em relação ao outro sexo. A motivação religiosa representa 29,4% para os nomes femininos, para os homens, soma 10,5%. Homenagem à família é maior para o sexo masculino: 15,8%; para os nomes femininos são 11,8%.

O modelo de atribuição da moda – estética e mídia – também é predominante para as mulheres, somando 41,2%, percentual igual ao modelo tradicional; a motivação estética obteve 11,8% e a mídia 29,4%. Para os antropônimos masculinos, em n1, são 15,8% das ocorrências para a estética e 10,5% para mídia.

Atribuição livre obteve mais ocorrências para o sexo masculino, com 36,8%; enquanto, para n1 feminino, são 17,6%. Não souberam informar os informantes em 10,5% das ocorrências para os homens; entre as mulheres, não houve ocorrências.

Na década de 1960, n1 inicia com divergências em relação às outras décadas. Em 1930/1940 e 1950, o modelo de atribuição tradicional religião predominou para os nomes femininos (23,5%; 29,4% respectivamente), no entanto, na década em questão, essa motivação obteve um decréscimo de 16,1% em relação à década anterior, mostrando, assim, uma das primeiras diferenças no comportamento dos antropônimos. Outro ponto que acentua mudanças é a motivação, também tradicional, homenagem à família, ainda que não fosse a motivação mais mencionada em n1 feminino nas outras décadas, neste, o percentual foi reduzido a zero, ou seja, não houve menção a essa motivação. Dessa forma, em n1 feminino, o modelo de atribuição tradicional, que, em 1950, havia contabilizado um total de 41,2%, em 1960, foi reduzido para 13,3% (diferença de 27,9%).

Em relação aos antropônimos masculinos, nomes cuja motivação é religiosa ou homenagem à família somam 35,3%. Nesse momento, nota-se que a motivação religiosa teve um acréscimo maior em relação à homenagem à família, e a atribuição de nomes religiosos aos homens, em n1, tornou-se a segunda motivação mais mencionada.

É na década de 1960 que o modelo de atribuição da moda somou o maior número de ocorrências, em n1 feminino: 66,7%, sendo 6,7% para mídia e 60% para estética. Para n1 masculino, o percentual também é o mais elevado: 29,4% para estética e 17,6% para mídia, totalizando 47% das ocorrências. A atribuição livre somou 20% das ocorrências em n1 feminino; e 17,6% para antropônimos masculinos. É interessante verificar que não houve casos em que o entrevistado não soubesse responder sobre seu nome, tanto para as mulheres quanto para os homens, todos responderam a motivação de n1. Verifica-se que o número de não informados iniciou na década de 1930/1940, em n1 feminino, com 29,4%; e, para os homens, com 35,3%, a cada década houve um decréscimo, até que em 1960 obtivesse percentual zero.

Na década de 1970, n1 feminino totalizou 47% das ocorrências no modelo de atribuição tradicional, sendo 29,4% para a motivação religiosa e 17,6% para homenagem à família. Em n1 masculino, tal modelo de atribuição totalizou 27,8%. A motivação religiosa obteve apenas 5,6% (23,8% a menos que n1 feminino); já homenagem à família, para os homens, totalizou 22,2% (4,6% a mais do que as

mulheres). Analisa-se que a frequência das motivações tradicionais, em n1, são distintas para ambos os sexos, ora há predominância para as mulheres, ora para os homens. Dessa maneira, atribuir nomes tradicionais aos filhos não é algo exclusivo somente para homens ou mulheres, mas sim para ambos. A diferença recai nas motivações utilizadas para cada sexo. Enquanto religião predomina para as mulheres, homenagem à família predomina aos homens.

O modelo da moda, em n1 feminino, reduziu em relação à década anterior – de 66,7% para 25,5%. A motivação mídia não obteve nenhuma ocorrência, mas a estética somou 41,2% das ocorrências. O mesmo modelo para n1 masculino totalizou 38,9%, sendo 27,8% para estética e 11,1% para mídia. A atribuição livre obteve 11,8% para as mulheres, enquanto para os homens totalizou 33,3. Em ambos os sexos, não houve número de não informados.

A década de 1980 é marcada para o alto acréscimo do modelo de atribuição da moda. Em n1 feminino, 29,4% das ocorrências são devido à estética e 23,5% para a mídia, totalizando 52,9% das ocorrências totais para a década nos nomes femininos. Para os homens, o percentual de uso do modelo de atribuição é ainda maior: 57,9%, sendo 26,3% para a estética e 31,6% para a mídia.

O modelo de atribuição tradicional decaiu, principalmente em relação aos antropônimos femininos. Na década de 1970, foram contabilizadas 47% das ocorrências, nessa década, apenas 17,7% estão destinadas ao modelo, sendo 11,8%, para a religião, e 5,9%, para homenagem à família. Para n1 masculino, o decréscimo do modelo tradicional é de apenas 1,4%; 5,6% é religião e 22,2% homenagem à família. A atribuição livre contabilizou 17,6 para n1 feminino e 15,8 para n1 masculino. Não informados apenas foram contabilizados em 11,8% para as mulheres.

Na década de 1990, o modelo da moda continua a crescer, a motivação estética contabilizou, em n1 feminino, 33,3%, o mesmo percentual foi para a mídia, somando, assim, 66,6% das ocorrências. Em n1 masculino, o modelo da moda somou 38,9%, sendo 27,8% para estética e 11,1% para mídia. Em relação à década anterior, tais motivações foram mencionadas, com 19% a menos que nessa década, ao contrário para os nomes femininos, cujo modelo contabilizou mais da metade do *corpus* de nomes femininos para 1990.

O modelo de atribuição tradicional decresceu ainda mais em n1 feminino, a motivação religiosa, que obteve destaque nas primeiras décadas, em 1990 não foi mencionada e homenagem à família obteve apenas 5,6% das ocorrências. Para os

nomes masculinos, a motivação religiosa e a homenagem à família obtiveram 16,7% em ambos, somando 33,4% das ocorrências.

A atribuição livre para nomes femininos e masculinos foi igual: 22,2%, um pequeno acréscimo para ambos os sexos em relação a 1980. Não informados somaram 5,6%.

Na década de 2000, n1 feminino permaneceu como o modelo de atribuição da moda mais utilizado, 33,3% para ambas as motivações – estética e mídia, enquanto o modelo de atribuição tradicional obteve 11,1% das ocorrências, um pequeno acréscimo de 5,5% em relação a 1990. Para n1 masculino, o modelo da moda decaiu para 16,6%; a estética somou 11,1% e a mídia apenas 5,6%. Em contrapartida, o modelo de atribuição tradicional obteve 44,5% das ocorrências; a homenagem à família voltou a ser mais mencionada (27,8%), a motivação religiosa obteve 16,7%.

A atribuição livre obteve 22,2% das ocorrências, em n1 feminino, e 33,3% em n1 masculino. Verificou-se não mencionado, apenas, em n1 masculino, em 5,6% das ocorrências.

Na última década, 2000, o modelo tradicional para n1 feminino foi de 28,6%; 14,3% para ambas as motivações: religiosa e homenagem à família. Para n1 masculino, o modelo somou 14,3%, sendo zero o número de menções aos nomes religiosos. O modelo de atribuição da moda somou apenas 28,6% das ocorrências em n1 feminino, sendo esse valor apenas para a estética. Em n1 masculino, esse modelo somou 42,9%; 28,6% para estética e 14,3% para mídia. A atribuição livre somou 42,9% em nomes femininos e 28,6% para masculinos. Não informados somaram apenas 14,3% para o n1 masculinos.

4.4 COMPARAÇÃO ENTRE N2 FEMININO E N2 MASCULINO

Na década de 1930/1940, o modelo de atribuição nominal tradicional predominou em 76,5% para os nomes femininos e 58,8% para os nomes masculinos. A motivação religiosa para as mulheres contabiliza 47,1% das ocorrências de homenagem à família, 29,4%. Para n2 masculino, a homenagem à família obteve maior número de ocorrências (35,3%), já a motivação religiosa obteve 23,5%.

O modelo de atribuição da moda não obteve nenhuma ocorrência para n2 feminino; e, em masculino, obteve apenas 5,9% para a estética. A atribuição livre teve

23,5% menções para homens, e 11,8% para as mulheres. Não souberam informar correspondem a 11,8%, para ambos os sexos.

Na década 1950, nomes tradicionais predominam em 70,6% para o sexo feminino; a motivação religiosa obteve 64,7%; e homenagem à família apenas 5,9%. O contrário se observa para os homens, em que homenagem à família obteve 53,3%, e a motivação religiosa 13,3%.

A estética obteve apenas 5,9% para as mulheres; para os homens, o modelo de atribuição da moda somou 20%, sendo esse percentual apenas em estética. Atribuição livre obteve 5,9% para as mulheres e 13,3% para os homens. Na década, todos souberam informar o porquê de seus nomes.

Na década de 1960, o modelo de atribuição tradicional somou 53% do total para n2 feminino; a motivação religiosa obteve 41,2% e a homenagem à família 11,8%. Já para n2 masculino, o modelo de atribuição tradicional obteve 55,8%, pouco mais do que o outro sexo. Tanto a religião quanto homenagem à família somaram 27,8%. A estética, para as mulheres, somou 17,6% e, para os homens, 22,2%. Não informado ocorreu apenas em feminino (11,8%).

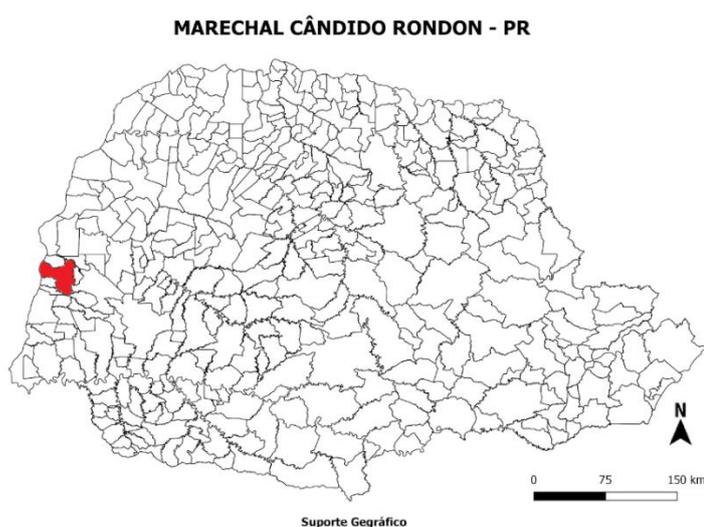
Na década de 1970, o modelo de atribuição tradicional obteve 70,6% das ocorrências, para n2 feminino; a motivação religiosa contabilizou 41,2% das ocorrências; e a homenagem à família 29,4%. Em n2 masculino, não houve nenhuma menção para a motivação religiosa, no entanto, homenagem à família somou 35,3% das ocorrências, isto é, o maior percentual da década ocorreu para n2 masculino. O modelo da moda contabilizou 29,4% das ocorrências, sendo 23,5% para estética e 5,9% para mídia; para as mulheres, apenas houve ocorrências em estética (17,6%). A atribuição livre obteve 5,9% para as mulheres e 23,5% para os homens. Não informado somou 5,9% nas mulheres e 11,8% nos homens.

5 CONTEXTO DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Esta seção tem como objetivo contextualizar histórica, política e economicamente o município de Marechal Cândido Rondon. Visando o interesse da pesquisa, foi imprescindível abordar o processo de colonização, o desenvolvimento econômico e as questões identitárias do povo que colonizou o local, por volta de 1946.

A região Oeste Paraná, onde se fundou o município de Marechal Cândido Rondon, é banhada pelo Rio Paraná, está localizada na fronteira entre o Paraguai e Argentina, em uma área total de 22.840 km², correspondendo 11,44% do território nacional. A região, hoje, é constituída por 50 municípios e 1.295.404 habitantes (IBGE, 2009).

Figura 5 – Localização do município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná



Fonte: Suporte geográfico (2021)

A historiografia do local inicia no final do século XIX. A região Oeste do Paraná encontrava-se totalmente isolada devido à ausência de rodovias e políticas de colonização. O único meio de acesso era por via do Rio Paraná. Na época, a região era ocupada somente por companhias estrangeiras que exploravam, legal e ilegalmente, principalmente, a erva-mate e a madeira do local. Destacaram-se a Companhia de Maderas Del Alto Paraná, Julio Thomas Allica e Mate Laranjeira (SAATKAMP, 1985, p. 13). Em 1925, houve o declínio das empresas extrativistas devido à presença da coluna de Marechal Isidoro Dias Lopes, vinda de São Paulo, e

a passagem da Coluna Prestes, vinda do Rio Grande do Sul, além da política de 2/3 de Getúlio Vargas²².

Nesse contexto, no final da década de 1940, o grupo da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ, originário do Rio Grande do Sul, comprou as terras dos ingleses da Companhia de Maderas Del Alto Paraná, instalando na região uma nova política de colonização local.

A partir da instalação da *Implantação do Estado Novo* (TARGANSKI, 2007), iniciou-se um processo de colonização de regiões brasileiras que ainda não eram povoadas. Diferentes companhias colonizadoras iniciaram esse processo, entre elas, a Empresa Colonizadora Madeireira Rio Paraná S/A – Maripá, responsável pela colonização do Oeste paranaense, a partir de 1946. A fim de que o projeto de colonização desse certo, diversas propagandas atrativas foram criadas para que os futuros colonizadores se sentissem atraídos pela terra até então desconhecida.

Devido às grandes riquezas naturais, essa era a principal propaganda utilizada na época: o relevo de planícies, o solo de terra vermelha, o clima de estações bem definidas e a vegetação formada por diferentes tipos de madeira (PFLUCK, 2007, p. 120). Era o cenário ideal para aquele que necessitava de novas terras, ainda mais sendo banhada pelo Rio Paraná.

A política de Maripá para o povoamento do local era clara: trazer imigrantes italianos e alemães do sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Conforme Targanski (2007),

O objetivo declarado desta empresa era recriar, no Oeste paranaense, núcleos de colonização nos moldes dos antigos núcleos gaúchos e catarinenses, onde deveria predominar a pequena propriedade e onde se formariam núcleos etnicamente homogêneos (TARGANSKI, 2007, p. 24).

Sobre essa política, ainda, de acordo com Martiny (2015), outros imigrantes de outras localidades encontraram empecilhos para colonizarem o município, sendo destinadas terras apenas para aos descendentes teutos e italianos. A Tabela 6 elucida o número de migrantes das diferentes regiões para a região.

²² Explicar o que é

Tabela 6 – População total, por sexo e estado de origem do município de Marechal Cândido Rondon – PR – 1970

Estados	Homens	Mulheres	Total	%
Pernambuco	28	25	53	0,12
Bahia	66	45	111	0,26
Minas Gerais	282	205	487	1,13
São Paulo	139	142	281	0,65
Paraná	6.576	6.220	12.796	29,60
Espírito Santo	44	46	90	0,21
Santa Catarina	4.787	4.429	9.216	21,32
Mato Grosso	22	14	36	0,08
Rio Grande do Sul	10.516	9.586	20.102	46,51
outros	33	20	53	0,12
TOTAL	22.493	20.732	43.225	100%

Fonte: SAATKAMP (1985, p. 88)

Consolidava-se, assim, a *Vila Flórida*, primeiro nome da região. A então *Terra Prometida* (PFLUCK, 2007) começara a se formar, principalmente, por migrantes sulistas, embora, com restrições, pessoas de outras regiões também puderam conquistar um espaço de terra. Em 21 de abril de 1951, a região foi batizada de General Rondon, em homenagem ao general Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que implantou linhas telegráficas e combateu revolucionários da Coluna Prestes.

Figura 6 – Vila General Rondon



Fonte: Blog do Viteck (2010)

Após dez anos de rápido desenvolvimento, o município, ainda distrito de Toledo, foi emancipado, político administrativamente, em 25 de julho de 1960. Em 2 de dezembro de 1961, a Vila General Rondon passou a se chamar Marechal Cândido Rondon.

Figura 7 – Município de Marechal Cândido Rondon



Fonte: Jornal O Presente (2021)

Durante a década de 1950, a agricultura era voltada para práticas manuais. Durante o processo de colonização, o agricultor ou a Companhia Maripá retiravam as madeiras de lei das terras, que eram levadas para as serrarias. Em dois anos, usava-se, no local, o plantio com tração animal, o que poderia auxiliar as famílias. Em 1958, havia exposição Agropecuária e Industrial, com diversos produtos produzidos pelas famílias (SAATKAMP, 1985, p. 117). Ou seja, o distrito era basicamente rural.

Em 1962, iniciou o processo de mecanização das técnicas agrícolas. Com a facilitação governamental, a partir de financiamentos, a mecanização mudou a estrutura agrária do município. Em 1965, a safra proporcionou o grande plantio de soja e trigo. Em 1970, houve a chamada Mecanização do campo e Modernização Agrícola (GONZALEZ, 2004), o que traria um grande avanço econômico e populacional para a cidade. Em 1971, as culturas mais plantadas eram soja, trigo, feijão, alfafa, cana de açúcar, amendoim, milho e mandioca (SAATKAMP, 1985, p.119).

Em 1975, a história das terras rondonenses foi marcada pelo Projeto de Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. 17% das terras férteis foram inundadas,

fazendo com que muitos colonos tivessem que desapropriar as terras, afetando o setor econômico e geo-histórico local.

No que diz respeito à modernização agrícola e industrial, Marechal Cândido Rondon, em 1963, já adentrava ao setor secundário. A Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda – COPAGRIL foi o primeiro movimento de cooperativismo da região. Mas foi apenas, em no dia 09 de agosto de 1970, que se fundou, de fato, a COPAGRIL, com sede administrativa em Mal. C. Rondon e outros sete postos em municípios vizinhos.

Não só a COPRAGRIL foi significativa para os fermentos econômicos, mas também o Frigorífico Marechal Cândido Rondon S/A Indústria e Comércio e a Indústria de Óleos Vegetais S/A. Em 2005, A Copagril inaugurou o frigorífico de aves que modificou o cenário econômico e populacional, pois muitos migrantes vieram para o quadro de mão de obra, como haitianos, indianos, moçambicanos, paquistaneses, além de paranaenses do norte do estado e pessoas do Mato Grosso do Sul.

Diante da mecanização da agricultura, da ampliação do setor secundário e, conseqüentemente, da ampliação do comércio, muitos foram os migrantes que vieram para a região Oeste do Paraná, logo, houve rápido aumento populacional, trazendo diferentes famílias para constituírem a identidade do povo rondonense. A Tabela 7 mostra o número de eleitores a partir da industrialização local.

Tabela 7 – Eleitores Existentes no município de Marechal Cândido Rondon – PR. 1971 – 1981

Anos	Eleitores
1971	14.950
1972	17.193
1973	18.330
1974	23.116
1975	23.942
1976	25.854
1977	26.803
1978	28.641
1979	28.600
1980	29.697
1981	30.748

Fonte: Saatkamp (1985, p. 92)

De acordo com o IBGE (2010), a população rondonense é de 43.323, sendo que, em 2010, havia 426 pessoas estrangeiras. Estima-se, em 2020, o total de 53.495 pessoas.

5.1 A FRENTE SULISTA MIGRATÓRIA

Os pioneiros vindos para o município de Marechal Cândido Rondon vieram, sobretudo, em busca de terras e de qualidade de vida para a família. Junto à necessidade de trabalho, esses indivíduos trouxeram consigo, além da família, crenças, valores, tradições culturais e histórias vividas até então na terra de partida. Este e os próximos subitens oferecem pistas para a análise do perfil identitário e cultural daqueles que foram considerados pela história de *frente sulista migratória*.

Na constituição identitária e cultural do município de Marechal Cândido Rondon, historicamente, os sulistas – considerados os pioneiros, sendo predominantemente italianos e alemães, vieram colonizar a região do Oeste do Paraná no projeto *Marcha para o Oeste*. É preciso considerar que tais descendentes teutos e italianos trouxeram consigo não só a família e a mão de obra, mas também a cultura e a identidade, enquanto indivíduos pertencentes a um determinado grupo identitário cultural.

A colonização do Oeste do Paraná, especificamente, ocorreu tardiamente em relação a outras localidades do estado, a partir de 1940. Na grande maioria, esses imigrantes eram oriundos do Rio Grande do Sul. Nesta seção, pretende-se compreender a formação da identidade cultural dos então rondonenses, que vieram colonizar o local. Nessa direção, dois pontos são importantes para que se entenda a quem são esses colonizadores do Oeste: a constituição familiar, a relação com o trabalho e a religião e as políticas governamentais.

Pelo fato de a colonização da Vila General Rondon, que depois tornou-se Marechal Cândido Rondon, ter ocorrido mais tarde, observa-se que os descendentes de italianos e alemães que vieram com base na política de colonização da Maripá eram, na grande maioria, terceira e quarta geração dos imigrantes que vieram da Europa para o Brasil.

A vinda de imigrantes europeus para o Rio Grande do Sul, no decorrer do século XIX, faz parte de um processo histórico em que milhões de europeus de diferentes países vieram povoar as terras da América. A possibilidade de habitar terras férteis e trabalho em um local promissor, juntamente com políticas de migração, culminou na vinda de muitos imigrantes. Conforme Rückert (2013), a grande maioria eram italianos, alemães, poloneses, irlandeses, portugueses e espanhóis, sendo

muitos camponeses e profissionais urbanos, e, não na totalidade, mas em grande parte, homens (RÜCKERT, 2013, p. 205).

Em 1824, houve os primeiros imigrantes alemães, que desembarcaram na colônia de São Leopoldo, com base na política de imigração adotada pelo Governo Imperial do Brasil, que, até 1958, já alcançaram o desenvolvimento econômico da região. Um pouco mais tarde, em 1870, o Governo Imperial investiu em novas colônias imperiais, dando a concessão das terras da Serra do Rio Grande do Sul. Décadas após, depois da consolidação das famílias e da adequação ao clima e à língua – embora tal adaptação tenha sido demorada até mesmo devido ao estranhamento de brasileiros para com os imigrantes –, outras políticas de colonização de novas terras surgiram, o que motivou as famílias descendentes a virem ao estado do Paraná.

5.2 FAMÍLIA, IGREJA E CONTATO CULTURAL ²³

A imigração no Paraná ocorreu a partir da metade do século XIX, embora haja registros de algumas famílias em 1930. Nadalin (2014) e Scarpim (2010), em estudos sobre a imigração de alemães e italianos, respectivamente, no Paraná, analisam a construção de uma identidade étnica dos imigrantes na sociedade receptora (no caso, o estado do Paraná).

Conforme Nadalin (2014), os colonos estrangeiros ou remigrantes sofreram impacto cultural em contato com a cultura da sociedade receptora. Ainda que não tivessem contato direto com os autóctones, eles estavam inseridos em uma comunidade já hierarquizada, consolidada politicamente, voltada ainda ao trabalho escravo (NADALIN, 2014, p. 33). No entanto, houve um movimento de preservação cultural entre esses grupos de imigrantes, “cada grupo constituiu-se edificando e (ou) reificando suas histórias, seus mitos e tradições” (NADALIN, 2014, p. 34).

A conservação de traços identitários e culturais para os primeiros imigrantes e a próxima geração era garantia de unidade social, uma conduta coletiva, sendo que o sentimento de solidariedade e a ajuda mútua ajudavam na consolidação na sociedade receptora. Para Scarpim (2010), no plano cultural, a imigração implicou na continuidade de determinados símbolos e, no caso dos italianos, a família, a religião

²³ Cumpre informar que tais aspectos são diretamente analisados ao objeto de pesquisa desta tese nas seções seis e sete.

e os nomes de batismo. Nadalin (2014), no entanto, ressalva que a continuação como imigrante, por mais de uma geração, era considerar que os filhos, nascidos no Brasil, ainda seriam considerados imigrantes, o que poderia implicar em uma série de questões do trabalho e etnicidade, e à medida que se readequavam em função de suas necessidades, uma nova realidade se constituía.

As famílias imigrantes eram centradas em regras tradicionais (SCARPIM, 2010), a vida era pautada, basicamente, na família, no trabalho e na igreja. Cabia à mulher obediência ao marido, ao trabalho da casa, reger a família e o cuidado do marido. Enquanto este era responsável pelo sustento do lar, pela agricultura e pela autoridade familiar. A religião foi um grande fator de coesão social para as sociedades receptoras, cabia à mulher a doutrina dos filhos, o clero agia como elaborador do consenso, e a ordem da comunidade era seguida de acordo com a moral cristã.

Ambas as pesquisas sobre a imigração germânica e italiana afirmam que tais traços identitários passaram a sofrer influências de outras culturas, com a sociedade receptora e a própria mudança intragrupo.

No desenvolvimento dos contatos, a marginalização inicial foi ultrapassada, abrindo-se os imigrantes à maior interferência cultural da sociedade paranaense; em função disso; os membros das gerações que se seguem, geralmente já nascidos no Brasil, elaboram e reelaboram constantemente identidades étnicas. Ao consolidar sua identidade, o grupo não só manteve como aumentou um comportamento endogâmico: as percentagens relativas às décadas de 1890, 1900 e 1910 traduziam casamentos intraculturais ou, mesmo, intraétnicos, beirando praticamente um número absoluto (NADALIN, 2014, p. 36).

Torna-se evidente, portanto, que tais grupos não eram mais homogêneos, as influências culturais seriam inevitáveis. Tratando-se da colonização do Oeste do Paraná, em 1940, já havia ao menos três gerações de filhos de imigrantes nascidos no Brasil.

5.3 MEMÓRIA HISTÓRICA E O DISCURSO DE *GERMANIDADE*

Como dito anteriormente, Marechal Cândido Rondon foi colonizada, principalmente, pelos descendentes alemães e italianos oriundos do Rio Grande do

Sul, mas também por grupos minoritários, que, embora pouco salientado, trouxeram grandes influências para a identidade do rondonense.

Pesquisas desenvolvidas na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste já analisaram exaustivamente diferentes narrativas do processo histórico que constitui a formação do município. No entanto, outro ponto sobreposto a esse processo é a memória coletiva construída consciente e inconscientemente pelos cidadãos e pela própria política governamental.

Gonzalez (2004, p. 190) aponta três fundamentos históricos principais: a colonização; a mecanização do campo e a modernização agrícola (ambos aspectos já elucidados na seção); e o *Projeto de Germanidade* (a partir da década de 1980). Sobre o último ponto, o autor tece uma análise sob os interesses políticos da Prefeitura do município junto ao curso de História da Unioeste (que tinha acabado de ser aberto), em contar uma história homogênea dos colonizadores. De acordo com o autor: “a noção criada em torno da *germanidade*, ou da suposta existência de uma *identidade germânica*, coesa, universal e hegemônica na cidade” (GONZALEZ, 2004, p. 195, grifos do autor). Isso é, omite-se a ideia de que houve conflitos de terra, interesses econômicos e étnicos entre si.

Há, portanto, a partir dos projetos políticos dominantes, o estabelecimento do *mito do fundador* (GONZALEZ, 2004, p. 197), o pioneiro alemão. Diferentes políticas foram construídas a fim de que pudesse ser *recuperada a identidade germânica*. Dentre elas, a mais significativa foi o estilo arquitetônico adotado em construções públicas da cidade, a lei nº 1627 de 14/07/1986, que previa a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os imóveis construídos no estilo germânico *Enxaimel*. O *banner* feito pela prefeitura exemplifica a adoção da lei.

Figura 8 – *Banner* exposto pela prefeitura municipal de Marechal Cândido Rondon

NOSSA HISTÓRIA E NOSSA GENTE TÊM RAÍZES NA ORIGEM ALEMÃ



PREFEITURA DE
MARECHAL
CÂNDIDO RONDON-PR

Fonte: Martiny (2015)

Na imagem, há a representação de três lugares turísticos: acima, o Centro de Eventos, o lago municipal e o Portal de entrada da cidade, ambas construções em estilo germânico. Martiny (2015, p. 99) ainda destaca o uso do termo “nossa história” e “nossa gente” remetendo a toda a população rondonense.

Outra política adotada para germanização do município foi a Oktoberfest, que simbolizava uma festa gastronômica e musical alemã, que, por muitos anos, teve como *slogan* “A mais germânica do Paraná”, sendo, hoje, substituída por “A mais simpática do Brasil”.

Figura 9 – *Banner* Oktoberfest 2016 – A mais germânica do Paraná



Fonte: Okingressos (2016)

Na representação, observa-se o *slogan* “A mais germânica do Paraná”, diferentemente do *banner* a seguir:

Figura 10 – *Banner* Oktoberfest 2018 - A mais simpática do Brasil



Fonte: Memoriarondonense (2018)

Conforme Gonzalez (2004, p. 199), “o Projeto de Germanidade está relacionando ao surgimento de ideias e iniciativas que, a partir de meados de 1980, passaram a reclamar as supostas ‘raízes germânicas da cidade de Marechal Cândido Rondon’”. Essa medida política retoma a reflexão feita anteriormente sobre o próprio conceito de identidade cultural e a forma como o Projeto de Germanidade suscitou uma ideia de cultura nacional rondonense no ideário coletivo.

De acordo com Hall (2006, p. 50), as culturas nacionais são formadas por símbolos e representações, no caso do município de Marechal Cândido Rondon, a ideia de uma sociedade tipicamente germânica foi criada como um símbolo até mesmo para o incentivo do turismo. A cultura nacional constitui-se enquanto a materialidade da linguagem – o discurso. A identificação dos sentidos produzidos constrói identidades diferentes, “esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2006, p. 51). Uma estratégia utilizada para

a criação de uma identidade nacional é a forma como ela é contada, muitas vezes, uma comunidade imaginada.

O autor menciona cinco pontos para essa constituição. A primeira é a *narrativa da nação*, que consiste em contar e recontar eventos históricos, símbolos, diferentes histórias sobre o local. A segunda, é a ênfase nas origens, na tradição e intemporalidade, apesar de mudanças histórias e sociais, torna-se imutável a tradição, o início da comunidade. A terceira, diz respeito à *invenção da tradição*, que, certas vezes, o discurso enfatiza determinados valores e normas da sociedade, que se tornam verdadeiros pela repetição. O quarto é o *mito fundacional*, em que se conta a origem da nação, a colonização e como se constitui o povo da região. Por último, a ideia de identidade nacional baseada na concepção de um *povo original*, entretanto, econômica e politicamente exercido por uma nova concepção de cultura.

Não é difícil analisar a política de germanidade a partir da óptica de Hall. Um município colonizado por descendentes alemães e italianos não implica, necessariamente, em uma identidade nacional germânica, de modo que, como discutido anteriormente, como no caso de não haver, na norma antroponímica local, nomes de origem etimológica alemã ou germânica.

Nessa direção, Seide (2014) analisa uma amostragem de certidões de nascimento de 1961 a 2021, no município de Marechal Cândido Rondon. A autora questionou se a predominância de famílias germânicas na consolidação do município poderia influenciar em um padrão designativo de antropônimos típicos da comunidade. Considerando que 75% do *corpus* era constituído de famílias dessa origem, apenas poucos nomes estabeleceram alguma relação identitária, a exemplo: *Regina, Jair e Pedro*. Na análise diacrônica, tais nomes caíram em desuso, motivo pelo qual foram associados como antropônimos pertencentes a uma faixa etária específica. A política de germanidade local, portanto, não implica que os nomes dos municípios sejam italianos ou germânicos.

Na próxima seção, são analisadas as motivações escolhidas na prática de nomeação, considerando a identidade cultural rondonense.

6 A SECULARIZAÇÃO COMO MOVIMENTO TRANSFORMADOR NA PRÁTICA DE NOMEAÇÃO

Tendo como base a frequência de uso das motivações descritas anteriormente, bem como as informações coletadas a partir do banco de dados, nesta tese, a presente seção tem como objetivo analisar, sob viés qualitativo, se o processo de secularização e, conseqüentemente, de modernização, teria influenciado a norma antroponímica do município de Marechal Cândido Rondon. Inicialmente, são contextualizadas pesquisas onomásticas que levantam a discussão acerca de tal ponto. Em seguida, é atestada a frequência de uso da motivação religiosa, bem como analisar, à luz da Socioantroponomástica, de que forma tal dinâmica de uso pode ser explicada. Posteriormente, o processo de análise é realizado com a motivação estética.

Para mensurar a quantidade de ocorrências da motivação tradicional religião e estética, foi realizado um recorte do número de ocorrências somente dessas motivações, em n1 e n2 feminino e em n1 e n2 masculino. Os gráficos que ilustram a frequência de uso da motivação religiosa e estética apresentam, separadamente, o número em percentual da frequência das motivações para ambos os sexos, considerando o total de ocorrências da motivação no corte diacrônico. Cumpre informar que as informações foram contabilizadas em percentual, para que se possa tornar comparáveis os dados ora mensurados.

6.1 A DIMINUIÇÃO DA MOTIVAÇÃO RELIGIOSA: SECULARIZAÇÃO, IDENTIDADE RELIGIOSA E RESSACRALIZAÇÃO

No que diz respeito aos nomes religiosos, a pesquisa linguística de Sartori (2016) sobre os nomes de batismo na Paróquia Santa Teresa, na cidade de Caxias do Sul – RS, baseada em análise documental e bibliográfica de método indutivo, tem como objetivos mapear os nomes das crianças batizadas na paróquia mencionada e analisar as mudanças na prática de nomeação com o contexto histórico e social do município.

Foram coletados pelo pesquisador 57.168 nomes de pessoas, com batismo registrado entre 1875 e 2005, do sexo feminino e masculino. Sartori (2016) aponta

que a até então Capela Santa Teresa foi um marco importante na consolidação da comunidade italiana. Era lá que reuniões, eventos e vendas de mantimentos eram realizados, a religião era, também, o modo de organização em comunidade e de dar sentido à existência, superando as adversidades (SARTORI, 2016, p. 87). Observa-se que essa conjuntura existente não só na comunidade de Caxias do Sul, mas também nas demais localidades do Sul antecede à colonização de Marechal Cândido Rondon. Muitos desses imigrantes, a partir de 1950, vieram povoar o Oeste do Paraná. O contexto histórico levantado por Sartori relaciona-se com a contextualização do município e com as entrevistas aqui levantadas.

A forte religiosidade influenciou a norma antroponímica de Caxias do Sul. De acordo com a autora, muitos nomes religiosos eram atribuídos nas primeiras décadas de análise. Do total de antropônimos, foram coletados 29.200 nomes masculinos e 27.968 femininos. Os nomes mais representativos no *corpus* foram Maria (21,3%), Teresinha (3,6%) e Teresa (3,1%), para as mulheres, e Antônio (9,2%), José (8,9%) e João (7,7%), para os homens. A partir dessa constatação, a autora aponta que o conservadorismo e a vocação religiosa podem ter influenciado nessa prática de nomeação (SARTORI, 2016, p. 133).

A autora considerou que a utilização de nomes com motivação religiosa é uma resposta ao grande papel exercido pelas igrejas no contexto social, fato da sociedade se identificar com os valores e crenças religiosas perpassadas historicamente.

A secularização, de maneira generalizada, é caracterizada como um conjunto de mudanças sociais em que a religião perde sua relevância social, ideológica e institucional, iniciada a partir do final do século XX. Tais mudanças resultam de uma modernização secular (ZEPEDA, 2010). Casanova (2007) aborda três distinções para a secularização: 1) “a decadência de práticas e crenças religiosas” em sociedades modernas – É a definição mais ampla e entendida como um fenômeno ocorrente em todas as sociedades, ou seja, universal; 2) “privatização da religião”, uma tendência histórica moderna para uma política democrática liberal; 3) a emancipação das instituições religiosas, isto é, uma transferência de significados, crenças e símbolos (CASANOVA, 2007, p. 01).

Nesta pesquisa, tem-se como foco principal a primeira e terceira acepção: de considerar a secularização em seu sentido mais amplo, ainda que haja o entendimento de que essas mudanças sociais foram distintas no continente europeu e nos demais continentes, como o americano. Assim, a secularização é entendida

como o decréscimo de crenças religiosas tradicionais em oposição à modernidade secular (ZEPEDA, 2010, p. 131), sendo que a própria instituição religiosa sofreu reformas. Nesse sentido, o autor elucida que:

A “tese suave da secularização” afirmará que se trata de um processo pelo qual a religião sofre severas alterações na modernidade, mas persiste disseminada pelos interstícios da cultura, disfarçada ou oculta na economia como “espírito do capitalismo”, na política como “religião civil”, ou como formas socioculturais pouco relevantes (ZEPEDA, 2010, p. 131, grifos do autor).

Ao mesmo tempo em que se nota cada vez mais a secularização como um fator da diminuição da crença religiosa, o sociólogo da religião afirma que também não se pode considerar que esse movimento teria tornado as pessoas não religiosas, e que a cultura tradicional não estaria mais presente na sociedade moderna. Por isso, tem-se a ideia de “tese suave da secularização”, como um movimento constante de transformação de crenças religiosas.

Considerando o contexto histórico, social e político apresentado, retoma-se a reflexão sobre se a motivação religiosa teve um percentual diminuto a partir de 1970 porque a religiosidade dos munícipes teria diminuído. Para atestar tal afirmação, utiliza-se, como parâmetro de comparação, a pesquisa de Seide (2016) sobre a identidade religiosa e a religiosidade no município de Marechal Cândido Rondon a partir da escolha de nomes religiosos.

A autora utiliza o conceito de identidade religiosa para explicar a queda do uso de tal motivação na antroponímia rondonense. Para isso, são utilizados no *corpora* para análise: certidões de nascimento lavradas no Cartório de Registro Civil da cidade, no período de 1961 a 2001, e questionários respondidos por alunos do curso de Letras, no ano de 2012 e 2013. A pesquisa é de cunho qualitativo para a análise dos nomes, e adota uma perspectiva interdisciplinar para compreender o fenômeno do uso de nomes religiosos. Inicialmente, foram selecionados os nomes dos acadêmicos cujo lema era religioso: *José, Cristina, Teresinha e Fátima* e o significado foi averiguado no dicionário etimológico de Guérios. Posteriormente, tais antropônimos foram comparados com os nomes encontrados nas certidões de nascimento, que também eram religiosos. A comparação mostrou que os nomes atribuídos aos acadêmicos também são evidenciados nas certidões de nascimento no respectivo ano de atribuição. O nome *Cristina*, encontrado nos relatos dos acadêmicos, é atribuído a

peças nascidas em 1980 e 1990, décadas em que *Cristina* se evidencia nos registros em Marechal Cândido Rondon (SEIDE, 2016, p. 340). O nome *Crystine*, derivado de *Cristina*, foi atribuído, segundo a informante, porque os pais acharam bonito e chamativo a sonoridade do nome (SEIDE, 2016, p. 341) e não porque é religioso.

De acordo com Seide (2016), atribuir nomes religiosos aos filhos a partir do lema é uma forma de demarcar a identidade religiosa da família. O uso da motivação religiosa ao atribuir um filho indica uma identidade que os pais objetivam passar ao filho. Dessa maneira, algumas hipóteses podem justificar esses resultados. O primeiro é entender se o uso de um nome religioso com outra motivação, ou seja, por motivação não religiosa, é o resultado de um decréscimo de pessoas religiosas e, por isso, utilizar nomes religiosos não seria a preferência, e, segundo, se expressar a identidade religiosa não é algo mais revelado nos antropônimos e sim em outros meios.

A segunda hipótese atestada por Seide é de que a expressão da identidade religiosa pode não ser expressa na escolha de nomes religiosos aos filhos, principalmente a partir da década de 1980. Isso mostra que nomes religiosos podem ser atribuídos por serem religiosos, mas que, muitas vezes, tais antropônimos podem ter outra motivação, o que evidencia a diminuição da motivação religiosa. Salienta-se, aqui, que a motivação independe do significado do nome, referindo-se aos motivos que fazem os pais escolherem um determinado nome.

No *corpus de Seide*, a autora constatou que a identidade religiosa muda ao observar a prática de nomeação de diferentes gerações, a exemplo da nomeação de um pai nascido entre as décadas de 1950 e 1960, cujo filho nasceu em 1980. O relato do *Valdiney José* sobre seu nome e do seu pai ilustra a diferença de motivação para um mesmo nome religioso. Segundo o estudante, o nome do pai, José (nascido entre as décadas de 1950 e 1960), foi motivado em homenagem a São José, um nome que teve motivação religiosa. Já o segundo nome do estudante, José, nascido em 1980, foi atribuído a ele em homenagem ao pai e não por ser um antropônimo religioso, o que conota um pertencimento à família e não à religião. A autora afirma: “Essa opção, por não determinar a religião do filho, pressupõe outra relação com a religião e com a religiosidade: trata-se do ponto de vista segundo o qual a religião é uma escolha individual” (SEIDE, 2016, p. 348).

6.2 RELIGIOSIDADE E MOTIVAÇÃO RELIGIOSA

As hipóteses levantadas por Seide (2016) podem ser consideradas nos dados analisados nesta tese. Será que o fato de não haver menções da motivação religiosa nas décadas de 1990, tanto para n1 quanto n2 feminino, e de não haver menção em três décadas (1970, 1980 e 1990) consecutivas, para n2 masculino, pode estar atrelada à perda da religiosidade devido ao movimento da secularização?

Para atestar a primeira hipótese, Seide (2016) consultou o censo do IBGE para averiguar se a religiosidade no município diminuiu. A seguir, a tabela compara o percentual das religiões em 1960 e 2010 no Brasil.

Tabela 8 – Censo IBGE Religião 1960 E 2010 Brasil

IBGE 1960	IBGE 2010
Católicos 91,21%	Católicos 64,83%
Protestantes 5,30%	Evangélicos 22,26%; Evangélicos luteranos 0,52%
Sem religião 0,38%	Sem religião 8,039%
Não declarado 0,039%	não declarado ou múltiplo pertencimento 0,337%.

Fonte: Compilação de dados IBGE (SEIDE, 2016, p. 346)

Os dados mostram que o número de católicos diminuiu, no entanto, o número de evangélicos e demais categorizações aumentou. No intervalo de 50 anos, a classificação das categorias religiosas obteve diferenças. O número de categorias de 1960 para 2010 aumentaram: de 8 para 22, consoante a autora:

Essas características do censo mais recente são sinais de que a definição subjacente de identidade religiosa adotada não é a mesma adotada em 1960. Atualmente, a identidade religiosa parece ser vista como algo pessoal, fruto de escolha individual e passível de se modificar (SEIDE, 2016, p. 345).

Esse indício evidencia uma pluralidade muito maior em relação às religiões tradicionais, aquelas vindas com os migrantes no período de colonização. Com o passar do tempo e com a chegada de outros imigrantes, mais religiões começaram a surgir.

Esses dados também foram comparados com os disponibilizados pelo IBGE (2010) em relação a Marechal Cândido Rondon: 56,21% são católicos; 38,85% evangélicos; 25,11% luteranos; 2,06% sem religião e não declararam ou múltiplo

pertencimento 0,22%. Os números equivalentes aos denominados “sem religião” são muito inferiores e, por isso, não alterariam a ideia de que a comunidade rondonense teria tido decréscimo da religiosidade. Por isso, a autora refuta a primeira hipótese.

O mesmo pode ser observado a partir dos dados gerados a partir das entrevistas aqui analisadas. Nelas, além de o informante responder sobre a escolha do nome, outras perguntas foram realizadas, dentre elas, se o informante professa uma religião e, se a resposta fosse afirmativa, qual seria. Observa-se, a seguir, a quantidade em percentual de religiões informadas nas entrevistas:

Tabela 9 – Religiões mencionadas em percentual para cada década

Década	Religiões mencionadas em percentual
1930/1940	Católica – 94% Evangélica – 3% Evangélica luterana – 3%
1950	Católica – 79% Evangélica – 15% Evangélica luterana – 6%
1960	Católica – 82% Evangélica – 15% Espírita kardecista – 3%
1970	Católica – 82% Evangélica – 15% Evangélica luterana – 3%
1980	Católica – 74% Evangélica – 26%
1990	Católica – 59% Evangélica – 32% Evangélica luterana – 6% Espírita kardecista – 3%
2000	Católica – 68% Evangélica – 23% Evangélica luterana – 3%
2010	Católica – 63% Evangélica – 31% Evangélica luterana – 6%

Fonte: Frai (2019)

Com base nos dados ilustrados, não houve informantes “sem religião”, isto é, todos os entrevistados disseram professar uma religião. O número de católicos é maior em todas as décadas: em 1930/1940, foi contabilizado 94%; em 1950, o percentual decaiu para 79%; em 1960 e 1970, o percentual permanece constante em 82%; em 1980, houve um decréscimo de 8%, indo para 74%; em 1990, o número de católicos contabilizou 59%; em 2000, 68% são católicos e, em 2010, 63%.

O número de católicos diminuiu, no total, 31% entre 1930/1940 e 2010, já o número de evangélicos aumentou. Em 1930/1940, apenas 3% simbolizavam essa categoria; o aumento significativo ocorreu em 1950, quando o número de evangélicos cresceu em 12% e permaneceu constante nas décadas de 1960 e 1970. Em 1980, o percentual foi de 26%, um aumento de 11% em relação à década anterior. Em 1990, há outro aumento, de 6%, além do aparecimento das outras religiões mencionadas. Em 2000, houve um decréscimo de 9% e, por fim, em 2010, aumento de 8%. O fenômeno também foi apontado por Seide (2016), ao perceber que, nas últimas décadas, havia mais religiões mencionadas.

Além de católicos e evangélicos, em todo o período temporal, foi possível observar a denominação de evangélicos luteranos e menção à religião espírita kardecista. Entretanto, nesse *corpus*, todos os informantes responderam ter alguma religião, ou seja, não houve casos de “não declarado”, o que refuta também a ideia de que o uso da motivação religiosa diminuiu do decorrer do tempo porque os munícipes seriam menos religiosos.

A religiosidade das pessoas não diminuiu, conforme os dados analisados na pesquisa de Seide (2016) e nem nos dados desta pesquisa, portanto, parte-se, então, para outros levantamentos que podem explicar o comportamento da motivação religiosa. Não é possível afirmar que a população é menos religiosa hoje do que no período de colonização, pois todos os informantes responderam ter uma religião. É claro que declarar o pertencimento a uma religião não implica necessariamente praticá-la, mas o fato de os entrevistados serem indagados se têm uma religião e eles responderem positivamente implica que, mesmo não a praticando, eles se incluem em uma identidade religiosa. Assim, pode-se pensar se essa identidade religiosa poderia ter mudado, ser religioso não implica, necessariamente, atribuir um nome de motivação religiosa, como apontado nas entrevistas de *Maria Ivone*, *Maria Kazuko* e *Norma Madalena*, anteriormente ilustradas, e sim em outras questões.

A afirmação da ideia de que as pessoas não menos religiosas, porque a motivação religiosa não foi mencionada como outrora, remete à ideia tradicional da secularização, o fato de uma sociedade secular ser uma sociedade “sem religião” (ZEPEDA, 2010, p. 130). Casanova (2007, p.08) também aponta que “o cosmopolitismo secular ainda se baseia em um rígido contraste dicotômico entre tradição sagrada e modernidade secular, assumindo que quanto mais um menos do

outro”, é evidente, portanto, que a sociedade não é, necessariamente, menos religiosa, mas que a sua identidade religiosa teria mudado.

Zepeda (2010) aponta, ainda, que o movimento de ressacralização torna-se presente na sociedade secular. Não se trata de um retorno do religioso como um fator de coesão social, e nem uma dissolução da secularização, mas sim de um novo movimento religioso de reinvenção, flexibilização de crenças (ZEPEDA, 2010). A partir de 1980, a frequência do uso da atribuição de nomes por motivação religiosa decresce tanto para antropônimos femininos quanto para os masculinos (dados explicitados anteriormente), mas ainda é, mesmo de maneira diminuta, mencionada.

Na primeira entrevista a seguir, é possível observar que a religião é mencionada como fator importante para atribuir um nome, pois há um significado nos nomes que evidenciam a crença. Já a segunda entrevista remete à ideia de que atribuir nomes religiosos é importante, mas também há a possibilidade de ser menos, uma crença que torna o uso flexível.

Lucas Eduardo (1990): “A princípio, era para ser Lucas Mateus, aí eu achei muito religioso e coloquei Lucas Eduardo, Lucas por ser religioso e Eduardo porque ouvi na cidade e gostei”. Narrativa da mãe Fátima Enir.

João Gabriel (2000): “O João significa que Deus é misericordioso e Gabriel é enviado de Deus, então era um significado perfeito”. Narrativa da mãe Alice Mitiko.

No que se refere aos nomes justapostos femininos, o gráfico a seguir ilustra a frequência da motivação religiosa em cada década, em percentual.

Tabela 10 – Frequência de uso da motivação religião por década, em n1 e n2 feminino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	23,5%	47,1%
1950	29,4%	64,7%
1960	13,3%	41,2%
1970	29,4%	41,2%
1980	11,8%	11,8%
1990	0%	0%
2000	11,1%	5,6%
2010	14,3%	0%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Em 1930/1940, n1 feminino obtém percentual de 23,5%; na década seguinte, houve um acréscimo de quase 6%, somando 29,4%. Na década de 1960, a frequência decai para 13,3%; no entanto, em 1970, retoma à frequência de 1960, 29,4%. A frequência no uso da motivação decai em mais de 50% em 1980, totalizando 11,8% das ocorrências; em 1990, não há nenhuma menção para a motivação religiosa. Em 2000, a frequência de uso é de 11,1%; e, em 2010, há um acréscimo de 3,2, somando 14,3%.

Em n2, a frequência de uso da motivação religiosa, em 1930/1940, é 50% maior do que em n1, que totaliza 47,1%. Em 1950, a frequência é de 64,7%, ou seja, 35,3% maior que em n1. Na década de 1960, a frequência de uso decai para 41,2%. Ainda que haja um decréscimo de 23,5%, n2 tem maior frequência do que n1 (13,3%). Em 1970, o percentual continua idêntico (41,2%). Em 1980, n2 obtém frequência igual a n1: 11,8%, nessa direção, a diferença de frequência entre a década de 1970 e 1980 é de 29,4%. Na década de 1990, assim como em n1, não há ocorrências de motivação religiosa. Em 2000, 5,6% é a frequência da motivação religiosa e, por último, na década de 2010, não há ocorrências.

Diante dos dados ora descritos, é notável que há períodos em que a motivação religiosa possui um comportamento semelhante tanto para n1 quanto para n2. Em outras palavras, nas décadas em que há aumento de tal motivação em n1, o mesmo ocorre em n2; já em momentos em que n1 diminui as ocorrências, observa-se que em n2 também diminui.

Os antropônimos masculinos possuem um comportamento distinto no que diz respeito à motivação religiosa. O gráfico a seguir aponta para os números concernentes a n1 e n2 masculino.

Tabela 11 – Frequência de uso da motivação religião, por década, em n1 e n2 masculino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	11,8%	23,5%
1950	10,5%	13,3%
1960	23,5%	27,8%
1970	5,6%	0%
1980	5,3%	0%
1990	16,7%	0%
2000	16,7%	11,8%
2010	0%	28,6%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Algumas considerações devem ser feitas a partir dos dados ilustrados nos gráficos, para que possam ser objeto de reflexão nesta seção. O primeiro ponto a ser destacado é o modelo de atribuição religião predominante. Em n1 feminino, o percentual é mais elevado nas décadas de 1930/1940 (23,5%), 1950 e 1970 (29,4%). Em n2, o percentual mais elevado é em 1950 (64,7%), 1930/1940 (47,1%) e igualmente em 1960 e 1970 (41,2%). É nas primeiras décadas do recorte que há mais ocorrências da motivação religiosa, e o comportamento para n1 e n2 feminino é semelhante. Já os menores percentuais da motivação religiosa, tanto para o primeiro quanto para o segundo prenome, decaem, principalmente, a partir de 1990, cuja frequência para n1 e n2 é zero.

Já para os antropônimos masculinos, a frequência de uso da motivação religiosa, em percentual, é menor do que para antropônimos femininos. Assim como para as mulheres, n2 tem maior percentual que n1 para os homens, a maior frequência de uso é de 27,8%, em n2, na década de 1960. É também nessa década que n1 tem maior ocorrência na motivação, totalizando 23,5%. A partir de 1970, o percentual de frequência decai e se estende para as décadas de 1980 e 1990.

Mesmo que tais apontamentos sejam feitos e que as frequências de uso sejam atestadas, a motivação religiosa foi amplamente utilizada nas primeiras décadas e decresceu, visivelmente, para ambos os sexos, em 1980, e, principalmente, em 1990, tendo um pequeno acréscimo nas décadas posteriores. Os números revelam que, em 1990, não houve nenhuma ocorrência de nomes com motivação religiosa em nomes femininos, tanto em n1 quanto em n2.

Com base nesses resultados, fazem-se questionamentos acerca das consequências da secularização, a fim de que se possa compreender o uso dessa motivação na sociedade rondonense, considerando o corte diacrônico em nomes femininos e masculinos: 1) Por que a motivação religiosa foi mencionada em maiores ocorrências nas primeiras décadas? 2) Haveria diminuído a religiosidade dos munícipes já que a motivação religiosa decaiu nas últimas décadas? 3) Considerando que os nomes revelam marcas identitárias, a secularização estaria atrelada ao conceito de identidade religiosa e haveria refletido na escolha do nome em um determinado tempo? 4) Os avanços da modernidade teriam influenciado na prática de nomeação?

Considerando o viés da Socioantropomástica, é necessário analisar diferentes aspectos sociais, históricos e culturais para que tais questionamentos possam ser respondidos. A religião teve um papel importante no período de colonização e consolidação do município de Marechal Cândido Rondon e de toda a região do Oeste do Paraná. A região foi colonizada a partir da implementação política denominada *Implantação do Estado Novo* (TARGANSKI, 2007), que tinha como objetivo habitar partes do território brasileiro que ainda não ocupado. A companhia colonizadora responsável pelo processo foi a Empresa Colonizadora Madeireira Rio Paraná S/A – Maripá. A política de colonização, na época, era clara, fazer da região Oeste paranaense um centro de desenvolvimento hegemônico. Para isso, a frente sulista foi priorizada, a maioria de ascendência teuta e italiana (DEITOS, 2007, p. 184).

A história da religião atrelada ao processo migratório inicia antes da vinda dessa frente sulista. A religião, na zona de colonização italiana e alemã, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, era um elemento de identificação e coesão social (MEZZOMO, 2002, p. 81). Nas colônias alemãs, escolas eram construídas junto às capelas; e salões de reuniões eram feitos junto às igrejas nas comunidades italianas. A igreja, portanto, “possibilitou a institucionalização da capela como espaço e meio em que a comunidade cresce” (MEZZOMO, 2002, p. 81). A igreja se fortalecia em meio a um momento de confronto entre línguas, em que cada grupo tinha seu dialeto, havia o isolamento geográfico, a falta de escolas e de meios de comunicação, realidade presente naquela população até então imigrante.

O valor religioso, na vida da comunidade, encontra-se em umas das entrevistas pertencentes ao banco de dados, na entrevista de *Maria Ivone (76)*, católica, vinda do Rio Grande do Sul, em 1964. Ela comenta: “*Olha, naquela época, naquela região, as pessoas sempre colocavam dois nomes no filho, e sempre nome de santos, católicos né*”. A entrevistada aponta que atribuir nome de santo já era algo consolidado *naquela região*, referindo-se ao estado do Rio Grande do Sul. Era algo habitual àquela comunidade, *nomes de santos* eram sempre utilizados na prática de nomeação da comunidade, isto é, a religiosidade transparece nos antropônimos escolhidos.

A política da madeireira Maripá, cujo alvo eram essas comunidades, fez com que houvesse um grande contingente de católicos e protestantes que vieram para a região Oeste. Mezzomo (2002) aponta a quantidade de fiéis de diferentes religiões que veio, na época da colonização, para o Oeste do Paraná. A tabela a seguir expõe o resultado de uma pesquisa realizada em 1956 no município vizinho, Toledo:

Tabela 12 – Religiões e número de fiéis em Toledo, em 1956

RELIGIÃO	NÚMERO DE FIÉIS	PERCENTAGEM GERAL	EM
CATÓLICOS	5.840	59%	
PROTESTANTES:			
Luteranos	3.705	37%	
Batistas	260	3%	
Metodistas	5	*	
Seitas (sic) não especificadas	115	1%	
Espiritualistas	5	*	
Não sabem	15	*	
TOTAL	9.945	100%	

Legenda: (*) menos de 0.5 por cento.

Fonte: Mezzomo (2002, p. 83)²⁴

A Tabela 12 mostra que 59% da população oriunda do Sul, vinda para o município de Toledo, era católica. Esse fato pode ser esclarecido ao observar que grandes contingentes de italianos tinham se fixado em tal localidade. Protestantes como luteranos, batistas, entre outros somaram o montante de 37%.

A grande concentração de católicos era na vila de Quatro Pontes, Toledo e Palotina, diferença motivada pela própria questão política da Companhia Maripá (SAATKAMP, 1985). Quando esses migrantes chegaram ao Oeste paranaense, na busca de terras e de uma vida melhor àquela do Sul, a igreja, já consolidada no imaginário religioso dos migrantes, também se fixou na região e, novamente, a ela se destinou a organização social da comunidade, “a religiosidade, dessa forma, está presente no modus vivendi do migrante, cuja referência normativa imprime um ser-no-mundo que transpassa toda organização social” (MEZZOMO, 2002, p. 90).

Em Marechal Cândido Rondon, no ano de 1951, que até então era denominada Vila General Rondon, a presença da igreja Católica era diminuta. De acordo com Saatkamp (1985, p.207), na região de Marechal Cândido Rondon, a grande maioria era de ascendência germânica e, por isso, predominava a Religião Protestante Luterana e Batista – religião associada historicamente aos alemães, havia 5 famílias católicas entre 150 luteranas no município.

A valorização da religião, aquilo que é santo, bíblico, divino, transparece nas narrativas daqueles que vieram à região, em 1950 e 1960, o uso do modelo tradicional

²⁴ Mezzomo (2002) considerou a pesquisa: OBERG, Kalervo e JABINE, Thomas. **Toledo, um município da fronteira oeste do Paraná**. Rio de Janeiro: SSR, 1960, p.106.

religioso esteve amplamente mencionado nas primeiras décadas de análise (1930/1940, 1950 e 1960). O que pode ser observado nas seguintes entrevistas:

Odete Lurdes (78): “*o meu padrinho sugeriu Bernadete de Lurdes por causa de Nossa Senhora de Lurdes [...] só que o escrivão escreveu Odete*”.

Maria Aparecida (66): “*por eles serem religiosos né, todos os filhos tinham geralmente Maria por causa de Nossa Senhora*”.

Gerson Luiz (61): “*Como ele é pastor, Gerson é um nome bíblico, então ele usou um nome da bíblia pra dar meu primeiro nome*”.

A religiosidade não só transcende a escolha dos nomes próprios, mas também, em alguns casos, foi feita até de forma imposta, como é possível observar na fala da entrevistada Maria Kazuko (80): “*meu nome era pra ser Kazuko Nabeshima [...] quando foram me batizar o padre disse para colocar o nome de Maria, que se não tivesse, não batizava. E o nome japonês tem significado né, porque meu nome tem duas letras, a primeira é paz*”. A narrativa de Maria Kazuko evidencia uma obrigatoriedade em colocar nomes pretensamente religiosos, algo já afirmado anteriormente por Maria Ivone. O nome Kazuko, de etimologia japonesa, que a entrevistada se atém a explicar, é o antropônimo cujo significado é “paz” que deveria ser seu primeiro prenome.

Mezzomo (2002) ainda aponta que migrantes oriundos de outras culturas, como a japonesa, foram, em grande parte, discriminados pelos de origem ítala e teuta. Sobre essa questão de demarcação religiosa, como o fato de os pais verem a necessidade do batismo em uma nova comunidade e de acatarem a ordem do padre em colocar um nome religioso à filha, Deitos elucida: “Esta configuração enaltece o sacerdote, o qual passa a assumir maior reconhecimento, o seu discurso obtém mais peso, sua aceitação torna-se mãos ampla e a relação de subordinação dos fiéis mais fortalecida” (DEITOS, 2007, p. 186).

No que diz respeito à motivação religiosa, pais podem atribuí-la devido à devoção familiar a um santo (*Maria Aparecida*), a um nome bíblico (*Gerson Luiz*) e a um nome do santo do dia, quando a criança nasce no dia de um determinado santo (calendário litúrgico), como *Norma Madalena* (1930/1940), que, ao falar sobre seu próprio nome, declarou: “*eu tenho esse nome porque nasci no dia 29 de maio né, dia de Maria Madalena*”. A coesão social que a igreja promoveu nas décadas de

1930/1940 e 1950, época em que as comunidades saíram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, principalmente, e vieram para a região Oeste, é evidente nas narrativas dos entrevistados sobre a escolha do nome com motivação religiosa. Ressalta-se, nesse momento, não só um signo linguístico com uma determinada motivação, mas também, a necessidade de analisar os valores que subjazem essa escolha. Por isso, considerar a motivação religiosa como uma tendência ao tradicional, seja porque é habitual utilizar tais antropônimos ou porque passa de geração para geração, perpassando valores cristãos.

Gerhards e Hackenbronch (2000), na pesquisa sobre a influência da secularização, modernização e individualização, em registros de nascimento de crianças germânicas, entre 1894 e 1994, apontam que “a escolha de um nome específico às vezes é influenciada por uma crença religiosa fortemente defendida; por exemplo, um pai que procura expressar sua devoção religiosa pode nomear seu filho após um santo cristão” (GERHARDS; HACKENBRONCH, 2000, p. 509)²⁵. Isso mostra que há valores individuais construídos pela religiosidade que transcendem a escolha. Dick (1992) também aponta a importância de dar *um bom nome* (DICK, 1992, p. 191), são as influências religiosas, cuja finalidade é específica: convocar a proteção do divido aos filhos, proteção ao recém-nascido. Então, além do nome ser escolhido porque o antropônimo remonta à religiosidade dos pais, este também é escolhido porque há uma crença do nome ao filho.

Nessa direção, Gerhards e Hackenbronch (2000) ainda explicam que:

Escolher o nome de santo para alguém também teve um duplo significado: primeiro, o santo deveria fornecer um exemplo moral para a criança; segundo, e, em última análise, mais importante, ela deveria servir como guardião e defensora espiritual da criança. Esse elo foi estabelecido através do batismo e renovado anualmente comemorando o dia dos santos (GERHARDS; HACKENBRONCH, 2000, p. 509-510)²⁶.

As entrevistas seguintes ilustram principalmente a segunda definição, não somente porque o antropônimo é um nome de santo, mas, principalmente, porque

²⁵ the choice of a particular name is sometimes influenced by a strongly held religious belief; for instance, a father seeking to express his religious devotion may name his child after a Christian saint.

²⁶ Choosing the name of a saint for one's also had a double meaning: first, the saint was supposed to provide a moral example for the child; second, and ultimately more importantly, she or he was supposed to serve as the child's spiritual guardian and advocate. this link was established through baptism and renewed yearly by celebrating the saint's holy day.

nele há crenças e valores dos pais que devem transcender os filhos, fator observado na narrativa a seguir:

Elci Maria (1950): “a minha mãe conta que minha vó pediu, eu e meus irmãos nascemos não no hospital, por parteira, então ela ligava muito para essa questão da fé [...] a família tanto do meu pai quanto da minha mãe é católica, eu até perguntei pra minha mãe por que do meu nome e ela disse que minha vó queria que todos os netos tivessem nome santo pra proteger, né, então todos os meus irmãos têm nome santo.

Carmen Jacinta (1960): “ela era pequena quando estava no hospital, deu uma febre nela, porque o primeiro filho meu é falecido, depois de cinco dias ele faleceu, e essa também começou com febre, aí minha mãe falou, escolhe nome santo pra por nela, ela era muito devota a santa dos três pastorzinhos, coloca nome de santo, às vezes ajuda né, senão eu iria perder ela também, Jacinta é a santa dos 3 pastorzinho” (Norma Madalena relata a escolha do nome de sua filha).

Gabriel Mateus (2000): “A gente realmente colocou nome de anjo porque a Maiara Luisa (outra filha) tinha falecido e o Gabriel foi para UTI, então a gente decidiu pegar um nome sabe de um anjo, porque ele só sobreviveu realmente por fé, então a gente pegou o nome de um anjo para ele [...] o Mateus também é um nome bíblico, então Gabriel Mateus” (Glarice Lurdes sobre a nomeação de seu filho).

6.3 IDENTIDADE RELIGIOSA E MUDANÇAS EM N1 E N2

Escolher um nome por motivo religioso pode não ser a preferência dos pais, assim como outras motivações podem ou não estar em voga. A partir da pesquisa de Seide (2018), é possível compreender ainda mais o fenômeno denominado por Dick (1992) como *esvaziamento semântico*: “oculta-se, sem sombra de dúvida, na opacidade dos registros contemporâneos, quando os designativos são escolhidos, na maioria das vezes, muito mais pelos modismos atuantes no momento do que por qualquer outra preocupação com seu legítimo significado” (DICK, 1992, p. 181). Isso mostra a flexibilidade na escolha do nome e que a identidade religiosa poderia estar atrelada à prática de dar nomes em um determinado período, mas não em outro.

A entrevistada *Maria Ivone*, nascida na década de 1940, no Rio Grande do Sul, veio para a cidade de Marechal Cândido Rondon no período de colonização, em meados da década de 1950, e traz informações relevantes à análise. Coloca-se aqui a continuação de sua narrativa: “*Olha, naquela época, naquela região, as pessoas*

sempre colocavam dois nomes no filho, e sempre nome de santos, católicos né, aí eu fiquei com Maria, e o Ivone também é católico". É possível observar que tanto o primeiro nome quanto o segundo evidenciam a religiosidade da família, isso fica mais enfático quando a entrevistada menciona que a prática de colocar nomes santos ocorria "sempre" na região que ela veio e que os nomes são da religião católica. Deitos (2007) explica que a Igreja católica teve um papel importante na formação das colônias no Rio Grande do Sul, como já apontado anteriormente, "no caso das colônias italianas no Rio Grande do Sul, a presença do catolicismo colocava-se como força de nomização. Está herança também pode ser relacionada, em parte, com o processo de colonização do oeste do Paraná" (DEITOS, 2007, p. 185). Fica evidente que a identidade religiosa era demarcada na prática de nomeação porque a igreja tinha um papel importante na consolidação do município.

No entanto, o relato de *Maria Ivone* sobre a escolha dos nomes de suas filhas, ambas nascidas na década de 1960, mostra que essa identidade religiosa, tão fortemente demarcada na escolha de seu nome, não é mais tão evidenciada na escolha de nomes da próxima geração. Ao relatar sobre a escolha do nome da primeira filha, *Marli Maria*, ela comenta: "*Então tinha que botar dois nomes aí resolvi colocar Maria que é santo né, então a gente ia muito da igreja e o Marli era porque eu tinha uma cunhada que não podia falar direito, mas o nome de Marli ela conseguia falar, então eu coloquei Marli porque era um nome fácil que ela (a cunhada) poderia falar*". A prática de dar nomes religiosos na geração seguinte transcende apenas ao segundo nome, *Maria Ivone* novamente enfatiza a importância de dar um nome de santo, já que era devota e tem o hábito de ir à igreja. Mas a identidade religiosa fica demarcada apenas na escolha do segundo prenome, enquanto o primeiro tratava de uma questão estética da pronúncia.

Ao relatar a escolha do nome de sua segunda filha, *Marlene Teresinha*, ela diz: "*eu tinha uma cunhada com o nome de Teresinha e também é um nome de uma santa né, daí resolvi colocar um nome da família e santo pra ela, e o Marlene foi uma questão de gostar do nome*". Na segunda filha, o nome de santo também se evidencia apenas no segundo nome, se bem que haja dupla motivação para o nome *Teresinha*: homenagem à tia e religião. O primeiro prenome também foi atribuído pela motivação estética, mas agora por gostar do nome.

Enquanto a motivação religiosa é utilizada para atribuir o primeiro e o segundo prenome de *Maria Ivone*, para suas filhas, nascidas duas décadas depois, já na cidade

de Marechal C. Rondon, a motivação religiosa estende-se apenas para o segundo prenome. Dick (1992) afirma a tradição do uso do antropônimo *Maria* sempre acompanhado de mais um nome, como *Maria Rosa*, *Maria Antonia* ou então *Maria Ivone*. Já as filhas não utilizam do nome religioso como o primeiro, mas sim o segundo, podendo ser uma evidência de mudanças na norma antroponímica. A narrativa de *Maria Ivone* mostra a importância da religião, no entanto, o primeiro prenome de suas filhas revela uma relativização no conceito de identidade religiosa, nesse sentido, “[...] a secularização instalou o “reino do fragmento” (pluralismo) entre as próprias instituições religiosas, as quais vivem um processo inevitável de relativização. Os indivíduos, por sua vez, veem-se condenados a escolher e a flexibilizar as crenças” (ZEPEDA, 2010, p. 136).

Ainda na família de *Maria Ivone*, a filha, *Marlene Teresinha*, que é residente na cidade e tem três filhos, católica praticante, foi entrevistada sobre o porquê da escolha dos seus três filhos, que representam a terceira geração da família.

O primeiro filho, nascido na década de 1980, *João Paulo*, foi nomeado “*em homenagem ao avô materno que é João e o Paulo em homenagem ao tio paterno*”. Na terceira geração da família, os nomes por motivação religiosa não são mais utilizados, embora os nomes *João* e *Paulo* tenham conotação religiosa. Os nomes foram atribuídos ao primeiro por uma homenagem a figuras masculinas na família, ao avô e ao tio. O fato também ocorre na análise do nome Valdiney José no *corpus* de Seide (2016), para enaltecer a família na década de 1980.

Sobre o segundo filho, *Pedro Henrique*, também nascido no final da década de 1980, *Marlene Teresinha* diz: “*o nome Pedro Henrique foi feito a numerologia, foi escolhido cinco nomes antes de ele nascer e destes cinco nomes a numeróloga fez, e achou melhor esses*”. O nome do segundo filho já aponta para crenças individuais, nomes que podem atribuir características positivas aos filhos ou um bom agouro para ele. Nesse sentido, Dick (1992, p.191, grifos da autora) aponta a necessidade desde muito tempo de atribuir nomes: “*daí a importância de se ter um ‘bom nome’, segundo as tradicionais grupais, para atrair os benefícios de um mundo superior*”.

Um aspecto semelhante ocorre com a terceira filha de *Marlene Teresinha*, Patrícia Helena, nascida na década de 1990: “*A Patrícia foi em homenagem a uma aluna, que o pai dela é professor, e ele tinha uma aluna muito aplicada, carismática e ele quis homenagear essa aluna e Helena foi pela numerologia, então dos nomes elencados, Helena foi o que melhor deu certo*”. A motivação do primeiro prenome é

uma homenagem a um conhecido, isto é, uma motivação não tradicional, diferente das anteriormente mencionadas. Enquanto no primeiro filho a homenagem era para figuras masculinas da família, aqui é para alguém não mais do convívio familiar, mas social. Entende-se, aqui, que a iniciativa de atribuir tal antropônimo à filha é que esta tivesse a característica “carismática” da aluna. O segundo prenome é escolhido por uma crença individual, também utilizada para escolher o nome de *Pedro Henrique*.

É notável que a prática de nomeação mudou nas três gerações. Em 1930/1940, com a narrativa de *Maria Ivone* sobre seu próprio nome, exclusivamente religiosos; a narrativa dela em relação aos nomes de suas filhas, nascidas em 1960, o primeiro prenome com motivação estética e apenas o segundo prenome com motivação religiosa; e a narrativa da própria filha, *Marlene Teresinha* a respeito da escolha dos nomes dos filhos, nascidos em 1980 e 1990, cuja motivação eram homenagem à família, conhecidos e crenças individuais, nenhuma menção à religiosidade. Ainda que os nomes de *João Paulo* fossem pretensamente religiosos, não foram atribuídos com essa motivação.

Portanto, ao considerar a análise de entrevistas em três gerações da família, compreende-se que a questão da identidade religiosa mudou no decorrer dos anos. Os números apontam para a queda da motivação religiosa, principalmente a partir da década de 1980, mas todos os entrevistados informaram uma religião. A análise de três gerações mostra que, ainda que sejam religiosos, a escolha do nome não é mais enfática para a religiosidade e sim, outros fatores, o que não desqualifica nomes religiosos, mas que não são a preferência para a prática de nomeação.

Essas entrevistas, além de mostrarem mudanças de identificação religiosa a partir da escolha de antropônimos em uma família, também evidenciam que as mudanças ocorridas devido à secularização podem ocorrer primeiro em n1 e depois em n2.

6.4 MUDANÇAS NA PRÁTICA DE NOMEAÇÃO: A MOTIVAÇÃO ESTÉTICA

Como apontado na segunda seção desta tese, a motivação estética está relacionada ao gosto individual do designador em atribuir um nome: atribuir por achar o antropônimo bonito, agradável de ser ouvido, ou que rime com o nome dos pais ou demais filhos, são exemplos da motivação estética.

Close (2012) analisou como os pais nomeiam seus filhos em uma pequena cidade do Centro Oeste nos Estados Unidos. A autora utilizou de um levantamento de dados de uma amostra de pais cujos filhos estão matriculados em três creches diferentes. As frequências de uso dos nomes das crianças foram relacionadas a um livro de nomes, datado de 1936, e a um banco nacional de nomes (Social Security Administration's *Popular Baby Names*). A pesquisa aponta que a questão de parentesco, relações de gênero, classe social e a diferença de gosto e preferência pessoal são fatores que influenciam na prática de nomeação.

Pais querem individualizar os filhos, a popularidade e a exclusividade são fatores importantes para muitas famílias (CLOSE, 2012, p. 46). Dentre a gama de informações coletadas a partir do método *Survey*, Close (2012) aponta diferentes fatores e variáveis que influenciam os pais a atribuírem um nome ao filho. Nessa direção, ela destaca a questão do gosto pessoal, em que nomes são atribuídos, muitas vezes *porque os pais gostam*: “Esta categoria incluiu nomes que variam de acordo com os vários apelos estéticos” (CLOSE, 2012. p. 106, tradução nossa)²⁷. Esses apelos estéticos, analisados na pesquisa, são evidenciados, basicamente, como: por gostar apenas do nome, a preferência de sons (sonoridade do nome), preferência linguística e emparelhamento do nome (*pairing of names*).

Na categoria “apenas gostar no nome”, foi obtido 70,8% das ocorrências para meninas, enquanto, para os meninos, 64,7% (CLOSE, 2012, p. 116-117). É apontado que as meninas estão mais propensas às influências dos gostos particulares dos pais. No que diz respeito à atribuição de nomes pelo som, 92,7% dos nomes masculinos terminaram com sons de consoante, enquanto, para as meninas, 54,2%; nomes, como: *Tristen, Franklin, Devin, Philip, Adam, Andrew* (para os meninos) e *Lillian, Karen, Caitlyn, Elizabeth, Paige, Iris, Abigail* (para as meninas).

Na categoria escolha do nome por “preferência linguística”, encontra-se um padrão familiar existente na escolha das iniciais ou sílabas, nomes escolhidos por serem curtos ou fáceis de pronunciar: a autora destaca ainda algumas acepções: a) Tradição familiar, começando com a letra R; b) Tradição familiar, começando com uma vogal; c) Escolher a letra J como inicial do nome, pois os demais familiares tem essa inicial; d) Atribuir dois nomes ao filho porque os pais também têm dois nomes; e) Achar fofo começar o nome com G; f) Nome simples para soletrar de forma mais fácil; g)

²⁷ This category included names liked for various aesthetic appeals.

Filhos terem nomes com inicial T e Y porque são as iniciais dos pais; h) Escolher um nome com fácil pronúncia em inglês ou espanhol porque um dos pais é hispânico (CLOSE, 2012, p. 109).

Segundo a autora, tal preferência reflete tanto uma tradição familiar quanto o gosto estético, e o fenômeno ocorre, igualmente, tanto para meninos quanto para meninas. A atribuição, a um filho, de um antropônimo cuja letra inicial remete aos nomes dos pais ou a outros nomes da família, pode ser considerada uma tradição, já que, provavelmente, ocorre com outros filhos do casal e outros parentes, mas, de qualquer forma, atribuir um nome assim ainda é uma questão de gosto particular.

Nesta pesquisa, a secularização influenciou a prática de nomeação, e a motivação religiosa deixou de ser amplamente utilizada, principalmente, a partir de 1970. Entende-se, com dados mensurados na análise quantitativa, que outras motivações puderam ser mais recorrentes, verifica-se, então, que a motivação estética obteve um comportamento distinto relacionada aos nomes atribuídos por uma questão religiosa.

A seguir, são apresentados os dados em percentual que correspondem ao uso da motivação estética no eixo temporal:

Tabela 13 – Frequência de uso da motivação estética por década, em n1 e n2 feminino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	11,8%	0%
1950	11,8%	5,9%
1960	60%	17,6%
1970	41,2%	17,6%
1980	29,4%	0%
1990	33,3%	44,4%
2000	33,3%	27,8%
2010	28,6%	33,3%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Nas décadas de 1930/1940, o percentual da motivação estética foi de 11,8%, em n1 feminino; enquanto, em n2, não houve nenhuma menção. A década de 1950 segue o percentual da década anterior para n1 (11,8%); para n2, houve uma ocorrência que totalizou 5,9%.

Na década de 1960, as ocorrências aumentaram em quase 50%: a motivação estética obteve 60% das ocorrências em n1 feminino e, em n2, 17,6%. Na década de

1970, o percentual se mantém alto, porém, há um decréscimo de 18,8% de ocorrências, em n1; enquanto, em n2, mantém-se constante em 17,6%.

Em 1980, o percentual, em n1, diminui, totaliza 29,4%; enquanto, em n2, não houve nenhuma ocorrência para a motivação estética. As décadas de 1990 e 2000 possuem o mesmo percentual, em n1 feminino: 33,3%; enquanto, em n2, em 1990, é de 44,4% e, em 2000, é de 27,8%.

Na década de 2010, n1 obteve 28,6% e n2 teve aumento totalizando 33,3%. Nos antropônimos femininos, o que se observa é que há picos de uso e desuso da motivação estética. Em n1, o maior percentual foi totalizado na década de 1960, tendo índices altos a partir dessa década. Já em n2, a partir de 1990 as frequências foram maiores.

No que se refere aos antropônimos masculinos, encontram-se as seguintes frequências em percentual:

Tabela 14 – Frequência de uso da motivação estética por década em n1 e n2 masculino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	0%	5,9%
1950	15,8%	20%
1960	29,4%	22,2%
1970	27,8%	23,5%
1980	26,3%	22,2%
1990	27,8%	41,2%
2000	11,1%	52,9%
2010	28,6%	42,9%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

A estética nos antropônimos masculinos não obteve ocorrência, em n1 masculino; em n2, obteve 5,9%, nas décadas de 1930/1940. A década de 1950 é marcada pelo acréscimo de tal motivação em ambos os prenomes, em n1, as ocorrências aumentaram para 15,8%; e, em n2, para 20%.

Em 1960, n1 masculino obteve 29,4%, enquanto n2 obteve 22,22%. Na década de 1970, n1 obteve um pequeno decréscimo de 1,6%, totalizando 27,8%; n2 somou 23,5%. Na década de 1980, os percentuais se mantêm, praticamente, constantes: n1 com 26,3% e n2 22,2%. Na década de 1990, a estética continua constante, em n1, com 27,8%; porém, em n2, a frequência de uso praticamente dobrou, totalizando 41,2%.

Na década de 2000, em n1, há uma queda significativa no uso, n1 totaliza 11,1; enquanto n2 obtém 52,9% das ocorrências. Por fim, em 2010, n1 obteve percentual de 28,6%; e, em n2, 42,9%.

Para os antropônimos masculinos, a motivação estética permaneceu durante tempo maior em constante frequência, tanto n1 quanto n2, no período entre 1960 e 1980. Porém, ainda há períodos em que há maior e menor uso. Ocorre maior ocorrência no período de 1970 a 1990 (em n1 e n2) e de 1980 a 2000 há aumento em n2. Declive ocorreu em n1, em 2000. Porém, em ambos os sexos, a década de 1980 é marcada com muitas menções a essa motivação e com picos de uso e desuso, isto é, por mais que o percentual seja distinto, o comportamento da atribuição de nomes cuja motivação é estética é semelhante.

Com base dos dados estatísticos, analisa-se a possibilidade de associação entre a motivação estética e a secularização, assim como ocorreu como a motivação religiosa. Para isso, é pertinente a esta pesquisa os pontos:

a) Como se evidencia a estética nas narrativas elaboradas pelos pais e portadores dos nomes?

b) A motivação estética está associada ao movimento de secularização, assim como a religiosa?

c) Qual comportamento social e cultural revela essa prática de nomeação?

A tradição e o conjunto de valores ficaram claros no uso da motivação religiosa a partir da frequência de uso e da contextualização histórica do município de Marechal Cândido Rondon. Zepeda (2010) aponta que, com o advento da secularização, a sociedade tornou-se heterogênea e secular, os gostos e os valores tornaram-se muito mais individuais. Isso não implica em dizer que as pessoas não tinham alguma religião, como apontado anteriormente, mas que, em uma sociedade mais moderna, com novas religiões e tendências, o indivíduo passa a “flexibilizar suas crenças” (ZEPEDA, 2010, p. 136). Assim, tornam-se presentes os modismos e, conseqüentemente, a motivação estética do nome.

A motivação *estética* representa, em grande parte, os modismos na escolha de atribuição. Quando se fala em modismo, Seide (2018) traz dois conceitos, o primeiro é relacionado à moda ou modismo como algo passageiro, recorrente em um determinado período de tempo e cai em desuso, sendo assim, uma tendência cíclica. Em outras palavras, é necessário observar o comportamento estatístico, caso certos nomes e práticas nomeadoras forem utilizados apenas em um determinado momento

do tempo, contitui-se, portanto, uma prática da moda. O segundo é considerado moda aquilo que está em voga, parte do gosto coletivo, nesse sentido, diferente daquilo que é tradicional (SEIDE, 2018, p. 165).

Partindo do primeiro conceito, observa-se, no *corpus*, que a frequência de uso da motivação estética não tem alto percentual nas décadas de 1930/1940 e 1950, assim como também há quedas de 1970 a 1980. Esses dados apontam para uma tendência que ora está em uso, ora em desuso, décadas mais atribuídos, décadas menos atribuídos, sendo observado que o intervalo de maior uso da motivação para antropônimos femininos é de duas décadas.

No que diz respeito aos nomes masculinos, o corte diacrônico de uso é distinto do feminino. A motivação teve maiores ocorrências em n1 e n2, entre 1950, e outro acréscimo em especial para n2, no período de 1980 a 2000. O decréscimo está em 1990 e 2000, para n1 e em n2, na década de 2000 a 2010. Tanto para o primeiro prenome quanto para o segundo, o declínio é a partir de 1980, no entanto, diferentemente dos nomes femininos, o uso de nomes com motivação estética tem uso temporal maior, cerca de três décadas.

Aponta-se aqui que o conceito de moda ou modismo - quando se trata de um comportamento de uso da motivação estética, é divergente daquilo que é tradicional, como apontado na motivação religiosa, são duas categorias antroponímicas distintas. Quando se diz tradicional, trata-se de algo perpassado de geração para geração, que envolve um conjunto de valores morais e de costumes (SEIDE, 2018, p.164). Enquanto a igreja era considerada o fator de coesão social, muitos nomes eram atribuídos por motivos religiosos, a frequência de uso elevada nos primeiros anos de análise mostra como uma categoria tradicional, usada de geração para geração. Se a secularização e o movimento de sociedade secular influenciaram na diminuição de nomes antropônimos religiosos, então, associa-se também que o inverso, os modismos na norma antroponímica são uma resposta a esse movimento de universalismo social (ZEPEDA, 2010). Considerar a motivação estética como um modismo pode ser resultado dessa dissolução do que é tradicional, hegemônico.

O segundo conceito, abordado por Seide (2018), trata-se de analisar de que forma a motivação estética foi utilizada, quais são os gostos familiares encontrados nas narrativas e o que essas escolhas podem dizer sobre os pais e a comunidade a que pertencem.

Nesta pesquisa, dentre as diversas motivações encontradas no *corpus*, são considerados modismos nomes cuja motivação é estética. Define-se nomes atribuídos por uma questão estética, aqueles em que a narrativa tem como evidência as seguintes acepções:

a) Considerar o nome *bonito* ou *gostar* do antropônimo escolhido:

Luana Gabrieli (2000): *Luana Gabrieli, porque eu achava bonito [...] Luana sempre que eu escutava achava bonito.*

b) Sonoridade - pronúncia fácil:

Alice Mitiko (1960): “Alice porque é um nome brasileiro, [...] o Alice foi escolhido porque é um nome fácil para os japoneses pronunciarem”.

c) Grafia 1:

João Vitor (2000): *A gente queria um nome fácil de falar, fácil de escrever e que fosse comum no lugar que a gente mora, um nome que fosse curto também, aí chegamos no nome João, um nome comum.*

d) Grafia 2:

Kevellyn Eduarda (2000): “Porque é diferente assim, é raro esse nome [...] Eduarda para combinar com o do meu piá, ele é Eduardo.

e) Grafia 3:

Viviane Delcy (1970): “o meu queria que todos os filhos comessem com a letra do nome dele, meu pai se chama Voltaire e ele queria que os filhos comessem com V, por isso Viviane, e minha mãe se chama Dirce, aí eles combinaram que o segundo nome seria com a mesma letra do nome da minha mãe, e assim ficou Delcy”.

f) Grafia 4:

Silvana Regina (1960): “A Silvana também porque era com S né, o primeiro filho, aí o nome do segundo também foi com S”.

g) Grafia 5²⁸:

²⁸ Salienta-se, aqui, que a categorização das motivações é com base nas narrativas dos informantes, ou seja, daquilo que ele entende e compreende ser o motivo da escolha do nome próprio. Nesse caso, os informantes entendem que a grafia do antropônimo *Diuvani* é de origem italiana.

Diuvani Luiz (1970): *ele (o marido) escolheu esse nome porque quando eu estava grávida, ele queria dar o nome de Diuvani, aí eu falei 'então coloca Giovanni' e ele colocou Diuvani mesmo, porque é Diuvani em italiano, né*".

h) Combinação do primeiro prenome com o segundo prenome:

Carla Fabíola (1980): *"o Fabíola por causa que tinha a irmã mais nova dele (do marido), ela era freira e se chamava Lúcia, mas quando elas viram freira elas trocam o nome e aí ela se chamou Fabíola, Carla combinou"*.

i) Um nome *bom*, agradável:

Marino Luís (1960): *"a gente gostou né, a gente tinha um vizinho distante lá, que ficou padre e a gente conhecia bem, aí deu o nome de Marino [...] e Marino Luís porque é bom né"*.

Ao comparar as entrevistas da motivação estética com as de motivação religiosa, constatam-se algumas mudanças de conceitos e valores dos pais. Na motivação religiosa, foi possível observar que essa prática evidencia crenças pessoais, religiosas dos pais, crenças que demonstram a preocupação de que o filho tenha um bom nome, nome que ofereça proteção ao filho ou que demonstre a devoção da família.

Quando se fala da motivação estética, a partir das narrativas dos pais, ficam evidentes outros valores e crenças pessoais. Não são crenças transmitidas aos filhos com a escolha do antropônimo, mas gostos criados por um coletivo, ao dizerem que acharam o nome "bonito" quando ouviram. Ao mesmo tempo, a escolha expressa uma singularidade dos pais no que eles acreditam ser melhor: um nome "mais simples", que não tenha a necessidade de ser soletrado ou que tenha uma "rima" com os nomes dos pais, que tenha uma combinação entre o primeiro prenome e o segundo ou que simplesmente a escolha torne o conjunto de nomes "bom".

Ocorrências semelhantes ao estudo de Close (2012) ocorrem nesta pesquisa ao observar as narrativas anteriormente mencionadas na atribuição nominal estética nesta pesquisa. Atribuir um nome a um filho simplesmente porque ele é bonito ocorreu tanto no estudo de Close quanto neste.

Em relação às entrevistas anteriormente mencionadas, a primeira, mãe de Luana Gabriela, Marta enfatiza que *sempre* que escutava o nome, achava-o *bonito*, isto é, trata-se de um gosto particular da figura materna. Não somente em antropônimos femininos, mas, semelhantemente, ocorre no nome de Ivair Geovane

(1980), filho de Ederli Terezinha: *“Geovane porque o filho da Fárída, ali do cartório, eu achei bonito Geovane, aí eu marquei ‘o dia que tiver um filho vou por esse nome’, aí botei Ivair Geovane”*.

Na categoria de sonoridade, foi mencionada a pronúncia fácil, como na entrevista de Alice Mitiko (1960), ao relatar que a escolha de seu nome é porque seus familiares (de origem japonesa) poderiam pronunciar mais facilmente o nome.

A mãe de João Vitor (2000), Scheila Andrea, mencionou, na entrevista, a questão do nome ser *fácil de falar*, retomando a ideia de simplicidade, poucas sílabas, assim como Close (2012) observou em sua pesquisa.

A entrevista também evidencia a categoria de preferência linguística. Scheila Andrea afirmou que, além do nome ser *fácil de falar*, também deveria ser *fácil de escrever* e que fosse comum no lugar em que a família reside. Esse fenômeno também ocorre em antropônimos femininos, como na nomeação de Bruna Camila (2000), em que a mãe, Evanice Teresinha, afirma que: *“o primeiro nome foi indicado pela madrinha, e eu sempre quis nomes curtos, que não tivesse apelido ou abreviação do nome, um nome fácil pronúncia, sem letras diferentes tipo nomes americanos que fica depois difícil pra criança aprender e que as pessoas não pronunciem errado”*. A grafia e a sonoridade, muitas vezes, estão associadas: uma pronúncia fácil implica em uma ortografia simples.

A nomeação a partir da inicial dos pais também foi mencionada em n1 e n2, tanto para nomes femininos quanto para masculinos, como na entrevista de Viviane Delcy, em que ela comenta que o pai é Voltaire e a mãe é Dirce, então as iniciais de seu nome seria com as iniciais dos pais. Ela comenta também a escolha do nome de sua irmã, Vaniela Djane (1980): *“aí tem a Vaniela Djane, meus pais não paravam de brigar no hospital por causa do nome da menina e eu com 10 aninhos disse que iria inventar um nome então, aí eu juntei nomes e ficou Vaniela. Aí o segundo tinha que ser com D né, aí eu que sugeri Djane e aí ficou”*.

A grafia com iniciais de outros irmãos já nascidos é mencionada na entrevista de Regina Adelaide sobre o nome da filha Silvana Regina (1960), inicial com S, porque os outros filhos já nascidos tinham nomes com a inicial: Sandro Arthur.

Nomes com grafia de acordo com a origem ocorre na entrevista de Diuvani Luiz (1970), no decorrer da entrevista, os pais afirmam ser de origem italiana e por isso utilizar tal nome. Isso também ocorre na nomeação de Friedrich Karl (1930/1940), quando afirma: *“esses nomes são alemães porque minha família e alemã, eles foram*

para a Suíça depois da guerra”; e a entrevista de Sandra Maricéti sobre o filho Renan Paolo (1980): *“Paolo por ser Paulo, em italiano, aí a gente optou em colocar italiano porque meu marido é de origem italiano”*.

Outra categoria também aqui evidenciada é a combinação de nomes entre si, ou então que todos nomes ou parte deles *soem bem*, isto é, que haja uma combinação, um emparelhamento entre eles. Como exemplo, a entrevista de Áurea Maria sobre a nomeação da filha, Carla Fabíola, que menciona que, primeiramente, foi escolhido Fabíola e Carla, a partir da combinação. Também ocorre com a nomeação de Gustavo Henrique (2000): *“Gustavo porque eu gostava de nomes com g, tanto é que se eu tivesse um terceiro seria Guilherme [...] mais por gostar do nome, procuramos um nome simples, brasileiro, não queríamos nomes complicados para eles [...] o primeiro eu escolhi, aí o segundo a gente foi vendo o que combinava com o outro, não fomos atrás de significado, nada, foi gostar e pôr”*.

Nomes que soam agradáveis, bem um com o outro é um tipo de motivação evidenciado na entrevista de Milton Olíbio, sobre a nomeação do filho Marino Luís, ao afirmar que Luís ficou *bom* com o primeiro prenome.

É preciso ressaltar que tais categorias, dentro da motivação estética, não são isoladas, independentes entre si. É possível observar que, no decorrer das entrevistas, as motivações sonoridade e ortografia, muitas vezes, estão associadas, como na escolha do nome João Vitor (2000); assim com a combinação entre primeiro e segundo nome; com a questão de gostar apenas do nome, como na escolha de Gustavo Henrique (2000). Na questão dos nomes de outra origem, nota-se que os exemplos expostos são de origem germânica (Friedrich Karl) e ítala (Diuvani e Paolo), retomando às principais ascendências étnicas vindas na época de colonização do município de Marechal Cândido Rondon. Ainda que a nomeação estética seja considerada um modismo, fato este evidenciado a partir da frequência, a questão dos nomes de origem étnica aponta ainda uma retomada ao núcleo familiar, de perpassar de geração para geração a cultura de uma determinada comunidade, no caso, a sulista, ao considerar a origem teuta e ítala.

7 MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR E INDIVIDUALIZAÇÃO

Na seção anterior, observou-se que as mudanças na prática de nomeação são o resultado de transformações sociais. As marcas da globalização, assim como a secularização, trouxeram mudanças significativas no sistema antroponímico de Marechal Cândido Rondon. Inicialmente, muitos prenomes eram atribuídos a partir da motivação religiosa: escolha de um nome por devoção a um santo específico, coincidência da data de nascimento ser a data de celebração de um determinado santo, no calendário litúrgico, nomes bíblicos do velho e do novo testamento ou ainda nomes de padrinhos e madrinhas. Tais escolhas marcam a tradição religiosa no processo de colonização. Com as mudanças sociais, a escolha de nomes por motivação religiosa perdeu força e outras motivações começaram a ser usadas em contraponto, como a estética.

No entanto, ao analisar os resultados da análise quantitativa, observou-se que outra motivação foi amplamente utilizada nos primeiros anos do processo de colonização e que caiu em desuso em outros momentos: a homenagem à família. Nessa direção, esta seção objetiva compreender como o uso da motivação de atribuir nomes em referência à família está associada ao processo identitário e cultural. Para isso, serão utilizadas a frequência das ocorrências e os relatos daqueles que nomearam e/ou foram nomeados.

7.1 A PRÁTICA DE TRANSMISSÃO DE NOMES: BREVE REFLEXÃO

O uso de um estoque de antropônimos em um núcleo familiar, ao longo de gerações, é algo que se evidencia há tempos. Atribuir nomes, ao nascido, que remetem às figuras maternas ou paternas, aos avós, tios ou primos pode se tratar, hoje, de uma homenagem à família, dessa forma, prenomes que nomeiam os pertencentes a uma geração familiar também denominam os novos da próxima geração. Antes de se tornar uma homenagem, atribuir um primeiro prenome, um segundo prenome ou até o sobrenome – prática antroponímica consolidada que remete ao pai ou ao avô, por exemplo – é prática usual da humanidade.

Na Bíblia, há menção do uso de nomes próprios designados a partir da referência à figura paterna. No Evangelho de Lucas, no capítulo do nascimento de

João Batista, seu nome haveria de se chamar Zacarias, como o seu pai. No entanto, com a visita de Maria, mãe de Jesus, Isabel teria escolhido o nome João. Indagaram a ela: “Não há ninguém na tua família que se chame por esse nome”. Essa passagem do Novo Testamento remonta já naquela época que nomear um filho com nome do pai já era prática recorrente.

Na Idade Média, as tradições familiares, assim denominadas por Dauzat (*apud* DICK, 1992, p.182), também consistiam em perpetuar os nomes de pais para os filhos, entre os nobres. Mas não somente a nomeação dos nobres é alvo de reflexão onomástica. Santos (2003) analisou o sistema antroponímico do período medieval português, sobretudo dos mais pobres. O sistema antroponímico da época evoluiu conforme as necessidades, à medida que as relações sociais ampliaram, o aumento populacional das cidades o tornou algo mais complexo, e o ato de nomear também se fez assim. Basicamente, no século XII, a forma antroponímica composta era um nome de batismo e um patronímico – que indicava a filiação ao pai. Havia um *João* filho de um *João* que se chamaria *João Eanes*, um *João* filho de um *Pedro* que se chamaria *João Pires*. Entretanto, com o aumento populacional haveria muitos *Joões* filhos de *Pedros* e, portanto, a prática de atribuição de nomes tornou-se ineficaz, fazendo-se necessárias mudanças.

Até o final do século XV, essas mudanças implicaram na utilização de outros nomes, além do prenome patronímico, eram utilizados aqueles que remetessem à profissão, ao local de morada, às marcas de nascença. Assim, nomes como *Estevão Sapateiro* e *Martim Negro*, *João Domingues Beirão* e *Domingos Eanes Calvo Mata Mouros* começaram a surgir (SANTOS, 2003, p. 232). Não somente o patronímico, hoje visto como o sobrenome, fazia referência à família, já que a escolha do prenome se dava por diferentes motivos: ordem religiosa, como a devoção, e a popularidade de algum nome. Ainda que houvesse diferentes formas de nomear, usualmente, era atribuído às crianças nome dos pais, avós ou bisavós, segundo Santos (2003), como hábito de solidariedade geracional. Scarpim (2010) tece algumas hipóteses que podem justificar tal escolha: a transmissão de bens materiais e simbólicos, as crenças populares e a necessidade de afirmar uma identidade familiar que esteja ancorada na linhagem.

Atribuir nomes da família aos descendentes era também costume do povo nobre, a exemplo da elite da Idade Medieval portuguesa. Em um estudo antropológico

sobre a escolha dos nomes das famílias aristocráticas em Lisboa, Lima (2007) afirma que:

Os nomes próprios, tal como os sobrenomes, são considerados propriedade familiar. Neste sentido, o conjunto dos nomes próprios de uma família – aqueles cujos portadores se destacaram e que, por isso, são lembrados no tempo longo da história familiar - é considerado um bem valioso. Mais do que um símbolo, os nomes são elementos constitutivos do património familiar (LIMA, 2007, p. 44).

Na pesquisa, foi analisada a prática de dar nomes de famílias que lideravam empresas importantes na elite de Lisboa. Dados apontam a repetição de nomes entre as gerações, isto é, um estoque de nomes é utilizado em diferentes gerações, isso porque é frequente encontrar, nas famílias, o primogênito, principalmente homem, que partilha nomes dos seus pais, avós, tios-avôs e tios-bisavôs. Na análise de sete famílias, uma apresentou 61,2% de repetição de nomes enquanto outra apresentou 59,6%. O menor percentual foi de 31,3% de ocorrências de repetição de antropônimos.

Lima (2007) verificou que, além de uma homenagem aos antepassados, o patrimônio familiar é a demarcação simbólica e material de pertencimento àquela família, “os nomes das novas gerações evocam pessoas, feitos e vidas anteriores cuja memória não se quer perder, tornando mais visível a continuidade de gerações sucessivas que prosseguem um mesmo projecto identitário” (LIMA, 2007, p. 43). Nesse sentido, atribuir nomes dos antepassados aos novos membros denota uma projeção do futuro, que siga a linhagem aristocrática das famílias e que, devidamente, demarque a distinção social presente. A existência de famílias na elite lisboeta perpassa o prestígio e a riqueza através das gerações, o que os diferencia dos outros grupos familiares de prestígio. Outro ponto destacado é o ato de nomeação como uma categoria social de gênero, isto é, o antropônimo como importante fator na construção de gênero. Nas famílias, somente os homens continuam os projetos econômicos, cabe a eles serem os proprietários, evidenciando assim, a subordinação feminina.

Mesmo que a homenagem à família seja algo recorrente na atribuição de nomes de meninos e meninas, tal prática é mais evidenciada nos antropônimos masculinos. Em uma família pesquisada por Santos (2003), enquanto a repetição de nomes para os homens é de 80,8%, para as mulheres é de 48%. Em outra família,

cujo índice de repetição de nomes masculinos é de 64,3%, para as mulheres, o percentual é de 33,3%. Portanto, com base na pesquisa de Santos (2003) e de Lima (2007), indiferentemente da classe social, menos nobres, mais nobres, atribuir nomes que remetem à família é um símbolo de pertença e perpetuação do patrimônio familiar.

Na Europa Católica, a partir do século XVI, há o uso de tendências tradicionais na prática de nomeação, principalmente, entre as comunidades italianas e germânicas. Para os italianos, desde a Idade Média, nomes religiosos, principalmente de santos, eram amplamente utilizados na atribuição de nomes. Mesmo após a Reforma e Contrarreforma da Igreja Católica, muitos italianos católicos permaneceram utilizando nomes a partir do calendário litúrgico, enquanto aqueles convertidos pelo protestantismo utilizaram nomes bíblicos e nomes retirados do grupo familiar (SCARPIM, 2010, p. 108). Nessa perspectiva, as tendências de atribuição de nomes tradicionais são relevantes porque justificam crenças e valores da comunidade que os utiliza. A manutenção dessas crenças se fez presente nas comunidades mencionadas europeias, no Rio Grande do Sul, quando germânicos e italianos migraram e, posteriormente, nas comunidades vindas na colonização do Paraná.

Scarpim (2010), em seu estudo sobre comunidades imigrantes de italianos vindas do Rio Grande do Sul para o Paraná, discute a organização social e identitária desse povo, tanto na terra de partida quanto de chegada, sobretudo, a continuação de crenças e valores aprendidos e internalizados na sociedade de origem. Segundo o autor, havia uma sociedade fortemente marcada pelas regras tradicionais (SCARPIM, 2010), em que as tarefas eram distribuídas por sexo, idade e posição do grupo doméstico. O patriarca da família mais velho tinha toda a autoridade da família, aos filhos cabia obediência aos pais, e, à mulher, ao marido.

Enquanto o homem provia o sustento da família, o trabalho braçal e a organização familiar, quando mais velho, ditava o certo e o errado, cabia às mulheres a vida doméstica, o cuidado dos filhos e do marido, o governo interno da família. Na pesquisa sobre os imigrantes italianos em Campo Largo, o estoque de prenomes utilizados pelos descendentes é o mesmo daquele utilizado há séculos no Norte da Itália, mostrando uma estreita relação com a sociedade emissora. Estudar esses nomes a partir dos registros de batismo em sociedades tradicionais evidencia, conforme Scarpim (2010, p. 109), uma necessidade de perpetuar, de geração para geração, um grupo de antropônimos, “um emblema de pertencimento, pois o nome articula a identidade individual e a identidade social do grupo, que está fundada sobre

uma memória de longa duração”. Tais antropônimos constituem a linhagem familiar da época e a necessidade de passar as crenças culturais, principalmente, a concepção do mundo camponês, o colono, às gerações futuras.

Essa percepção também é apontada em estudos sobre as comunidades germânicas do sul do país e dos descendentes colonizadores vindos para as terras paranaenses. Nadalin (2014) aponta que as comunidades teutas vindas para habitar o estado do Paraná também se fundamentavam no patriarcalismo: tipicamente tradicional, famílias numerosas, cujos filhos trabalhariam na lavoura junto ao pai, o provedor da família, enquanto cabia à mulher os trabalhos domésticos e a submissão ao marido.

Woortmann (1995), ao estudar uma comunidade luterana em Dois Irmãos, compara a cultura teuta com as práticas de nomeação. Havia ênfase e até uma obrigação em perpetuar um estoque de nomes. Nessa comunidade, o prenome expressa a relação entre pai e filho, avô e neto ou tio e sobrinho, como também a qual *tronco* a que a família pertence.

Os valores étnicos, religiosos e os vínculos familiares eram enraizados a partir dos ancestrais, os avós, que muitas vezes, eram responsáveis pela educação dos mais novos, os netos. Assim como afirma Scarpim (2010) e Nadalin (2014), as famílias italianas e germânicas eram numerosas, pois o casamento era cada vez mais frequente e realizado cada vez mais cedo. Os filhos deveriam ajudar o pai e herdariam as terras, continuariam a linhagem paterna, seja na terra, seja no nome. Portanto, ao analisar principalmente as comunidades típicas italianas católicas e germânicas luteranas, as identidades étnicas que basicamente colonizaram o município de Marechal Cândido Rondon devido à política do Estado Novo, nota-se que ambas as comunidades estão fortemente ligadas à religiosidade, às crenças e culturas tradicionais familiares, e tais comportamentos refletem o sistema antroponímico do local.

Scarpim (2010) observou através de registros de batismo e de óbito, na comunidade italiana de Campo Largo, entre 1878 e 1937, que “regras” eram utilizadas na prática de atribuição. Era comum que, aos primeiros filhos, fossem dados os nomes dos avós. Embora não ocorresse em todas as famílias, os camponeses honravam os avós independentemente se estavam vivos ou mortos. Essa constatação se deu ao observar a nomeação de crianças em diferentes *coortes*. A influência da linhagem

paterna na escolha de nomes, isto é, nomes do pai, avôs e tios paternos, foi muito mais significativa na atribuição de nomes de meninos do que de meninas.

A influência da linhagem familiar (materna e paterna) foi analisada, nesta tese, a partir da influência da linhagem materna na escolha de nomes. Os dados apontam para um percentual menor na escolha de tal estoque de nomes. Comparando o recorte da linhagem paterna, em 1878-1900, 16,1% dos meninos receberam o nome do avô materno, enquanto apenas 0,3% com influência ao nome da mãe. Em relação aos nomes atribuídos às meninas, os números não divergem muito do que visto anteriormente na linhagem paterna. Apenas 0,7% das meninas receberam o nome do avô paterno, o aumento foi na referência ao nome da avó materna: 17%; o nome da mãe somou 1,6%. Em 1911-1920, os meninos foram nomeados, em 16,6%, com o nome dos avôs maternos; referência à mãe 0,4%. Para as meninas, os números são ainda inferiores, 1,3% foram nomeadas em referência ao avô materno; 16,4% em referência à avó materna; e 3% fazem referência à mãe. No último *coorte*, 1878-1920, 19,2% dos meninos têm nome em referência ao avô materno, enquanto apenas 0,4% em nome da mãe. Para as meninas, 1,4% dos nomes fazem referência ao avô materno, enquanto para a avó materna foram 16,7%; e para a mãe: 2,5%.

Esses dados mostram que:

- a) Nomes em homenagem à família são mais recorrentes para os meninos do que para meninas;
- b) Nomes da linhagem paterna são mais utilizados na escolha de prenomes masculinos;
- c) Nomes da linhagem materna também são mais utilizados, ainda que com frequência menor, na escolha de prenomes masculinos.

Os dados se mostraram inferiores quando analisada a escolha do nome das meninas, ainda que o percentual tenha sido em homenagem à avó materna nos diferentes *coortes*, essa menção foi inferior à referência no uso dos antropônimos masculinos. Ou seja, a via masculina é mais privilegiada, a tradição de garantir a perpetuação da linhagem fazia com que o lado do pai fosse lembrado (SCARPIM, 2010). Outro ponto a ser analisado pelo autor e discutido aqui foi a predominância da escolha do nome do avô paterno para os meninos e avó materna para as meninas, um padrão observado em várias regiões da Europa.

Nessa direção, nas comunidades germânicas do Rio Grande do Sul, Woortmann (1995) analisa a nominação das comunidades em torno do princípio de

parentesco. É apontado, dentre tantas, a distinção entre nomeação feminina e masculina: o homem é nomeado com dois prenomes, o primeiro, é o nome do pai ou do avô paterno e o segundo é do avô materno ou do tio materno, porém, é apenas conhecido com o prenome patrilinear. A mulher, no entanto, tem um nome “fantasia”, pois é conhecida na comunidade a partir do sobrenome do marido, e passa a ser conhecida com seu prenome após ser avó, isto é, a mais velha da família, responsável pela educação dos netos, apontamento feito por Scarpim (2010) sobre a identidade italiana.

Woortmann (1995) ainda complementa aprofundando o estudo com as linhas europeias, mais especificamente, da Alemanha, onde observou gerações de uma determinada família com idêntico prenome. O fenômeno da ultimogenitura é destacado pela autora ao mencionar que alguns nomes masculinos deixaram de ser utilizados porque não houve nascimento de homens para a continuidade da linhagem.

Nessa direção, os estudos sobre as comunidades e norma antroponímica sinalizam relações intrínsecas com a cultura. Ambos os estudos sobre imigrantes italianos e germânicos convergem nas conclusões sobre o papel do homem e da mulher e, conseqüentemente, na escolha de nome entre os gêneros, que é distinta. Ainda, é pertinente apontar que tais estudos remontam às análises sobre a própria cultura europeia, isto é, os traços culturais estão consolidados nas terras de partida.

Essa organização social transparece na prática de nomeação. Consoante a Zonabend (1980), o nome identifica e determina a qual família pertence o indivíduo e denota a realidade social (ZONABEND, 1980). Essa prática é intencional e consciente, ao perpassar nomes dos antepassados as gerações futuras identificam o grupo a que pertencem.

Zonabend (1980), antropóloga e historiadora, analisa, especificamente, o significado, o papel classificador e a função de identificação dos antropônimos através de um olhar antroponímico, sociológico, histórico e etnológico em pesquisas realizadas na Europa (ZONABEND, 1980, p. 07). Desde tempos remotos, é comum o primeiro nome ser atribuído ao recém-nascido pelos pais ou padrinho. O filho mais velho recebe o nome do avô paterno, enquanto a filha mais nova, recebe o nome da avó materna; os mais novos recebem, respectivamente, o nome do avô materno e da avó paterna, outras práticas também apontadas em estudos são a atribuição do nome dos pais aos filhos ou ainda os padrinhos atribuem seus próprios nomes aos afilhados (ZONABEND, 1980).

Essa prática de nomeação estabelece uma relação de bilateralidade dos sistemas de parentesco. Os antropônimos demarcam a linhagem familiar e, é a partir deles que há a possibilidade de entender quem são os avós, os pais e os netos. O primogênito, aquele que recebe o nome do avô paterno, terá a posse das terras da família, portanto, o nome retoma a bilateralidade, a paternidade e a ligação do solo, “o nome de família classifica e significa, assimila, mas não distingue” (ZONABEND, 1980. p. 13, tradução nossa).²⁹

Zonabend (1980. p.13) também mostra que a utilização dessa maneira de atribuição de nomes pode estar associada aos bens materiais ou simbólicos que o nome pode evocar à nova geração. Essa prática, em tempos modernos, consoante à autora, limita-se apenas ao segundo prenome do indivíduo, fato esse que será estudo aqui. Atribuir nomes com homenagem aos familiares é uma prática recorrente na escolha do segundo prenome, enquanto o primeiro é escolhido por diferentes motivos, o que, segundo a autora, torna os antropônimos indicadores de fenômenos sociais.

Considerando os sistemas antroponímicos mais recentes, não faltam pesquisas em outros países sobre como a atribuição de nomes demarca identidade e cultura. Rossi (1965) analisa a nomeação de crianças a partir da homenagem aos parentes em famílias de classe média. Para tanto, foram entrevistadas 347 mães, entre 20 e 60 anos, escolhidas aleatoriamente em três bairros de classe média, na cidade de Chicago. Segundo a autora, diferentes são as probabilidades de um filho ser nomeado, sua premissa maior foi analisar que a prática de atribuir nomes que remetem à família não está ligada, necessariamente, à questão de continuidade da linhagem familiar, mas sim que tal prática é utilizada por uma questão de tradição (ROSSI, 1965). Os dados da pesquisadora mostram que 90% das mães que têm bom envolvimento com parentes atribuíram, ao menos em um dos filhos, nomes de parentes, enquanto, entre aquelas que não tem relação estreita com parentes, apenas 45% nomearam com tal motivação. Das crianças nomeadas com algum nome da linhagem familiar, 50% têm relação próxima com o parente, enquanto 26% das crianças nomeadas não tem relação com o familiar homenageado.

Por considerar a relação mais estreita entre filhos e pais, netos e avós, e, considerando que a prática de atribuir nomes dos avós é algo utilizado em muitas comunidades, Rossi (1965) constatou que, dos 173 avós homenageados, 55 residem

²⁹ ce prénom familial classe et signifie, il assimile mais ne singularise pas.

na cidade do neto, destes, 31 mantêm relações estreitas com ao menos um neto. No que se refere à compreensão desse fenômeno, a autora aponta dois aspectos que tornam essa atribuição uma questão de tradição familiar: o neto ter nascido em outra localidade, distante dos avós e, outro fator, que os pais têm mais intimidade com a filha casada do que o filho casado. Algumas mães entrevistadas cujos filhos foram nomeados com o nome do avô paterno dizem possuir constante relação com seus pais, outra mãe comenta que o sogro raramente a vê porque possui relações afetivas mais próximas com suas outras filhas.

Nesse enfoque, dar nomes de algum familiar aos filhos revela diferentes características sociais da comunidade. É nesse viés que se faz a análise aqui proposta: compreender quais são os fatores sociais e culturais que subjazem essa prática de nomeação no município de Marechal Cândido Rondon.

Portanto, atribuir nomes que estão no núcleo familiar, a homonímia, faz parte de muitas comunidades, muito mais do que uma homenagem, é uma forma de afirmar a identidade de um grupo.

Nadalin (2014), com base na reconstituição de famílias, metodologia nos estudos da demografia histórica, descreve muitas mudanças ocorridas no âmbito familiar, durante o processo de colonização e adaptação à terra de chegada dos imigrantes alemães no estado do Paraná, sobretudo na área metropolitana de Curitiba em 1890. Ainda que a análise aqui seja relativa ao Oeste paranaense, vale-se ressaltar, ainda, que esse espaço do interior foi colonizado tardiamente em relação à metrópole e que os colonizadores de ambas as regiões são originados da mesma cultura e local: a predominância de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A diferença recai somente nas gerações. Enquanto muitos dos colonizadores do Leste paranaense são imigrantes nascidos na Alemanha ou da primeira geração de filhos nascidos no Brasil, no Oeste paranaense, o que se observa é que os colonizadores são a partir da segunda geração de descendentes.

As famílias imigrantes germânicas, no processo de migração e contato com a terra de chegada, juntamente com as mudanças sociais, também modificaram a estrutura familiar. Nadalin (2014) aponta como importante aspecto da cultura tradicional a religiosidade, a importância do casamento, a subserviência da mulher ao marido, a importância de ter muitos filhos para o auxílio na agricultura, o que evidenciava atitudes conservadoras. No que diz respeito ao novo núcleo familiar, estudos apontaram que as diferentes gerações dos descendentes obtiveram cada vez

menos filhos, isto é, a taxa de fecundidade em um *coorte* de três gerações (1866-1894, 1895-1919 e 1920-1939) foi da média de oito filhos para dois filhos por casal. Nadalin (2014) considera que tal fenômeno de densidade demográfica não é algo particular somente dessa comunidade, e sim foi um fenômeno ocorrido em diferentes sociedades, caminho trilhado para a modernidade.

A primeira explicação sobre a diminuição da fecundidade foi a queda da mortalidade, mas, principalmente, a dicotomia entre a estrutura familiar tradicional camponesa e pré-industrial para a família nuclear individualista (NADALIN, 2014, p. 43).

Essa evidência encontra-se nos estudos dos nomes próprios e organização familiar de Smith (2014). Em uma análise diacrônica, foram analisadas as mudanças na prática de nomeação e de que forma tais alterações são reflexo da modernidade no núcleo familiar. A pesquisa mostra que, no século XVII, muitos nomes de crianças foram atribuídos devido à manutenção de culturas dos imigrantes, vindos da Grã-Bretanha para os Estados Unidos: nomes religiosos ou ligados aos nomes de antepassados. Já em meados do século XIX, os padrões de nomeação começam a transparecer um estilo de família moderna: um novo olhar para os nomes de parentes homenageados – aqueles mais importantes, e a ênfase na individualidade da criança, ou seja, a não atribuição de nomes de família pode sugerir tornar a criança um indivíduo distinto daqueles familiares (SMITH, 2014). Desse modo, Main (1996) também observa, em comunidades denominadas como a Nova Inglaterra, durante o século XVII e XVIII, nos Estados Unidos, mudanças na norma antroponímica devido às transformações sociais. Antes de 1750, o número de crianças era relativamente maior do que a quantidade de nomes disponíveis. O contrário começa a surgir em meados do século XVIII, quando nomes bíblicos ou de um grupo de parentesco caem no abandono, aumentam antropônimos retirados de clássicos literários, criações eufônicas, ou pelo nome apresentar um poder “mágico” (MAIN, 1996, p. 23).

7.2 NOMEAÇÃO RONDONENSE

Os dados analisados nesta pesquisa evidenciam que o ato de atribuir nomes para homenagear familiares é uma prática recorrente nas narrativas dos entrevistados. A fim de esclarecer o objetivo proposto nesta seção, os dados relativos

à frequência e ao uso da motivação homenagem à família³⁰ foram separados em tabelas. Cumpre informar que o percentual apontado nos gráficos diz respeito a todas as possibilidades de homenagem familiar. Após a explicitação dos valores e percentuais, far-se-á análise mais aprofundada sobre o uso dessa motivação no município.

As tabelas ilustram os dados, o percentual obtido em n1 e n2 feminino e, posteriormente, n1 e n2 masculino, da homenagem à família nas décadas de análise.

Tabela 15 – Frequência de uso da motivação homenagem à família, por década, em n1 e n2 feminino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	17,6%	29,4%
1950	11,8%	5,9%
1960	0%	11,8%
1970	17,6%	29,4%
1980	5,9%	17,6%
1990	5,6%	11,1%
2000	0%	16,7%
2010	14,3%	0%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Tabela 16 – Frequência de uso da motivação homenagem à família, por década, em n1 e n2 masculino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	35,3%	35,3%
1950	15,8%	53,3%
1960	11,8%	27,8%
1970	22,2%	35,3%
1980	21,1%	27,8%
1990	16,7%	17,6%
2000	27,8%	17,6%
2010	14,3%	14,3%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Considerações devem ser feitas a partir dos dados mensurados. Comparando a frequência do uso da motivação entre os antropônimos masculinos e femininos, é observado um comportamento distinto entre a escolha de prenomes femininos e

³⁰ Os gráficos gerados na análise quantitativa, com os percentuais das motivações, encontram-se no apêndice desta tese.

masculinos no eixo cronológico e, para a análise, será realizado o recorte de dois intervalos de tempo: o primeiro período está entre 1930/1940 até 1980 e o segundo é de 1980 até 2010.

O primeiro intervalo a ser considerado contempla as cinco primeiras décadas: 1930/1940, 1950, 1960 e 1970. As entrevistas dessas épocas são de portadores de nomes justapostos, que vieram para o município de Marechal Cândido Rondon no período de colonização e que fazem parte da população rondonense a partir de 1950 e 1960. Desses colonizadores, muitos tiveram filhos a partir das décadas de 1960 e 1970 e também são cidadãos nascidos na terra recém colonizada, ou seja, fazem parte de duas gerações. Nesse primeiro intervalo de tempo, o que se observa, primeiramente, é uma distinção entre a prática de nomeação como herança familiar, tanto entre n1 e n2 quanto em gênero: feminino e masculino.

Nesse período, para os antropônimos femininos, a utilização de nomes cuja motivação é homenagem à família ocorre em maior frequência em n2 do que n1. Outro ponto a ser destacado é que, em 1960, enquanto a ocorrência decaiu em n1 (11,8% para 0%), em n2, há um aumento em relação à década anterior (5,9% para 11,8%). O aumento de percentual ocorre ainda mais em ambos os prenomes, em 1970: tanto em n1 quanto n2, voltam ao percentual da primeira década em análise, 1930/1940 (17,6%, para n1, e 29,4%, para n2).

Em relação aos antropônimos masculinos, há divergências em n1 e n2. Para o primeiro prenome, observa-se que a frequência de uso da motivação decaiu nas três primeiras décadas, iniciando com 35,3%, em 1930/1940, até 22,2%, em 1960, com 11,8%. Entre 1960 e 1970, o percentual é ampliado para 22,2%, porém, ainda é um percentual menor se comparado com a primeira década. Em n2, a frequência de uso da motivação é maior do que n1, ou seja, atribuir nomes de avós, pais e tios é uma prática mais recorrente ao segundo prenome masculino. Também em n1, 1960 há uma baixa de percentual, de 53,3%, totalizou para essa década 27,8%. Ao contrário da década posterior, em que n1 teve uma frequência um pouco maior: de 17,8% para 35,3%.

No segundo período de análise, considerando as quatro últimas décadas: 1980, 1990, 2000 e 2010, encontram-se, principalmente, as narrativas dos filhos dos colonizadores que tiveram seus próprios filhos no município, como também o relato deles ao explicar o próprio nome. Dessa maneira, contemplam-se a segunda e terceira gerações após o período de colonização.

Nos nomes próprios femininos, observa-se que, a partir da década de 1980, as ocorrências da motivação decaem. Entre 1970 e 1980, em n1, houve um decréscimo de 11,7% (de 17,6% para 5,9%) das ocorrências; na década de 1990, intensificou-se o desuso e, em 2000, a motivação homenagem à família não obteve nenhuma ocorrência. Apenas em 2010, foi novamente mencionada (14,3%). Em n2, a frequência de uso também decaiu, entre 1980 e 1990, entretanto, em 2000, enquanto n1 não teve ocorrências, n2 totalizou 16,7%. Em 2010, n2 não obteve nenhuma menção à motivação.

Para os antropônimos masculinos, entre 1980 e 1990, tanto n1 quanto n2 foram mencionados em menores ocorrências. Em 2000, n1 tem um acréscimo de 11,1% (entre 1990 e 2000), enquanto n2 permanece o percentual da década anterior (17,6%). Por fim, a década de 2010 é marcada por uma diminuição da frequência, o mesmo percentual é apontado para ambos os prenomes: 14,3%.

Comparando os nomes femininos e masculinos, notam-se três comportamentos que merecem destaque. O primeiro ponto a ser notado é que atribuir nomes em homenagem à família é mais recorrente para os antropônimos masculinos, tanto n1 quanto n2. Enquanto o maior índice para os prenomes femininos foi em n2, nas décadas de 1930/1940 e 1970, com 29,4%, os antropônimos masculinos somaram, em n2, na década de 1950, mais da metade das menções da década (53,3%). Enquanto a menção à homenagem obteve nenhuma ocorrência em três décadas em nomes femininos (n1, em 1960 e 2000; n2, em 2010), o menor percentual que chegou nos nomes masculinos foi de 11,8%, em n1.

O segundo ponto de destaque para os dois gêneros é que os maiores percentuais de ocorrência da motivação se encontram no primeiro período de análise, de 1930/1940 até 1970: n1 feminino foi de 17,6% para 0%, enquanto n2 iniciou com 29,4% e foi para 5,9%; para os nomes masculinos, n1 iniciou com 35,3% e obteve até 11,8%, enquanto n2 chegou até 53,3%, e reduziu até 27,8%. Já no segundo período, n1 feminino variou de 14,3% para 0% e n2 de 17,6% para 0%. Os antropônimos masculinos também diminuíram: n1 ficou entre 27,8% e 14,3%, enquanto n2 iniciou com 27,8% e foi até 14,3%.

O terceiro e último ponto refere-se à análise sincrônica das décadas. Tanto nos prenomes femininos quanto nos masculinos, a década de 1970 obteve maiores ocorrências. Outra década é 2000, exceto n1 feminino, os outros prenomes também tiveram maior ocorrência do que nas décadas anteriores (1980 e 1990).

É a partir desses pontos e da reflexão sobre a atribuição de nomes revelar um patrimônio familiar que se apresentam, aqui, alguns questionamentos que são analisados nas seções posteriores.

Considerando pesquisas de diferentes áreas, atribuir nomes do mesmo estoque familiar é mais recorrente para os homens, portanto, qual seria a diferença da herança familiar do nome para homens e mulheres? A partir de 1980, a motivação começou a ser menos utilizada, atribuir nomes que são dos avôs, pais, tios e tias cai em desuso, a individualização estaria atrelada a essa diminuição? Nas próximas seções, cada questionamento será analisado a fim de que possa compreender o uso da motivação homenagem à família no município rondonense.

7.3 VÍNCULOS FAMILIARES E TRADIÇÃO NA PRÁTICA DE NOMEAÇÃO

O ato de nomear filhos com nomes dos ancestrais foi uma prática recorrente no passado em diversas comunidades. Não obstante, os dados mostram que tal prática se evidencia, ainda hoje, no município de Marechal Cândido Rondon. Portanto, nesta seção, será analisada em que medida essa prática de nomeação revela a tradição cultural da comunidade, bem como em que medida isso se evidencia nos prenomes femininos e masculinos.

Na seção anterior, foi explicitado que a prática de atribuição de nomes religiosos ocorria, sobremaneira, devido aos valores tradicionais religiosos das comunidades italiana e germânica, no período de colonização, valores já consolidados muitos antes por essas comunidades étnicas. A forte influência do clero determinava, usualmente, que nomes religiosos seriam atribuídos às crianças, devido à devoção, proteção de santos ou até mesmo por imposição. Sem dúvida, a cultura dos povos que migraram para a região Oeste do Paraná – terra de chegada – seria perpassada para a nova terra – de partida. Assim como a forte crença religiosa, os vínculos familiares, as crenças e os valores culturais vieram com esses povos, o sistema antroponímico também traria marcas culturais. Essas marcas, como já elucidadas, apontam para o sistema familiar tradicional, com forte apego religioso e laço estreito familiar.

Esses estudos reforçam a análise desta pesquisa. Os dados estatísticos apontados anteriormente mostram o significativo uso da homenagem à família em:

- a) No primeiro *coorte* (1930/1940, 1950, 1960 e 1970), para homens e mulheres;
- b) Predomínio de um estoque de nomes, para n1 e n2 masculino;
- c) Maior frequência de homenagem à família, para n2 feminino do que n1 feminino.

Portanto, atribuir nomes de um estoque de prenomes para os meninos constitui marca de identificação cultural do município rondonense.

7.4 A PRÁTICA DE TRANSMISSÃO DE NOMES MASCULINOS E FEMININOS

A análise dos dados permitiu observar que a prática de atribuição de nomes está relacionada às crenças culturais da comunidade que os utiliza. Em diferentes sociedades, o nome é um símbolo de pertencimento a um determinado grupo familiar, a homonímia é utilizada na nomeação tanto de meninos quanto de meninas, nomes que remetem a avós, avôs, pai, mãe, tia, tio. No entanto, a análise quantitativa demonstra que a frequência ocorre mais para os homens do que para as mulheres, resultado que está relacionado com a cultura e a organização do núcleo familiar. Portanto, os antropônimos masculinos ou femininos dentro de um contexto familiar marcam uma primeira identificação do indivíduo nesse grupo (LIMA, 2007). Os dados evidenciaram a diferença de frequência na atribuição da homenagem à família entre os gêneros porque, culturalmente, o homem é o responsável por perpassar o nome da família.

A tabela 17 exemplifica dez entrevistas retiradas do banco de dados, cuja motivação homenagem à família foi mencionada para o primeiro prenome (n1), para o segundo prenome (n2), ou ambos os prenomes (n1 e n2) masculino. Ressalta-se que essa quantidade não representa o valor absoluto de entrevistas, apenas um recorte do *corpus* na motivação familiar, para que seja realizada análise.

Tabela 17 – Entrevistas cuja menção é a motivação homenagem à família, para os homens

Década de nascimento	Idade	Nome	Entrevista
1940	71	João de Deus	<i>Olha, pelo que eu saiba é porque meus avós maternos e paternos, um paterno é João de Deus de Siqueira e o materno é João Cardoso</i>

			<i>e isso influenciou o meu nome, daí meu bisavô paterno também é João.</i>
1940	65	Deuclides Maria	<i>Esse nome foi influenciado por causa de um primo nosso que é afilhado do meu pai e ele era muito querido, dedicado, vinha muito nos visitar, então meu pai escolheu o nome do filho por causa dele.</i>
1940	66	Luiz Sadi	<i>O primeiro nome Luiz porque o pai da minha mãe era Luiz.</i>
1940	71	Paulo Felipe	<i>Meu pai se chama Felipe Foster Junior, e meu pai gostou muito disso e queria continuar com esse nome, aí ele me deu o nome de Paulo Felipe. O Paulo era o nome do irmão do meu pai que morreu precocemente”.</i>
1950	64	Ivo Ricardo	<i>O Ricardo é o segundo nome do meu pai.</i>
1950	57	Eduardo Olímpio	<i>Olímpio é dos meus avós e Eduardo é que meu avô tinha um filho que faleceu pequenininho, ele gostava muito desse nome e pediu pra meu pai colocar esse nome pro neto dele.</i>
1970	35	Luís Carlos	<i>O nome do meu pai é Luís Valdemar, né, como ele queria dar o nome dele pro filho, daí ele deu Luís Carlos pra não ser igual ao do pai né. Ele queria fazer uma homenagem colocando o nome dele para o filho, embora ele não tenha o significado do nome. O meu tio, por exemplo, é Antônio Carlos, né, e aí muitas pessoas da localidade que eu nasci por exemplo, era José Carlos, Antônio Carlos ou só Carlos. Então Carlos era um nome que sempre estava em voga.</i>
1990	16	Luiz Felipe	<i>Na realidade, foi a mãe dele que escolheu, não foi uma vontade minha ou iniciativa minha pelo Luiz, mas a mãe dele quis fazer uma homenagem a mim, então ela colocou Luiz.</i>
2000	6	Luís Fernando	<i>Eu quis fazer, também, uma homenagem com o meu nome pra ele, mas aí eu mudei o segundo nome. O Fernando eu fiz uma pesquisa do significado do nome, aí eu aproveitei e também pesquisei o significado do meu nome e do meu pai né. Então o Luís quer dizer guerreiro. O meu pai quer dizer que é um guerreiro governador, o meu e guerreiro fazendeiro e meu filho é guerreiro famoso. Então Fernando quer dizer fama, famoso.</i>
2010	Em gestação	Matheus Antônio	<i>Matheus Antônio porque vamos pegar o nome dos avós, o primeiro é paterno e o segundo materno.</i>

Fonte: Elaboração da autora (2020)

As entrevistas demonstram que alguns informantes foram mais sucintos em suas explicações, outros nem tanto, porém, todas revelam, de fato, o porquê da

escolha do nome. A primeira entrevista que se analisa é a de *Paulo Felipe* (71), nascido na década de 1940. Na entrevista, ele aponta que seu nome foi atribuído porque o nome de seu pai também é *Felipe* e “ele gostou muito disso”, compreendendo a vontade do pai em nomear o filho com o mesmo nome que o seu. A riqueza das informações das entrevistas semiestruturadas leva à análise do último nome atribuído ao pai de *Paulo Felipe, Júnior*, isto é, o nome do pai do entrevistado (avô paterno) também é *Felipe*. Nessa direção, observa-se que, para a década de 1930/1940, a nomeação do segundo prenome, (n2) de *Paulo Felipe*, segue o antropônimo do pai e do avô. Não obstante, a escolha de seu n1, *Paulo*, foi uma homenagem ao irmão do pai, no caso o tio, que morrerá precocemente, evidenciando uma relação estreita afetiva entre o nomeado, o nomeador e o nome de referência, portanto, “trata-se de homenagear parentes mais velhos, inclusive já falecidos; não se trata de homenagear indivíduos, mas, na realidade, afirmar a identidade com o grupo” (WOORTMANN, 1995, p. 2010).

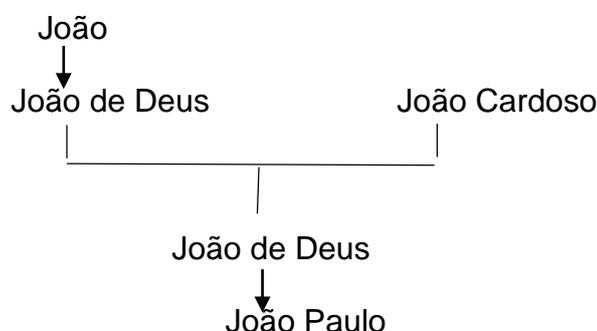
A referência à morte precoce de entes queridos também é mencionada na entrevista de *Eduardo Olímpio* (57), nascido na década de 1950, uma vez que o n2, *Olímpio*, foi escolhido porque o avô dele, além de gostar do nome, teve um filho falecido ainda pequeno, e esse nome faria referência, então, ao tio do nascido. O primeiro prenome (n1) também foi escolhido por homenagem aos avós (explicado de forma genérica pelo entrevistado), mostrando, assim, que ambos os prenomes fazem referência à homonímia de nomes familiares.

As entrevistas apontam a nomeação tipicamente conhecida em outras comunidades: a preferência de atribuir nomes dos avós paternos e do próprio pai ao filho, consoante aos resultados da pesquisa de Woortmann (1995), os homens são os principais responsáveis pela tradição, pois nome é tradição, fato também confirmado na pesquisa de Scarpim (2010). Nessa direção, o nome *João de Deus* (71), nascido em 1940, mostra que a escolha do nome *João* foi porque tanto o avô paterno quanto o materno também se chamam *João*. Na entrevista, *João de Deus* relembra que seu bisavô paterno também se chamava *João*. Vê-se, até aqui, que o antropônimo *João* perpassou três gerações: bisavô, avô e a geração do entrevistado.

Analisando a linhagem da família de *João de Deus* a partir das entrevistas concebidas por ele, sua esposa e sua filha, compreendem-se as marcas culturais encontradas em outras comunidades. Do casamento dele com Maria Ivone, duas meninas nasceram: *Marlene Teresinha* e *Marli Teresinha*, ambas nascidas na década

de 1960 (já mencionadas no capítulo anterior). A filha mais velha, *Marlene Teresinha*, também foi entrevistada sobre a escolha do nome de seus três filhos. O primogênito, nomeado como *João Paulo*, nascido na década de 1980, tem esse nome: “João Paulo em homenagem ao avô paterno, que é João, e o Paulo em homenagem ao tio paterno”. Nota-se, portanto, que as atribuições do n1, de Paulo Felipe (1940), e do n2, de João Paulo (1980), fazem menção ao tio paterno, o neto de *João de Deus* também se chama *João*, evidenciando a quarta geração da família com o prenome.

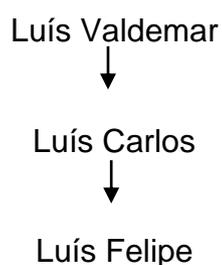
Figura 11 – Transmissão de nomes masculinos ao longo de quatro gerações de homens



Fonte: Elaboração da autora (2020)

Na entrevista de *Luís Carlos* (35), nascido na década de 1970, a escolha do primeiro prenome dele foi em homenagem ao pai *Luís Valdemar*, provavelmente, nascido entre as décadas de 1930 e 1940. A narrativa mostra que a escolha foi por parte do pai “ele queria dar o nome dele pro filho”. *Luís Carlos* nomeou o filho *Luís Felipe* (06) “eu quis fazer, também, uma homenagem com o meu nome pra ele”.

Figura 2 – Transmissão de nomes masculinos ao longo de três gerações de homens



Fonte: Elaboração da autora (2020)

Também se verifica que a escolha do nome de *Luís Felipe* (16) foi realizada pela mãe, que queria homenagear o marido: “foi a mãe dele que escolheu, não foi vontade minha ou iniciativa minha pelo Luis”. Nesse sentido, o que se evidencia é a predominância dos nomes da linhagem do pai, no caso de Luís Carlos, que recebe esse nome e nomeou o filho como Luís Felipe para homenagear a si mesmo e ao pai, como também a entrevista de Luíz Carlos, que teve o nome dado ao filho porque a esposa quis fazer uma homenagem ao marido. Ou seja, não há bilateralidade na escolha dos nomes, meninos foram nomeados a partir dos nomes da linhagem paterna.

As entrevistas anteriores apontam para a preferência de atribuir, aos meninos, nomes referentes à família do pai, incluindo a escolha da mãe em atribuir um nome do pai, e não da família da mãe. A atribuição do nome *Matheus Antônio* (ainda não nascido) evidencia a preferência na escolha do n1 e n2 com homenagem aos dois avôs, sendo escolhido para designar o primeiro prenome, o avô paterno. O costume e a tradição, na maioria dos casos, prevaleciam, ou seja, a herança familiar é perpassada através da figura masculina, assim como o nome também o é. Nessa direção, “o desejo de manter essa herança cultural está carregado de intencionalidade. A repetição de nomes próprios dos antepassados também evoca uma memória que se quer preservar” (SCARPIM, 2010. p. 124). Essa memória remete aos entes já falecidos, aos avôs que colonizaram o município de Marechal Cândido Rondon ou aos próprios pais, sendo de vontade do patriarca ou não.

No entanto, essas formas de denominação, ainda que sejam consideradas um padrão, não são fixas entre os casos de ocorrência. O nome Ivo Ricardo (64) evidencia que apenas o segundo nome faz referência ao avô paterno; Deuclides Maria (65) foi nomeado porque é um primo de seu pai; Luiz Sadi (71) foi nomeado em homenagem ao avô materno; também Paulo Felipe e João Paulo tiveram um nos nomes atribuídos em homenagem aos tios paternos.

A análise dos dados permitiu observar que não há regras rígidas em relação a essa prática, no entanto, há convenções que permitem afirmar o porquê da escolha dos nomes de descendentes a partir da cultura e identidade local:

Quando os nomes e sobrenomes de outrora continuam a ser símbolos de identificação importantes no presente e aqueles que os usam levam a cabo esforços conscientes para que eles continuem a ser elementos de união para as gerações seguintes, o passar do tempo torna-se um

elemento prestigiante e legitimador do seu estatuto social (LIMA, 2007, p. 44).

A fala de *Luís Carlos* (35) exemplifica o fato de nomes e sobrenomes serem símbolos de herança familiar, em que há a preocupação em passar ao filho nascido da década de 2000 o nome que seus antepassados tinham. Na entrevista, *Luís Carlos* complementa: “eu acredito que o nome tem um poder, embora aqui onde nós vivemos as pessoas acham que o sobrenome tem poder. Eu vejo por outra perspectiva”. A fala faz remissão ao que é visto em contextos lusófonos, em que o prenome “tem mais poder” do que o sobrenome, isso porque eles individualizam as pessoas que o usam, enquanto o sobrenome o insere em um grupo familiar (PINA CABRAL; VIEGAS, 2007, p. 22-23).

Desse modo, como os dados estatísticos apontam, a herança familiar, perpassada pela escolha dos nomes próprios, também é evidenciada na prática de nomeação feminina. Os dados apontam para uma frequência de uso inferior em relação aos nomes masculinos e as entrevistas mostram aspectos distintos dentro da motivação. A Tabela 18 contempla 10 entrevistas, escolhidas no banco de dados dos antropônimos femininos. Ressalta-se, também, aqui, que tais entrevistas não correspondem à quantidade de narrações cuja menção é a homenagem à família:

Tabela 18 – Entrevistas cuja menção é a motivação homenagem à família, para as mulheres

Década de nascimento	Idade	Nome	Entrevista
1930/1940	75	Regina Adelaide	<i>Segundo meus pais, é porque o vô e a vô por parte de pai queriam homenagear os avós, né, daí colocaram o nome da vô paterna e da vô materna, Regina é a vô paterna e Adelaide é a vô materna.</i>
1930/1940	82	Blondini Lili	<i>Eu que era a primeira neta, ela queria que minha mãe colocasse este nome, minha vô tinha uma parente que ela gostava muito e tinha esse nome de Blondine, minha mãe tinha uma prima que ela gostava e que se chamava Lili, aí ela colocou esse nome.</i>
1960	50	Leila Noeli	<i>A minha mãe adorava o nome de Leila, ela tinha um cartãozinho de uma menina de primeira comunhão, e o segundo nome é o meu, sou Noeli Maria.</i>
1970	42	Maria Aparecida	<i>Meu pai colocou esse nome por causa da irmã dele, Maria Aparecida é o nome da irmã dele.</i>

1970	40	Sandra Maria	<i>Maria porque eu sou Maria, então todas as filhas ficaram Maria.</i>
1970	39	Angela Maria	<i>Porque o nome da minha vó é Ângela Maria, daí a minha mãe colocou o mesmo nome da mãe dela.</i>
1980	30	Fabiana Elma	<i>O primeiro nome é atriz de novela e o segundo nome é o nome da minha sogra.</i>
1980	33	Carla Fabíola	<i>O Fabíola por causa que tinha a irmã mais nova dele (do marido), ela era freira e se chamava Lúcia, mas quando ela virou freira eles trocam o nome, e aí ela se chamou Fabíola.</i>
2000	5	Bianca Rafaela	<i>Rafaela por uma homenagem ao pai, que é Rafael”.</i>
2000	8	Isadora Roberta	<i>Roberta por causa do pai, ele é Roberto.</i>

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Regina Adelaide (75), nascida na década de 1940, diz, em sua entrevista: “[...] na minha família, os nomes geralmente eram dados pelos antecedentes, de vô para o pai, tio [...] uma homenagem à família”. Essa fala da moradora de Marechal Cândido Rondon, nascida no Rio Grande do Sul e vinda para o município no período de colonização, mostra que a prática de nomeação era recorrente na família dela, o nome foi atribuído para homenagear as duas avós, a paterna e a materna, o primeiro prenome Regina faz referência à linhagem do pai, enquanto o segundo prenome à linhagem da mãe. *Ângela Maria* (39), nascida na década de 1970, também recebeu nomeação semelhante, foram atribuídos os dois prenomes em referência à avó materna, enquanto *Fabiana Elma* (30), nascida na década de 1980, recebeu o nome da avó materna apenas na escolha do segundo prenome.

Outra referência aos nomes que dispunham da família do pai, culturalmente, o patriarca, é a nomeação de *Bianca Rafaela* (5) e *Isadora Roberta* (8), ambos os segundos prenomes foram atribuídos por serem o feminino do nome do pai: *Rafaela*, porque o nome do pai é *Rafael*, e *Roberta*, pois o pai é *Roberto*.

Há também referências às tias paternas, n1 e n2 de *Maria Aparecida* (42), nascida em 1970, teve essa escolha; também o segundo prenome de *Carla Fabíola* (33), nascida em 1980. Nesse caso, *Fabíola* foi atribuído em homenagem ao nome religioso que a tia paterna recebeu após tornar-se freira. *Blondini Lili* (82) foi assim

nomeada em homenagem a uma parente de sua avó, e o segundo prenome é em homenagem a uma prima da mãe.

Homenagem à mãe encontra-se nos nomes de *Leila Noeli* (50) e *Sandra Maria* (40), o n2 de ambas foi escolhido como referência à mãe.

Para a família de *Sandra Maria*, faz-se necessária uma análise mais aprofundada sobre a entrevista de sua mãe, *Terezinha Maria* (68), nascida na década de 1940. Ao comentar sobre a escolha do nome de suas filhas, na ordem de nascença: *Maria Aparecida* (43), *Sandra Maria* (40) e *Rosimeri Maria* (36), foi comentado que tais nomes foram atribuídos devido ao nome dela, ou seja, uma homenagem à mãe. No entanto, ao analisar o relato sobre a escolha do próprio nome, *Terezinha Maria* menciona que “Maria é o nome da minha mãe”, ou seja, as filhas também têm o nome da avó materna. É interessante observar que tal informação não é enfatizada pela *Terezinha Maria*, quando comenta a escolha dos nomes. Não obstante, sobre a mesma família, ainda que aqui seja análise de nomes femininos, analisa-se o nome de seu segundo filho, *Analdo Antônio* (41): “o pai dele também é Antônio e o vô paterno também é Antônio”. Fica claro, a partir da análise da linhagem familiar, que os nomes atribuídos às meninas fazem referência à linhagem da mãe e, do filho menino, à linhagem do pai.

Figura 3 – Transmissão de nomes masculinos e femininos ao longo de três gerações em uma mesma família



Fonte: Elaboração da autora (2020)

Na família de *Terezinha Maria*, portanto, a prática de atribuir nomes em referência à família se evidencia apenas na nomeação do segundo prenome (n2), tanto para as filhas quanto para o filho.

Os nomes atribuídos às meninas, cuja motivação homenagem à família foi mencionada, fazem menção às avós paternas e maternas, tanto na atribuição de n1 quanto n2. No entanto, na atribuição de antropônimos femininos, além da menção às avós das duas linhagens parentais, há a menção às tias paternas, às primas maternas e a outros parentes.

A comunidade italiana de Campo Largo apresenta semelhanças na prática de nomeação aqui analisada. As meninas tiveram nomes tanto referentes às tias paternas quanto maternas, os números se sobressaíram, inclusive, à menção aos avós paternos e maternos. Sobre outros parentes, Scarpim (2010) explicita que, em todos os *coortes*, exceto um, há frequência foi mais elevada para as meninas. Enquanto a média para os antropônimos femininos foi de 6,8%, para os meninos, foi de 6,4%.

As análises das entrevistas evidenciam maior variedade em homenagear diferentes parentes na prática de nomeação das mulheres do que para homens. Enquanto, para as mulheres, houve menções às avós paternas e maternas, à mãe, ao pai, às tias, às primas e a outros parentes, para os homens, a homenagem ficou mais restrita ao pai, ao avô paterno ou aos tios paternos. Outro ponto a ser destacado é a questão da bilateralidade/ unilateralidade parental: para as mulheres, as homenagens se estendem às duas linhagens parentais – bilateralidade, enquanto para os homens, nota-se que a prática caracteriza a unilateralidade.

Ao analisar os exemplos de atribuição em homenagem à família, para as meninas, há homenagem à avó materna, no exemplo de Regina Adelaide (75); há homenagem à mãe e à avó materna, no caso das irmãs Maria Aparecida (43), Sandra Maria (40) e Rosimeri Maria (36); há homenagem às tias paternas na atribuição de prenomes como Maria Aparecida (42) e Carla Fabíola (33); e homenagem ao pai na escolha dos n2 de Bianca Rafaela (5) e Isadora Roberta (8). Portanto, a bilateralidade está mais associada à escolha dos nomes de meninas do que para os meninos.

7.5 DESUSO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS E MUDANÇAS SOCIAIS

Esta seção analisa quais fatores podem ter influenciado na diminuição da atribuição de nomes com referência à família. Anteriormente, para a análise dos dados, a frequência da atribuição homenagem à família foi separada em dois cortes:

o primeiro, de 1930/1940 até 1970 e, o segundo, entre 1980 e 2010. Na primeira parte desta seção, foi analisado o primeiro corte, constatou-se que a frequência da motivação era muito mais elevada. No segundo período, o percentual começou a decair.

A partir de 1980, os prenomes femininos com homenagem à família obtiveram desuso acentuado. Enquanto, no primeiro corte, n1 atingiu até 17,6%, no segundo corte, a frequência maior ficou em 14,3%, em 2010; na década de 1980, totalizou 5,9%; em 1990, 5,6%; e, em 2000, não houve nenhuma ocorrência. Para n2, a maior frequência foi em 1980, com 17,6%; em 1990, com 11,1%; e, em 2000, totalizando 16,7%; na década de 2010, não houve nenhuma ocorrência.

Para os prenomes masculinos, houve diminuição da frequência das homenagens à família. Para n1, o auge de ocorrências, no segundo corte, foi em 2000, com 27,8%; e a menor década foi em 2010, com 14,3%. Para n2, o maior percentual foi em 1980, com 27,8%; enquanto, em 2010, totalizou 14,3%, a menor ocorrência de todas as décadas.

Com base nos números obtidos, parte-se para a compreensão de quais fatores podem contribuir para que uma determinada forma de nomeação tivesse diminuição acentuada de desuso.

A tradição cultural em atribuir nomes religiosos e com referência à linhagem parental foi reflexo de uma sociedade cujos valores eram conservadores e tradicionais. Os dados mostraram que tais valores foram significativos, principalmente, nas primeiras décadas (1930/1940 até 1970). Socialmente, foi um momento de consolidação de muitos imigrantes sulistas nas terras paranaenses, no Oeste do Paraná, essa vinda à terra de chegada ocorreu a partir de 1940. A companhia Maripá, com base em políticas de povoamento, deu preferência às comunidades italianas e germânicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para comprarem terras e habitar o local. Indubitavelmente, tais comunidades, que já tinham culturas camponesas consolidadas, trouxeram crenças e valores, transparecendo tais aspectos na organização social, na religiosidade e na norma antroponímica.

Nessa perspectiva, no caso das homonímias, com base nos dados analisados, observou-se que a homenagem à família, na antroponímia, é resultado de uma comunidade patriarcal, em que o estoque de nomes familiares ocorre em maior frequência para os homens do que para as mulheres, principalmente entre os anos 1930/1940 e 1970. Na seção anterior, observou-se que a motivação religiosa foi mais

atribuída para as mulheres, também nas primeiras décadas de análise, enquanto, a partir de 1980, tal motivação tradicional também caiu em desuso. Portanto, a atribuição de uma norma antroponímica pautada na tradição nos antropônimos de mulheres – nomes religiosos, e para os homens – as homenagens à família, revelam um aspecto da identidade cultural.

As mudanças ocorridas no processo de atribuição de nomes, apresentado, principalmente, a partir de 1980, evidenciadas nos gêneros e nas décadas de atribuição, são o resultado de um movimento de modernização apontado por Gerhards e Hackenbroch (2000). Para os autores, a troca de valores e as tradições familiares tiveram impacto social devido ao processo de modernização cultural, que torna os filhos independentes financeiramente dos pais. Esse foi um grande fator analisado em relação ao porquê da atribuição de nomes familiares: perpetuar o nome da família e continuar o trabalho do pai na agricultura, a vida do colono atrelada à terra, crenças e valores tradicionais. Com o advento da modernização, houve o êxodo rural e a transformação social. As famílias deixaram de ter a vida camponesa e começaram a adotar a vida urbana, isto é, os filhos, que antes trabalhariam na terra junto ao pai e continuariam a linhagem patriarcal, agora, poderiam exercer profissões distintas nas cidades.

Outro ponto a ser levantado é a dissolução de laços familiares, que se torna mais frequente, o que evidencia a possibilidade de desuso de nomes familiares. Tais fatores também foram levantados na seção sobre as motivações religiosas, em que a secularização foi o principal fator de dissolução das crenças religiosas e, junto a esse movimento, a atribuição de nomes religiosos caiu em desuso, e os antropônimos atribuídos por uma questão de estética começaram a ser amplamente utilizados. Isso mostra que as mudanças na norma antroponímica estão associadas. Aquilo que é tradicional nas famílias, transforma-se, e antroponímia revela novos valores da comunidade.

Gerhards e Hackenbroch (2000, p. 503, tradução nossa) apontam, entre os aspectos mencionados, do processo de modernização, além da secularização – discutida na seção anterior, a individualização: “esse é o processo pelo qual seres humanos específicos compartilham qualidades distintas com outros com menos e menos frequência”. O processo de modernização influenciou na dissolução de tradições familiares, evidenciadas na pesquisa de Scarpim (2010) e aqui, como as crenças religiosas (secularização) e as homenagens à família na antroponímia, com

símbolo de pertencimento familiar – a individualização dos membros da família –, não remetendo mais à prática de nomeação a nomes das famílias, mas aos gostos particulares.

As relações entre os membros de uma família sofreram mudanças, do nível social para o individual. Segundo os autores, indivíduos que não compartilham do mesmo nome na família produzem mudanças no nível social, e a dissolução de laços familiares torna-se muito mais evidente. Aqui, adota-se o conceito de individualização explicado por Gerhards e Hackenbroch (2000): o ser humano que adota qualidades particulares, que não compartilha características comuns entre os demais, está, portanto, associado ao processo de modernização.

Para atestar as mudanças apontadas por Gerhards e Hackenbroch (2000), verifica-se o censo do IBGE, da população urbana e rural de Marechal Cândido Rondon, nas décadas de 1960, 1980 e 2010:

Tabela 19 – População urbana e rural de Marechal Cândido Rondon, 1960 – 1980 e 2010

	População urbana	População rural	População total
1960	2.954	1.472	4.426
1980	20.376	4.570	24.946
2010	39.147	7.672	46.819

Fonte: Saatkamp (1985)

O município de Marechal Cândido Rondon obteve um aumento significativo na população. A população rural, conforme dados do IBGE, sempre foi menor do que a urbana, no entanto, entre as décadas de 1960, 1980 e 2010, o aumento da população urbana foi maior que o da rural. Ainda que, em 1960, a população urbana fosse mais do que o dobro da rural, observa-se que donos de terras, os colonos, muitas vezes, arrendavam propriedades para membros da família e exerciam funções no comércio, ou seja, uma nova configuração econômica familiar começou a surgir. Muitos pais e filhos, que antes trabalhavam no campo, começaram a ir para a cidade (SAATKAMP, 1985).

A vida na cidade, certamente, não é a vida do camponês. Os valores salientados por Scarpim (2010, p. 65), que consideravam a igreja e a família como valores tradicionais da família do colono, agora tomam rumos diferentes com a vida

urbana. A mulher adentra ao mercado de trabalho, bem como, o número de filhos entre as famílias torna-se reduzido, “os primeiros colonizadores reproduzem e (ou) modificam em função da nova realidade que se desenha” (SCARPIM, 2010, p. 100). Esse é o desenho que a comunidade de Marechal Cândido Rondon apresentou no momento de mudanças sociais. A organização familiar mudou, sofreu modificações, e a emancipação da família nuclear tornou-se algo da nova realidade.

As atividades econômicas rondonenses, na década de 1950, ocorriam, principalmente, através da agricultura familiar. A partir de 1965, iniciaram o uso de maquinário na agricultura, tanto para plantio quanto para a colheita. Em 1978/1979, o uso de mecanização tornou-se comum entre os agricultores. Ao mesmo tempo da prática agrícola, a suinocultura também aparece, tornando, em 1954, a principal fonte econômica da comunidade (SAATKAMP, 1985, p. 137).

O aproveitamento da matéria prima e o uso de maquinário, advindo da modernização, transformou o cenário social. Indústrias, como o Frigorífico Marechal Cândido Rondon S/A Indústria e Comércio, em 1963, são criadas, como também a Indústria de Óleos Vegetais S/A. Portanto, uma nova organização social foi formada.

As mudanças ocorreram tanto para o gênero feminino quanto para o masculino, e foram reflexo da transformação de uma sociedade tradicional para aquela que adotaria valores modernos, incluindo a descentralização dos pais em nomear o primogênito, menor controle dos pais no casamento, menor taxa de natalidade e transição da economia e um novo comportamento moderno familiar. Cumpre ressaltar que o impacto da modernização atingiu todas as sociedades rurais que se tornaram urbanas, que passaram de um modelo de cultura tradicional para um modelo mais moderno e acarretaram na transformação das práticas de nomeação, como demonstram as pesquisas de Gerhards e Hackenbroch (2000), Scarpim (2010) e Nadalin (2014).

7.6 PRENOMES QUE INDIVIDUALIZAM

Mudanças na norma antroponímica são um fenômeno recorrente em diferentes sociedades. Nesta seção, procura-se analisar quais são os modelos de atribuição de nomes que ganharam destaque nessas mudanças. Sabe-se que o processo de individualização foi um grande fator para que nomes familiares deixassem de ser

amplamente utilizados. O olhar deixa de ser social e, um nome ao filho, que antes era escolhido como estratégia de perpetuação simbólica da linhagem familiar, torna-se uma forma de o denominar de forma única na sociedade. Isso reflete na própria escolha dos pais em atribuir um nome próprio ao filho: de que forma ele será diferente da sociedade? Quais valores os novos nomes teriam? Ao tratar de motivação de nomes próprios de pessoas, essa visão do que o nome é e de que forma ele individualizaria a criança é algo da subjetividade daqueles que nomeiam, os pais, “a individualização é apenas o outro lado da moeda do processo que leva à mudança das tradições familiares”³¹ (GERHARDS; HACKENBROCH, 2000, p. 516, tradução nossa).

Assim como apontado por Main (1996), nomes atribuídos por influência literária ou porque o nome traria algo *mágico* ao filho também foram encontrados nesta pesquisa. Assim como os nomes atribuídos pela estética foram contrastados com os nomes religiosos, as atribuições livres podem ser uma resposta ao desuso da homenagem à família. Salienta-se, aqui, que tais mudanças na norma antroponímica, o uso e o desuso de uma motivação não se encontram isoladas em um determinado fenômeno social, todas as mudanças são contrastadas entre o tradicional e o moderno.

Ao retomar a categoria antroponímica denominada *atribuição livre*, observam-se diferentes motivações concernentes à escolha. A motivação de atribuição livre corresponde às diferentes formas que os pais nomearam os filhos. De acordo com Jiménez Segura (2014), pertencem a essa categoria nomes atribuídos que não têm relação com um antropônimo que faz referência a algum familiar, ou de ordem religiosa e nem de influência midiática. São exemplos dessa categoria antroponímica: nomes atribuídos por influência literária, política, homenagem a conhecidos e antropônimos atribuídos a partir da numerologia.

As narrações do porquê na atribuição do nome das entrevistas semiestruturadas puderam traçar algumas semelhanças nas práticas de nomeação que correspondem a esse modelo atributivo. A experiência vivida e a visão singular dos pais denotam um sentido singular ao nome, isto é, não é o significado que o antropônimo possui em si, mas os valores criados pelos pais para aquilo que o nome representa. Esses valores, portanto, são repassados ao filho quando nomeado.

³¹ Individualization is just the other side of the coin of the process which leads to the change of family traditions.

Onomatopancia é o que Guérios (1981, p.21) classifica como a superstição do que o nome exerce ou exercerá na pessoa. Atribuir um determinado nome ao filho é projetar determinados valores e qualidades do nome ao recém-nascido. Essas qualidades que são atribuídas ao nome são consequência das experiências de vida do nomeador e daquilo que ele acha bom ou mau, daquilo que considera como sendo o conjunto de qualidades que ele quer passar para a próxima geração através do nome escolhido. Ao transmitir pelo nome essas qualidades ao nomeado, ele o singulariza perante os demais como sendo uma pessoa com essas características.

Os seguintes relatos foram retirados do *corpus* para mostrar em que consiste a motivação em análise. Cumpre informar que a quantidade de relatos aqui escolhidos não constitui o valor absoluto de ocorrências, e os nomes, cuja motivação se refere, encontram-se destacados junto ao nome justaposto: (n1) e/ou (n2).

Tabela 20 – Relatos com motivação atribuição livre, em nomes masculinos e femininos

Década	Nome	Motivação	Relato
1930/1940	Friedrich Karl (n1) (n2)	Homenagem a político	<i>Na Alemanha, havia um imperador chamado Friedrich Karl e ele era muito bom, era um homem querido pelo povo e isso levou muitas pessoas a colocarem esse nome. Esse nome tem o significado de uma pessoa que você pode confiar.</i>
1950	Justina Marisela (n1)	Homenagem a conhecido	<i>Isso foi engraçado, sabe, muitos não acreditam em benzedeira. Antigamente, não tinha médicos que nem hoje e a gente corria pra benzedeira, ela era benzedeira e parteira, mas benzedeira do bem. Ela ajudou muito meus irmãos, e minha mãe sempre queria uma menina, e minha mãe fez uma promessa, se viesse uma menina ela colocaria o nome de Justina porque o nome dessa benzedeira era Justina.</i>
1950	Elita Maria (n1)	Homenagem a conhecido	<i>O nome Elita é por causa de uma menina que a mãe conheceu de um casal vizinho né, e minha mãe gostava muito daquela menina, e o nome dela era Elita, era uma gordinha, querida como só ela.</i>

1970	Jackson Wander (n1)	Causalidade	<i>Era pra ser Charles Domingos, mas no dia que ele nasceu, entro uma ferpa no olho do pai, e na hora começou as contrações fui pro Hospital, lá tinha um garotinho de 9 meses que se chamava Jackson e ele estava tão feliz, veio engatinhando pro meu lado, aí eu pensei que também tinha que colocar o nome de Jackson.</i>
1970	Jackson Régis (n1)	Homenagem a conhecido	<i>Foi ele (o marido) que escolheu, ele tinha um conhecido, que ele admirava muito, que tinha o nome de Jackson.</i>
1980	Pedro Henrique (n1) (n2)	Crenças individuais	<i>Pedro Henrique, foi feito a numerologia, foi escolhido cinco nomes antes de ele nascer e destes cinco nomes a numeróloga fez, a achou melhor esse daí, traz sorte.</i>
1990	Paulo César (n1) (n2)	Significado do nome	<i>É um nome forte, valente, que trabalha, tem presença e o César é uma continuação.</i>
2000	João Vitor (n2)	Significado do nome	<i>Queria um nome forte que tivesse personalidade, aí eu achei Vitor.</i>
2010	Isabeli Valentina (n2)	Significado do nome	<i>Valentina porque ela nasceu com problema, tomou injeção e não adiantou, estava fazendo mal par ao nenê, teve que trocar o sangue, quase morreu, aí coloquei Valentina.</i>
2010	Jaqueline Aline (n1) (n2)	Significado do nome	<i>Jaqueline é um nome calmo. Jaqueline me lembra calma, paciência e Aline me lembra mar, praia, água, aí ficou Jaqueline Aline.</i>

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Nessa direção, observa-se, nos relatos da Tabela 20 e em outros encontrados, o uso das homenagens a conhecidos, políticos, cientistas e escritores literários, circunstâncias de tempo e lugar de nascimento, originalidade, crenças individuais, causalidade no nascimento e significado do nome. Essas motivações apontam para a visão subjetiva dos pais, por exemplo, daquilo que significa o nome. Os nomes João Vitor (2000) e Jaqueline Aline (2010) explicitam muito bem que o significado do nome é aquilo que os pais conhecem sobre e acreditam que tal valor perpassará à personalidade da criança.

Do mesmo modo, ocorre nas homenagens a conhecidos, como Elita Maria (1950) e Jackson Régis (1970), em que se exalta a qualidade, a personalidade do conhecido e que tais características são projetadas ao filho, para que ele possa ter as mesmas características. A causalidade ocorrida na atribuição no nome Jackson Wander, também da década 1970, exemplifica se não fosse o advento da ida ao hospital, o filho ainda teria outro nome, e a escolha do antropônimo Jackson.

Em relação à frequência de uso da atribuição livre, as tabelas a seguir, sintetizam os usos para n1 e n2 feminino e masculino do *corpus*.

Tabela 21 – Frequência de uso da motivação atribuição livre, por década, em n1 e n2 feminino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	11,8%	11,8%
1950	29,4%	5,9%
1960	20%	17,6%
1970	11,8%	5,9%
1980	17,6%	41,2%
1990	22,2%	16,7%
2000	22,2%	11,1%
2010	42,9%	66,7%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Tabela 22 – Frequência de uso da motivação atribuição livre por década em n1 e n2 masculino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	17,6%	23,5%
1950	36,8%	13,3%
1960	17,6%	22,2%
1970	33,3%	23,5%
1980	15,8%	27,8%
1990	22,2%	17,6%
2000	33,3%	11,8%
2010	28,6%	14,3%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Os números evidenciam que o uso da atribuição livre ocorria já nas primeiras décadas de análise. Para os antropônimos femininos, a frequência tem destaque em 1980, em n2, e em 2010, para n1 e n2. Já entre os antropônimos masculinos, n1 tem maiores ocorrências em diferentes décadas, como em 1950, 1970 e a partir de 1990.

Para n_2 , os números diminuem após 1980, mas ainda continuam sendo atribuídos nomes com essa motivação.

8 GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ANTROPONÍMICA

A secularização e a individualização – movimentos que transformam a sociedade a partir da modernização – trouxeram mudanças significativas na nomeação pessoal: escolhas tradicionais, como nomes religiosos e familiares, utilizadas amplamente, na antroponímica rondonense, tiveram uma utilização mais acentuada entre as décadas de 1930/1940 a 1970 e, principalmente, a partir da década de 1980, outras motivações começaram a surgir, como a estética e homenagem a conhecidos. À medida que as escolhas que remetem a uma comunidade mais tradicional começam a ser menos utilizadas, escolhas aparentemente mais independentes das tradições passaram a surgir, como nomes atribuídos por um gosto estético – gosto particular dos pais a partir da grafia e som –, homenagem a conhecidos da família, e a personalidades da mídia – nomes atribuídos por serem vistos e ouvidos em rádios, músicas, novelas e filmes.

Lieberson (1984) destaca que a “independência” na escolha de um nome não é aleatória, mesmo que as motivações sejam consideradas inovadoras em um determinado período do tempo, o processo de nomeação não é independente das mudanças sociais. Na década de 1930/1940, por exemplo, não parecia viável escolher um nome ao filho a partir de uma telenovela, em um momento que não havia acesso a essas mídias. As *novas* escolhas antroponímicas, analisadas a partir de relatos dos informantes, denotam uma nova visão do nomeador na prática de atribuição antroponímica, distinta daquela analisada no processo de secularização e individualização. Enquanto os nomes religiosos e de homenagem à família retomam valores identitários e culturais tradicionais do culto ao religioso e linhagem patriarcal, os nomes atribuídos por uma motivação não tradicional mostram a interação entre a imagem que o nome tem para os pais e as expectativas e esperanças particulares que esses antropônimos podem atribuir ao filho (LIEBERSON, 1984, p. 77).

Essas mudanças ocorrem porque as concepções que os pais têm sobre o futuro de seus filhos modificam em um momento, em 1930/1940, por exemplo, houve a necessidade de nomear os filhos com nomes do pai e avôs para dar continuidade à memória da linhagem paterna, porque a nova geração continuaria os trabalhos de seus antecedentes. Giddens (1991) aponta que: “Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização

tempo-espacial da comunidade” (GIDDENS, 1991, p.38). Hoje, essas visões se modificam, os pais projetam, no nome do filho, uma particularidade ou almejam uma espécie de sucesso a partir da escolha do antropônimo na sociedade que a família participa.

É preciso salientar que as imagens e as expectativas que os pais têm podem ser diferentes para um nome, enquanto a expectativa pode resultar em diferentes escolhas. Isso comprova a subjetividade da escolha dos pais e a importância de utilizar os próprios relatos de nomeadores e nomeados. Além disso, “as atitudes em relação aos nomes podem mudar não simplesmente porque o estereótipo associado a um nome mudou, mas provavelmente com mais frequência porque a atitude em relação a essa imagem mudou” (LIEBERSON, 1984, p. 79, tradução nossa)³². Isso mostra que um antropônimo, como *Maria*, pode ser atribuído por diferentes motivações no decorrer do tempo, ora atribuído por ser um nome religioso, ora por ser um nome simples e fácil de pronunciar.

Tais mudanças, como as apontadas por Lieberson (1984), não são independentes do contexto. Considerando as mudanças na norma antroponímica, analisam-se, aqui, os efeitos da globalização como um processo da modernização social. Cada vez mais, os pais tentam atribuir nomes que, para eles, são únicos, diferentes, não associados, necessariamente, às crenças familiares que perpassaram de geração para geração, mas associados à visão subjetiva do nomeador no momento de atribuição do nome.

Hall (2006) discute a questão da identidade cultural no processo de transformações sociais oriundas da globalização. Segundo o autor, “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades ‘tradicionais’ e as “modernas” (HALL, 2006, p.14, grifos do autor). Isso é, nas sociedades que estão constantemente em transformação, há novas identificações globais e locais a partir do fenômeno da globalização. Nessa transformação, há não só a sociedade tradicional, adepta aos antigos costumes da comunidade, mas também as chamadas sociedades traduzidas, que estão em constante transformação e transição de contato com outras culturas, valores e crenças.

³² attitudes toward names may change not simply because the stereotype associated with a name has shifted, but probably more frequently because the attitude toward that image has changed.

Gerhards e Hackenbroch (2000), sob o viés antroponímico, apontam a globalização cultural como fator de influência na escolha do antropônimo, pois nomes de outras culturas são utilizados na nomenclatura. A indústria cultural da sociologia moderna evidencia que a modernização traz a cultura transnacional entre as comunidades, a mídia e os veículos de informação facilitaram a troca de informações, e a indústria televisiva e musical colabora com esse processo (HALL, 2006). Entende-se que a globalização é um fator primordial de mudanças sociais e antroponímicas, nessa direção, Gerhards e Hackenbroch (2000, p. 519) analisam três pontos que evidenciam a relação entre a globalização e as normas antroponímicas, são eles: 1) Expansão da cultura de massa e cultura popular; 2) Imigração; e 3) Mobilidade urbana e contato cultural.

Pesquisas etnográficas, como a desenvolvida por Almeida (2011), discutem o papel dos veículos de mídia, mais especificamente, a novela, no processo reflexivo e sentimental que os espectadores compartilham com as narrativas. De acordo com a autora:

A novela trata de várias referências culturais (de diferentes grupos: classes sociais, grupos étnicos e gerações) e que estão em processo de mudança, o que permite um certo tipo de reflexão por parte dos espectadores exatamente na interação com este texto cultural e na medida em que o consideram “verdadeiro”. (...) não por ser estritamente realista e nem descritivo da realidade, mas sim por tratar de emoções reais e que estão em jogo na vida social (ALMEIDA, 2011, p. 168).

Essas produções nacionais expõem realidades vividas pelos personagens que, muitas vezes, podem ser distintas daquelas vividas pelos espectadores, mas, por se tratar de relações amorosas e familiares, principalmente, aproximam o espectador dessas realidades.

Nessa direção, o primeiro ponto a ser observado é a proximidade afetiva do designador com o nome escolhido em algumas das entrevistas. A mãe de *Eduardo Henrique*, nascido na década de 1980, comenta: “Quando o Eduardo nasceu, na década de 80, estava passando uma novela, eu me encantei com o autor, eu era jovem aquela coisa toda né, e uma parte dessa novela foi gravada aqui em Cascavel, era um barbudinho muito engraçadinho e aí eu me encantei com ele”. Outra entrevista foi da mãe de *Bruna Graciela*, nascida na década de 2000, ela comenta sobre a troca

do nome após assistir uma produção cinematográfica: “era pra ser Juliana, mas aí eu assisti um filme que tinha uma menininha com o nome de Bruna e era muito fofinha muito lindinha, pequenininha e a chamavam Bruninha. Aí eu pensei, quero chamar a minha de Bruninha também”.

Segundo Almeida (2011, p. 165), “essa reflexão é feita através de sentimentos – é por tratar de relações afetivas que a novela interage, nestas mesmas temáticas, com os espectadores, provocando neles certas reflexões sobre os relacionamentos íntimos e familiares”. Com base nas entrevistas do banco de dados da tese, verifica-se que a escolhas antroponímicas dos nomes *Eduardo* e *Bruna* foram realizadas devido ao apelo sentimental que os nomes provocaram nas mães – o autor ser “engraçadinho” e, por isso, ter se “encantado” com ele, e o fato de a personagem chamada Bruna ser representada no filme como “lindinha, pequenininha”.

O primeiro e segundo prenome de *Luana Caroline* também foram escolhidos a partir das novelas, da rede de televisão SBT, a mãe, entrevistada comenta: “Eu gostei. Tinha visto na TV, na novela do SBT”. Ainda que a informante não tenha evidenciado, na entrevista, uma relação de reflexão sobre o nome, o que se pode observar, também, é que as entrevistas mostram que a mãe escolheu o nome, há o papel da figura feminina na escolha dos nomes midiáticos. Sob esse ponto, Almeida (2011) explicita que, ao tratar da dramaturgia de novelas e de representações do cotidiano, sobretudo, encontram-se os sentimentos associados à esfera feminina e aos processos de transformações sociais.

Outras referências midiáticas são evidenciadas nas escolhas dos antropônimos. Na entrevista sobre o n1 de *Kátia Regina*, a mãe comenta que o n1 foi atribuído porque o cantor Roberto Carlos havia apadrinhado uma menina, cujo nome era Kátia. Outra entrevista é sobre o n2 de *Jhenifer Tuisy*, em que a mãe comenta da sua vontade quando criança de ser modelo. Na época, por volta da década de 1980, a modelo americana Twiggy se destacou por quebrar os padrões estéticos de beleza da época, a primeira modelo magra.

Nas entrevistas de *Ivair Geovane* (1980), *Emerson José* (1990), *Felipe Daniel* (2000) e *Lucas Daniel* (2010), nomes de jogadores de futebol, técnico de futebol e corredor automobilístico, é possível observar que a escolha por um antropônimo midiático pode ocorrer em uma relação do cotidiano com a mídia. Isso demonstra que há reflexividade do espectador não ocorre somente na relação sentimental entre narrativas de filmes e novelas, mas há também uma identificação forte com outros

produtos culturais veiculados pela mídia, refere-se, aqui, aos cantores nacionais e internacionais, modelos, atletas famosos. Almeida (2007, p. 247) expõe que “a mídia contemporânea promove certos nomes e pessoas como se fossem marcas e produtos, e a consequente percepção de que esta promoção tem grande efeito, já que alguns nomes de tornam moda e são muito repetidos em certas épocas”. De acordo com o autor, as pessoas nomeiam com tais nomes devido à oposição à sensação de atraso ao universo conservador, à valorização da modernidade e originalidade que o nome propõe ao contexto: “escolher tais nomes para seus filhos pode ser uma forma de participar desse mundo mais *moderno* e *chique*” (ALMEIDA, 2007, p. 258, grifos da autora). Quando incorporados e apropriados, tornam-se nomes *novos* ou *modernos* para a família.

Nesta pesquisa, é possível observar que a modernização, em diferentes aspectos, contribui para as mudanças na prática de nomeação. Pretende-se, aqui, compreender o porquê das motivações serem diferentes em épocas distintas.

A partir da análise quantitativa, evidencia-se, no *corpus*, que o modelo de atribuição midiática obteve ocorrências significativas em algumas décadas, como também, pouco ou nenhuma menção em outros períodos. A fim de que se possa analisar e compreender o uso dessa motivação no viés qualitativo, faz-se uma retomada dos dados mensurados no que diz respeito ao modelo de atribuição nominal midiática, na Tabela 23, a frequência em antropônimos femininos:

Tabela 23 – Frequência de uso da motivação mídia, por década, em n1 e n2 feminino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	5,9%	0%
1950	0%	0%
1960	6,7%	0%
1970	0%	0%
1980	23,5%	5,9%
1990	33,3%	22,2%
2000	33,3%	27,8%
2010	0%	0%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

A motivação mídia, nos antropônimos femininos, é observada, com maior número de ocorrências, entre as décadas de 1980 e 2000. Apenas nas décadas de 1930/1940, n1 obteve 5,9% das ocorrências e, em 1960, 6,7%.

Na década de 1980, n1 obteve 23,5% das ocorrências, enquanto n2 obteve 5,9%. Em 1990, há aumento de 10,2% do percentual, indo para 33,3%. N2 também obteve maior percentual de ocorrências em relação à década anterior: 16,3%, somando 22,2%. Já na década de 2000, o percentual, em n1, mantém-se constante em 33,3%, enquanto n2 aumentou 5,6%, somando 27,8%. Na década de 2010, não houve ocorrências nem para n1, nem para n2.

No que diz respeito aos antropônimos masculinos, observa-se frequência de uso distinta. A tabela 24 ilustra os dados mensurados na análise quantitativa, para a motivação midiática.

Tabela 24 – Frequência de uso da motivação média por década em n1 e n2 masculino

DÉCADA	FREQUÊNCIA DE USO EM PERCENTUAL %	
	N1	N2
1930/1940	0%	0%
1950	10,5%	0%
1960	17,6%	0%
1970	11,1%	5,9%
1980	31,6%	16,7%
1990	11,1%	5,9%
2000	5,6%	0%
2010	14,3%	0%

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Nos antropônimos masculinos, o uso da motivação midiática inicia na década de 1950, em n1, com 10,5% das ocorrências. Na década de 1960, o percentual aumenta para 17,6%.

A partir de 1970, houve ocorrências tanto para n1, quanto para n2. No entanto, as ocorrências em n1, são menores que na década anterior, 11,11%, para n1, e 5,9%, para n2. Na década de 1980, há maiores ocorrências para os nomes masculinos. N1 obteve 31,6% das ocorrências e n2 16,7%. Em 1990, os percentuais decaem, n1 obteve uma diminuição de 20,5%, somando 11,1%, enquanto n2 decaiu 10,8%, totalizando 5,9%. Nas décadas posteriores, apenas n1 contabilizou ocorrências. Em 2000, 5,6% de ocorrências, e, em 2010, 14,3%.

Relacionando as frequências da motivação midiática, alguns apontamentos devem ser analisados. Enquanto, para os nomes femininos, a motivação é acentuada em três décadas específicas (1980, 1990 e 2000), para os homens, a motivação, ainda que não tenha o mesmo percentual que o feminino, permanece em uso em mais

décadas. Para n1 masculino, o uso da motivação midiática se estende por sete décadas. No entanto, um ponto que converge para ambos os gêneros é o uso acentuado da motivação, que sofre um decréscimo, principalmente, em n1, isto é, tanto para os antropônimos femininos quanto para os masculinos, a atribuição de nomes com referências midiáticas ocorre na escolha do primeiro prenome. Além disso, é possível observar que, para ambos os gêneros, a influência midiática e, portanto, a globalização, efetiva-se, sobretudo, a partir da década de 1980.

8.1 NOMES MIDIÁTICOS E A INDÚSTRIA CULTURAL

A análise das entrevistas mostrou que nomes atribuídos por uma referência midiática – isto é, nomes da moda – foram amplamente utilizados a partir da década de 1980, assim como a motivação estética, discutida na seção seis. Essas motivações, classificadas como tendências da moda, evidenciam um gosto pessoal dos pais. Convergindo com os pontos de Gerhards e Hackenbroch (2000), nomes de atores e celebridades se associam pelo amplo uso de veículo de massa, e antropônimos utilizados pelo efeito da globalização, além dos nomes midiáticos, são aqueles vindos de outras etnias – até pelo processo de imigração e contato com outras culturas. O ato de escolher um nome que esteja em voga nos meios midiáticos apresenta características peculiares: há não só o gosto subjetivo do nomeador e a preferência por um determinado nome, mas também, como aponta Lieberon (1984) e López Franco (2014), os eventos sociais contribuem para essa prática.

Atribuir nomes com referência a cantores, celebridades, artistas de cinema e jogadores de futebol indica uma escolha particular dos pais, diferente daquela atribuída nas motivações tradicionais. A atribuição de antropônimos religiosos, por sua vez, indica uma vontade dos pais em trazer uma proteção divina ao filho, ao passo que nomes perpassados de geração para geração são uma maneira de enaltecer os membros da família.

Considerando a motivação midiática como um modelo atributivo da moda, e a fim que se possa compreender o uso dessa motivação, foram selecionadas entrevistas de diferentes décadas para análise. Salienta-se que cada gênero será analisado separadamente e depois relacionados os dados. A Tabela 25 explicita as entrevistas realizadas com nomeadores que atribuíram nome midiático para a filha. O

número de entrevistas não representa a quantidade absoluta de entrevistas, mas apenas um recorte para a análise.

Tabela 25 – Entrevistas com a motivação midiática, para mulheres

Década	Idade	Nome	Entrevista
1930/1940	66	Rosa Maria (n1)	[...] tinha uma música de Rosa Maria, aí quando eu nasci, ele (tio) disse que eu era a Rosa Maria.
1960	47	Graciéte Lurdes (n1)	Graciéte porque uma vez eu vi na televisão sabe, aqueles nomes que aparecem na tela dos diretores da novela.
1980	30	Kátia Regina (n1)	O Roberto Carlos apadrinou uma Kátia cega que fez muito sucesso nas músicas que ela cantou, e eu achava muito bonito o canto dela, aí me tocou o nome Kátia.
1980	26	Gabriela Natasha (n1)	Então, a Gabriela nasceu em 88, na época que tinha a novela Gabriela Cravo e Canela.
1980	33	Daniele Cristina (n1)	Daniele quase não tinha na época, hoje tem bastante, eu vi numa revista e achei bonito esse nome.
1980	30	Fabiana Elma (n1)	O primeiro nome é atriz de novela e o segundo nome é o nome da minha sogra.
1990	23	Jhenifer Tuisy (n2)	Quando eu era pequena eu queria ser modelo e aí tinha a Twiggy, a primeira modelo magra dos Estados Unidos, aí eu não podia escrever.
1990	21	Jéssica Caroline (n1)	O Jéssica estava em uma novela.
1990	16	Geisa Patrícia (n1)	O nome da minha menina eu escutei no rádio o Geisa aí eu gravei.
1990	24	Aline Taís (n1) (n2)	Aline por causa de uma música e Taís por uma novela da época, aí juntaram os dois.
1990	19	Belisa Renata (n1)	Querida um nome forte, tinha visto na Veja e gostava do nome. Era uma apresentadora de TV também que eu gostava dela.
2000	14	Luana Caroline (n1) (n2)	Eu gostei. Tinha visto na TV, na novela do SBT.
2000	9	Bruna Graciela (n1)	Era para ser Juliana, mas aí eu assisti um filme que tinha uma menina com o nome de Bruna e era muito fofinha muito lindinha, pequenininha e chamavam Bruninha, aí eu pensei, quero chamar a minha de Bruninha também.

2000	05	Isabella Caroline (n1)	Na época tinha aquele caso midiático da Isabella Nardone e ela nasceu próximo ali. Um nome que estava muito presente ali, no dia a dia, daí foi um nome que eu achei legal ao mesmo tempo bonito né e também casou com a influência nesse sentido né de comoção.
2000	08	Letícia Gabriela (n1) (n2)	Tinha numa novela [...] Os dois tirei da novela.

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Tabela 26 – Entrevistas com a motivação midiática, para homens

Década	Idade	Nome	Entrevista
1960	51	Vanderlei Geovane (n1)	Vanderlei era nome que a gente escutava na rádio.
1950	55	Valdir Nelson (n1)	Valdir eles ouviram no rádio né.
1960	50	Sandro Arthur (n1)	Para o nome do Sandro, tinha uma vez uma novela, aquelas novelas em revista, sabe, aí tinha com um Sandro e eu achava esse Sandro maravilhoso aí coloquei o nome do meu filho assim.
1970	44	Edson Carlos (n1)	Ele (o marido) escolheu o primeiro nome por causa do Pelé, né, era na década de 70.
1970	36	Jean Carlos (n1)	“fui eu que escolhi (a esposa), quando ele (o marido) jogava futebol lá no Concórdia, eu ia junto e o Diuvani (outro filho) também ia junto, e eu ficava lendo uma revista e aí eu vi o nome Jean Pierre e depois fui pesquisar e achei Jean Carlo e achei mais bonito.
1980	27	Ivair Geovane (n1)	Eu gostava de um jogador do Grêmio que se chamava Evair, aí ele (o pai), foi registrar no cartório com um papelzinho o nome Evair e aí foram lá e colocaram com I.
1980	32	Eduardo Henrique (n1)	Quando o Eduardo nasceu, na década de 80, estava passando uma novela que eu me encantei com o autor e eu era jovem aquela coisa toda né, e uma parte dessa novela foi gravada aqui em Cascavel, era um barbudinho muito engraçadinho e aí eu me encantei com ele.
1980	25	Renan Paolo (n1)	O Renan Paolo foi em 89, que era um jogador de Vôlei, o Renan era o jogador.
1980	32	Jean Carlo (n1) (n2)	Quando eu e minha esposa começamos a namorar, na época, existia revistinha de fotonovela. Lá tinha um casal, Jean Carlo e

			Katchucia, que era muito bonito, e nós dois namorávamos e se um dia casar dizíamos que seria Jean Carlo e Katchucia.
1980	31	Fábio Roberto (n1)	Como eu gostava muito do Fábio Junior, daí eu coloquei o Fábio e ficou Roberto como segundo nome porque meu marido adora Roberto.
1980	26	Clóvis Willian (n2)	Clóvis que é o nome do pai dele e o Willian eu trabalhava numa banca de revista, daí tinha bastante fotonovela, aí o Willian é um nome estrangeiro.
1990	26	Emerson José (n1)	Existia o corredor automobilístico que ele adorava, Emerson Fittipaldi na época.
1990	17	Joelson Michael (n2)	Michael porque o pai queria uma menina, aí se fosse menina seria Micheli, mas aí ficou Michael, de Michael Jackson, o pai gostava dele.
2000	13	Felipe Daniel (n1)	Tenho 3 irmãos mais velhos e todos nasceram nos anos da copa do mundo e todos remetem a jogadores de futebol. Coincidentemente, meu filho também nasceu em ano da copa do mundo, 2002, quando o Brasil foi pentacampeão do mundo e que o técnico era o Luís Felipe Scollari. Como somos apaixonados por futebol e com já gostava do nome Felipe a escolha se encaixou, mas optamos por Felipe Daniel, para que fosse chamado por Felipe e não por Luís.
2010	01	Lucas Daniel (n1)	Meu marido queria Lucas, ele gosta de um jogador chamado Lucas.

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Nas entrevistas selecionadas, observam-se diferentes referências para atribuir um nome da mídia: nomes ouvidos no rádio, na década de 1960; nomes de jogadores de futebol, nas décadas de 1980, 2000 e 2010; nomes de modelos internacionais, em 1990; e nomes divulgados a partir de filmes e de novelas, nas décadas de 1980, 1990, 2000. Tomam-se para a análise, primeiramente, as entrevistas cuja menção está associada às produções cinematográficas e às novelas.

No Brasil, a partir da década de 1930, a população teve acesso aos meios de comunicação, como o rádio e a televisão. Em 1962, as primeiras transmissões via satélite foram realizadas. Em Marechal Cândido Rondon, a Rádio Difusora do Paraná, pioneira no município e fundada em 1963, forneceu as primeiras informações

nacionais, músicas e novelas para a população. Em 1978, a Rádio Educadora foi fundada, e até hoje atua no segmento no município. A televisão também foi um eletroeletrônico primordial para os efeitos da modernidade, embora o rádio, ainda que mais barato e mais acessível para a grande maioria da população, já se contava com a TV Paraná, emissora do estado fundada em 1960. A dissertação de mestrado de Frai (2016) também evidenciou as características de nomes midiáticos na escolha do segundo nome. Com a popularização dos meios midiáticos, principalmente, a partir da década de 1980, nomes com referências midiáticas passaram a ser utilizados.

Na entrevista do banco de dados da tese, sobre o n2 *Tuisy*, um modelo cultural é destacado pela mídia sobre a personalidade em questão. Não é apenas um nome veiculado pela mídia, é a representação de um ícone da moda que se destacou em período, e o compartilhamento da figura feminina – mãe – em representar esse perfil.

Ressalta-se a observação de que muitos antropônimos são escolhidos a partir de uma ou mais motivações. Isso mostra a dinâmica ampla na possibilidade da escolha de nomes, bem como a importância de entrevistas para compreender de fato o porquê da escolha de um nome.

Além de nomes atribuídos por influência midiática, seja por serem nomes de celebridades, jogadores de futebol, modelos ou personagens de novela, encontra-se, no repertório de nomes, no município, antropônimos estrangeiros. Na Tabela 7, na seção 4, que explicita a contextualização histórica, é ilustrada a densidade demográfica entre o período de 1971 a 1981: de 14.950 eleitores no município, em 1981, havia 30.748. Dados do IBGE (2010) apontam que, no ano de averiguação, havia 426 pessoas estrangeiras, ainda que muitas outras pessoas de outros estados vieram para o município no decorrer de toda a colonização e industrialização.

O contato cultural, por exemplo, é explícito quando uma mãe relata a escolha do nome Clóvis Willian (1980): “Willian é um nome estrangeiro”. O n2 de Joelson Michael (1990) e o n2 de Jhenifer Tuisy (1990): “Quando eu era pequena eu queria ser modelo e aí tinha a Twiggy, a primeira modelo magra dos Estados Unidos”.

Com base nos dados, nomes que ainda não eram mencionados, sendo estrangeiros ou não, começaram a ser utilizados na norma antroponímica local, muitos deles, repetidos entre uma geração e outra. O porquê de nomear com nomes veiculados na indústria cultural, conforme analisado, denota uma identificação sentimental do nomeador com a personagem, o cantor ou o jogador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os nomes próprios de pessoas revelam marcas identitárias e culturais daqueles que nomeiam e podem ser analisados não apenas do viés linguístico, mas também dentro de uma perspectiva interdisciplinar (VAN LANGENDONCK, 2007), quando se procura correlacionar a utilização dos antropônimos com mudanças sociais. Com esse propósito, surgem as áreas Sócio-Onomástica, que objetiva compreender o signo linguístico nome próprio e sua utilização em uma determinada comunidade; e Socioantroponomástica, com estudos relativos aos nomes próprios de pessoas.

Se os antropônimos estão relacionados às mudanças sociais, e evidenciam características culturais, revelam as crenças dos designadores e portadores dos nomes, então, entende-se que, para diferentes sociedades, o motivo que leva a atribuir um determinado nome também será distinto. Assim, a pesquisa apresentada nesta tese partiu do pressuposto de que os prenomes são atribuídos não necessariamente pelo sentido etimológico, mas por uma motivação que leva o designador a atribuí-lo ao filho, relacionada à cultura, às crenças e aos valores do designador. Os dados analisados são evidências de que as transformações sociais e culturais devidas à secularização, ao individualismo, às mudanças na tradição familiar e da globalização (GERHARDS; HACKENBROCH, 2000) influenciaram a norma antroponímica no município de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná.

Nessa perspectiva, pretendeu-se, responder às seguintes perguntas: a secularização teria diminuído nomes atribuídos por motivação religiosa? A tradição de perpassar nomes da família de geração em geração, principalmente antropônimos masculinos, corresponderia a uma questão cultural familiar? A forte influência da indústria cultural teria influenciado na atribuição de nomes? A globalização teria trazido novas formas de atribuir nomes?

Para responder às perguntas, foi utilizado um banco de dados formado por 125 entrevistas e 250 nomes justapostos, que contemplam informações sobre o porquê da escolha feita pelo designador ao atribuir o nome. Inicialmente, foi quantificado o percentual de uso das motivações, em seguida, a análise qualitativa dos dados foi realizada observando o uso e o desuso das motivações durante as décadas abrangidas pelo bando de dados.

Considerando que a prática de nomear pessoas acompanha as mudanças sociais, partiu-se da hipótese que o processo de modernização social influenciou a

norma antroponímica no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná. Colonizada a partir da política *Marcha para o Oeste*, na década de 1950, o distrito foi colonizado pela frente sulista de italianos e, principalmente, germânicos. Os imigrantes trouxeram consigo suas crenças religiosas e a família, centrada no poder de trabalho da figura paterna. No município, ainda residem alguns colonizadores da época de exploração do local, também são residentes os descendentes da segunda geração.

Para analisar as mudanças sociais oriundas da modernização no município, foram exploradas a motivação religiosa e a estética. Observou-se que, nas primeiras décadas de análise (1930/1940, 1950), os nomes religiosos foram amplamente utilizados para nomear mulheres. Tal fato pode ser compreendido ao averiguar a forte presença da religião no núcleo familiar da época, em que cabia à mulher a devoção a algum santo e à educação cristã dos filhos. A influência da igreja, principalmente a católica, na região, pautava-se na devoção, e nomes de santos e bíblicos também eram usados para nomear tanto homens quanto mulheres, como uma forma de proteção divina aos indivíduos.

Ao passo que diminuem as ocorrências de motivação religiosa, a motivação estética é utilizada, principalmente, a partir da década de 1970. Tal forma de atribuição demonstra o interesse dos pais em nomear de forma singular os filhos, não por uma tradição religiosa, mas pelo gosto particular em atribuir um nome bonito ou que combine com os nomes dos demais filhos. Tal tendência foi perceptível tanto para o sexo feminino quanto para o masculino.

Outra motivação bastante utilizada nas primeiras décadas de análise foi a motivação de homenagem à família. O hábito de nomear os filhos em homenagem às gerações anteriores foi notado, principalmente, na antroponímia masculina, evidenciando um forte vínculo às tradições familiares: o culto aos antepassados e o sistema de trabalho dos pais e avós. Em contrapartida, o modelo de atribuição livre, mais utilizado nas últimas décadas pesquisadas, evidencia um olhar não mais para a família, mas para conhecidos (homenagens), influências literárias, crenças individuais (numerologia) e causalidades no momento do nascimento da criança.

Por fim, os nomes atribuídos por influência midiática revelam a disseminação da cultura industrial de massa e a tendência de usar nomes de famosos para a nomeação dos filhos, principalmente a partir de 1980, quando a popularidade não só do rádio, mas também da televisão fizeram-se presentes nacionalmente.

Nessa direção, pode-se considerar que as mudanças sociais oriundas da modernização (secularização, individualização e globalização) transformaram as práticas de nomeação. Isso evidencia que a norma antroponímica rondonense está em constante transformação e que atribuir um nome ao filho reflete as crenças e as atitudes particulares dos nomeadores.

Dados semelhantes são encontrados na dissertação de Frai (2016), sobre a prática de atribuição para o segundo nome justaposto. A autora demonstrou que nomes com motivação religiosa são mais atribuídos para as mulheres, enquanto nomes de avôs e pai são atribuídos para os homens. Essas ocorrências incidem, principalmente, entre as décadas de 1930/1940 até 1970. Em 1980 e 1990, nomes midiáticos – antropônimos de celebridades, como jogadores de futebol e personagens de novela – foram atribuídos tanto para as meninas quanto para os meninos. A autora conclui que essas práticas ocorrem devido à forte ligação dos colonizadores com crenças religiosas, já em 1980, com a influência da indústria cultural, nomes de celebridades foram mencionados.

Nessa direção, esta pesquisa se propôs a compreender os adventos da globalização e a prática de nomeação. Portanto, um novo olhar para o sistema antroponímico rondonense foi realizado, além de uma nova análise dos dados gerados por Frai (2016). Outro ponto a ser destacado é que, em comparação ao uso do primeiro prenome e do segundo prenome, observa-se que as mudanças antroponímicas ocorrem, primeiramente, em n1 e depois em n2.

Constata-se ainda que, no âmbito da Sócio-onomástica, a pesquisa se limita por não ter contemplado a análise de variáveis sociológicas, como a profissão dos pais e a possível influência na prática de nomeação. Estudos futuros ainda podem ser realizados para que tal ponto seja analisado. Ressalta-se, todavia, que a análise dos dados apresentados nesta tese, por levar em consideração os aspectos sociais, históricos e culturais em que foram gerados, foi capaz de relacionar com fatos linguísticos e fenômenos sociais, alcançando, assim, o desiderato dos estudos socio-onomásticos. Espera-se, assim, que esta tese inspire outros estudiosos a desenvolverem pesquisas deste tipo em outras regiões do Paraná e do Brasil, para que se compreenda melhor a influência mútua entre a motivação de escolha antroponímica e a sociedade na qual ocorre a escolha do prenome.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel de. **Avaliação da Técnica de Amostragem “Respondent-Driven Sampling” na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas**. 99f. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde pública Sérgio Arouca. 2009.

ALDRIN, Emilia. Choosing a Name = Choosing Identity? Towards a Theoretical Framework. Els noms en la vida quotidiana. **Actes del XXIV Congrés Internacional d’ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p.392-401.

ALDRIN, Emilia; SÆRHEIM, Inge; SYRJÄLÄ, Väinö. NORNA – The Nordic Cooperative Committee for Onomastic Research. Els noms en la vida quotidiana. **Actes del XXIV Congrés Internacional d’ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p.15-22.

ALEKSIEJUK, Katarzyna. Usernames and Identity Construction on RuNet as Seen in the Example of the Posidelki (‘Gatherings’) Forum. Names and Their Environment. **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**. 5 vols. Glasgow: University of Glasgow, 2016. p. 196-206

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **“Muitas coisas”**: telenovela, consumo e gênero. 320f. Tese de Doutorado (Tese em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. De vidas distantes e de afetos familiares: os nomes da mídia. In. CABRAL, João de Pina & VIEGAS, Susana de Matos. (org.). **Nomes: gênero, etnicidade e família**. Coimbra: Almedina, 2007. p. 245-263.

ALVES, Leonardo Marcondes. O que é cultura? Antropologicamente falando... **Ensaios e Notas**, 2014. Disponível em: <https://wp.me/pHDzN-hm>. Acesso em: 20 fev. 2022.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 55, n. 1, 2011.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais**: Campanha, Vila Nova e Paracatu. 140f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2003.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. **Nomes próprios**: análise de antropônimos do espanhol escrito. 196f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020.

ASSIS, Saulo Moraes de. **Descrição e causação na fixação da referência de nomes próprios**. 175f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BERGIEN, Angelika. Cultural Dimensions of Metaphorically Used Names. Els noms en la vida quotidiana. **Actes del XXIV Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p.413-418.

BLOOTHOOFT, Gerrit; SCHRAAGEN, Marijn Name Fashion Dynamics and Social Class. Els noms en la vida quotidiana. **Actes del XXIV Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p.419-426.

BRAMWELL, Ellen S. **Naming and transplanted traditions**: change and continuity in Glasgow's Pakistani Muslim community. *Onoma*. Glasgow: p. 29-51, 2011.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. Língua e Cultura. **Revista Letras**. V.4, 1955, p. 51 – 59.

CAMILO, Nathan. “**É preferível bom nome a muitas riquezas**”: Dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX. 229f. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale dos Rios, São Leopoldo, 2016.

CARDOZO, Guilherme Lima. **A questão onomástica no encontro entre jesuítas e índios no Brasil do século XVI**: tradução, perspectivismo e metalinguagem. 226f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CASANOVA, José. Reconsiderar la Secularización: Una perspectiva comparada mundial. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 7, 2007.

CAVALCANTI, Marilda do Couto; MAHER, Terezinha Machado. **Diferentes diferenças**: desafios interculturais na sala de aula. Cefiel – Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Ministério da Educação, 2009.

CLOSE, Haley Lisa. **Hello, I Love You, Won't You Tell Me Your Name?: An Anthropological Investigation of Naming**. Senior Independent Study Teses (Department of Sociology and Anthropology). Te College of Wooster, 2012.

DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani; BAPTISTA, Michele Marques. Relações entre identidade, linguagem e cultura: o léxico da culinária em *A casa das sete mulheres*. **Linha D'Água (online)**, v.27, n.2, 2014. p. 67-81.

DEITOS. A igreja católica no Oeste do Paraná e sua atuação no processo de colonização. In: GREGORY, Valdir *et al.* (org.). **Migrações e a construção do Oeste do Paraná**: século XXI em perspectiva. Cascavel: Coluna do Saber, 2007, p. 183-189.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. FFLCH: São Paulo, 1992.

FARKAS, Tamas. Onomastics Today: An International Overview. Locality and globality in the world of names. **Proceedings of the 26th International Congress of Onomastic Sciences**. Debrecen: Onomastica Uralica. 2016. p.05-14.

FELECAN, Oliviu. Gypsy Names: Anthroponymic Identity vs. Assimilation. Els noms en la vida quotidiana. **Actes del XXIV Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p. 502-514.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **Italianos em Belo Horizonte**: estudo léxico-social e proposta de dicionário. 997f. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

FRAI, Patrícia Helena. **Prenomes e sobrenomes em Palotina-PR e em Maripá-PR**: um estudo comparativo. 129f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

FRAI, Patrícia Helena. **Tendências religiosas na antroponímia rondonense** (artigo jornada Antroponomásticas) no prelo.

FREITAS, Antônio Elias Lima. Estrangeirismos de língua inglesa (o caso dos antropônimos). **Revista SOLETRAS**, n. 14, p. 129-161, 2007.

GERHARDS, Jürgen; HACKENBROCH, Rolf. Trends and Causes of Cultural Modernization: Na Empirical Study of First Names, **International Sociology**, 2000. p. 501–31.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GONÇALVES, Marco Antônio. Os nomes próprios nas Sociedades indígenas das Terras Baixas da América do Sul. **Revista ANPOCS** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro. 1992, p. 51-72.

GONZALEZ, Emílio. As camadas da memória: a produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950-1990). **Tempos Históricos**. Vol. 5 e 6, Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2004, p.185-219.

GRESPLAN, Taiana. **Antroponímia de Toledo-Paraná-1954-2004**: aspectos inovadores. 103f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&, 2006.

HIRT, S.; SOARES, K. A. S. A colonização alemã em Marechal Cândido Rondon e o enxaimel. **Akrópolis Umuarama**, v. 25, n. 2, jul./dez. 2017, p. 159-171.

JIMÉNEZ SEGURA, Selene. La onomástica como rama interdisciplinaria de la lingüística, ¿propuesta “unidisciplinaria”?. **Onomástica desde América Latina**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2021, p. 147-175.

JIMÉNEZ SEGURA, Selene. **Los modelos de atribución del nombre de pila tradicional y a partir de la moda en el municipio de Tlalnepantla de Baz, estado de México**. Estudio sincrónico y diacrónico de tres calas: 1930, 1960 y 1990. Dissertação de Mestrado. Escuela Nacional de Antropología e Historia. 2014.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE, Simone de Oliveira Beltrão. **Nomes próprios e filosofia da linguagem: uma análise contemporânea**. 95f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LIEBERSON, Stanley. What's in a name? ... some sociolinguistic possibilities. **International Journal of the Sociology of Language**. 1984, p. 77-87.

LIMA, Antónia Pedroso de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. *In*: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. (org.). **Nomes: gênero, etnicidade e família**. Coimbra: Almedina, 2007. p. 39-61.

LÓPEZ FRANCO, Yolanda Guillermina. Los nombres de pila en la década de 1980 en Montpellier, Francia, y en Tlalnepantla de Baz, México, bajo un enfoque socioantroponímico. *In*: ISQUERDO, A.N.; DAL CORNO, G.O.M. (org.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, lexicografia, terminologia, vol.VII. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2014, p.15-38.

MAIN, Gloria M. Naming Children in Early New England. **Journal of Interdisciplinary History**, XVII:l. 1996. p.1-27.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: S.A: 1996.

MARTINS, Nilce Sant'anna. **Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: T.A Queiroz, 1997.

MARTINY, Franciele Maria. O discurso de germanidade reproduzido pelo poder público em Marechal Cândido Rondon. **Entretextos**. Londrina, v. 15, n. 2, p. 95-108, jul./dez. 2015.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis, L. C. Discutindo questões de identidade a partir da (não) adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira no Brasil. *In*: NEVES, M. H. M (org.). **As interfaces da gramática**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial, 2010, p. 73-90.

MEDEIROS, Marília Salles Falci. A construção Teórica dos conceitos de socialização e identidade. **Revista de Ciências Sociais**, v. 33, n.1, 2002, p. 78-86.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eu-topia**: práxis do catolicismo no oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MOTA, Maria Alice. **Formas de referência a pessoas**: uma abordagem variacionista. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

NADALIN, Sergio Odilson. Imigração e família, segunda metade do século XIX. **Revista Latinoamericana de Población**. Año 8, n. 14. 2014. p.31-55.

NGADE, Ivo. Bakossi names, naming culture and identify. **Journal of African Cultural Studies**, vol. 23, n. 2, p.111-120, 2011.

PETRULIONE, Lolita. **Kultros elementu vertimas iš angli i lietuviu ir rusu kalbas pagal joanne harris gurmaniškuosius romanus**. Tese de doutorado. Vytautas Magnus University, 2015.

PFLUCK, Lia Dorotéa. Os aspectos naturais na propaganda da colonização de Marechal Cândido Rondon – PR. **Migrações e a construção do oeste do Paraná**. Cascavel: Coluna do Saber, 2007, p. 119 – 139.

PINA CABRAL, João de; VIEGAS, Susana de Matos. Nomes e ética: uma introdução ao debate. *In*: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. (org.). **Nomes**: gênero, etnicidade e família. Coimbra: Almedina, 2007. p. 13-37.

PINA CABRAL, João de. VIEGAS, Susana de Matos. Mães, pais e nomes no baixo sul (Bahia, Brasil). *In*. CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. (org.). **Nomes**: gênero, etnicidade e família. Coimbra: Almedina, 2007. p. 63-88.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: questões epistemológicas e metodológicas Petrópolis: Vozes, 1997, p. 215 – 253.

ROCHA, Shirlene Aparecida da. **Motivação lexical**: aspectos históricos e socioculturais na antroponímia e na antonomásia da cidade de São José do Jacuri – MG. 132f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

ROSSI, Alice S. Naming children in middle-class families. **American Sociological Association**. Vol.30, n.4, 1965, p.499-513.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da História Comparada. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. V.5, n.10, 2013, p. 203-225.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios Lutas e Conquistas**: História de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: Assoeste, 1985.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. A Onomástica, o indivíduo e o grupo. **ARQUIPÉLAGO**. História. 2ª série, vol. 7. Açores. 2003, 229-242.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. **A Onomástica, o indivíduo e o grupo**. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_p229-242.pdf. Acesso em: 19 fev. 2013.

SARTORI, Tríssia Ordovás. **As crianças da Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, entre 1875 e 2005**: os nomes de batismo e a leitura que eles suscitam sobre a comunidade. 143f. Tese de Doutorado, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

SCARPIM, Fábio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937)**. 244f. Dissertação de mestrado (Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes), UFPR, Curitiba, 2010.

SCOTTINI, Lucas Costa. **O que o nome nos ensina?** Padrões sociais e raciais de nomes e sobrenomes e performance escolar em São Paulo. 82f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SEIDE, Marcia Sipavicius. A identidade religiosa na antroponímia de Marechal Cândido Rondon. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 24, n. 1, p. 167-186, 2016.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Métodos de pesquisa em Antroponomástica. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 3, p. 1146-1171, 2016.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Moda e tradição na antroponímia. A.N.; Dal Corno, G.O.M, **As ciências do léxico. Lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018. p. 161-178.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Moda e tradição na antroponímia. **As ciências do Léxico**. Vol. III. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018. p. 161-178.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Nome próprio e identidade em Marechal Cândido Rondon. **Estudos Linguísticos**. (São Paulo. 1978), v. 43, p. 212-225, 2014.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Proposta de definição interdisciplinar de nome próprio. **Onomástica desde América Latina**. v.2, n.4, 2021. p. 70–94.

SEIDE, Márcia Sipavicius; GRESPLAN, Taiana. Mais Wellicas Samaras e Hendryas Nicoles, menos Marias Luíças e Joões Pedros: Os novos nomes duplos do sistema antroponímico brasileiro. **Recorte**, v. 10, n. 2, p. 13, 2013.

SHOKHENMAYER, Evgeny. Resources, media, networks and future of onomastic studies. Locality and globality in the world of names. **Proceedings of the 26th International Congress of Onomastic Sciences**, Debrecen: Onomastica Uralica. 2017. p. 37-51.

SMITH, Daniel Scott. Child-naming practices, kinship ties, and change in family attitudes in Hingham, Massachusetts, 1641 to 1800. **Journal of social history**, 1985. p. 541-566.

SOFINSKA, Iryna. Application of Names in Ukraine: A Modern Discourse Towards European Integration. Names and Their Environment. **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**. 5 vols. Glasgow: University of Glasgow, 2016. p. 302-310.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v.31, n. 61, 2017, p. 21-44.

ŠTĚPÁN, Pavel. Namegiving in the Czech Republic: Legal Regulation and the Role of Onomasticians. Locality and globality in the world of names. **Proceedings of the 26th International Congress of Onomastic Sciences**, Debrecen: Onomastica Uralica. 2017, p. 83 – 92.

TARGANSKI, Sergio. **Rumo ao novo Eldorado**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

VAN LANGENDONCK, Willy van. **Theory and Typology of Proper Names**. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2007.

VESCOVI, Jéssica Paula. **Prenomes e sobrenomes em Palotina-PR e em Maripá-PR: um estudo comparativo**. 112f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes Ltda, 2009. p. 7-72.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos no sul e sitiante no nordeste**. São Paulo: Edunb, 1995.

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 25 n.73. 2010. p. 129-141.

ZONANBEND, Françoise. Lê nom de personne. L'HOMME. **Revue française d'antropologie**. Tome XX, nº4. 1980.